

MARIA DO CARMO AMARAL

O MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO: UM LUGAR DE MEMÓRIAS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em História, Cursos de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antônio César de Almeida Santos

CURITIBA
2001



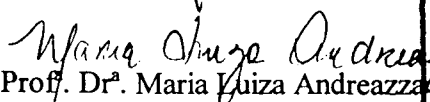
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

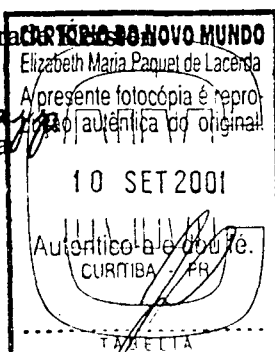
- Ata da sessão pública de arguição de dissertação para obtenção do grau de Mestre em História. Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e um, às quatorze horas, na sala 612 do Departamento de História, Edifício D. Pedro I, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da candidata Maria do Carmo Amaral em relação a sua dissertação intitulada "Museu: do Expedicionário: um lugar de memórias". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, está constituída pelos seguintes professores: Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR - orientador), Drª. Márcia Scholz de Andrade Kersten (UFPR) e Drª. Maria Luiza Andreazza (UFPR) sob a presidência do primeiro. A sessão teve início com a exposição oral do candidato sobre o estudo desenvolvido, tendo o presidente dos trabalhos concedido a palavra, em seguida, a cada um dos Examinadores para suas respectivas arguições. Em seguida a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, o senhor presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir a banca examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela aprovação da candidata, atribuindo-lhe o conceito final. "A..". Em seguida o Presidente dos trabalhos declarou aprovada a candidata que recebeu o título de **Mestre em História**. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Luci Moreira Baena, secretária, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.


Luci Moreira Baena


Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos


Prof. Dr. Márcia Scholz de Andrade Kersten


Prof. Dr. Maria Luiza Andreazza





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

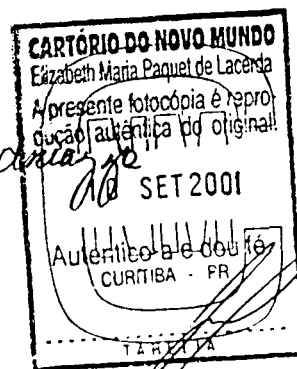
Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação da candidata Maria do Carmo Amaral, sob o título "Museu do Expedicionário: um lugar de memórias", para obtenção do grau de Mestre em História, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela aprovação com conceito "A" sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de Mestre.

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Prof. Dr. [Assinatura]
Presidente

Prof. Dr. [Assinatura]
1º Examinador

Prof. Dr. [Assinatura]
2º Examinador



RESUMO

Com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945 a Força Expedicionária Brasileira retornou ao país. Os ex-combatentes foram aclamados pela população como heróis; porém a desmobilização da FEB descortinou uma realidade diferente da recepção que receberam. As dificuldades de readaptação a vida civil propiciou o surgimento de um sentimento de abandono. Assim grupo de ex-combatentes, organizou uma Associação de Ex-combatentes do Brasil que se preocupou em pleitear junto ao governo e a sociedade um tratamento diferenciado já que haviam defendido a pátria. Para tanto, construíram um discurso baseado nas memórias de guerra que contribuiu para alcançar dois objetivos: assistência aos ex-combatentes e o culto a memória da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. No Paraná, essa pretensão foi muito bem articulada pelos febianos que souberam habilmente utilizar-se do poder público para edificar um espaço que englobava essas duas intenções. Este trabalho propõem repensar a figura do ex-combatente não mais como mero coadjuvante na história da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial mas como construtor de um discurso que os possibilitou a construção do Museu do Expedicionário Paranaense localizado em Curitiba. Para tanto foram realizadas entrevistas com o grupo idealizador da construção do museu que deram suporte para compreendermos a dinâmica desse grupo no período de 1945-1951 junto a sociedade paranaense, os periódicos nos possibilitaram perceber como os expedicionários paranaenses foram recebidos e qual a imagem construída pelos meios de comunicação a respeito do ex-combatente. Outras fontes também contribuíram para que a trajetória desse grupo fosse percebida e compreendida como por exemplo o Estatuto do Expedicionário que esclarece a intenção dos febianos paranaenses.

DEDICO À

Ivan Zucov e Tereza Bonello, meus nonos, que
compartilharam comigo suas memórias de guerra.

AGRADEÇO:

Ao Professor Dr. Antonio César de Almeida Santos, pela sua postura firme e digna que me incentivou a alçar outros vãos e amadurecer enquanto pessoa.

A meus pais Alida e Ivandel, pela presença sempre constante e encorajadora.

Aos Senhores Thomas Iwersen, Ítalo Conti, Mário Montanha Texeira, pródigos em disponibilizar tempo e memória.

A Viviane Bagio, Marília Mezzono Rodrigues, Juliane Chioratto, Eleni Guilherme, Alessandra Carvalho, Daniele Vieira, Cristina e Marco Simontti, Francisco, Dr. Paul Jacob, Fernando Simplício, Nelson, Oscar Neves e Marcelo Maynard; Silvana, Sandro e Marcos Amaral fiéis amigos e parceiros que, como as árvores, me propiciaram sombra, frutos e flores ao longo dessa caminhada.

As minhas filhas Andréia e Mariana pela compreensão.

Velho tanque
Uma rã salta
Rumor de água

Baschô

SUMÁRIO

RESUMO	ii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE ANEXOS	viii
INTRODUÇÃO	1
1 O REGRESSO	7
1.1 MEMÓRIA E GRUPO: O ELO DA EXISTÊNCIA	7
1.2 O REGRESSO: A CONSAGRAÇÃO DOS HERÓIS	13
1.3 DESMOBILIZAÇÃO: O SENTIMENTO DE ABANDONO	20
1.4 ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL: A UNIÃO FAZ A FORÇA	29
1.5 LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO: A DIFERENÇA ...	35
1.6 AS LEIS: O <i>LOBBY</i> DOS PRACINHAS	40
2 A CONSTRUÇÃO	49
2.1 CASA DO EXPEDICIONÁRIO: DEPOSITÁRIO DA MEMÓRIA FEBIANA	49
2.2 A TRAJETÓRIA DE UM IDEAL: O CAMINHO POLÍTICO DO GRUPO	52
2.3 SÓCIO COOPERADOR: A DEMONSTRAÇÃO DO CIVISMO	62
2.4 A FUNDAÇÃO DA CASA DO EXPEDICIONÁRIO: LEGIONÁRIOS EM AÇÃO	68
2.5 UM PROJETO: UM MONUMENTO AOS HERÓIS	74
2.6 A ESCOLHA DO TERRENO: UM LUGAR ESPECIAL	80
2.7 O GRANDE DIA CHEGOU: A INAUGURAÇÃO	85
2.8 A TRANSFORMAÇÃO: O NASCIMENTO DO MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO PARANAENSE	90
3 O LUGAR	94
3.1 AS COMEMORAÇÕES: DATAS CÍVICAS COMO MEIO DE INTERAÇÃO SOCIAL	94
3.2 A MEMÓRIA E O HERÓI: A RESSIGNIFICAÇÃO DO HERÓI	102
3.3 A TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA: O MUSEU E A ESCOLA	110
3.4 UM LUGAR DE MEMÓRIAS: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUERRA.....	116
4 O LUGAR DE MEMÓRIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
FONTES	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	139

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – A CHEGADA	16
FIGURA 2 – A SEDE	76
FIGURA 3 – O MONUMENTO	77
FIGURA 4 – PLANTAS BAIXAS DA SEDE.....	79
FIGURA 5 – VITRINE	118

ANEXOS

ANEXO 1 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	139
ANEXO 2 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	150
ANEXO 3 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	155
ANEXO 4 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	159
ANEXO 5 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	163
ANEXO 6 – ENTREVISTA SR. MÁRIO MONTANHA TEXEIRA	171
ANEXO 7 – ENTREVISTA SR. ÍTALO CONTI	179
ANEXO 8 – ENTREVISTA SR. ÍTALO CONTI	181
ANEXO 9 – ENTREVISTA ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DA FEB DE BELO HORIZONTE	188

INTRODUÇÃO

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memórias porque não há meios de memórias. (Pierre Nora)

Em Curitiba, capital do Estado do Paraná, em um pequeno espigão que delimita a área central daquela cidade está localizado um Museu que é nacionalmente conhecido. Aliás, ele tem sido visitado, inclusive, por inúmeros estrangeiros, os quais, certamente, não deixam de se emocionar ao serem confrontados com imagens evocadoras de um dos maiores conflitos ocorridos no século XX.

O Museu do Expedicionário Paranaense abriga em seu acervo uma vasta documentação e raras peças de batalha relativas à II Guerra Mundial, bem como objetos pessoais doados por ex-combatentes. O local é freqüentemente visitado por estudantes e por um público eclético, que almejam ver e sentir "a emoção de recuar no tempo" e reviver a Segunda Guerra, sem deixar de mencionar a possibilidade de um encontro com esses ex-soldados e suas vivências. A atividade do Museu é intensa: todos os meses um de seus espaços é reservado para reverenciar a memória de um dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), uma homenagem dos companheiros, familiares e amigos a um ex-combatente, vivo ou morto, que se destacou durante o conflito.

Construído e administrado por **febianos**¹, o Museu atualmente enfrenta um problema: a falta de um órgão responsável por sua manutenção, pois tanto o governo do Estado quanto o Exército se omitem quanto a esse ônus. Todas as despesas são custeadas pela Legião Paranaense do Expedicionário por meio de festas e bingos que são organizados com esse fim; e uma pequena ajuda é fornecida pela Secretaria Estadual da Cultura. A principal preocupação, no entanto, é a quem legar a responsabilidade de administrar e passar adiante as histórias e lembranças da guerra para gerações futuras.

Neste trabalho, pretendo apontar que o Museu do Expedicionário pode ser tomado como um “lugar de memória”, guardião do sentimento de continuidade, que levou os ex-combatentes a construí-lo quando retornaram da guerra. Procuro também discutir a importância da memória no processo de construção do Museu do Expedicionário Paranaense. Trabalhar a memória como fonte remete-nos à idéia do caleidoscópio, que, a cada movimento, apresenta uma nova organização de imagens; é justamente a possibilidade de perceber as suas permanências e mudanças que torna fascinante a utilização da memória, a qual constitui-se o ponto de partida para a análise do sentido de que se reveste aquele Museu.

Proponho a figura do ex-combatente não mais como mero coadjuvante na história da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, mas como o construtor de um discurso; discurso esse sedimentado na preocupação de estabelecer laços de sociabilidades que possibilitassem a um determinado grupo a idealização e a construção desse Museu.

¹ Assim chamados os integrantes da Força Expedicionária Brasileira

Nesse contexto, o discurso do sr. Thomaz Iwersen², que transparece ao longo de entrevistas realizadas entre os anos de 1998-2001, se revelará de capital importância, tanto pela assunção pessoal quanto pela delegação de seus colegas, que o consideram “guardião da memória do grupo”. Trata-se de matéria fundamental para pensar o Museu como elemento agregador de uma identidade, e por isso mantido em atividade pelo interesse de um grupo preocupado com a destinação futura de seu “lugar de memória.”

A partir das entrevistas feitas com o Sr. Iwersen procurei identificar elementos que permitissem a ordenação e a comparação de diversos pontos de vista a respeito da história da construção do Museu. Assim, busquei também outros depoimentos, de Ítalo Conti e Mário Montanha, febianos que deram os passos iniciais para a organização e edificação da Casa do Expedicionário Paranaense. Não foi possível, porém entrevistar outros componentes do grupo inicial, Adélio Conti, Albor Pimpão - já falecidos - e Felipe Aristides Simão - impossibilitado devido a problemas e saúde.

A partir da lembrança desses senhores é que pretendo abordar a trajetória dessa ação, desde a mobilização em 1945 até a concretização e permanência do “lugar” de memória”, sem perder de vista as estratégias adotadas para institucionalizar suas memórias de guerra e obter o reconhecimento da sociedade paranaense. A propósito, não se pode esquecer que, passada a euforia do retorno dos “heróis”, a marginalização foi a primeira barreira que esses homens enfrentaram ao retornarem para seus lares.

² Ex-combatente da FEB que mais tempo permaneceu na Presidência da Legião Expedicionária Paranaense.

Também trabalho com outras fontes que não as orais, como o *Estatuto da Legião Paranaense do Expedicionário*, que possibilitou esclarecer a intenção da organização desse grupo; *A Revista do Expedicionário*, na qual foram publicados os primeiros passos para a edificação do Museu; diversos periódicos, que contribuíram para esclarecer como se deu à aceitação desse movimento por parte da comunidade curitibana – desde como os pracinhas foram recebidos em 1945 pela população até a época da inauguração do museu.

Os periódicos desse período apontam, num primeiro momento, para a preocupação em reconstruir uma imagem do ex-combatente junto à sociedade e, num segundo, divulgar a imagem resgatada, estabelecendo relações de sociabilidade e, principalmente, de solidariedade da comunidade para com eles. Ao intercruzar essas informações, foi possível analisar um discurso (uma memória) que pode nos revelar qual das memórias de guerra é importante para o grupo e que se solidificou com a construção do Museu. Nessa perspectiva, não podemos deixar de compreender o próprio edifício do Museu do Expedicionário como uma fonte, tendo em vista que é também a partir dele que o discurso se organiza.

De acordo com Pierre NORA, os "lugares de memórias" têm três sentidos: material, simbólico e funcional. O que os constitui é a interação entre a História e a memória. A sua razão de existir é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento.³ Nesse aspecto, o Museu do Expedicionário Paranaense engloba esses três sentidos, corroborando o entendimento dele como um "lugar de memória," cujo edifício e estilo arquitetônico foram construídos para serem lembrados e reverenciados

³ Ibid., p. 21-22.

pela comunidade paranaense. Assim, entendemos que preservar a memória é não cair no esquecimento, e que ela pode ainda ser estimulada por meio das comemorações, dos desfiles, das inaugurações de monumentos, ou da construção de um museu. Preservar significa, antes de tudo, reapropriar-se, construir um sentido que nos justifique o estar no mundo. Por isso, é relevante discutirmos como esses “lugares” se tornam fontes de inter-relação, suporte de comunicação e organização de sentido. A necessidade de produzir uma trajetória de vida é também uma vontade de jogar com a interpretação.⁴

Ao refletir sobre a organização do grupo expedicionário paranaense torna-se possível demonstrar que a memória do grupo não se restringe e nem se encerra no Museu, mas transcendem os seus limites arquitetônicos. Tomando a construção do Museu como ponto de partida e não como um fim em si mesmo, pode-se ampliar a visão a respeito da memória construída pelo grupo e das várias formas que foram adotadas para preservá-la.

Esta dissertação sobre O Museu do Expedicionário: um lugar de memórias está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo, discuto a importância da memória como fonte histórica. Trata-se de uma abordagem fundamentada em autores como Maurice HALBWACHS⁵ e Michael POLLAK⁶, que analisam a relação memória e sociedade. Partindo dessa premissa, demarco o caminho percorrido pelo grupo de expedicionários paranaenses desde o seu retorno ao país até a inauguração da Casa em 1951. Enfoco também a desmobilização da FEB como fator desencadeante da

⁴ JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**: Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

⁶ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

necessidade que moveu os ex-combatentes a se agruparem em torno de uma identidade, que, por sua vez, os levou a construir um espaço físico, o atual Museu do Expedicionário Paranaense. A seguir, analiso os processos utilizados pelo grupo visando a arrecadação de fundos para tal empreendimento, pois é relevante observar como a sociedade acolheu a causa desses ex-combatentes.

No segundo capítulo, trabalho com o Museu, observando, que terminada sua construção, ele deveria funcionar, na concepção do grupo, ou como palco de um lugar de memórias, ou como monumento aos heróis de guerra. Para tanto, recorro a Henri Pierre JEUDY⁷ e Cristina FREIRE⁸, que discutem a questão do monumento.

É importante ressaltar que o discurso inicial do grupo adquire uma nova roupagem à medida que as questões assistenciais são solucionadas; o Museu, então, incorpora definitivamente a memória da FEB, objetivo presente nos estatutos da Legião Paranaense do Expedicionário.

Finalmente, no terceiro capítulo, reflito sobre a manutenção, transmissão e a inserção da memória construída pelo grupo paranaense na sociedade. Para os ex-combatentes, preservar a memória é sinônimo de manutenção da identidade do grupo. A memória resta-lhes como um bem do qual não foram totalmente despojados. É nessa etapa que concilio os três momentos da pesquisa, discutindo como esse grupo estabeleceu, a partir do discurso (memória) construído, frentes de contato social que lhes possibilitou criar outros lugares de memória, como, por exemplo; as comemorações.

⁷ JEUDY, Henri Pierre, op. cit..

⁸ FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC; Annablume, 1997.

1 O REGRESSO

1.1 MEMÓRIA E GRUPO: O ELO DA EXISTÊNCIA

Os artifícios pelos quais a mente humana tenta compreender e agir sobre a realidade em que está inserida é algo que sempre interessou ao homem. A memória pode ser entendida como um desses artifícios, interligando presente e passado, realidade e imaginação.

Para os antigos gregos, a memória já instigava reflexões, e Aristóteles foi o filósofo que mais se preocupou em compreender seus mecanismos, tendo lhe dedicado um tratado inteiro, intitulado *Da memória e da reminiscência*, além de trabalhar com o mesmo tema em seu *Tratado sobre a alma*. Depois de articular a memória a uma noção de tempo e relacioná-la ao passado, concluiu que a memória e a imaginação estão intrinsecamente ligadas.¹ Porém, é importante ressaltar que não é só em Aristóteles que se formula essa idéia de memória e fantasia, nos mitos da cultura grega essa aproximação também se faz presente. A necessidade de transmitir experiências nas culturas tradicionalmente orais, como a Grécia antiga, é que permite compreender a valorização da memória na antiguidade, pois era através dela que se transmitia o conhecimento de geração para geração, colaborando com o entendimento do presente.

Mas é no final do século XIX e início do XX que as discussões sobre memória tomam fôlego. Afinal, com a difusão da escrita e o surgimento das sociedades industrializadas, as transformações ocorreram de forma acelerada, tornando mais

¹ Ver MENESES, Adélia Bezerra. Memória e ficção. **Resgate**. Campinas (SP), n.3, p. 9-15, 1991.

difícil ao indivíduo o entendimento do meio que o cercava. Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de um determinado tempo e reelabora-lo, partindo da vivência atual como referência. Sendo assim, entendemos a memória como possuidora de caráter social, na qual a presença da sociedade está retraída e alterada. A memória é vista aqui como a possibilidade de conservar e elaborar certas informações que contribuem para estabelecer pontos de contato entre o indivíduo e a sociedade, compreendendo o presente e elaborando um passado.

A memória de um indivíduo, portanto, depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. As memórias se interrelacionam freqüentemente, a memória individual pode apoiar-se na memória coletiva, momentaneamente, sem deixar de trilhar seu próprio caminho; por outro lado, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Isso significa que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social ocupado; esse lugar por sua vez, muda em função das relações que se tem com outros meios sociais.²

A memória coletiva tem um sentido aglutinador, que contribui para estabelecer uma relação de troca entre o indivíduo e a sociedade, corroborando o sentimento de pertencer a um determinado grupo. Dessa maneira, podemos compreender a memória coletiva como um elemento construtor do sentimento de identidade, estimulando a sintonia entre o indivíduo e o grupo com o qual se identifica.

² HALBWACHS, op.cit. p.217-273

A manutenção de um determinado grupo só é possível pelas experiências de vida que indivíduos têm em comum, e que se perpetuam através da dinâmica que o grupo estabelece: lembrar e relembrar. Essa relação que se constrói através das experiências de vida, deve fazer sentido tanto para quem narra suas experiências, quanto para quem os ouve; é um processo de elaboração do passado. Não são só os laços de amizade que mantêm um grupo, mas o sentimento comum de pertencimento, ao mesmo tempo, à natureza e aos objetos circundantes; algo que se constitua em tema de mediação entre passado e presente. Ainda, a existência de um grupo não está apenas relacionada à identificação entre seus componentes, mas também na construção de sua alteridade perante a sociedade.

Outro ponto relevante acerca do trabalho da memória na constituição e manutenção de um grupo diz respeito ao “tempo de lembrar”- momento de ritualização das lembranças. Esse tempo de lembrar implica na construção de uma temporalidade marcada pela memória do grupo.

Como já indicado, a transmissão de memórias, de experiências de vida, o processo de relembrar, enfim, é um fator de agregação, tendo a função de manter um grupo coeso. Assim, podemos compreender o caráter relacional da memória, no qual o indivíduo se percebe pertencente a um grupo. Ao vincular uma memória coletiva a um grupo de indivíduos, estabelecemos uma visão dinâmica e processual, tanto do grupo quanto da memória, procurando relativizar as memórias coletivas e as individuais através dos conceitos de tempo e espaço. Dessa forma, pressupõe-se um limite de

existência para a memória que está vinculada ao tempo de vida de um grupo: como afirma HALBWACHS, a memória acaba quando o grupo deixa de existir.³

A preocupação do grupo em manter sua identidade não significa que transformações não ocorram dentro dele, mas é importante que tais transformações não o desintegre, rompendo relações entre traços identitários fundamentais. Afinal, não é possível elaborar uma auto-imagem sem que ocorram mudanças; a tendência é a transformação acontecer em relação “ao outro”, ou seja, “a construção da identidade é um fenômeno que se reproduz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”.⁴

É através da identidade construída por um grupo que seu espaço dentro de uma determinada sociedade será ocupado. Sendo assim, é relevante percebermos como ela é construída e organizada, pois é a partir desse processo que um grupo estabelece o discurso que deverá representar sua função social. E, para que tal procedimento seja compreendido pela sociedade a qual pertence faz-se necessário concretizar e reafirmar a sua existência através de manifestações que possam propagar a memória construída por ele.

A ritualização da memória é necessária para a sua manutenção e para a transmissão de experiências para pessoas que não as vivenciaram. Quando se retorna de uma viagem, por exemplo, há o interesse suscitado nas pessoas que cercam o viajante para conhecer as histórias, ver as fotografias e ouvir suas experiências. Porém, com o tempo, o que era novidade se transforma em lugar comum e as lembranças

³ Id.

⁴ POLLAK. op.cit., p.204.

passam a ter um significado maior para a pessoa que viajou. Mas, quando falamos de experiências traumáticas, como a guerra, temos uma situação bastante diferente. Aqueles que voltam da guerra trazem na bagagem não apenas pertences e fotografias, trazem também experiências vivenciadas dos campos de batalha, nas quais a dor, a morte, o medo e também a bravura são companheiros constantes. Por mais trágica que seja, a guerra causa fascínio e provoca o desejo de conhecê-la (ainda que verbal ou imageticamente). E aquele que volta parece disposto a saciar a curiosidade dos que não a presenciaram.

Nesta questão em particular, a história dos ex-combatentes paranaenses, que participaram da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, é exemplar. Constituídos em um grupo, a Legião Paranaense dos Expedicionários, eles procuraram, desde o retorno, transmitir as experiências que haviam vivenciado. Ao mesmo tempo em que os ex-combatentes paranaenses almejavam tornarem-se narradores de suas experiências, de suas lembranças de guerra, a sociedade, aparentemente, mostrava-se ansiosa por ouvi-los. O encontro dessas disposições – narrar e ouvir - estabeleceu ainda uma outra dimensão: o da identidade do grupo. Desse modo, é relevante considerarmos não a memória da guerra em si mesma, mas como os ex-combatentes se organizaram para construí-la. No caso dos expedicionários paranaenses, bem como para os febianos de modo geral, a construção da memória desses grupos gira em torno do heroísmo e da identidade do herói. Essa é a tônica do discurso elaborado para conseguir o reconhecimento social. Mesmo que no interior dos grupos existam discordâncias em relação à postura de algum de seus componentes durante a guerra, o que se procurou consolidar foi a figura do herói. E, para, que o

herói continuasse existindo seria necessário que ele fosse lembrado. Nessa perspectiva, o esquecimento tornou-se um tormento para os febianos, como nos relata o sr. Iwersen:

No começo, o ex-combatente era sempre requisitado, lembrado e procurado para transmitir suas experiências de guerra ... pelo civil. [...] Nos primeiros anos, 1947, 1948 até 1950 mais ou menos. Depois a coisa foi ficando cada vez mais esquecida. O pessoal da ativa - os companheiros que ficaram dentro do Exército, que já tinham feito carreira, como sargentos antigos, e estavam cumprindo tempo de serviço dentro do Exército - e os oficiais, esses foram transferidos, com o regresso da FEB, para unidades cada vez mais distantes. O governo, o Ministério da Guerra, procurou afastá-los do convívio mais próximo dos centros maiores, e então foram transferidos para unidades distantes. Motivo pelo qual muitos pediram a passagem para reserva. Mas outros foram de fato seguir, e nessas unidades onde passaram a servir, muitas vezes, eles sofriam ... não perseguição, mas descrédito. Eram desacreditados. Eles queriam transferir sua experiência para a tropa, para os colegas que tinham ficado aqui, contar fatos e eles não aceitavam.⁵

O desinteresse por parte da sociedade civil pode significar que as memórias de guerra não eram aceitas por uma sociedade que preferiu esquecê-las rapidamente. Afinal, a guerra não foi vivenciada diretamente pela sociedade brasileira; apesar de algumas situações que lembravam sua existência, o fato é que ela não ocorreu no território brasileiro. Além disso, muitos soldados que foram defender o Brasil não sabiam que seus familiares, por serem estrangeiros, estavam sendo perseguidos e alguns até presos⁶. Com o fim da guerra essa situação tornou-se difícil de ser revista pela sociedade e o esquecimento talvez tenha sido a forma encontrada para resolver o problema.

Se para os expedicionários que voltaram, a vida civil não estava sendo fácil, a readaptação para os que retornaram para os quartéis não foi diferente. Em suas

⁵ IWERSSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba. 29 abr. 1998.

⁶ BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.22, n.107, p. 5., 1995.

unidades eles sofriam por não encontrar respaldo junto aos colegas que permaneceram no país durante o conflito mundial. Suas experiências na guerra muitas vezes mexiam com o ego de seus superiores o que tornava difícil os relacionamentos nos quartéis.

Mas, quando do regresso ...

1.2 O REGRESSO: A CONSAGRAÇÃO DOS HERÓIS

HONRA E GLÓRIA AOS HERÓIS DO BRASIL, INTEGRANTES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA Regressou o Primeiro Escalão da Força Expedicionária Brasileira. Que os seus feitos sejam exaltados, gravados que estão em letras de ouro nas páginas da história, feitos que contribuíram definitivamente para o colapso de um tremendo inimigo, feitos que consagraram a invencibilidade das armas brasileiras. [...] Semana policial, presta desta maneira, inolvidável homenagem aos heróis brasileiros que regressaram à Pátria, envolvidos numa auréola sem precedentes [...]. (Semana Policial)

Na manhã de 22 de julho de 1945, os papéis picados que caíam das janelas dos prédios, na cidade do Rio de Janeiro, compunham um cenário perfeito para cristalizar-se nas lembranças dos soldados brasileiros que regressavam da Itália, certos de terem cumprido com o dever de “defender a Pátria”. A chegada do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira a então capital federal alterou a rotina da cidade, afinal a guerra havia terminado e os “nossos meninos” retornavam para casa. A guerra acontecera no outro lado do Atlântico, e o conflito foi vivenciado pela sociedade brasileira através dos jornais e rádio, que difundiam as notícias do *front*, contribuindo

para a construção de um imaginário sobre o conflito. O retorno dos soldados seria um grande evento para a sociedade brasileira, que se organizou para recepcioná-los.

A população, incentivada pelos meios de comunicação, aglomerou-se para ver os heróis que, perfilados, marcharam pela Avenida Rio Branco. Imagens que não foram esquecidas por um ex-combatente, o sr. Thomaz Iwersen:

A chegada foi triunfal, o povo recebeu de braços abertos, o povo foi extraordinário! Foi uma manifestação jamais vista no Brasil. Nunca aconteceu antes e nem depois! Até hoje não aconteceu uma manifestação tão espetacular, tão festiva, como foi a chegada do primeiro escalão. As avenidas principais: Getúlio Vargas, Rio Branco todas ocupadas pelo povo. Aquilo lotado por toda a extensão, até a esplanada do Castelo, a região da praça Paris, tudo tomado pelo povo. E por ali passou a tropa, desembarcou na praça Mauá e ali se preparou para o desfile. As autoridades ... o palanque armado na [Avenida] Getúlio Vargas, na confluência da [Avenida] Getúlio Vargas com a [Avenida] Rio Branco. O desfile foi pela Rio Branco e ali, o povo [ficou] aglomerado. Foi uma manifestação extraordinária. A tropa formada em desfile, chegou um certo ponto que não conseguia mais desfilar, porque o povo avançou e ... carregando os pracinhas nos braços. O povo então invadiu a formatura!⁷

Naquele momento, mesmo o soldado que não participou diretamente de uma batalha foi levado, pela multidão eufórica, a incorporar a figura do herói que lutara pela pátria: Fui, lutei e venci! E, se ainda pairavam dúvidas a esse respeito, foi na avenida que seu papel social se legitimou. Mas quem eram esses heróis que a multidão aclamava? Eram soldados convocados ou voluntários que, em 2 de julho de 1944, embarcaram para a guerra sem muito preparo. Alguns vieram do interior, outros das grandes cidades,⁸ e o que tinham em comum naquele momento era a vivência de terem participado da Segunda Guerra Mundial, nos campos de batalha ou na retaguarda⁹.

⁷ IWERSEN, Thomas Walter. Entrevista. Curitiba, 29 de abr. 1998.

⁸ Sobre esse assunto ver Neves, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRI, 1992.

⁹ Esse termo é utilizado para denominar os soldados que ficam responsáveis pela manutenção dos armamentos ou substituição dos soldados que estão de folga.

Eram jovens que tiveram contato com um mundo muito diferente do que até então conheciam e que, a partir dali, traziam consigo questionamentos acerca do seu futuro.

Quando o sr. Iwersen narra a chegada dos expedicionários paranaenses, ele relembra dois momentos: primeiro, como um personagem, que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, é aclamado pela população, desfilando junto com a tropa em seu uniforme de campanha militar. O uniforme militar incorpora bem o sentimento de “guerreiro”, propicia diferenciar-se do resto da população. Esse é um fator importante para quem está retornando de uma guerra. Num segundo momento, em Curitiba, sua posição se modifica, e ele se coloca como observador do desfile:

Aqui no Paraná também repetiu-se. Em Curitiba foi recebido o primeiro escalão. Chegou aqui a Curitiba no dia 9 de agosto de 1945 e também houve uma das grandes manifestações. Acho que dificilmente ocorreu alguma manifestação tão grande, porque toda a rua Barão do Rio Branco e toda a [rua] Quinze de Novembro até a praça Osório, até o 15º B.C., tudo foi tomado pelo povo. O desfile começou na estrada de ferro, na estação. [...] De trem, o pessoal chegou de trem. Eu vim por via aérea, mas a tropa veio de trem. Dia nove eu já estava aqui e vi o desfile militar do palanque montado na Boca Maldita hoje, na época era avenida João Pessoa. Ali montaram o palanque oficial e desfilaram com aclamação do povo todo debruçado nas sacadas e janelas de todos os prédios de Curitiba. Prédios naquela época eram de dois, três, quatro andares.¹⁰

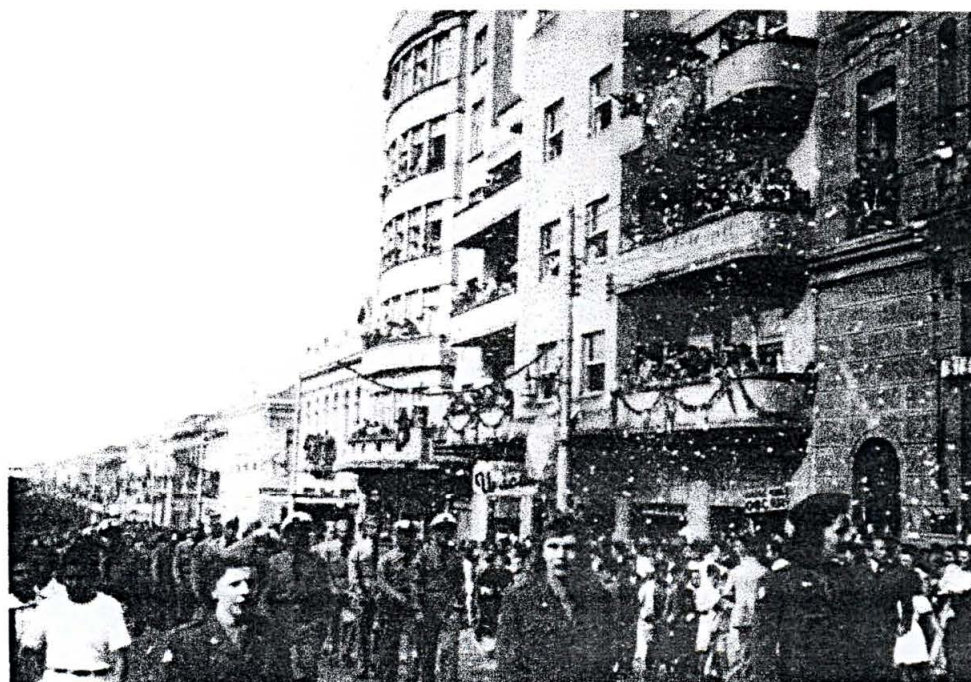
Não deve causar estranheza o sr. Iwersen utilizar-se do presente para situar lugares do passado (por exemplo, quando citou a Boca Maldita para localizar a Avenida João Pessoa onde foi realizado o desfile). É importante ressaltar que o movimento de ir e vir da memória, associando lembranças, passado e presente, permite perceber mudanças e permanências dentro de uma determinada sociedade. Aliás, para

¹⁰ IWERSEN, Thomaz Walter. *Entrevista* Curitiba, 29 abr. 1998.

HALBWACHS as indicações necessárias para reconstruir partes do passado encontram-se todas na sociedade em que o indivíduo e/ou o grupo está inserido.¹¹

A avenida João Pessoa, hoje avenida Luiz Xavier, situada na área central da cidade, já representava um espaço importante para a vida social dos curitibanos, sendo entendido como espaço de manifestações políticas e sociais, tornando-se referencial na memória coletiva da cidade. Assim, nada mais justo que o palanque em que permaneceram as autoridades civis e militares durante o desfile fosse montado nesse local.

FIGURA 1 – A CHEGADA



Sob uma chuva de papel picado, o desfile pela Rua Barão do Rio Branco

Ei-los que regressaram vitoriosos! Seus passos triunfais; soam agora na terra abençoada que os viu nascer, depois de haverem soado nas terras estranhas em que lutaram com bravura para

¹¹ HALBWACHS, op.cit. p.273.

libertá-las de um inimigo cruel e traiçoeiro. O Deus dos exércitos está conosco, Expedicionários do Paraná! E foi por essa razão, que de vitória em vitória, no solo italiano, elevaste o nome do Brasil, tão alto quanto o de todas as nações que ao teu lado, mandou lutarem teus filhos estremecidos. Hoje voltas coberto de glórias! Dia de alegria e felicidades! Dia de orgulho! De satisfação! De honras sem par! O expedicionário do Paraná pode afirmar - 'Fui, vi e venci' - e vitorioso regressa agora. Tremulam nos céus bandeiras de nossa terra, e o vento que as andeja, é talvez o mesmo que nos campos ensangüentados de batalha, revolvía os cabelos desgrenhados dos moribundos, e fazia tremular a flâmula invencível, verde e amarela!

Avança! - era o toque de guerra! E agora que regressais, soldado do Paraná, nada mais justo que a nossa admiração sincera, de par com a gratidão eterna do coração brasileiro, ao vosso irmão que tombou pela liberdade!¹²

Tal como ocorrera na capital federal, Curitiba preparou-se para receber seus “heróis”. Contudo, a necessidade de construir um herói regional superou, no Paraná, as expectativas não muito definidas em outras regiões do país. A imprensa paranaense e as autoridades locais se envolveram nos preparativos da recepção que o Paraná deveria dar aos filhos da terra. Alguns jornais da época convocaram a população para ir receber os soldados paranaenses na estação de trem, o local onde desembarcaram.

O artigo acima, publicado pelo jornal *Semana Policial* para recepcioná-los, contém elementos que remetem ao Paranismo, movimento curitibano intelectual e artístico das primeiras décadas do século XX, que propunha a construção de uma identidade que exemplificasse o que era ser paranaense¹³. Num primeiro momento, o paranismo preocupou-se em construir um passado que estivesse intimamente ligado a personagens que representassem o heroísmo do povo paranaense. Segundo Luis Fernando L. PEREIRA, para os paranistas, era fundamental que o passado servisse de exemplo à população, que deveria entender-se como sendo uma continuidade de um passado glorioso. Essa preocupação em inserir o heroísmo no imaginário social

¹² SEMANA POLICIAL. Curitiba, 6 ago., 1945, p.8.

¹³ Sobre o Paranismo, ver PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

paranaense fica explícita, por exemplo, na construção de seu primeiro herói: o coronel João Gualberto, morto na Guerra do Contestado, cujo funeral tornou-se o maior evento cívico no Paraná, “mesmo existindo dúvidas a respeito do corpo a ser sepultado”. A relevância desse acontecimento reside no fato de se considerar ter ele morrido pelo Paraná.¹⁴

Nas décadas de 1940/50, os discursos de cunho paranista mostravam-se muito mais preocupados em inserir o estado do Paraná no cenário nacional: para isso tornava-se necessário um discurso que apresentasse o estado como exemplar, tanto pela moral de seu povo, quanto pelas possibilidades de progresso prestes a se materializarem.¹⁵ Nesse sentido, ganha compreensão o artigo da *Semana Policial*.

O retorno dos expedicionários paranaenses não poderia ser interpretado de forma diferente, já que o heroísmo fazia parte da História regional. Era importante deixar claro que a fibra do povo do Paraná estava também representada no soldado que retornava da guerra: o Paraná, enviando seus filhos, também contribuiu para a derrota final dos nazi-fascistas na Europa.¹⁶

Dessa maneira, os preparativos para recepcionar os expedicionários paranaenses não poderiam ser menos suntuosos do que os que ocorreram na capital federal, pois o Paraná se transformara num celeiro de heróis; e o sargento Max Wolff Filho incorporaria essa idéia.¹⁷ Max Wolff Filho foi morto durante uma patrulha que comandava com o efetivo de três sargentos e quinze soldados. Sua missão era a de

¹⁴ PEREIRA, Op.cit p. 280

¹⁵ IPARDES. Fundação Edson Vieira. Discursos e práticas de governo In: **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba, 1989.

¹⁶ Mesmo apesar da força que o Movimento Integralista sempre teve no Paraná.

¹⁷ A figura de Max Wolff Filho não se perpetuou apenas na memória dos febianos paranaense. Em Minas Gerais visitei a sede da Associação de Ex-Combatentes e para minha surpresa numa das salas local escolhido para ser um museu, havia o retrato do Sargento Max Wolff como sendo um herói mineiro.

reconhecer o ponto 747¹⁸, pois suspeitava-se que o inimigo estivesse ocupando três casas no referido ponto. Segundo alguns depoimentos seria mais uma arriscada missão, igual a tantas outras que o sargento já havia participado. Ele afastou-se do grupo, chegou a uma das casas e abriu a porta com o pé, entrou e depois fez sinal aos seus homens de que não havia ninguém. Porém, uma rajada de metralhadora nazista o atingiria a caminho da próxima casa. Apesar de estar portando uma Thompson, apontada para frente do caminho que percorria, não conseguiu escapar do ataque alemão. Ao tombar morto, Max Wolff passou a compor o panteão de heróis paranaenses e a representar a bravura de seu povo.

¹⁸ Coordenada militar para identificar área a ser patrulhada.

1.3 DESMOBILIZAÇÃO: O SENTIMENTO DE ABANDONO

OS PRACINHAS ESTÃO NA MISÉRIA! O papel destacado que os “pracinhas” desempenharam na Europa - No seu regresso eram tudo risos e alegria - Veio a desmobilização e cada um que tratasse da sua vida - Muitos “pracinhas” inválidos - Os que trabalhavam na Comissão Central de Abastecimento ficaram desempregados com sua extinção - Um apelo ao comércio: Aproveitem êsses “pracinhas” desempregados! Dê o governo um pedaço de terra para, ao “pracinha” necessitado! (Brasilidade)

Ao retornarem ao país, depois do término da guerra, os ex-combatentes brasileiros, em particular os paranaenses, iniciaram uma outra batalha, talvez a mais difícil: obter o reconhecimento por parte da sociedade e do governo, que os enviou à guerra para defender a democracia ameaçada pelos regimes totalitários nazi-fascistas. Passado o encanto momentâneo da recepção aos heróis, a esperada gratidão acabou não acontecendo, como recorda o sr. Iwersen:

Entregavam as medalhas, faziam solenidades rápidas, entregavam as medalhas, os diplomas e [...] Pronto, você agora está entregue à vida civil e vai se virar, vai voltar ao seu trabalho. Havia também a obrigatoriedade das firmas receberem de volta os seus funcionários que foram convocados. E também o governo de Getúlio [Vargas] prometeu terra, inclusive, para os agricultores, mas eles não receberam! Então os que trabalhavam no interior, no campo, ficaram desorientados. Desorientados porque trabalhavam, não eram proprietários. Alguns tinham, talvez, propriedades de herança dos pais. Esses estavam melhores, mas os que trabalhavam como bóia-fria ou contratados, voltaram para o interior - mas voltaram para onde? ¹⁹

Tal procedimento do governo foi entendido como abandono daqueles que serviram à pátria. As promessas do governo na época do embarque para a guerra e o seu não cumprimento no retorno, desencadearam uma indignação que se mantém no grupo até hoje. A desmobilização atingiu em cheio o orgulho patriótico dos ex-combatentes.

Para entendermos o que se passou à época, faz-se necessário esclarecer que o primeiro escalão de infantaria que retornou ao Brasil ainda mantinha a sua estrutura

¹⁹ IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista** Curitiba. 29 Abr., 1998.

inicial e estava sob o comando de seu general. Isso significava que, até aquele momento, a FEB ainda existia como organização militar.²⁰ Porém, o restante da tropa que permaneceu na Itália aguardando o embarque para voltar ao país, deixou de existir como organização militar antes mesmo do regresso.

Talvez essa desmobilização tenha sido realizada de maneira abrupta, mas essa desmobilização é ocorrência comum a qualquer país passado o período de guerra: os militares de carreira voltam para os quartéis e os convocados são dispensados, com o que retomam a vida civil. Porém, para as pessoas que se envolvem diretamente com a guerra, torna-se difícil à readaptação, sofrem a dor de não conseguirem se desvencilhar do trauma e querem estar sempre sendo protegidas de uma forma ou de outra. Há que se considerar que tais experiências, por mais silenciosas que sejam, estão guardadas na memória e muitas vezes tornam-se pesadelos solitários. Podemos entendê-los como um processo de reelaboração necessário para acompanhar as mudanças que ocorrem em suas vidas em relação à sociedade, mas nem sempre é possível a essas pessoas resignificarem suas experiências de guerra, o que pode levá-las a distúrbios comportamentais (neurose, alcoolismo etc). E é importante ressaltar que uma das maiores dificuldades para os governos que se envolvem em conflitos bélicos é justamente a reintegração de ex-combatentes à sociedade.

²⁰ A proposta inicial do governo Vargas, em 1943, era de enviar à Itália um corpo expedicionário composto por três divisões, mas o final da guerra impediu que a 2ª e 3ª divisões fossem juntar-se a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (que se encontrava como integrante do 5º Exército Americano). No seu conjunto, 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária compunha-se do 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, o 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava, o 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei, e, ainda, quatro grupos de Artilharia, do 9º Batalhão de Engenharia de Aquidauana, Mato Grosso, de um Esquadrão de Reconhecimento (Cavalaria), do 1º Batalhão de Saúde, organizado em Valença, além das chamadas tropas especiais e de corpos auxiliares, inclusive 67 enfermeiras.

A ingratidão é um defeito aviltante que mora nos corações dos indivíduos e dos povos sem moral, sem princípios e sem dignidade. Foi por ter consciência disso que o povo brasileiro vibrou de indignação quando soube que seus ex-combatentes, que derramaram seu sangue nos campos de batalha em defesa do Brasil, tinham sido esquecidos e abandonados à própria sorte. Nenhum brasileiro honesto e digno concordará - temos certeza - com o que fizeram a esse punhado de heróis que têm o direito a exigir da nação o respeito, a gratidão e o auxílio de que estão necessitados. É preciso, é imperativo que amanhã, quando o Brasil de novo precisar do sangue e da vida dos seus filhos não encontre dúvida, a má vontade e a negativa de seus concidadãos, levados a isso pelo gregado exemplo de ingratidão de que estão sendo vítimas os pracinhas brasileiros. Não há desculpa para tão grande crime. O governo que sempre encontrou meios e modos de premiar com viagens custosas ao estrangeiro aos afilhados e protegidos que nada valem, que nada fazem e que nada merecem, tem dívidas inadiáveis e inapeláveis para com os nossos heróis. É preciso que a passeata de protesto dos ex-pracinhas, que causou tão profundo abatimento na moral dos brasileiros de brio, não se reproduza. Os pracinhas têm razão. O que a eles se fez não tem desculpas.²¹

À medida em que as dificuldades aumentaram e o tempo passou, a credibilidade dos ex-combatentes em relação à postura do governo e da sociedade foi diminuindo. Conseqüentemente, a insegurança em relação ao futuro intensificou os laços sociais estabelecidos entre os febianos nos campos de batalha, e a atitude do governo ao extinguir a FEB serviu para uni-los ainda mais.

A imprensa, nesse momento, tornou-se o elo de comunicação entre o pracinha, o governo e a sociedade; era através dela que o pracinha existia e era lembrado como o herói. Uma matéria publicada na revista *O Cruzeiro*, de 1947, escrita por David Nasser, com o título “*Heróis com fome*”, pedia ao leitor para imaginar-se como um ex-combatente da FEB que nos campos de batalha da Itália contraiu tuberculose, voltou para o Brasil e foi mandado novamente à vida civil. Sofreu com a doença e não teve amparo nenhum do governo brasileiro. Porém, a responsabilidade não foi cobrada apenas do governo, mas também do povo brasileiro.²² Os jornais e revistas da época, que publicaram artigos ou entrevistas a respeito do assunto, não deixaram dúvidas do

²¹ CARETA. Curitiba, 5 Jul., p. 6, 1947.

²² O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: 12 Jul. 1947. p.55.

sentimento de abandono em relação aos ex-combatentes que pairava na época. Mas, afinal, o que a imprensa queria dizer com os ex-combatentes *foram esquecidos e abandonados à própria sorte?*

Para entendermos melhor essa relação entre governo/sociedade e ex-combatentes, temos que nos remeter ao discurso de Getúlio Vargas feito no dia do embarque para a Itália, que, segundo o sr. Iwersen, prometia dar todas as garantias aos integrantes da FEB. Desde doações de terras até manutenção de seus empregos, o que acabou não acontecendo quando retornaram. Não se pode resumir essa história apenas ao retorno e à desmobilização, é necessário ir além, transpassar o sentimento, a emoção, e compreender a racionalidade dos fatos da forma mais objetiva possível. Sem desmerecer nem um nem outro, é importante obtermos olhares que nos possibilitem ampliar o leque de informações a respeito desse assunto.

Quando o Brasil se posicionou ao lado dos Aliados declarando guerra aos países do Eixo, fez-se necessário organizar a Força Expedicionária Brasileira, que se uniu na Europa aos países que combateram o nazi-fascismo. Nesse período de preparativos, os convocados e voluntários passaram a ter um tratamento diferenciado do restante da corporação militar, foram enviados a um lugar específico²³ onde foram “treinados” e “preparados” antes de embarcarem para o conflito bélico. Além disso, os soldados da FEB recebiam três vencimentos: um depositado no Banco do Brasil, ao qual a família tinha acesso; outro, entregue ao febianos na Itália; e um terceiro, depositado como uma poupança, que ele receberia quando voltasse da guerra. O que se pode afirmar é que, se por um lado, o governo brasileiro teve dificuldades em manter decentemente seus

²³ Caçapava, São Paulo.

soldados nos campos de batalha²⁴, por outro, a parte financeira dirigida ao combatente parecia de acordo com a prática comum em outros países. Para esses soldados, o dinheiro pago pelo governo passou a propiciar um certo conforto como nos narra o sr. Geraldo Campos²⁵:

[...] aqueles elementos que eram o grosso - a tropa que foi convocada - estavam loucos para retornar ao Brasil e dar baixa. Mas havia aquela euforia, porque o indivíduo que estava na Itália recebia três vencimentos: recebia um vencimento lá, outro vencimento era depositado para ele aqui no Banco do Brasil e o outro vencimento ele poderia optar, ou era depositado junto ou era entregue para a família. Então vamos dizer, na gíria de hoje, ele estava nadando em dinheiro, então queria sair. Mas ele não foi amparado como o nosso presidente havia se comprometido. Eles chegaram e foram abandonados. Terminado aquele dinheiro que tinham pensando que não acabava, mas acabou, eles passaram grandes necessidades.²⁶

Quando consideramos que o Brasil da década de 40 era um país eminentemente agrário, as vias de comunicações entre uma região e outra não eram das melhores e a educação e a saúde eram precárias,²⁷ é possível apontarmos algumas questões. Antes de os pracinhas serem recebidos como heróis nas ruas do Rio de Janeiro, ocorreram dois fatores importantes que geraram o descontentamento desse grupo em relação à desmobilização. O primeiro diz respeito à transformação no cotidiano do indivíduo que saiu do campo, onde vivia com dificuldades para sustentar sua família, e foi para os campos de batalha do outro lado do Oceano Atlântico. O choque cultural e o acesso a bens de consumo que não existiam no Brasil ou eram muito caros passaram a fazer parte da vida do combatente (cigarro, chocolate etc.). O segundo se refere à questão política. A aproximação dos febianos com os soldados americanos tornaram as

²⁴ As dificuldades técnicas na manutenção da tropa fizeram com que o governo americano assumisse o envio de suprimentos para a FEB

²⁵ Geraldo Campos foi expedicionário do estado de Minas Gerais.

²⁶ CAMPOS, Geraldo. *Entrevista*. Belo Horizonte, 27 Jan. 1999.

²⁷ BONALUME NETO, Ricardo. *A Nossa Segunda guerra: os brasileiros em combate 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995. p.52.

diferenças claras: a ditadura do governo Vargas e a democracia americana. Essas diferenças ficavam explícitas no tratamento dispensado aos soldados brasileiros, que percebiam o contra senso de lutar pela “democracia universal”, tendo suas cartas censuradas pela própria FEB, por exemplo.²⁸ Por outro lado, o pagamento de três vencimentos possibilitou uma melhor manutenção da família que ficou no Brasil. Foram mudanças consideráveis no cotidiano. Com o término da guerra, ficou difícil retornar ao dia-a-dia de antes. O dinheiro acabou. O que fazer ?! Além da questão econômica, existia também a questão política: conforme o sr. Iwersen, a desmobilização foi realizada rapidamente, sem preparar os combatentes para a volta à vida civil, tendo em vista que Getúlio Vargas temia ser deposto.

Se os soldados não perceberam o que poderia acontecer, os oficiais da FEB já previam o triste fim de sua corporação:

Era uma ditadura e, possivelmente, com o regresso da FEB ele pudesse ser derrubado. Como de fato aconteceu. Inclusive, na própria Itália houve manifestações de oficiais. Mandaram de lá para a Liga da Defesa Nacional um pronunciamento longo ao povo brasileiro, sobre a situação em que se encontrava o país, e a situação de que uma tropa que foi lutar contra as ditaduras, contra o nazi-facismo, voltaria para enfrentar aqui no país um regime ditatorial. Então, esse pronunciamento muitos oficiais assinaram, eu também fui um dos que assinou [...]²⁹

Então, não foi sem propósito que Getúlio Vargas se apressou em desmobilizar a FEB, sentia-se inseguro sobre seu futuro político. O fato de a FEB ter ido lutar contra ditaduras nazi-fascistas, tornava a ditadura Vargas algo inaceitável para os “guardiões da democracia”.

²⁸ Ressalva-se, porém, que a censura à correspondência dos soldados é prática comum em período de guerra.

²⁹ O pronunciamento a que se refere o sr. Iwersen é um documento assinado por diversos oficiais. IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba, 29 Abr. 1998.

A situação de desamparo econômico encontrada pelos ex-combatentes devia-se, em parte, à perda dos seus vencimentos e às condições que tiveram de enfrentar na volta à vida civil com o fim da guerra. Se para aqueles que possuíam uma condição social razoável já era difícil, o soldado menos favorecido encontrou maiores dificuldades ainda. Os soldados que compunham a FEB em sua grande maioria pertenciam às camadas mais humildes, vinham do interior e eram analfabetos ou semi-analfabetos³⁰. Dessa maneira, muitos pracinhas sentiram-se desorientados, não souberam a quem recorrer, motivo pelo qual muitos tornaram-se indigentes ou alcoólatras.³¹

Levando-se em conta as argumentações acima, é possível perceber que estavam dadas as condições para o início do envolvimento de ex-combatentes numa campanha de reconhecimento social, pleiteando junto à sociedade e ao governo um apoio financeiro que possibilitasse tirar os febianos carentes da situação em que se encontravam. A situação de carência em que estavam alguns ex-combatentes foi utilizada para estruturar um discurso e construir uma rede de sociabilidades, política inclusive, que pudesse superar dois momentos: o abandono econômico pelo governo e o esquecimento da sociedade.

A memória, nesse processo, torna-se um elemento de relevância, não apenas sendo entendida como um elo de manutenção do grupo, mas que também contribuiria para a fundamentação de um discurso legitimador do papel social dos ex-combatentes.

Um movimento pela organização dos ex-combatentes se inicia com a queda de Getúlio Vargas, em outubro de 1945. Porém isso não seria o suficiente, pois o próprio

³⁰ NEVES, Luis Felipe da Silva. op.cit., cap.2.

³¹ CONTI, Ítalo. *Entrevista*. Curitiba, 15 jun. 2000.

exército não via com bons olhos a FEB, considerada “contaminada” pela ideologia comunista. Essa idéia de “infiltração comunista” nas fileiras febianas está relacionada ao envio de um manifesto, no final da guerra, à Liga de Defesa Nacional³². Esse manifesto foi escrito pelo Major Henrique Oest³³ conhecido por seu envolvimento com a ideologia comunista. O conteúdo desse manifesto, assinado por vários oficiais³⁴, questionava o regime Vargas; este, por sua vez, impediu sua publicação. A acusação de simpatizantes do comunismo complicou ainda mais a situação dos ex-combatentes. Notadamente, esse sentimento anticomunista pós Segunda Guerra difundiu-se rapidamente entre os aliados do capitalismo norte-americano, e o mundo caminhava para um período delicado nas relações internacionais, que ficou conhecido como Guerra Fria.

Outro fator também incomodava alguns ex-combatentes, que se posicionaram contra o General Eurico Gaspar Dutra, como nos mostra uma manchete da época: “Os soldados brasileiros morreram na Itália defendendo a Democracia e a Liberdade. Votar agora em Gaspar Dutra é prestigiar o fascismo indígena, representado pelos integralistas acobertados na legenda do Partido Republicano Popular”!³⁵ A aproximação de Dutra com o Partido Republicano Popular gerou críticas, dificultando o relacionamento do grupo de ex-combatentes com o general, que se apoiava em vários partidos a fim de combater o crescimento do Partido Comunista Brasileiro no cenário político nacional. A preocupação de Dutra fundamentava-se, pois, em poucos

³² A Liga de Defesa Nacional coordenava campanhas de arrecadação para fundos de guerra.

³³ Ao voltar para o Brasil, o Major Oest foi preso por ordem do ministro da guerra, em outubro de 1945 acusado de envolvimento em comícios e reuniões do partido comunista para a convocação da constituinte.

³⁴ Esse manifesto contém a assinatura do sr Thomas Iwersen (tenente nesse período).

³⁵ DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 24 Nov., p.3, 1945. Texto em letras grandes com destaque no alto da página.

meses de legalidade, o PCB já era considerado o maior partido comunista da América. Apesar de Gaspar Dutra manifestar-se contra o PCB, os expedicionários não aceitavam essa justificativa para sua aproximação com um partido que acobertava integralistas.

Se, por um lado, os ex-combatentes não aceitavam a postura de Eurico Gaspar Dutra, procuraram organizar seu espaço político para que pudessem fortalecer o grupo em cada estado e, conseqüentemente, alcançar um poder político nacional, que os levasse a diminuir o sentimento de abandono. O movimento em prol da organização de uma associação de ex-combatentes surgiu justamente na capital federal, afinal, a grande maioria do contingente que foi lutar na Itália pertencia ao estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, o movimento em prol dessa ação foi encabeçada, no Paraná, pelos senhores Felipe Aristides Simão, Ítalo Conti, Adélio Conti, Albor Ferreira Pimpão e Mário Montanha Teixeira³⁶. Esses ex-combatentes tornam-se peças chaves de um tabuleiro de xadrez no qual as outras peças são fundamentais para atingirem seu objetivo: a inserção das memórias de guerra na história do país. Utilizam-se dessas memórias para organizar uma entidade que congregue todos os ex-combatentes paranaenses da Segunda Guerra Mundial.

A ebulição política do pós-guerra refletiu-se dentro dos grupos que passaram a compor a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e

³⁶ Faz-se necessário esclarecer que esse primeiro grupo, que se reuniu com o intuito de organizar a Associação de ex-combatentes no Paraná, pertence, a famílias bem situadas da sociedade paranaense e que cada um deles encontrava-se com uma condição sócio-econômica boa para os padrões da época: Felipe Aristides era proprietário de uma gráfica de nome A Imprensa, Adélio e Ítalo Conti eram militares de carreira, Mario Montanha é advogado e professor de Direito.

seções em outros estados brasileiros, e as características políticas regionais marcaram o primeiro encontro que ocorreu na capital federal em 15 de novembro de 1946.

1.4 ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL: A UNIÃO FAZ A FORÇA

Rio, 25 - O pracinha Wilson Santos Rocha, falando à reportagem de um vespertino desta capital, declarou que foi mais fácil conquistar Monte Castelo do que descobrir um emprego no Rio. Queixou-se amargamente o pracinha, pois apesar de ter instrução secundária, ser datilógrafo e radio telegrafista, não conseguiu um posto onde possa desempenhar sua atividade em prol do engrandecimento do Brasil, pelo qual já combatera nos campos de batalha da Itália. Declarou ainda o referido expedicionário que tem procurado emprego sem esmurraycimento, pois é arrimo de mãe e irmã. (Diário Do Paraná)

Depois de um regresso triunfal, o “herói” deu lugar ao homem comum, desprovido de seu uniforme e de seu armamento. A nova realidade aos poucos batia à porta do ex-combatente, a luta não mais acontecia nos campos de batalha da Itália, mas no país em que habitavam; os inimigos não eram mais os nazi-fascistas, o novo combate se dava para manter o sustento da família.

As dificuldades de reintegração à vida civil e a necessidade de continuar recebendo assistência do governo colaboraram para que os laços sociais desenvolvidos durante a Segunda Guerra se estreitassem cada vez mais; afinal, aos ex-combatentes eram comuns as experiências de guerra e também o sentimento de abandono. Foi a partir desse sentimento de grupo que surgiu a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. A sede da Associação ficava na capital federal e, a partir dela, foram criadas as

seções estaduais com sedes nas capitais, às quais estavam ligadas subseções. Em outras palavras, a associação nacional era a base central que se expandiu através de ramificações estaduais, que, por sua vez, se ramificaram dentro dos estados, nas cidades em que existiam ex-combatentes. A sustentação dessa associação se deu através de suas subseções, que tinham a função de irrigar e direcionar o apoio político para a associação e, conseqüentemente, para o seu fortalecimento.

Num primeiro momento, os ex-combatentes do Rio de Janeiro visitaram cada estado brasileiro onde havia febianos, realizando reuniões para auxiliar a organização das seções estaduais. A criação de uma associação de ex-combatentes era uma idéia que já havia surgido na Itália, com a intenção inicial de manter os laços de amizade desenvolvidos nos campos de batalha, como nos conta o sr. Iwersen:

Isso já veio da Itália. Não só do pessoal de Curitiba e do Paraná, como de outros estados, principalmente do Rio de Janeiro, onde tinha um número maior de ex-combatentes. Essa idéia veio da Itália: continuar se reunindo já que haviam se conhecido num momento difícil. Então, montaram uma entidade para preservar a memória da sua participação, da amizade surgida nos campos de batalha.³⁷

Ao partirem para a guerra havia a incerteza do retorno. Ao retornarem, a recepção afirmava que tudo seria como antes.

[...] na hora da festa todo mundo quer dar isso, dar aquilo. Quando eu cheguei no Rio de Janeiro, eu estava no primeiro escalão, nós não pudemos nem desfilar, porque estava assim ... O povo invadiu [a avenida], não deixava desfilar.³⁸

Porém, o esperado acabou não acontecendo, a dificuldade de ambientar-se à vida civil foi alimentada pela postura da própria sociedade, para a qual “depois de

³⁷ IWERSSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba, 29 Jul. 1998.

³⁸ CAMPOS, Geraldo. **Entrevista**. Belo Horizonte, 1999.

uma determinada hora eles passaram a ser vistos como inconvenientes”. Quer dizer, passada a euforia inicial, *a sociedade durante muitos anos nos ignorou. A verdade foi essa.*³⁹

Ao analisarmos o surgimento da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, podemos afirmar que o elo social produzido pelas lembranças proporcionou ao grupo a coesão necessária para estabelecer caminhos que possibilitassem recuperar a imagem de “heróis” perante a sociedade e o governo.

De modo geral, as entidades foram criadas e se mantiveram com esforço de muitos veteranos da FEB que organizaram em várias regiões um espaço não apenas para os encontros do grupo, mas que pudesse servir como ponto de apoio desse grupo. Porém, as circunstâncias políticas produziram os primeiros questionamentos a respeito da postura que deveria ser seguida pela associação nacional. E, logo na primeira convenção, realizada no Rio de Janeiro, as divergências políticas apareceram, fator que causou o afastamento de seis estados - Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e São Paulo - da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil.

ABANDONARAM A CONVENÇÃO DOS EX-COMBATENTES

Estiveram reunidos ontem, os representantes das diversas delegações estaduais dos Ex-combatentes que resolveram abandonar a Convenção que se vem realizando nesta Capital. Motivou esse afastamento o caráter político-partidário da Associação do Distrito Federal que vinha comprometendo as outras entidades dos Ex-combatentes, cujas atividades apolíticas visam, única e exclusivamente, o amparo ao Expedicionário e a defesa de seus direitos e interesses. As delegações que deixaram a Convenção, pelos motivos acima referidos, foram as seguintes: Delegação de Minas Gerais [...] Delegação do Paraná: Felipe Aristides Simão, presidente; Mário Montanha Teixeira, João Borges do Amaral. Delegação de São Paulo. Justifica, ainda, essa atitude, o fato do sr. Pedro Sampaio de Lacerda ser candidato a vereador à Câmara Municipal do Distrito Federal, pelo Partido Comunista, como consta na publicação feita na “Tribuna Popular”, do dia 31 de outubro pp.⁴⁰

³⁹ Id.

⁴⁰ O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 nov., p.6, 1945.

Segundo o sr. Mário Montanha, o afastamento da seção paranaense deveu-se, em grande parte, à reação do grupo a uma estratégia dos dirigentes da Associação Nacional dos Ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. O Sr. Mário Montanha havia sido escolhido para discursar em nome do grupo paranaense, por ser advogado. Mas, logo que iniciou seu discurso, que continha críticas ao posicionamento do grupo que presidia a Associação Nacional dos Ex-Combatentes, ele foi interrompido por um dos febianos: *Montanha, ligação urgente para você.*⁴¹ O sr. Montanha dirigiu-se para outra sala a fim de atender o telefonema enquanto a reunião transcorria. Para sua surpresa percebeu que tudo não passara de uma armadilha para atrapalhar seu pronunciamento: *Fui atender e percebi que era malandragem.*⁴² Ao retornar à reunião relatou aos colegas o ocorrido. Essa situação não agradou os representantes da seção do Paraná, que, além de tudo, declararam-se contrários ao envolvimento de febianos com o Partido Comunista.

DESVENDADA A TRAMA COMUNISTA ENVOLVENDO A ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES

Porque as delegações de seis Estados abandonaram a Convenção

Até ontem á tarde, delegações de seis Estados haviam abandonado a Convenção da Associação dos Ex-Combatentes, dado o caráter nitidamente partidário dessa entidade e a sua conduta inteiramente pautada pelos interesses do Partido Comunista. Essa atitude é o desfecho de uma grave crise que vinha fermentando como consequência do uso da Associação para objeto de propaganda comunista.⁴³

⁴¹ TEXEIRA, Mário Montanha. **Entrevista**. Curitiba, maio, 2000.

⁴² TEXEIRA, Mário Montanha. op. cit.

⁴³ VANGUARDA. Rio de Janeiro, 19 de nov., p. 1-8, 1946.

O procedimento tomado pelos estados que se retiraram da convenção deixa clara a preocupação que eles tinham em não se comprometer com uma postura que pudesse prejudicar o grupo nas relações com o governo e a sociedade. A situação dos ex-combatentes a cada dia tornava-se mais difícil: a falta de dinheiro, os traumas de guerra e mesmo a invalidez de alguns pracinhas colocava-os numa posição delicada. Avaliavam, então, que um comunista na direção da associação nacional acabaria por prejudicá-los ainda mais. Segundo o Sr. Ítalo Conti, que participou da convenção, a postura de rompimento de alguns estados perante a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil foi bem recebida pela sociedade e pelos meios de comunicação.

[...] o que houve na verdade foi uma infiltração ideológica no pessoal da FEB e nós tivemos que romper com a Associação dos Ex-Combatentes [do Brasil] em Minas Gerais [sic]. Nós nos reunimos e vimos uma infiltração ideológica de esquerda. Nós não éramos nem de direita, nem de esquerda, nós éramos idealistas. Nós tínhamos combatido o Nazismo, como também não queríamos o Comunismo. Éramos inimigos tanto de um como de outro, todos esses regimes que não condiziam com a democracia que nós queríamos. Aí surgiu a Legião Paranaense do Expedicionário rompendo este acordo com a associação do Brasil. A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil tinha sessões em todos os estados, então era Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção São Paulo, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção Rio Grande do Sul. Nós rompemos e criamos a Legião Paranaense do Expedicionário. Isso nos ajudou muito porque serviu para que nós tomássemos uma posição perante a opinião pública, que muito nos ajudou. Conquistamos a opinião pública, porque todos viram nos expedicionários do Paraná homens que lutaram pela democracia, queriam a democracia, e eram afastados igualmente do Nazismo e do Comunismo.⁴⁴

Por esse depoimento percebe-se que a necessidade de obter a confiança da sociedade era um ponto crucial para os ex-combatentes. A avaliação feita pelo sr. Ítalo Conti de que com aquele gesto – o rompimento com a Associação Nacional - eles haviam “conquistado a opinião pública”, também demonstra uma intenção, ainda que *a posteriori*, de que o pracinha passasse a ser identificado com um “guardião da

⁴⁴ CONTI, Ítalo. **Entrevista**. Curitiba. 15 jun. 2000. Ítalo Conti, ex-combatente paranaense, reformado com o posto de general e estava envolvido com a política local.

democracia”. Essa pretensão teve um significado importante naquele momento pois, para se manter na função de herói, o pracinha reciclou seu inimigo: trocou o nazi-fascismo pelo perigo comunista.

Mas, para além da questão política que estaria conduzindo a Associação Nacional, outro fator incomodava a delegação paranaense: o fato de o presidente da Associação, o Sr. Pedro Sampaio Lacerda, ter sido *saco b*⁴⁵ durante a guerra. Na concepção dos pracinhas paranaenses era inadmissível que a presidência da Associação Nacional dos Ex-combatentes fosse exercida por um elemento que fora para a Itália apenas como um funcionário do Banco do Brasil, sendo sua função fazer o pagamento da tropa. Para os paranaenses, era uma afronta a quem lutara no *front*: “os heróis”. Além do mais, o sr. Lacerda era afiliado ao Partido Comunista.

Quando o sr. Ítalo descreve o grupo paranaense como sendo idealista, é perceptível a preocupação deste em não se comprometer politicamente: “*nós não éramos nem de direita nem de esquerda*”.⁴⁶ O sr. Iwersen comunga da mesma opinião, mas troca a palavra *idealista* para *apolítico*. Essa posição é pertinente à medida em que, para eles, só existia um “partido”, o dos expedicionários. Nesse sentido é que o grupo paranaense se mobiliza para a edificação da Casa do Expedicionário.

1.5 LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO: A DIFERENÇA

⁴⁵ A expressão *saco b* era utilizada pelos expedicionários para designar os soldados que ficavam na retaguarda, realizando trabalhos de reposição de materiais, etc.

⁴⁶ CONTI, Ítalo. *Entrevista*. Curitiba, 15 de jun., 2000.

Que competia a associação do Paraná senão desligar-se da entidade nacional? Assim o fez, sem todavia, abandonar o campo da luta; continuou em pé, na defesa intransigente dos nobres princípios que vinham norteando a construção da associação no estado. Elaborou os próprios estatutos, trocou o nome da associação de modo a exprimir decisivamente sua independência, promoveu eleições dos expedicionários que iriam reger os destinos da entidade em sua nova fase. (Revista do Expedicionário)

Na primeira Convenção Nacional dos Ex-Combatentes, a delegação do Paraná dirigiu uma carta ao povo brasileiro, protestando contra a participação do sr. Pedro Sampaio de Lacerda na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, pois seu nome constava da chapa de vereadores do Partido Comunista da capital federal. A longa comunicação, contendo diversas considerações, enfatizou, entre outros, o caráter apolítico da associação, terminando com o protesto da delegação paranaense contra a exploração política feita em nome da entidade, sem qualquer reprovação por parte dos responsáveis pela seção do Distrito Federal.

Ao retornar a Curitiba, depois de desvincular-se da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, o grupo paranaense passou a organizar uma associação independente que os diferenciasse das demais existentes no Brasil. O caminho trilhado pela organização paranaense pode nos levar a interpretá-la como única em relação às demais do país. Além disso, as relações estabelecidas entre os paranaenses e os cariocas foram desfeitas a partir do momento em que identificaram na postura partidária do Sr. Lacerda uma interferência no relacionamento que se construía entre os febianos paranaenses e o governo de seu estado. Os efeitos da postura política da associação nacional já haviam sido sentidos pelos ex-combatentes paranaenses mesmo antes de chegarem à Convenção. Ao pleitearem, em 1946, recursos junto ao governo

do Estado⁴⁷ para a viagem ao Rio de Janeiro obtiveram como resposta que o governador não poderia receber comunistas⁴⁸. Se tal postura foi um exagero por parte de algum auxiliar do governador em relação aos pracinhas, é difícil saber, mas o ocorrido foi decisivo para que o grupo paranaense chegasse à convenção certo de que não aceitaria a postura política da associação.

A partir de então, outra história começa a ser contada: a do grupo expedicionário paranaense, que passou a se organizar de forma totalmente independente.

Ao chegar ao Paraná, a delegação convocou uma reunião para prestar contas sobre o ocorrido no Rio de Janeiro, recebendo o apoio dos expedicionários do Paraná em relação ao rompimento com a associação nacional. A principal preocupação, naquele momento, girou em torno da necessidade de mudar a imagem do pracinha perante a opinião pública. Sendo assim, começaram pelo nome: mudá-lo era fundamental para que não houvesse ligação política com a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, e para demonstrar à sociedade a independência dos paranaenses em relação às “congregações desviadas”, segundo eles, do “*bom caminho*”. Várias sugestões surgiram em relação ao nome que dariam à entidade paranaense, até que *Legião Paranaense do Expedicionário* foi escolhido para marcar a diferença.

Depois, foi necessário escrever e aprovar um estatuto próprio, o que aconteceu uma semana depois da reunião de justificativa do rompimento com a associação

⁴⁷ Nesse período o Paraná estava sendo governado pelo interventor Manoel Ribas.

⁴⁸ REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, LPE, p. 45, 1951.

nacional, numa sessão no Círculo de Estudos Bandeirantes⁴⁹. Nesse mesmo dia, escolheram, por aclamação, sua primeira diretoria.⁵⁰

Os primeiros passos estavam dados, a Legião era uma instituição jurídica de direito e de fato. Segundo informação do sr. João Trella⁵¹, o ponto de referência para os encontros dos ex-combatentes paranaenses foi a Gráfica Imprensa de Aristides Simão, considerado, pelo grupo, como o idealizador da Casa do Expedicionário que mais tarde seria edificada. Os expedicionários que por lá passavam não só mantinham suas velhas amizades surgidas na Itália como também conheciam novos companheiros de luta. Esse local tornara-se passagem obrigatória para obter informações a respeito de reuniões que aconteciam em ambientes como a Confeitaria Cometa, localizada na rua Quinze de Novembro. Esses encontros foram se tornando mais freqüentes à medida em que as dificuldades aumentavam. O grupo, que se encontrava em bares e confeitarias, ou mesmo em esquinas da cidade para conversar a respeito de suas experiências, iniciou um longo caminho de aproximação com governo do estado e com a sociedade paranaense, e também em busca de reconhecimento, inclusive, pelos outros ex-combatentes do Brasil. Ao grupo inicial outros febianos se uniram: José Machuca, Thomaz Walter Iwersen, Ítalo Anderson, João Borges do Amaral, Nelson de Macedo Justus, Eli Maresi e João Trella.

⁴⁹ Situado na rua Quinze de Novembro, em Curitiba, esse local era freqüentado por escritores, intelectuais, políticos e poetas. A aproximação dos febianos com o Círculo de Estudos Bandeirantes deu-se pelo sr. Mario Montanha que era poeta e freqüentava este local.

⁵⁰ Primeira diretoria eleita em Assembléia Geral em 18 de março de 1947. Felipe Aristides Simão, Presidente; José Machuca, vice-presidente; Mario Montanha Secretário Geral; Thomaz Walter Iwersen, Secretário de Finanças; Ítalo Conti, Secretário de Assistência; João Borges do Amaral, Secretário de Intercâmbio e Cultura; Nelson de Macedo Justus, Secretário de Propaganda e Publicidade; Adélio Conti, Secretário de Recreação e Esportes; João Trella, Tesoureiro; João Manoel de Faria, Thadeo Sobocinski e Albor Pimpão Ferreira integravam o Conselho Fiscal.

⁵¹ O ex-pracinha João Trella forneceu algumas informações sobre a organização do grupo em conversa não gravada com a pesquisadora, em fevereiro de 2001.

Logo depois de fundada no Círculo de Estudos Bandeirantes, nós conseguimos então, por empréstimo, por cessão ... O presidente da Associação Tiro Rio Branco era amigo nosso, conhecido nosso, ele então nos cedeu para essa ... Ali era usado para o ensaio da banda do Tiro Rio Branco. A banda sempre desfilava. No Sete de Setembro ela desfilava, participava com antigos elementos que serviram, Tiro Rio Branco, Tiro Dezenove. Então ele nos cedeu o pavilhão e ali fazíamos a reunião todas as terças-feiras. E numa dessas terças-feiras, de repente, à noite ... Era um barracão meio escuro, com uma lâmpada como uma vela, só clareava a mesa da diretoria, os outros sentavam nas cadeiras ... De repente à noite, uma noite até chuvosa, adentrou o salão, o general comandante da região, que era o General Cordeiro de Farias, que fora o comandante da artilharia na Itália. Como comandante da região ele era a maior autoridade militar do Paraná e Santa Catarina e foi lá para dar todo o apoio a entidade. Entrou a paisana, pois era noite, todo mundo levantou e ele: “não, podem sentar. Eu vim aqui para preencher a minha ficha como sócio da entidade”. Ele participou da nossa reunião, ouviu as dificuldades todas do nosso pessoal, e pôs o gabinete dele, do comando do Quartel General - na época onde hoje é a casa do Barão - à nossa disposição. Se nós quiséssemos nos reunir devíamos usar o gabinete dele às terças-feiras à noite. Mas não fomos, não aceitamos porque era um gabinete muito fino. Então isso refletiu, essa visita dele e o apoio dele refletiram dentro do governo e junto aos políticos. Com isso a entidade começou a ter cada vez mais aceitação.⁵²

As lembranças da primeira reunião do grupo paranaense são trazidas pelo narrador com um certo lirismo. É interessante destacar que o sentimento de rompimento fica mais evidente com a atitude de não participarem da “trama comunista”. Os expedicionários paranaenses procuraram se colocar duplamente como heróis: heróis da guerra e heróis da democracia.

E qual era a real condição desses homens que acreditavam num ideal? Um grupo de ex-combatentes esquecido numa noite chuvosa e de pouca luz é encontrado pelo general, que, num sentimento de identificação, propõe-se a apoiá-lo. Para o sr. Iwersen, foi como se o general tirasse-os da escuridão, do esquecimento e levasse-os para o seio da comunidade: em tempo de paz os heróis não podem ser esquecidos.

O sentimento de identidade que levou o general Cordeiro de Farias a apoiar o grupo se estabelece a partir de uma relação construída através das experiências

⁵² IWERSEN, Thomaz. *Entrevista*. Curitiba. 29 abr. 1998.

comuns vivenciadas durante a guerra. É interessante observarmos que, ao comparecer na reunião realizada na sede do Tiro Rio Branco, o general Cordeiro de Farias não trajava seu uniforme militar. Esse procedimento tem um significado importante: ao encontrar-se com os ex-combatentes ele não poderia estar uniformizado pois o grupo já não possuía suas armas e seu uniforme. Dessa forma, outra relação estava sendo estabelecida naquele momento, não apenas a reconstrução de suas memórias, mas também sua inserção dentro desse grupo. Isso quer dizer que a relação se constrói através das experiências que ambos tiveram num determinado momento, e a memória individual aos poucos vai sendo consolidada à medida que o indivíduo se reconhece fazendo parte de um grupo.

Por outro lado, o fato de um general ir a uma reunião de ex-combatentes que até então não haviam recebido qualquer apoio de nenhuma autoridade civil ou militar, nos leva a imaginar como tal acontecimento colaborou para estabelecer relações sociais frutíferas na história desse grupo, fundamental para estabelecer uma ligação de credibilidade entre os ex-combatentes e a sociedade, e iniciando um processo de reconstrução da imagem do grupo perante as autoridades. A presença de Cordeiro de Farias contribuiu para legitimar a voz dos “esquecidos da guerra”; ele reconheceu e apoiou a causa do grupo, além de ajudar a afastar a idéia de que o comunismo rondava as reuniões dos ex-combatentes. A entidade, nesse mesmo momento, passou a perceber a necessidade de abrir-se para a integração de novos componentes, rompendo a “tradição” de ser um grupo exclusivamente de paranaenses.

1.6 AS LEIS: O *LOBBY* DOS PRACINHAS

Mas afinal quem era o estranho candidato, ou antes, o estranho convidado? Tratava-se de um brilhante oficial do Exército, que comandara a engenharia brasileira na campanha da Itália e exercia, na ocasião, a direção da Rede de Viação, na ocasião, a direção da rede Paraná-Santa Catarina. Chamava-se Coronel. José Machado Lopes. Aceitou o convite, não sem relutância. Por que teriam ido procura-lo os ex-combatentes? Por que colocaram à testa da Legião, a ele que não era paranaense e desempenhava na administração estadual comissão apenas transitória? Homem de personalidade empreendedora, haveria de se comprometer em uma atuação pouco expressiva, como seria a direção da entidade pobre de recursos, e ademais ainda não definitivamente integrada na escolha popular? Se Machado Lopes assim pensou não sabemos; mas poderia tê-lo feito, e lidimamente. Os legionários de sua parte, agiram com tôda nobreza: ao mesmo tempo que abriram aos forasteiros o acesso à presidência da LPE, buscavam entregá-la, no caso, a um cidadão de elevadas qualidades públicas e privadas, que no momento exercia influente e nobilitante função no quadro governamental do Estado. (Revista do Expedicionário)

Em 1949 era necessário realizar novas eleições para a presidência da Legião Paranaense do Expedicionário, fato que desencadeou uma discussão a respeito dos caminhos que a entidade deveria tomar: continuar trabalhando com poucos recursos ou propor para a sua presidência um expedicionário que não fosse paranaense e, conseqüentemente, não possuíisse vínculos com ela e cujo único envolvimento estaria relacionado a sua participação na Segunda Guerra Mundial. Avaliou-se, também, a necessidade de continuar existindo enquanto entidade, já que os recursos estavam cada vez mais escassos. Tal situação conduziu o grupo paranaense a abrir o comando da entidade para um elemento de fora: o Coronel Machado Lopes que, à época, era diretor da Rede de Viação Paraná- Santo Catarina.

É a partir desse momento que os legionários se utilizam do bom relacionamento que o coronel desfrutava para expandir a imagem do ex-combatente e

ampliar seu campo político, partindo para o objetivo final que era a construção de uma sede própria. As divergências que surgiriam quanto à proposta de se abrir a presidência da entidade a um ex-combatente não paranaense (que para alguns significou o rompimento de uma “tradição”), seriam superadas pela necessidade do momento, entendendo que, mesmo sendo um “forasteiro”, ele serviria como coringa no jogo de sobrevivência social. Dessa maneira, o grupo fundador passa a reconhecer que Machado Lopes reunia alguns requisitos que o qualificavam para o cargo: ex-combatente e, principalmente, “um cidadão de elevadas qualidades públicas e privadas, que no momento exercia influente e nobilitante função no quadro governamental do Estado”.⁵³

Segundo o sr. Iwersen, a decisão de convidar Machado Lopes para assumir a presidência da LPE serviu para dar mais credibilidade à entidade e possibilitou realizar o sonho que tanto esperaram os febianos, construir uma sede própria.

Alugamos uma sede própria, mas alugada, na rua José Bonifácio. Dali partimos para ações maiores de construir uma sede própria. Veio para Curitiba na ocasião, o diretor da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, companheiro nosso na FEB, que comandou o 9º Batalhão de Engenharia, Coronel José Machado Lopes. A diretoria achou por bem, como estávamos em fase de reeleição, de novas eleições, fazer um convite para que ele aceitasse a candidatura a presidência da Legião. Fomos ao seu gabinete no Palácio Murrayira Garcez, na Boca Maldita, e ali nos apresentamos, conversamos com ele. A diretoria foi em número razoável fazer a visita a ele, foi em comissão para convidá-lo a se candidatar à presidência. Ele aceitou de muito bom grado, mas dizendo que não teria tempo suficiente para se dedicar inteiramente, porque ele, como diretor da rede, tinha uma incumbência ... Na época, o diretor da rede aqui no Paraná era uma personalidade, tinha um poder bastante grande. Então ele aceitou, foi eleito presidente. E na mesma ocasião levamos a idéia de que pretendíamos construir uma sede própria. Marcar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através dessa sede própria; um logradouro público em algum lugar que a gente conseguisse. [...] Ele concordou, achou a idéia extraordinária, e disse que de imediato iria arregasar as mangas junto conosco para levar avante a idéia.⁵⁴

⁵³ REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, LPE, v.2, p. 34, 1954.

⁵⁴ IWERSEN, *Entrevista*. Curitiba. 29 abr. 1998.

A disposição em “arregaçar as mangas” significou a abertura das portas da sociedade paranaense para a inserção do grupo de expedicionários que até então sobrevivera à sombra de seu passado. O que os interessava era trazer à tona o passado que os glorificou como heróis, como os defensores da pátria e que os permitia pleitear seus direitos. Com o passar do tempo, as alianças com o poder público foram sendo estabelecidas e a participação de alguns febianos em cargos no governo estadual aproximavam ainda mais o grupo de seus objetivos.

Realizou-se, ontem, à tarde, o desfile dos ex-combatentes, para a entrega de um memorial de reivindicações ao Conselho Municipal e à Câmara Federal. O desfile reuniu cerca de três mil combatentes, tendo recebido durante todo o seu percurso, os aplausos da massa popular[...] Viam-se faixas e cartazes com os dizeres: ‘Famílias de pracinhas desamparados’, ‘Pracinhas tuberculosos’, ‘Pracinhas se suicidam’, ‘Queremos as quatro liberdades de Roosevelt’⁵⁵.

Em 1947, os ex-combatentes já organizados passaram a pleitear o amparo dos poderes públicos, e da população em torno da causa febiana. A Associação Nacional de Ex-Combatentes do Brasil percebia a necessidade de eleger seus afiliados, para que conseguissem representação política; essa estratégia foi difundida pelas sessões estaduais que existiam em vários pontos do país. Quanto aos políticos, esperava-se deles a criação de leis que beneficiassem os ex-combatentes

Os expedicionários paranaenses, apesar de desligados da Associação Nacional, também se utilizaram a mesma estratégia. Passaram a participar das eleições estaduais e municipais e convocavam os companheiros, familiares e amigos a votarem em seus

⁵⁵ Diário de Notícias

candidatos. Conseguiram eleger José Machuca como deputado estadual.⁵⁶ A partir da década de 50, outros expedicionários participariam do cenário político do estado, como, por exemplo: Agostinho Rodrigues, Tadeo Sobocinski, Felipe Aristides Simão, Ítalo Conti.

Mas nem tudo correu como o desejado. Em julho de 1947, com as leis cada vez mais privilegiando os expedicionários era natural que, num dado momento, surgissem críticas em relação aos benefícios que os pracinhas passariam a ter junto ao poder estadual. Para se ter uma idéia, o deputado estadual José Machuca elaborou um dispositivo de lei segundo o qual a LPE seria considerada entidade pública, beneficiando, de algum modo, os ex-combatentes e atribuindo ao governo estadual o compromisso de cooperar com um quarto das despesas necessárias para a construção da Casa do Expedicionário. Nada surpreendente que a lei tivesse opositores, afinal interferia diretamente nos cofres públicos do estado. Dessa forma, o jornalista Wilson Martins, da Rádio PRB2, comentou o projeto de lei, demonstrando sua indignação sobre o benefício que faria parte da Constituição Estadual. Esse comentário, feito em um poderoso instrumento de comunicação da época, colocou os pracinhas em situação delicada perante a opinião pública, e as críticas do jornalista foram rapidamente respondidas.

Sentimo-nos na obrigação de vir, pela presente, em nome da Legião Paranaense do Expedicionário, opor alguns reparos ao “Comentário do Dia”, lido por V.S. no dia 3 próximo passado ao microfone da PRB2, no qual faz referências à situação dos expedicionários paranaenses, por discordarmos, em parte, das opiniões nele emitidas. Refere-se V.S. no citado comentário, a “série de vantagens” que a nossa futura Constituição concede aos ex-integrantes do Corpo Expedicionário, enquanto que, aos membros das famílias dos que tombaram, nada

⁵⁶ Esse ex-combatente foi constituinte estadual.

foi atribuído. Permita-nos, caro Sr., registrar aqui os dispositivos constitucionais, a que V.S. alude. São êles: a) O que concede isenção do imposto de transmissão de imóvel adquirido por expedicionário que outro não possua, e isenção do imposto predial enquanto nele residir. b) O que concede estabilidade aos servidores estaduais, que não a possuam, e promoção ao posto imediato aos que já são efetivos. E finalmente c) O que dá o caráter de “utilidade pública” á Legião Paranaense do Expedicionário e garante o custeio de ¼ do valor da construção da Casa do Expedicionário.⁵⁷

Na defesa da Legião às críticas do jornalista, podemos perceber que as leis que foram sendo produzidas em várias instâncias proporcionaram assistência aos que já possuíam uma certa condição social; os demais estavam fadados a própria sorte. O comprometimento daqueles que conseguiram alguns benefícios se fundamentou em ajudar os demais, mas, mesmo assim o auxílio não passaria de cestas básicas e assistência médica e dentária aos que conseguissem se deslocar do interior do Paraná para a capital.

Não se pode ignorar que o tratamento foi diferenciado: se na campanha da Itália existiu uma hierarquia militar, na organização da associação paranaense ela permaneceu. Nesse sentido, é necessário lembrar que o grupo que iniciou a organização no Paraná era composto, exclusivamente, de oficiais, e a eles foi reservado o comando da instituição; aos demais restava apenas a filiação à entidade. Este grupo se manteve na liderança da entidade durante toda sua existência, ou melhor, ainda se mantém.

Mas, ao se dirigirem ao jornalista, o grupo dirigente procurou argumentar que as leis não eram privilégio de apenas alguns ex-combatentes.

Aguardamos, pois, os esclarecimentos de V.S., expondo seu justo sentimento, e dando mostra de sua boa vontade no sentido de cooperar para a felicidade e tranqüilidade de nossa gente, virá colocar todo o seu talento e sua inteligência, como já o fizeram pela imprensa, entre

⁵⁷ REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba. p. 50-51, 1951.

outros, os nomes brilhantes de Plácido Silva, Romário Martins e Walfrido Piloto em prol dos expedicionários paranaenses, trabalhando conosco para minorar os padecimentos dos que souberam lutar e sofrer, em terras estranhas, pelo bom nome da pátria.⁵⁸

A proposta dos legionários foi posta de forma clara e objetiva: eles convidam o jornalista a fazer parte dos admiradores da causa febiana, colocando-se ao lado de renomados escritores e intelectuais da época. Dessa forma poriam fim a um possível opositor que atrapalharia a caminhada do grupo.

Porém, para apaziguar os ânimos e demonstrar a seriedade da Legião, foi elaborado um aditivo para a lei que considerou a associação como de utilidade pública, determinando que, passados vinte e cinco anos da inauguração do prédio da Casa do Expedicionário, esta deveria ser transformada em escola pública. O que não ocorreu.

As leis criadas no final da década de 1940 e início de 1950, deixavam claro o envolvimento de políticos, fossem eles combatentes ou não, com as causas febianas, não se limitando a esfera municipal/estadual. Ao mesmo tempo que o grupo paranaense se empenhava em aprovar leis locais que os beneficiassem, na esfera federal outras leis iam sendo aprovadas com o mesmo intuito, como por exemplo a lei que concedia aos pracinhas não proprietários a importância de até 150 mil cruzeiros para adquirir casa própria, ficando o Departamento Nacional de Previdência Social incumbido de regulamentar essa lei.⁵⁹ Essas leis procuravam, de alguma forma,

⁵⁸ Id.

⁵⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 09 jul., 1950.

resolver a situação sócio-econômica dos febianos, inclusive incorporando-os em cargos públicos, como assim determinou o governador Moisés Lupion⁶⁰.

O Paraná, com relação à criação de leis que beneficiavam ex-combatentes, foi se destacando:

O Presidente da República encaminhou à apreciação do congresso nacional um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de mil cruzeiros às viúvas e filhos menores dos expedicionários, não amparados pelas leis especiais que beneficiam os ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira. [...] Frisa mais adiante o Presidente da República [Café Filho] que o Estado do Paraná concede essa vantagem às viúvas e filhos menores naturais daquela unidade federativa e que o Ministério da Guerra julga de grande alcance social a extensão dessa lei aos demais Estados e Territórios [...]⁶¹

É importante ressaltar que, naquela ocasião, o sr. Bento Munhoz da Rocha era Ministro da Agricultura, fato que não pode ser desconsiderado já que ele era um paranaense admirador da causa febiana. Assim, na coluna sobre a Assembléia Legislativa do jornal *Diário do Paraná*, foi divulgada uma solicitação do deputado federal Agostinho Rodrigues para que fosse apresentada ao Ministro da Agricultura a sugestão para a regulamentação da Lei n. 1147, de 25 de Junho de 1955, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

Art.1º - O governo Federal, ou quando for o caso, os governos estaduais, proporcionarão ao ex-combatente meios para o desenvolvimento da lavoura e da pecuária, obedecendo o seguinte critério: a) Doação de terras para a lavoura e destinada à pecuária, com área não inferior a 20 hectares. b) após dois anos de permanência no local e beneficiamento da terra, pelo plantio e pela criação ser-lhe-á concedido o título definitivo de domínio pleno sobre a área ocupada.⁶²

⁶⁰ Governador do Paraná que determinou à vários órgãos administrativos do estado, que os cargos públicos que estivessem vagos fossem preenchidos por elementos que integraram a FEB.

⁶¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 27 fev., p. 3, 1955.

⁶² DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba. 20 jul., p. 2, 1955.

Outros artigos ainda estabeleceram financiamento e pagamento de quota mensal de manutenção da terra, além da aprovação de uma lei que protegia os filhos e as viúvas dos combatentes que não voltaram dos campos de batalha.

Quanto mais os febianos paranaenses conseguiam a aprovação de leis, cada vez mais eram respeitados pelas outras associações. Há que se considerar que essas leis propiciaram ao grupo paranaense ainda mais poder junto aos órgãos públicos. O Paraná se tornava uma referência nacional em matéria de leis e projetos de auxílio aos ex-combatentes. Se, num primeiro momento fora um “celeiro de heróis”, a partir desse momento tornava-se um “celeiro de leis” bem proveitosas.

E os “políticos amigos”⁶³, utilizando palavras do sr. Iwersen, estabeleceram, com muita cautela, as pilastras que sustentaram durante esse período o poder do grupo junto às instituições públicas e privadas. O “discurso do abandono” dos expedicionários foi muito bem utilizado e trouxe bons frutos; afinal, a luta travada pelo reconhecimento de seus feitos proporcionava certa estabilidade financeira, o que não aconteceria sem a organização do grupo. O mais interessante é que a luta não cessou com os benefícios alcançados, mas obteve outra característica: a da construção, transmissão e manutenção de uma memória.

Assim, nos momentos iniciais de organização da Legião Paranaense do Expedicionário, a teia de sociabilidades desenvolvida apoiou-se em três pontos fundamentais para o grupo. Primeiramente, foi importante a manutenção da imagem de um “herói abandonado” perante a sociedade, o que proporcionou a justificativa

⁶³ “Os políticos amigos são companheiros nossos que estavam na época exercendo função parlamentar. Tinham sido eleitos para a Câmara dos Deputados e aqui para nossa Assembléia Legislativa; esses eram os políticos amigos. E outros, ligados a eles que se tornaram nossos amigos”. IWERSEN, Thomas Walter. *Entrevista*. Curitiba, 21 de Jun. 1999.

para buscarem apoio junto aos políticos na elaboração e aprovação de leis que os favorecessem. O segundo ponto, foi a busca da credibilidade da Legião, através da aproximação de autoridades civis e militares que legitimassem a entidade perante a sociedade. E o terceiro, traduzia-se na construção de um espaço físico que definitivamente os inserisse na memória coletiva da sociedade paranaense: a construção de uma casa monumento que os colocasse em destaque não apenas no estado do Paraná, mas em todo país.

2 A CONSTRUÇÃO

2.1 CASA DO EXPEDICIONÁRIO: DEPOSITÁRIO DA MEMÓRIA FEBIANA

Criar a Casa do Expedicionário do Paraná em Curitiba e em outras cidades, quando a sua situação financeira o permitir. (Estatutos LPE)

A mobilização em torno da edificação da Casa do Expedicionário foi transformando aos poucos as relações entre ex-combatentes paranaenses, sociedade civil, governo e militares. Se, num primeiro momento, eram tidos como estorvos para a sociedade, a rede de relações que estabeleceram mudou essa concepção. A imagem do pracinha que estava ligada ao alcoolismo, à neurose, como um perigo constante trazido pela marginalização do pós-guerra, começou a ser compreendida de outra forma pela sociedade: os que estavam assim era por terem ido para a guerra, não por má índole; e, por conta do discurso do “herói carente”, passaram a ser vistos como vítimas da guerra..

A Segunda Guerra Mundial continuou existindo através das comemorações e desfiles que se tornavam cada vez mais freqüentes. É importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que a campanha da construção da Casa do Expedicionário tomou fôlego, datas e nomes eram insistentemente lembrados junto à população. O grupo paranaense compreendera que o não envolvimento direto da população brasileira na guerra dificultava sua disponibilidade em dar crédito às lembranças. Os expedicionários compunham um grupo pequeno em relação ao resto da população,

diferentemente do que ocorreu nos lugares onde a guerra aconteceu efetivamente. Essa é uma das diferenças entre o Brasil e a Europa quando falamos de Segunda Guerra Mundial: lá a guerra foi vivenciada pela maior parte da população, enquanto no Brasil a guerra se restringe a memória do pequeno grupo que dela participou. O objetivo do ex-combatente brasileiro, nesse sentido, era inserir no inconsciente coletivo da população algo que ela não vivenciou de fato; se num primeiro momento as histórias foram ouvidas, em seguida isso foi diluindo-se no dia-a-dia. Dessa forma o trabalho de inserção da memória de guerra na memória coletiva pode ser considerado um trabalho contínuo que a cada dia vai sendo retrabalhado junto a sociedade brasileira. O grupo paranaense foi se destacando justamente nesse ponto, e o lembrar significava convocar a população a ouvir suas histórias.

A Legião percebeu que para continuar existindo deveria abrir-se à participação de outros que não necessariamente os ex-combatentes. Pessoas civis passaram a filiar-se à entidade por simpatizarem com seus princípios. Concomitantemente, a presença de personalidades sociais e políticas em suas reuniões serviram para dar credibilidade ao grupo, aglutinando atenção em torno de si. Não é surpreendente a participação cada vez maior de políticos paranaenses, principalmente governadores, em suas festividades. Isso não significou que a essência do grupo tenha se transformado, mas se adaptado aos novos tempos. Agora podiam incorporar também os simpatizantes da causa. Dessa maneira, as medalhas de condecoração não estavam mais relacionadas ao uniforme militar, elas passaram a pertencer também à esfera civil, como forma de reconhecimento pelo esforço na campanha em prol do grupo.

A ação dos expedicionários paranaenses para seu reconhecimento social não se limitou apenas ao âmbito estadual. A saída do grupo da primeira convenção da Associação Nacional colocou-os frente a um desafio maior: a necessidade de provar aos demais que o caminho trilhado pelo grupo paranaense era o correto. *Nos afastamos porque a nossa intenção era ter uma entidade totalmente apolítica, para tratar dos interesses dos companheiros necessitados e preservar a memória*¹. Esse discurso dos paranaenses, nas palavras do sr. Iwersen, é relevante porque foi partindo dele que conseguiram convencer os políticos da época a engajarem-se no objetivo da entidade. Tal postura do grupo foi habilmente trabalhada no sentido de não se comprometer com nenhum discurso político; se era para ter comprometimento com algum discurso, que fosse única e exclusivamente com o construído pela entidade. Porém, isso não significou que não tirassem proveito dos benefícios adquiridos através das mais diferentes correntes políticas. Afinal, os ex-combatentes não viveram só de idealismo, para continuar sua inserção na memória social foi necessário não apenas o discurso, mas os acordos políticos que trouxeram privilégios e alicerçaram o objetivo final: a construção de um lugar que demarcasse sua presença no espaço urbano.

E o “forasteiro” Machado Lopes passou a ser visto como um personagem conduzido pelo pensamento paranaense, pois na realidade ele foi o elemento canalizador da mobilização em torno de um objetivo comum. O “coronel” é sempre referenciado pelos legionários, e o sentimento de gratidão do grupo para com ele é grande. Ao disponibilizar sua imagem em prol dos pracinhas, Machado Lopes tornou-

¹ IWERSEN, Thomas Walter. **Entrevista**. Curitiba, 29 de abr. 1998. p. 5

se um herói para eles. A consciência de que ele foi a peça-chave nesse processo é unânime, considerando a rapidez com que a Casa do Expedicionário foi edificada. Do início da arrecadação de fundos, com a sua entrada na presidência, até a inauguração da casa passaram-se pouco mais de dois anos.

E, talvez num primeiro momento os ex-combatentes tenham imaginado que a construção da Casa do Expedicionário seria o suficiente para a manutenção das memórias de guerra para o grupo, mas como tudo se transforma rapidamente, assim como a memória, a Casa do Expedicionário precisou de um novo sentido para manter sua funcionalidade na sociedade. Não se pode negar que a construção da Casa possibilitou a abertura de um espaço de rememorações, porém ela é um ponto de partida e não um fim em si mesma.

2.2 A TRAJETÓRIA DE UM IDEAL: O CAMINHO POLÍTICO DO GRUPO

Nós nos reuníamos inicialmente no bar, na [Confeitaria] Cometa de quinze em quinze dias. Éramos em trinta ou quarenta, mais ou menos. Um determinado grupo, o grupo com mais responsabilidade, que eram mais oficiais, eles ... Nós oficiais achamos que devíamos materializar [sic] para que a memória da Força Expedicionária Brasileira se mantivesse na história do Brasil. Inicialmente surgiu [a idéia] de construir uma sede. A idéia foi crescendo. (...) mas onde iríamos buscar recursos? (Ítalo Conti)

As sociabilidades surgidas nos campos da Itália receberam novo significado em “tempo de paz” e novos objetivos foram estabelecidos a medida em que os encontros

tornaram-se freqüentes. Esses encontros, fortaleceram no grupo a preocupação de inserir as memórias da FEB na história nacional. A idéia de materialização da memória febiana pode ser entendida como uma possibilidade de perpetuação e transmissão dessas experiências de guerra a gerações futuras.

Como a informalidade das reuniões não foi o suficiente para desestruturar a hierarquia militar do teatro da guerra, seria justamente a hierarquia militar que proporcionaria a um grupo específico tomar para si o direito de conduzir essa materialização. Essa postura dentro do grupo de expedicionários paranaenses pode ser interpretada como uma necessidade dele frente às transformações sociais a que eles estavam expostos. Os papéis deveriam ser mantidos. Eram eles que proporcionavam a identificação do indivíduo com a memória que estava sendo construída.

E não apenas no Paraná, como em todo o Brasil, os ex-combatentes se articularam no sentido de pleitear junto à sociedade e ao governo uma continuação dos privilégios financeiros que perderam ao fim da Segunda Guerra. Com essa intenção, os grupos regionais de ex-combatentes foram sendo organizados; as reuniões eram de suma importância para dar consistência ao discurso que estava sendo construído.

Segundo o sr. Ítalo Conti, *o reconhecimento deveria continuar existindo em face das experiências traumáticas da guerra*² Essas experiências traumáticas, num primeiro momento, moldaram o discurso dos ex-combatentes - não me refiro ao grupo paranaense, mas à FEB em geral - possibilitando aos febianos justificarem os comportamentos inadequados de alguns pracinhas que tinham dificuldades de se adequar às normas sociais, e que devido a isso não eram entendidos. Esses ex-

² Ítalo Conti, ex-combatente, hoje exerce o posto de general e está envolvido com a política paranaense.

combatentes precisavam ser recuperados. Para que tal procedimento fosse possível, era necessário que o governo e a sociedade provessem sua manutenção financeira.

A entidade passou a existir logo após a guerra em 1946, mas em 1945 os ex-combatentes já estavam se reunindo aqui no Paraná, como em todo o Brasil. [...] A primeira reunião foi num quarto de pensão de um companheiro nosso.²companheiro nosso.

As reuniões do grupo paranaense adquiriram caráter mais decisivo, quando se iniciaram as especulações a respeito da organização de uma associação. Os ex-oficiais paranaenses, que se entendiam como responsáveis em materializar as memórias da FEB, passaram a realizar reuniões privadas com o intuito de estabelecer as bases para a formação da entidade. Para Curitiba foi enviado um “companheiro” com a função de auxiliar o “grupo idealizador”³ na organização da Seção Paraná da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil que tinha sede no Rio de Janeiro, *veio o emissário para cá, querendo organizar, querendo ditar normas para que organizássemos aqui uma entidade também [...]*.⁴

O quarto de pensão em que o sr. Carlos Scliar se hospedava, servia de local para que as reuniões privadas se realizassem. Nesses encontros particulares, o grupo idealizador, junto com o companheiro enviado do Rio de Janeiro, organizava a seção Paraná. É possível perceber que o “companheiro” não tinha uma boa aceitação dentro do grupo paranaense, afinal, segundo o sr. Mário Montanha Texeira, *era já uma*

² IWERSEN, Thomas Walter. **Entrevista**. Curitiba. 29 abr. 1998. A pensão a que se refere sr. Iwersen, na qual foram realizadas as primeiras reuniões do grupo, ficava na rua Riachuelo, em Curitiba.

³ Assim denominarei os seis personagens dessa história.

⁴ TEIXEIRA, Mario Montanha. **Entrevista**. Curitiba. 16 jun. 2000.

*sociedade, mas uma sociedade muito íntima,*⁵ e o outro febiano tornou-se um estranho no ninho⁶.

Ao descrever o grupo idealizador como uma sociedade muito íntima, o Sr. Montanha aponta para relações sociais que já existiam muito antes da guerra. Para se ter uma idéia, o sr. Montanha era amigo de infância dos Senhores Ítalo e Adélio Conti, brincaram e estudaram juntos. Suas famílias mantinham uma estreita convivência. Dessa forma, era evidente que o grupo sentisse dificuldades de ser conduzido por um indivíduo que não fazia parte dessa intimidade (e que ainda tinha envolvimento com o partido comunista). Apesar das diferenças, foram dados os primeiros passos decisivos para a concretização do que inicialmente era apenas uma possibilidade.

Na organização das primeiras reuniões, como já foi comentado, a hierarquia existente no Exército foi transferida para dentro do grupo de expedicionários paranaenses. O movimento para a constituição da entidade foi conduzido por oficiais – alguns deles encontravam-se na reserva, outros, como era o caso do sr. Ítalo Conti, permaneciam no Exército.

Essa situação nos possibilita perceber que a manutenção hierárquica num primeiro momento foi entendida pelo grupo de oficiais como sendo necessária para atingir seus objetivos; como na guerra, é o oficial quem traça os planos para que os comandados obtenham vitórias frente o inimigo. Essa percepção estabelece os parâmetros que nos possibilitam afirmar que a idéia de materializar as memórias da FEB estava diretamente relacionada a um grupo específico,⁷ o qual a partir de um

⁵ Idem.

⁶ Apesar de ser febiano, não era paranaense, ou melhor não era íntimo.

⁷ Sr. Iwersen, Mário Montanha, Adélio Conti, Ítalo Conti

determinado período, foi acrescido pelos que não possuíam tal responsabilidade. O papel dos comandados estava diretamente relacionado ao apoio à idéia de seus “oficiais”.

Com a seção Paraná da Associação Nacional organizada, era necessário a manutenção das reuniões, pois elas tinham um função importante: informar o que acontecia a respeito da causa febiana e, ao mesmo tempo, servir como elo de existência do grupo.

A participação cada vez maior de expedicionários nas reuniões obrigou o grupo idealizador a procurar um local que os acomodasse melhor. Coube ao Brithania Sport Club atender aos primeiros pedidos de ajuda dos veteranos, oferecendo sua sede para que fosse realizada a primeira reunião oficial do grupo de ex-combatentes. A partir dessa reunião foram estabelecidos os caminhos que deveriam ser trilhados pelo grupo de ex-combatentes do Paraná; nela foram divulgados os objetivos essenciais que comporiam sua futura associação: “proteção aos camaradas desvalidos e deslocados; defesa do bom nome e das puras tradições da FEB”.⁸ Com esses objetivos, o “grupo idealizador” habilmente conseguiu unir os ex-combatentes paranaenses em torno de si, conduzindo, dessa forma, tudo que estivesse relacionado à causa expedicionária no estado do Paraná.

A preocupação em zelar pelo bom nome da FEB, desde o início, aqui no Paraná já propunha o não envolvimento com a política partidária. Isso possibilitou ao grupo transitar em várias instâncias do poder sem maiores problemas. As “questões políticas” tornaram-se, para os pracinhas paranaenses, mesmo antes do surgimento da

⁸ O EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, n.2, 195. p.42

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção Paraná, um peso a ser “carregado”: sendo assim, não é difícil entender a necessidade cada vez maior desse grupo em se posicionar como sendo uma entidade “apolítica”, mas sempre em prontidão para defender os interesses da Pátria ou do grupo. Com esse objetivo uma nova reunião foi realizada no Brithania Sport Club.

Nessa reunião, que contou com um grande número de expedicionários, foi proposto que se endereçasse um telegrama de protesto ao presidente da Assembléia Nacional, sr. Mello Viana, contra as declarações do senador comunista Luiz Carlos Prestes. Para os febianos paranaenses, a participação do Partido Comunista na Assembléia Nacional era entendida como um perigo a democracia.

A Associação dos Ex-Combatentes da FEB, no Estado do Paraná, conforme deliberação unânime dos seus associados em sessão hoje realizada, vem perante V. Excia lançar o seu mais veemente protesto contra as declarações do chefe fascista vermelho desejoso de acorrentar o Brasil ao totalitarismo moscovita, disposto a trair a própria Pátria caso entrássemos em guerra contra a Rússia. Saiba o secretário do Partido Comunista Brasileiro que a idéia que defendemos nas fraldas dos Apeninos saberemos defender até os Montes Urais. Este alerta lançado à Nação com o pensamento no cemitério de Pistóia representa puro reflexo dos ideais democráticos que animam nossos gestos!”. Felipe Aristides Simão - Presidente⁹

O protesto enviado ao presidente da Assembléia Nacional não nos deixa dúvidas quanto a visão que o grupo paranaense tinha a respeito dos comunistas: traidores da pátria, cuja a intenção era acorrentar o Brasil ao totalitarismo soviético. O sentimento de guardiões da democracia delegava-lhes a tarefa de alertar a nação do que poderia acontecer caso o comunismo não fosse contido.

A preocupação em deixar claro, perante a sociedade paranaense e os políticos, que as reuniões dos ex-combatentes tinham um propósito apolítico e que, no Paraná,

⁹ Idem

esse movimento estava imbuído de “boas intenções”, era imprescindível para o grupo. A aura do patriotismo estava voltada para estabelecer auxílios ao pracinha necessitado e demonstrar a diferença do ex-combatente paranaense em relação aos demais do país. Esse procedimento, com o decorrer do tempo, poderia concretizar o ideal do grupo: a edificação da Casa do Expedicionário, que uniria a assistência aos seus associados e marcaria definitivamente a independência do grupo paranaense, pelo menos no que diz respeito a um local onde pudessem se reunir.

Desde o início da formação do grupo, já se percebia sua intenção em ter uma sede própria. Tal necessidade, se faz presente no comentário do sr. Iwersen: [...] *Inicialmente o Sport Club Brithania nos acolheu; a Legião Brasileira de Assistência, na praça Tiradentes em frente a catedral, também nos assistiu e nos deu guarida. Depois a Sociedade Tiro Rio Branco, que se reunia em barracões onde hoje está o Teatro Guaíra.*¹⁰ A idéia de construir um local era cada vez mais presente e a cada dia ganhava mais adeptos para esse empreendimento.

Após o desligamento da Associação Nacional, os febianos paranaenses se acomodaram no Círculo de Estudos Bandeirantes, para que divulgassem aos seus associados os novos rumos da entidade. O rompimento proporcionou ao grupo autonomia para conduzir seus associados, agora como legionários, em prol de uma sede própria. Esse intuito tornou-se necessário à medida que as reuniões aconteciam; a dificuldade de conseguir um local para que elas se realizassem obrigava os organizadores a estarem sempre a mercê de um favor. Tanto que nos primeiros anos da Legião, as reuniões ocorriam sempre em lugares diferentes, o que impossibilitava

¹⁰ IWERSEN, Thomas Walter. **Entrevista**. Curitiba, 26 maio, 1998.

algumas vezes uma participação maior. Para compreendermos melhor tal situação, a convocação para as reuniões eram feitas de forma artesanal: “de boca em boca”.

Essa situação foi amenizada pelo presidente da Associação Tiro Rio Branco, que, por ser conhecido do grupo, cedeu o espaço para a realização das reuniões. Segundo o sr. Iwersen, esse local era usado para o ensaio da banda do Tiro Rio Branco. A banda sempre desfilava no Sete de Setembro e acabou cedendo o pavilhão para que o grupo realizasse suas reuniões todas as terças-feiras. O entrosamento entre os dois grupos possibilitou a manutenção das reuniões dos ex-combatentes. Eles puderam se organizar melhor e lançar campanhas através da imprensa para arrecadar fundos.

A primeira campanha foi para ajudar o pracinha Santos Menon, que se encontrava internado no Sanatório São Sebastião,¹¹ devido à tuberculose que, segundo os febianos paranaenses, teria sido causada pelo inverno rigoroso na Itália, durante a guerra.

Convidada a assistir a reunião, que teve lugar ontem, da Legião Paranaense do Expedicionário, *Gazeta do Povo*, pelo seu representante ponde acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos antigos combatentes da FEB. Em sua sede provisória, localizada numa das dependências do Tiro Rio Branco, teve lugar a assembléia da Legião Paranaense do Expedicionário, que contou com a presença de considerável numero de ex-combatentes. [...] Dentre os problemas atuais que mais merecem a atenção dos presentes á reunião, cumpre ressaltar aquele que mais de perto falou dos interesses imediatos dos “pracinhas” desamparados. [...] Estribada nesse princípio de humanidade e filantropia, foi que a Legião Paranaense do Expedicionário lançou a campanha que prossegue vitoriosa, em favor do “pracinha” Santo Menem.¹²

Ao convidarem o jornal *Gazeta do Povo* para assistir sua reunião, a entidade passou a ganhar maior espaço nesse jornal. Essa aproximação muito bem articulada

¹¹ GAZETA DO POVO. Curitiba. 27 jul. 1947. p.2.

¹² GAZETA DO POVO. Curitiba. 13 jun. 1947. p. 4

pelo grupo, já dava indícios de demonstrar a seriedade da entidade. Outro fator importante dessa aproximação era a amizade de Plácido e Silva, diretor do jornal, com o ex-combatente Nelson Justus, o que facilitou a participação da Gazeta do Povo nessa reunião. A relação estabelecida com esse meio de comunicação foi fundamental para lançar outras campanhas junto a sociedade paranaense. Ao perceber as possibilidades trazidas com essa aproximação, o grupo preocupou-se em divulgar o caráter jurídico da LPE conferindo-lhe confiabilidade.

A Legião Paranaense do Expedicionário tinha personalidade jurídica, nós tínhamos uma diretoria eleita em assembléia, nos estruturamos como uma entidade de personalidade jurídica. Nós tínhamos existência jurídica, porque tínhamos estatuto registrado, CPF. Tínhamos tudo que uma entidade registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, no Estado, na Prefeitura. Nós tínhamos registro total. É uma entidade de finalidades assistenciais.¹³

A existência jurídica da LPE propiciou ao grupo a possibilidade de pedir apoio econômico junto à população e até mesmo ao governo do Estado. Nesse momento, não se tratava apenas de um grupo, mas de uma entidade reconhecida juridicamente, reafirmando-se dessa forma a seriedade e a honestidade das campanhas de arrecadação que pudessem ser realizadas pelos ex-combatentes, não apenas em Curitiba, mas no Paraná e também em Santa Catarina.

Motivados pela arrecadação da campanha em prol do colega Santos Menon, e pelo apoio dos meios de comunicação, organizaram outras campanhas sempre com o intuito de dar assistência aos febianos necessitados, mantendo-se também a idéia inicial de construção de uma sede própria. Essas campanhas de arrecadação eram

¹³ CONTI, Ítalo. **Entrevista**. Curitiba, 15 jun. 2000.

organizadas sem perder de vista a questão da seriedade e do patriotismo que o grupo paranaense queria transmitir a população. Era fundamental que essa fosse a imagem do expedicionários.

As campanhas dos ex-combatentes norte-americanos muitas vezes serviam de modelo para o grupo paranaense. Um exemplo foi a realização do *avant-premier* do filme “Os melhores anos de nossa vida”, exibido em agosto de 1947 para arrecadar fundos para a entidade. Esse filme havia sido exibido nos Estados Unidos, com a mesma finalidade, fato que facilitou o consentimento por parte da produtora Metro *Goldwyn Mayer* em exibi-lo, em primeira mão, no Brasil.

OS MELHORES ANOS DE NOSSA VIDA

Uma iniciativa digna do melhor acolhimento - A *avant-première* do majestosa filme em Curitiba, reverterá em favor da Legião Paranaense do Expedicionário

[...] Essa película cinematográfica versa, precisamente, sobre os problemas da readaptação dos expedicionários à vida civil. Estuda a situação do ex-combatente, em face dos novos assuntos que lhe deparam, ao deixar a caserna. Filme profundamente humano, que desenvolve um tema dos mais palpitantes e merecedores de atenção, “Os Melhores Anos de Nossa Vida” foi premiado como o maior trabalho cinematográfico do ano.¹⁴

Segundo, o sr. Iwersen, essa foi a primeira *avant-première* realizada na capital paranaense e o dinheiro arrecadado proporcionou ao grupo a possibilidade de alugar uma sede mais central,¹⁵ partindo assim para ações maiores. Ao alugarem uma sede própria, despediram-se da dependência de estar sempre procurando lugares que pudessem realizar suas reuniões, permitindo-lhes a autonomia nos trabalhos assistenciais para com os colegas desprovidos. Esse passo dado pelo grupo de ex-

¹⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 7 ago. ,1947. p. 6

¹⁵ Na rua José Bonifácio, próximo à praça Osório.

combatentes projetou o nome da LPE para o interior do Paraná e dessa maneira ampliou seu campo de arrecadação.

As campanhas realizadas pela Legião Paranaense do Expedicionário não se limitaram aos grandes eventos, mesmo antes de conseguirem alugar uma sede própria, os legionários paranaenses desenvolveram uma campanha para ampliar seu quadro de associados; tal postura demonstra que, para continuar existindo, era necessário abrir as portas não apenas a ex-combatentes, mas também aos simpatizantes da causa. Esses eram constantemente cooptados pelos jornais que evocavam o civismo do povo paranaense. Aos poucos, a LPE ampliou seu poder de ação e, conseqüentemente, de arrecadação.

2.3 SÓCIO COOPERADOR: A DEMONSTRAÇÃO DO CIVISMO

Paranaense: contribua com \$5,00 mensais como sócio cooperador da Legião Paranaense do Expedicionário. Amparando os que necessitam do vosso auxílio, reverenciando os que perderam a vida pela dignidade de tua Pátria. (Gazeta do Povo)

A cada pedido de ajuda, uma cobrança. A todo momento, era importante que a sociedade fosse lembrada do valor dos expedicionários. Ao afiliar-se à LPE o cidadão paranaense estaria demonstrando o seu civismo não apenas pela pátria, mas também pelo Paraná. Essa seria a diferença do Paraná em relação aos outros estados: o

reconhecimento dos feitos febianos automaticamente transformava as pessoas em patriotas.

A necessidade de abrir a entidade para os “outros” era uma questão não apenas de sobrevivência financeira, mas também de ampliar o quadro de simpatizantes às experiências do grupo. Era abrir um leque de possibilidades para novos relacionamentos sociais. Esse foi, e ainda é, um fator importante para manutenção da memória expedicionária no Paraná. Cooperar significa pertencer a um determinado grupo, e isso amplia a área de atuação dele dentro da sociedade como um todo.

Como já comentamos, foi a partir da presidência do coronel Machado Lopes, em 1949, que a campanha para a construção da Casa do Expedicionário ganhou fôlego e passou a receber o engajamento maior por parte da população. Porém, mais do que isso, a campanha recebeu o apoio das autoridades políticas, apoio esse que se tornou cada vez mais importante para o grupo. A importância de Machado Lopes para a causa expedicionária fica explicitada através de jornais da época: o nome da LPE não mais aparece em primeiro plano nos convites feitos à população e às autoridades civis e militares para participarem de seus eventos; é o nome de Machado Lopes que vem à frente. O grupo, ao convidá-lo para ser presidente da entidade, sabia muito bem o que estava querendo, e soube usar o prestígio dele para impulsionar o crescimento da instituição.

O poder de ação de Machado Lopes junto ao meio político já podia ser percebido quando ele enviou um ofício ao então governador substituto do Paraná, sr. Guataçara Borba Carneiro, solicitando apoio nos eventos que seriam realizados de 4 a 11 de setembro de 1950, em prol da construção da Casa do Expedicionário.

Procurando manter o discurso filantrópico da entidade, Machado Lopes, reiterou o fato de que a futura Casa do Expedicionário traria um benefício não apenas aos ex-combatentes, mas também para a própria sociedade, pois, não existindo mais ex-combatentes vivos, tal construção seria entregue aos poderes públicos e transformada numa escola, justificando aí o auxílio solicitado.

Esse ofício foi publicado e comentado pelo jornal *Gazeta do Povo*. Como já apontamos, a opinião pública da época era informada sobre tudo o que se relacionava à LPE. A intensa propaganda que se fazia pelos meios de comunicação não apenas informava a população, era também um instrumento de poder, que os expedicionários utilizavam para pressionar o governo do Estado a colaborar com a entidade. A habilidade do grupo em relacionar a futura Casa do Expedicionário com uma escola pública traria à sociedade uma certa tranquilidade de que todo o dinheiro arrecadado estaria sendo bem empregado.

A solicitação do Coronel Machado Lopes não se limitou à capital paranaense; o presidente da LPE sugeriu ao governador substituto que solicitasse aos prefeitos de todos os municípios do estado, a realização de eventos durante a Semana da Pátria, para angariar fundos para a Casa do Expedicionário.

Pedimos vênica para sugerir a V. Excia. a realização de uma festa dançante, uma sessão de cinema e uma sessão desportiva, bem como uma quermesse, durante aquela semana, revertendo a renda como fundo para a construção da Casa do Expedicionário. Tomamos também a liberdade de lembrar a V. Excia. a constituição de uma Comissão encarregada de execução do programa acima, que poderia ser composto do Ex.mo. sr. Prefeito Municipal, pelo MM. Dr. Juiz de Direito, pelo MD. Presidente da Câmara e pelo Rev. Vigário da Paróquia.¹⁶

¹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 19 ago. 1949, p.2

Ao solicitarem o auxílio valioso do sr. Guataçara Borba Carneiro, fica claro de que maneira os ex-combatentes desenvolveram suas relações sociais. Envolvendo as autoridades de um determinado município, estabeleceriam uma relação de confiabilidade em prol de seu objetivo. Para o grupo dos ex-combatentes a sociedade local deveria estar bem representada, e por isso solicitaram que a comissão de organização dos eventos fosse composta por aqueles que ocupavam lugar de destaque na sociedade; as maiores autoridades políticas, religiosas e jurídicas de cada município, articulando, dessa forma, um bom relacionamento entre os febianos e as autoridades locais.

Essa maleabilidade do grupo paranaense em estar sempre encontrando uma forma de trocar favores, possibilitou que aquele ideal surgido nos encontros na Gráfica, de Aristides Simão, e na Confeitaria Cometa ficasse cada vez mais próximo da sua concretização. E a celebração da Semana da Pátria seria a forma utilizada pelo grupo para convencer a população a participar dos eventos em favor dos expedicionários.

No próximo mês de setembro será encetada a campanha “Pró-Construção da Casa do Expedicionário”. É dever nosso auxiliar esta meritória empreitada dos expedicionários da legião. Devemos cooperar, dando nosso apoio, comparecendo às festividades que se realizarem; estaremos contribuindo para a realização do objetivo da LPE. O auxílio que prestarmos não será em vão. Retribuirá aos pracinhas a paz que nos trouxeram.¹⁷

Os jornais da época procuraram incutir na sociedade o sentimento de “responsabilidade” para com os ex-combatentes, que deveria ser demonstrado pela participação da população nas festividades promovidas pelo grupo dos expedicionários. O interessante é constatar que a trajetória do discurso construído pelo

¹⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 Ago. 1949.

grupo legitimou a construção da Casa como sendo um mérito a ser recebido pelos ex-combatentes.

Os eventos febianos realizados no interior do estado do Paraná surtiam um efeito maior que na Capital, que já se habituara a estar sendo convocada a participar dos eventos do grupo. As cerimônias militares, como o hasteamento da bandeira e os desfiles, eram carregados de simbolismo único que envolvia a população num manto de patriotismo. A Semana da Pátria em Rolândia é um exemplo de como foram encaminhadas as celebrações patrióticas em prol dos expedicionários. Foram realizados missa, baile, quermesse e venda de objetos, como camisetas e *botons* com o emblema da FEB, sempre com o intuito de angariar fundos para a campanha da construção da Casa do Expedicionário. A preocupação do grupo em eternizar a memória aos poucos vai também se consolidando nos objetos por eles produzidos e comercializados. Uma forma de diversificar as possibilidades de manutenção de suas memórias.¹⁸

Ao analisarmos o Relatório da Campanha Pró-Construção da Casa do Expedicionário realizada em Rolândia, é possível perceber que o pedido do governador Guataçara Borba Carneiro foi prontamente atendido. Após uma longa descrição das solenidades realizadas e do balancete da arrecadação, o relatório foi assinado pelo prefeito, juiz da comarca, presidente da Câmara Municipal, além do vigário da paróquia. Tal procedimento ocorreu em várias cidades do Paraná. Podemos concluir que a Semana da Pátria foi bem aproveitada, e aos poucos os “bons relacionamentos” fortaleceram a empreitada assumida pelo grupo.

¹⁸ Campanha Pró-Casa do Expedicionário. Balancete e Relatório dos dias 4 e 11 de setembro de 1949.

É importante também ressaltar que essa “campanha patriótica” envolvia a iniciativa privada, que contribuía com doações em dinheiro; até sacas de café foram vendidas em favor da causa expedicionária. Se os jornais eram o meio de comunicação com a população, as cartas tornavam-se instrumento importante para o apelo à iniciativa privada. Essas cartas continham um forte apelo sentimental, procurando, assim, fechar um elo de poder e sedução entre os expedicionários e a sociedade como um todo.

[...] a “Casa do Expedicionário”, magnífica realização destinada, além de seu caráter assistencial, a perpetuar, como verdadeiro monumento, a memória de nossos heróicos “pracinhas” tombados gloriosamente no campo da honra [...] tem contado com o apôio e a cooperação do povo paranaense, cujo espírito de patriotismo jamais deixou de se fazer presente nas obras que visam o bem comum e a defesa do interesse coletivo. Contando, pois, com essa característica virtude de nossa gente, a LPE, no ensêjo das próximas comemorações cívicas do 7 de setembro vem apelar a VV.S.S. no sentido de cooperar para a continuação das obras [...] ofertando, uma saca de café em grão, cujo valor, não pesando quase nada no movimento comercial da importante firma de VV.S.S., terá grande importância e sabido valor para a nossa Legião [...] ¹⁹

Através das cartas, algumas empresas se comoveram com a causa expedicionária e contribuíram fazendo doações. A arrecadação dessas campanhas proporcionou ao grupo novos investimentos, como por exemplo, a compra de um automóvel para ser sorteado em benefício da edificação da Casa do Expedicionário.

Os ex-combatentes paranaenses souberam aproveitar bem o período em que Machado Lopes permaneceu na presidência da LPE. Sua gestão consolidou a credibilidade do grupo perante o poder público. Fato que pode ser percebido, quando a Semana da Pátria se transforma em “Semana do Expedicionário”.

¹⁹ LEGIAO Paranaense do Expedicionário. *Solicitação de doação para a construção da Casa*. Curitiba, 31 ago. 1950. 1 f.

2.4 A FUNDAÇÃO DA CASA DO EXPEDICIONÁRIO: LEGIONÁRIOS EM AÇÃO

[...] os perigos que corremos e, naturalmente, a consciência do dever cumprido ... isso nos uniu muito. Nós achávamos que havíamos sido convocados para cumprir um dever perante a pátria ultrajada, ofendida, então sempre mantivemos entre nós uma união muito estreita. Nós nos reuníamos inicialmente no bar, na [Confeitaria] Cometa de quinze em quinze dias. Éramos em trinta ou quarenta, mais ou menos. Tomávamos um chopinho, ficávamos batendo papo, dávamos risada, contávamos piada, essa coisa toda. Um determinado grupo, o grupo com mais responsabilidade, que eram mais oficiais, eles ... Nós oficiais achamos que devíamos materializar [sic] para que a memória da Força Expedicionária Brasileira se mantivesse na história do Brasil. Inicialmente surgiu [a idéia] de construir uma sede. Nós nos reuníamos, inicialmente, num galpão onde hoje está o Teatro Guaíra. Havia um galpão de madeira naquela época, e nós nos reuníamos ali. A idéia foi crescendo, foi crescendo. Inicialmente [a idéia] era construir uma sede, mas onde iríamos buscar recursos? (Ítalo Conti)

Para os ex-combatentes paranaenses, o relembrar as experiências de guerra era, e ainda é, a forma de manutenção do elo que os uniu. Num primeiro momento, a Confeitaria Cometa serviu como um local para o exercício de reconstruir memórias que insistiam em se firmar e que davam sustentação ao discurso e à manutenção do grupo.

Porém, não bastavam apenas as reuniões semanais ou quinzenais, havia uma forte necessidade de marcar presença, não se perder no esquecimento da sociedade e, aos poucos, ocupar um espaço que, no entender do grupo, era seu de direito. Já que haviam retornado ao Brasil com *a consciência do dever cumprido*, nada mais justo que comporem as páginas da história do Brasil. Tal empreendimento não era fácil de realizar.

Ah, a falta de recursos! A modesta contribuição dos companheiros era insuficiente para manter a instituição em suas finalidades filantrópicas. Era uma entidade pobre a querer socorrer outros pobres. Certa vez, alguém comprou um carimbo de necessidade inadiável. Houve uma discussão na Diretoria. Quem ousava despender a pasmosa quantia de Cr\$8,00 para comprar um carimbo? Velhos tempos do Tiro Rio Branco! Abnegação, renúncia, desapego, compreensão humana, fraternidade - eis as virtudes que encorajavam aquele púgilo de heróis em sua obra meritória!²⁰

A falta de recursos enfrentada pela Legião foi um reflexo direto do que aconteceu com os pracinhas. Foi necessário encontrar outros meios de arrecadação de fundos que não se resumissem apenas à contribuição dos legionários. A imprensa transformou-se no veículo de comunicação de tudo que estivesse relacionado com o grupo, ela era a porta-voz da Legião Paranaense do Expedicionário junto à sociedade. Para o sr. Mário Montanha, a chegada à capital paranaense de duas autoridades que haviam pertencido ao quadro da FEB teria sido, também, muito proveitosa para o grupo:

Calhou que para sorte nossa, o comandante da região que venho para cá foi um ex-combatente, o General [Oswaldo] Cordeiro de Farias. Ao mesmo tempo foi para a chefia da estrada de ferro, cargo importante, o Coronel [...] Machado Lopes. [...] De modo que, foi ... a mosca no mel. Para nós facilitou tudo. [...] Acontece que o prefeito de Curitiba naquela ocasião, ou naquele tempo em que se passa essa história toda, era engenheiro da estrada de ferro, era o doutor ... Prefeito de Curitiba e engenheiro da estrada de ferro, de modo que, muito ligado ao Machado Lopes.²¹

A filiação do General Cordeiro de Farias à entidade e a participação do Coronel Machado Lopes na presidência da Legião Paranaense do Expedicionário foram decisivas para trazer a credibilidade e o fortalecimento do grupo no cenário paranaense. Para se ter uma idéia do que isso representava, a figura do presidente foi amplamente utilizada através dos meios de comunicação, ele tornou-se o carro-chefe

²⁰ REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba: LPE, p. 44, 1951.

²¹ TEIXEIRA, Mario Montanha. *Entrevista*. Curitiba. 16 jun. 2000.

de tudo que se relacionasse à entidade. Durante o período em que esteve na administração, era seu nome que anunciava as festividades e eventos programados pelo grupo. Estes eventos, aliás, contavam sempre com a colaboração dos poderes públicos, de alguma forma cooptados no sentido de proporcionarem estabilidade econômica para a LPE. E, longe de tais colaborações merecerem críticas, a opinião pública as endossava.

UM ATO BENEMÉRITO DO PREFEITO DA CAPITAL

O prefeito da capital, sr. Ângelo Lopes, assinou ontem o decreto-lei 173, que reza o seguinte: Art. 1º - Ficam isentos de impostos e taxas municipais os espetáculos artísticos, desportivos e cinematográficos realizados neste Município em benefício exclusivo da Legião Paranaense do Expedicionário. Art. 2º - Este decreto-lei aplica-se ao espetáculo cinematográfico realizado nesta capital, no dia 27 de agosto de 1947, em benefício da Legião. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.²²

Não há como negar que os “políticos amigos” auxiliaram a entidade; a isenção de impostos colaborava, de certa forma para estimular o grupo a realizar cada vez mais eventos e festas em Curitiba, aumentando a arrecadação em benefício da Legião. Esse envolvimento na arrecadação de fundos, se estendeu às senhoras da sociedade curitibana e esposas de oficiais. Foram elas, muitas vezes, que intercederam em favor da entidade (em determinados eventos se transformaram em patronesses dos pracinhas).

PRÓ-MUTILADOS DE GUERRA

Um festival de arte patrocinado pela exm^a. sra. Avani Cordeiro de Faria em benefício dos mutilados de guerra, a Legião Paranaense do Expedicionário e o Instituto de Música do Paraná “Messing” com o patrocínio da exma. sra. Avani Cordeiro de Faria, realizarão, no próximo dia 14, uma festa de arte, no salão do Clube Concórdia, com início às 21 horas [...].²³

²² O DIA. Curitiba. 18 out., p.4, 1947.

²³ GAZETA DO POVO. Curitiba. 12 out., p. 3, 1947.

A sociedade curitibana se viu, de certa maneira, envolvida em todas as realizações: festas, jogos de futebol, bailes, quermesses, churrascadas e rifas de objetos de valor. É interessante ressaltar que a intensa atividade festiva do grupo, não diminuiu, pelo contrário, se prolongou através do tempo. A troca de gentilezas e agrados através de convites às esposas de militares e políticos ampliou o círculo social, que proporcionou, cada vez mais, a integração da LPE na sociedade paranaense, promovendo os pracinhas perante a opinião pública. Afinal era uma demonstração de solidariedade aos esquecidos da guerra.

A presença do Coronel Machado Lopes na presidência da LPE começou a surtir o efeito esperado. Segundo o sr. Iwersen, foram realizadas reuniões com o coronel para traçar os planos de ação para arrecadar fundos para a construção da Casa do Expedicionário, os quais eram divulgados pelos jornais, convocando a população a prestigiar a causa do ex-combatente:

O objeto principal da campanha seria um automóvel, a idéia era comprarmos um carro para sorteio em benefício da construção da Casa do Expedicionário. Em torno desse carro que foi comprado ... em 1949. Esse carro foi comprado da agência Ford, na época a revendedora em Curitiba era a firma Rocha e Cia. O coronel Machado Lopes garantiu a compra dando um cheque dele para Rocha e Cia., que seria descontado posteriormente pela Legião [...] Com esse carro nós levantamos um fundo importante. Foi a peça principal de arrecadação para a construção da casa. [...] Um Ford zero quilômetro, quatro portas; na época, último modelo, recém importado. Com esse carro passamos a rodar por Curitiba, em pontos distintos, principalmente na Boca Maldita, na rua Quinze [de Novembro], na saída dos cinemas. Nós mesmos estávamos ali vendendo a rifa e recolhendo o dinheiro, depositando no banco esse dinheiro.²⁴

²⁴ Ao descrever os lugares por onde passaram com o automóvel, o sr. Iwersen aponta algumas peculiaridades na Curitiba dos anos de 1950, como a rua Quinze e a saída dos cinemas, momento em que os pracinhas aproveitaram para vender as rifas referentes ao carro. Atualmente os cinemas da cidade estão restritos aos *shoppings* que centralizam a maioria das de exibição. No palácio Avenida, hoje sede de um banco, existia o cine Palácio e o Cine Avenida, onde mais tarde se realizaria uma *avant-première* organizada pelos expedicionários para arrecadar fundos para a legião. IWERSEN. *Entrevista*. Curitiba, 26 maio 1998.

Mas essa “propaganda motorizada” não se limitou apenas à cidade de Curitiba, *o carro também fez viagens pelo interior, principalmente o Norte novo que na época fervilhava dinheiro.*²⁵ Ao chegarem nas cidades do interior o carro era exposto na praça principal ou em frente à igreja, ou ainda onde houvesse maior fluxo de pessoas. Expor o carro era fundamental para dar credibilidade à campanha. Em algumas cidades, recebiam apoio do poder local civil ou religioso para divulgar a campanha, em outras esse processo era mais precário. O momento em que estas ações são desencadeadas coincide com o período em que o Paraná estava sendo colonizado pelos migrantes que se deslocaram de São Paulo e Minas Gerais a procura do *eldorado*, quando o café tornou-se importante para o desenvolvimento econômico do estado²⁶.

De qualquer forma, cada montante arrecadado era rapidamente depositado no banco para cobrir o cheque dado à revendedora Rocha e Cia. por Machado Lopes, afinal era preciso honrar o nome do coronel.

Na concepção do grupo, a rifa era o grande passo para concretizar o objetivo de edificação de um espaço próprio, no qual pudessem desenvolver as atividades previstas no estatuto da LPE.

Porém, outra campanha nos mesmos moldes da Legião passou a ser divulgada, e acabou por prejudicar sua arrecadação. Tal situação causou a indignação do grupo que lançou um protesto através dos meios de comunicação:

[...] atitude deselegante dos responsáveis pela “Campanha Pró Colégio Fides”, em lançar nesta Capital a venda de bilhetes para o sorteio de um automóvel, justamente na ocasião em que

²⁵ Id.

²⁶ IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba: 1989. p23-25

esta entidade está empenhada na mesma tarefa, com o intuito de obter fundos para a construção nesta cidade de uma Casa Monumento [...]²⁷

Mas a campanha prosseguiu, e o sorteio realizado pela Loteria Federal colocou os expedicionários frente a um dilema: o número sorteado não havia sido vendido. Isso causou um certo mal estar, já que a constante preocupação do grupo era manter uma imagem de seriedade e honestidade. Mantendo sua linha de “boa conduta”, o grupo resolveu realizar um novo sorteio, vendendo os bilhetes restantes e considerando válidos também os que já haviam sido vendidos: *passamos a fazer um novo sorteio, informando que os bilhetes vendidos continuariam concorrendo*. Tal postura teve excelente repercussão e todos os bilhetes acabaram sendo vendidos.

É importante ressaltar que o fio condutor da campanha passou pelo apelo ao patriotismo e ao sentimentalismo, algo como: “nós lhe defendemos, agora queremos a recompensa”. Esses eram os apelos publicados em periódicos da época, conclamando a sociedade para a sua contribuição na edificação da Casa do Expedicionário. Essa construção, na concepção do grupo paranaense, colocaria fim à insegurança de estar pedindo favores e até mesmo de não precisar mais pagar aluguel. Possuir um espaço definitivo traria tranquilidade não apenas aos febianos, mas à sociedade como um todo, afinal, colocá-los num lugar específico diminuiria “o sentimento de culpa”, ou melhor, não perturbariam mais.

²⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba. 30 set., p. 2, 1949.

2.5 UM PROJETO: UM MONUMENTO AOS HERÓIS

Agita-se entre nós a idéia de se fundar a “Casa do Expedicionário”. Nenhum pensamento, neste instante voltado para a Vossa Pátria, poderá ter uma tão nobre expressividade cívica. A “Casa do Expedicionário” será um ponto de apoio para os que precisarem valer-se, como também será um monumento levantado em honra daqueles que um dia tudo deixaram e seguiram, rumo do dever, para as plagas onde estava se decidindo o destino da humanidade; (Gazeta do Povo)

A preocupação em edificar um local que pudesse acolher os expedicionários não estava apenas comprometida com preocupações assistenciais, mas também com um espaço que pudesse estar sempre lembrando os feitos da FEB. A Casa do Expedicionário seria concebida como um monumento aos “heróis”.

Após as campanhas realizadas em todo o estado, e de posse do dinheiro arrecadado, o grupo passou a pensar na arquitetura dessa “Casa Monumento”. Afinal, o tempo passava e a cada dia os expedicionários percebiam que não bastavam as comemorações realizadas junto à sociedade, algo mais era necessário ser feito para que o tempo não os colocasse no esquecimento. Segundo Jacques LE GOFF, “o monumento possui dois sentidos: uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.”²⁸ A construção de uma Casa Monumento constava nos estatutos da LPE em 1945, já demonstrando o sentimento de perpetuação.

²⁸ LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: **História e memória**. Campinas (SP), UNICAMP, 1996. p. 535-559

No final de 1950, segundo o sr. Ítalo Conti, foi organizado um concurso para a escolha do projeto arquitetônico da futura Casa do Expedicionário. Foram enviados para a entidade cinco projetos, dos quais o escolhido foi o do engenheiro Euro Brandão, que trabalhava na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e já fazia parte do círculo de amigos da entidade. Essa relação talvez tenha propiciado que o seu projeto atendesse melhor os anseios do grupo.²⁹ Para o sr. Ítalo Conti,

Nós resolvemos escolher um projeto mais clássico. Havia quatro projetos, um com um tipo a Oscar Niemeyer, um “troço” meio torto e uma torre. Mas que eu me lembre dos quatro esse [do Euro Brandão] era o mais clássico, mais tradicional. [...] nós queríamos que fosse uma arquitetura que ... resistisse aos tempos.³⁰

Resistir ao tempo era a grande preocupação do grupo, e não é difícil imaginar que a arquitetura escolhida deveria possuir um estilo que, na opinião dele, conseguisse manter-se apesar das transformações que a sociedade viesse a sofrer. Para isso, deveria ter um estilo que se perpetuasse e explicitasse a importância do lugar, afinal seria um templo aos heróis. Essa preocupação é percebida no comentário do sr. Conti:

há arquitetura Niemeyer, que foi muito bonita por dois ou três anos e depois perdeu a característica, e há arquiteturas que se mantêm até hoje. Por exemplo, a românica, a barroca se mantêm. [...] Linhas clássicas que resistissem ao tempo. Por isso nós escolhemos aquele”.³¹

²⁹ TEIXEIRA, Mario Montanha. **Entrevista**. Curitiba,

³⁰ CONTI, Ítalo. **Entrevista**. Curitiba, 16 jun. 2000.

³¹ Idem.

FIGURA 2 – A SEDE



Museu do Expedicionário

Ao visualizarmos a arquitetura da Casa do Expedicionário, é possível entender a importância que o grupo delegou a ela. Como comenta o sr. Iwersen, a escolha do projeto de Euro Brandão não estava relacionada apenas com a linha neoclássica, *os outros [arquitetos] não previam nenhum monumento. Ele propunha um monumento, mostrando uma patrulha em ação e dava um espaço na frente para a realização de solenidades cívico-militares. A praça também faz parte do conjunto todo.*³² Esse comentário possui um fator importante a respeito da concepção da arquitetura do museu: a necessidade de um espaço para realizar as comemorações, possibilitando a participação da sociedade civil e dos militares junto ao prédio. Isso nos permite refletir sobre a preocupação do grupo em edificar um local que não apenas encerrasse a história da FEB, mas que, através dele, pudessem ritualizar publicamente suas memórias de guerra. Assim, o projeto em questão contemplava, em vários aspectos, os

³² IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba. 29 abr. 1998.

anseios do grupo paranaense: as linhas neoclássicas, traduzindo um sentido de perenidade, uma praça e algo mais: um monumento.

FIGURA 3 - O MONUMENTO



Escultura de Humberto Cozzo

O monumento seria colocado no alto da Casa do Expedicionário e representaria, definitivamente, que aquele lugar era um templo dedicado aos heróis. Assim, a Casa do Expedicionário seria entendida pela sociedade como um lugar especial e não apenas como uma casa de hospedagem de pracinhas desamparados. Logo, eram necessários alguns cuidados para a “valorização” da imagem arquitetônica, evitando, assim, que se tornasse um lugar comum. O monumento retratando uma patrulha em ação demonstrava bem essa idéia. A escultura, produzida pelo artista Humberto Cozzo, foi projetada para compor um memorial ao “herói” de guerra. Se o herói morto podia ter a

sua memória enaltecida com uma escultura, nada mais natural que o “herói vivo” reivindicasse a sua. Os jornais deixavam clara essa necessidade: “Na paz ou na guerra, é gloriosa a missão dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira”.³³

A Casa do Expedicionário, um **monumento** arquitetônico que orgulhará a nossa capital, e que dentro de quinze anos será transformado numa escola. Os feitos da FEB, permanecerão vivos no coração das gerações vindouras. Ela perpetuará a glória dos nossos heróis. [...] Muito embora ainda não esteja terminada mas sim em fase adiantada de construção, a “Casa do Expedicionário”, localizada no Largo da Paz já é ponto de referência para a cidade, ponto obrigatório de visita aos turistas que vem conhecer a Capital do Paraná.³⁴ (grifo nosso)

O discurso assistencialista vai, aos poucos, cedendo lugar definitivo à perpetuação da memória dos febianos. Não se trata de terem esquecido a questão econômica, até porque muitos pracinhas ainda se encontravam em dificuldades, mas ela foi delegada aos “políticos amigos”, que procuravam resolvê-las através de leis.

Além disso, para ocupar seu espaço na sociedade, era necessário mostrar que a construção da Casa do Expedicionário atenderia a população em geral. A sociedade era levada a perceber os pontos positivos da existência desse monumento: um embelezamento arquitetônico para a cidade, justificado pela procura dos turistas que vinham à capital e, ainda, a escola em que se transformaria a Casa do Expedicionário. Essa preocupação faz sentido na medida em que percebemos a intensa utilização do poder público em prol de um ideal particular.

Se na parte externa ficaria evidente o esplendor das memórias febianas, como ficaria, no projeto de Euro Brandão, a parte interna da casa? Neste ponto, o projeto não poderia se distanciar muito da questão assistencial.

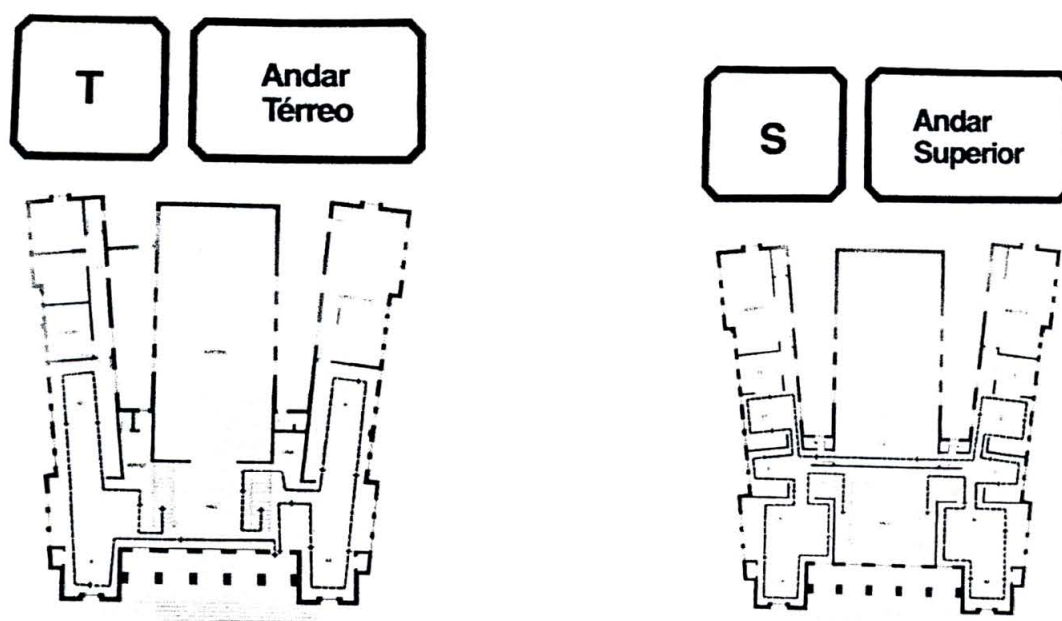
³³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 jun., p.4, 1951.

³⁴ Id.

Contará a Casa do Expedicionário, com grande salão para conferências e comemorações, museu e biblioteca destinados exclusivamente a cultuar os feitos da FEB. Ambulatório médico e dentário. Instalações para a administração e para fins culturais e recreativos, além de dez quartos perfeitamente mobiliados, que servirão para os expedicionários de todo o Brasil, em trânsito por nossa capital.³⁵

Dessa forma, a parte interna estava projetada da seguinte maneira: no andar térreo da casa, um salão faria as honras para receber os ilustres visitantes, também servindo para a manutenção dos encontros do grupo. E ainda, a tesouraria que recolhia as mensalidades, a sala da diretoria, ambulatório odontológico e, como não poderia faltar, a cozinha.

FIGURA 4 – PLANTAS BAIXAS DO PRÉDIO



Plantas de autoria de Euro Brandão, do Museu do Expedicionário – Acervo Museu

No andar superior, localizavam-se os quartos que hospedariam os pracinhas do interior quando viessem para a Curitiba a procura de ajuda, desde um internamento

³⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba. 15 jun., 1951. p.3.

num hospital, arrumar emprego, ou para resolver questões burocráticas relacionadas a sua condição de ex-combatente. Também na parte superior, um espaço foi criado para receber um pequeno museu, que reuniria objetos doados pelos próprios expedicionários. Um museu ainda um tanto tímido, mas que já projetava a intenção futura do grupo.

2.6 A ESCOLHA DO TERRENO: UM LUGAR ESPECIAL

Fica o Poder Executivo municipal autorizado a doar uma área de terreno, de preferência na Praça do Expedicionário Paranaense, - conforme o previsto e assegurado na Constituição Estadual do Paraná, e que será um imperecível monumento a honrar a memória dos paranaenses que se sacrificaram pela dignidade do homem e pela grandeza da Pátria. [art.2º da Lei municipal n 23,22/03/ 1948].
(Diário Oficial)

Concluída a fase de escolha de projeto para a construção da Casa do Expedicionário, foi aberta a licitação para as obras propriamente ditas. A empresa vencedora, Construtora Copara, ficou aguardando a definição do local em que o tão desejado “monumento” fosse edificado.

A doação do terreno para a edificação da Casa do Expedicionário já havia sido conseguida desde março de 1948, por intermédio de lei sancionada pelo prefeito de Curitiba, Ney Leprevost. A mesma lei, em seu artigo 1º, concedeu o título de cidadão honorário da cidade de Curitiba ao marechal Mascarenhas de Moraes, além de incluir

um dispositivo que determinava a colocação de uma placa na Casa do Expedicionário com os seguintes dizeres: “*Homenagem do povo curitibano ao Expedicionário do Paraná, que combateu sob ordens do Marechal Mascarenhas de Moraes*”. Atrelar a inauguração da “Casa Monumento” a Mascarenhas de Moraes significou também a divulgação nacional dos feitos dos febianos paranaenses.

Segundo o sr. Iwersen, a escolha do terreno teria acontecido quando ele e um *companheiro febiano*, o sr. Ítalo Anderson, percorreram todo o arquivo de terrenos da prefeitura de Curitiba para localizar uma área que fosse de interesse para o grupo construir a Casa. Inicialmente, eles tiveram a idéia de construir no local onde hoje está estabelecido o Centro Cívico da capital paranaense, mas como já se cogitava construir o palácio do governo e outros órgãos públicos naquele local, acabaram por desistir:

Procuramos por outras áreas e chegamos a essa aqui. [...] Nós fomos vendo pela cidade e achamos, o Ítalo e eu, que a colocação era privilegiada, no alto. Em Curitiba ainda não existiam os prédios em volta, tinha o belvedere, uma vista sobre a cidade.³⁶

Ao relembrar o momento em que procuravam um local para construir a Casa do Expedicionário, o sr. Iwersen nos remete a dois momentos de suas lembranças. Ao se recordar que ele e o sr. Ítalo Carmeno Anderson, juntos, optaram por um espaço que lembrava um *belvedere*, ele se utiliza de um referencial atual para descrever a região como desprovida de prédios, e que ainda proporcionava, naquele momento “uma vista sobre a cidade”. O presente, manifestado pelos atuais prédios, contrasta-se com o passado de uma paisagem ainda marcada pelos largos espaços: quase em linha reta,

³⁶ IWERSEN, Thomaz Walter. *Entrevista*. Curitiba. 26 mai. 1998.

seguindo pela rua Marechal Deodoro, desde o centro da cidade, um suave aclive conduziria o olhar do curitibano em direção à Casa do Expedicionário.

A escolha do terreno esteve diretamente relacionada com a preocupação em não apenas construir o monumento, mas em definir um local que tivesse uma boa visibilidade, afinal “quem não é visto, não é lembrado”. Mas, não bastaria ao grupo ser visto, era preciso também ser visitado; portanto, ao escolherem a localização da Casa, a preocupação era que o terreno pertencesse a uma área nobre da cidade.

[...] nós achamos que o local era muito bom [...] Tinha a rua Ubaldino do Amaral que era movimentada. O Alto da Rua Quinze era uma zona, de certa forma, privilegiada de Curitiba. [...] A localização valorizava, porque se fosse num local muito distante haveria dificuldade de acesso. Ali é muito fácil, tem passagem de ônibus, tem tudo. Nós fomos muito felizes nessa escolha do local.³⁷

Após encontrarem o local que consideraram apropriado para a construção da Casa, foram à Prefeitura Municipal, e lá receberam a informação de que o terreno estava embargado. A prefeitura não poderia ceder o terreno, que pertencia à família Scott Murray, pois, segundo o sr. Iwersen, era parte de uma propriedade maior que estava sendo loteada e o local escolhido havia sido doado à prefeitura para que ali fosse construída uma praça. Porém, a família embargara a doação quando soube que ali não seria construída a tal praça. Restava aos pracinhas pedir auxílio aos “políticos amigos” para resolverem tal questão.

Recorreram ao prefeito Lineu Ferreira do Amaral, que fora engenheiro da Rede Viação Paraná-Santa Catarina e que trabalhara com o coronel Machado Lopes. Essa coincidência possibilitou que o grupo, juntamente com a prefeitura, intercedesse junto

³⁷ CONTI, Ítalo. *Entrevista*. Curitiba. 15 jun. 2000.

à família que, na época, residia no Rio de Janeiro. Enviaram um ofício para a família Scott Murray, escrito pelo sr. Mario Montanha:

[...] professor de oratória, advogado, secretário da LPE na época, fez um belíssimo ofício para a família dizendo do que se tratava, qual a finalidade, qual a intenção. A família de imediato telegrafou, informando que se fosse para essa finalidade indicada eles levantariam o embargo. E de fato eles levantaram o embargo e com isso a prefeitura fez a doação.³⁸

Assim, mais uma vez, os laços de amizade desenvolvidos pelo grupo fundador da Legião colaboravam para que as dificuldades encontradas pelo caminho fossem sendo superadas. Iniciou-se, então, a construção do “templo aos heróis”.

Mas, a doação do terreno não foi suficiente para que a construção desse “templo” saísse do papel; foi necessária uma maior contribuição. E ela veio através de leis sancionadas em benefício do grupo, não apenas pelo município de Curitiba mas, também, pelo governo do Estado. Pela Constituição Estadual vigente na época, o Estado do Paraná era obrigado a contribuir com a importância mínima de 25% sobre o valor da construção. Tal quantia ficaria sob a administração da LPE, que já era reconhecida legalmente como sendo de utilidade pública, pelo art. 19 do Ato das Disposições Transitórias.³⁹ Dessa maneira, foi aberto um crédito para atender as despesas com a construção da casa.

Apesar de terem conseguido fundos que ultrapassavam o montante de oitocentos mil cruzeiros, esse valor não cobriria as despesas com o ajardinamento, decoração e mobiliário da futura casa. E, nesse sentido, o Estado deveria contribuir mais uma vez, com “a grandiosidade da obra”.

³⁸ IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba, 26 mai. 1998.

³⁹ Id.

Será mais um monumento a embelezar nossa capital e também Curitiba será pioneira em todo o Brasil em reconhecer o esforço dos brasileiros que combateram em defesa da Pátria e ainda, em retribuir esse esforço com benefícios aos que efetivamente hoje padecem em consequência dos males e desajustamentos oriundos da maior guerra mundial dos nossos tempos, onde o Brasil se cobriu de glórias. Hoje o estado contribuirá com Cr\$ 533.500,00 para o benefício dos ex-combatentes necessitados, mas amanhã sua Capital será ornamentada com um marco imperecível da grandeza de seus filhos e ainda receberá esse edifício gratuitamente. Daí propomos 50% sobre o valor da construção.⁴⁰

Com esse discurso, a entidade, muito bem representada pelo deputado estadual e ex-combatente sr. José Machuca, conseguiu modificar e aprovar na Assembléia Legislativa Estadual uma lei que na concepção do grupo febiano, seria também importante para a sociedade paranaense. Assim, foi sancionada a lei que mudava a participação do Estado de 25% para 50% nas despesas com a construção da Casa. Ao que parece, na concepção do grupo, seria uma modesta contribuição do Paraná para a história do Brasil, e ela só traria benefícios: o reconhecimento de seus heróis perante o Brasil, o pioneirismo de uma atitude na concretização de um prédio em louvor à memória da FEB e, além disso, garantia-se a construção de uma futura escola que contribuiria para o desenvolvimento do povo. Importante frisar, tudo isso “gratuitamente”, como tão bem argumentou o deputado José Machuca.

⁴⁰ Justificativa da Lei nº 397 de 14/10/1950 feita pelo ex-combatente deputado estadual José Machuca.

2.7 O GRANDE DIA CHEGOU: A INAUGURAÇÃO

Uma visita ao templo dos ex-combatentes do Paraná - Solucionado, definitivamente, em nosso Estado o problema dos 'pracinhas' deslocados - Valeu a pena lutar na Itália? - Dia 15 de novembro, inauguração da monumental obra transformada em realidade pela Legião Paranaense do Expedicionário - Primeira realização, no gênero que se concretiza no Brasil (O Estado do Paraná)

Com a inauguração da Casa do Expedicionário, em 1951, foi possível perceber a materialização do casamento perfeito entre poderes públicos, ex-combatentes e a sociedade. Cada segmento civil, militar e religioso esteve representado naquele momento, e não poderia faltar a tal evento o homem que possibilitou sua concretização, como narra o Sr. Iwersen:

Depois de construída a sede, nós a inauguramos. Fizemos uma inauguração em 15 de novembro de 1951. Na ocasião trouxemos o então já General Machado Lopes, que veio especialmente do Rio [de Janeiro]. Inauguramos com solenidades. O povo aqui presente, a praça lotada. A casa ficou cheia de autoridades civis e militares, o governador estava presente. Bento Munhoz da Rocha, muito nosso amigo, ele participava [...] a todo momento estava aqui na casa, visitando, acompanhando a construção da casa. Passando por aqui ele desembarcava e entrava, interessado.⁴¹

A data para a inauguração da Casa do Expedicionário foi atrelada a uma data histórica nacional, 15 de Novembro, em que se comemora a Proclamação da República. Esse procedimento, aliás, foi constantemente estabelecido pelos expedicionários, que sempre souberam utilizar-se das datas do calendário oficial para reafirmarem seu papel na sociedade.

⁴¹ IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba, 26 maio 1998.

A inauguração tornou-se, para a Legião Paranaense do Expedicionário, o momento oportuno não somente para homenagear seus colaboradores, mas também para que a entidade ampliasse um círculo de contatos influentes, tanto civis quanto militares. A presença de representações diplomáticas na lista de convidados trouxe bons frutos para a Legião. Foram convidados para cortar a fita de inauguração da Casa o Coronel Machado Lopes e o Marechal Mascarenhas de Moraes, este não pode comparecer.

Foram realizadas, anteontem, por ocasião do aniversário da proclamação da República, as solenidades de inauguração da Casa do Expedicionário, monumento erigido, nesta Capital, em homenagem aos que lutaram na Itália, durante a última guerra. Ao ato compareceram as mais altas autoridades civis e militares: o governador do Estado, o comandante da Região Militar, o presidente da Assembléia Legislativa, O Prefeito Municipal de Curitiba, o representante do Arcebispo Metropolitano, representações diplomáticas, além de grande número de pessoas convidadas. Naquela oportunidade, foi descerrada, à frente da Casa Monumento, uma placa oferecida pela cidade de Curitiba, ao Expedicionário do Paraná. (Gazeta do Povo)

Apesar de descerrada a placa oferecida pela cidade aos seus heróis,⁴² não se tem menção de uma participação efetiva da população em geral no evento. Porém, desde antes da inauguração, os curitibanos eram insistentemente estimulados a conhecer o “templo aos heróis”. Na *Gazeta do Povo* de 15 de junho de 1951 lia-se:

Interessante é registrar entretanto, que muito embora os curitibanos saibam desse empreendimento e tenham cooperado decisivamente para a sua concretização, nem todos o conhecem de perto e nem sequer avaliam a beleza dessa obra magestosa, num dos pontos mais altos da cidade, domina-a pela sua elevada significação.⁴³

⁴² ESTADO DO PARANÁ. Curitiba. 28 out., p. 7, 1951.

⁴³ GAZETA DO POVO. Curitiba. 15 jun., p.3, 1951.

Para o grupo, era necessário que a população freqüentasse a Casa e a compreendesse como um monumento importante para a sociedade paranaense. Tal procedimento contribuiria para divulgar o espírito patriota do povo, numa demonstração cívica que serviria para exaltar o pioneirismo do Paraná aos demais estados da federação. Esse pioneirismo, à propósito, recebia grande impulso da imprensa, que, em determinados momentos, se referia à edificação denominando-a de Casa do Expedicionário Brasileiro e, em outros, como Casa do Expedicionário. Essa alternância em denominar a Casa está intimamente ligada ao discurso do grupo paranaense, que procurava elevar a importância daquele espaço, nacionalizando – ou até internacionalizando - sua função.

Algumas vezes, personalidades militares de outros países, em visita ao Brasil, eram gentilmente convidadas a conhecer a Casa do Expedicionário. Manter-se em evidência era fundamental para o grupo paranaense. Para eles não existiam fronteiras, era importante divulgar a existência do monumento a eles erguido, ou melhor, aos heróis brasileiros da Segunda Guerra Mundial.

Domingo último, a Casa do Expedicionário, na Rua Ubaldino do Amaral, esteve de festas com a visita alvissareira de Comitativa Militar, da qual fazia parte o General norte-americano RAYMOND LEE, que se fazia acompanhar de outros generais de nosso Exército. A visita que foi demorada, levou ao coração de nossos Expedicionários a garantia da amizade sincera que emana do povo estadunidense representado pelo bravo oficial. Na oportunidade se fizeram ouvir vários oradores, que recordaram as passagens épicas da 2ª Guerra e os episódios mais ligados à Força Expedicionária Brasileira, que na Velha Itália, cobriram de glória a Nação brasileira.⁴⁴

Nada mais glorioso para os ex-combatentes do que receber a visita de um general norte-americano. Nessa visita, além das comemorações, a preocupação do

⁴⁴ ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 12 dez., p. 5, 1951.

grupo em rememorar os episódios da guerra foi o assunto principal. Afinal, mais importante que as dificuldades e rejeição que sofreram no regresso da guerra, era lembrar a gloriosa FEB, aquela que embarcou para a velha Itália. Os assuntos internos continuariam a ser tratados através de seus representantes ou dos “políticos amigos”⁴⁵.

O discurso construído pelos expedicionários paranaenses no primeiro momento foi, aos poucos, se reestruturando. Agora, a manutenção da memória deveria ocupar seu lugar de fato e seria através dela que outras campanhas viriam. A Casa do Expedicionário foi sendo utilizada também para mostrar o poder dos febianos paranaenses aos colegas de outros estados. *Quando nós inauguramos a Casa e realizamos o primeiro Congresso de âmbito nacional, trazendo companheiros de todo o Brasil para um congresso extraordinário.*⁴⁶

Esse foi o momento em que definitivamente o grupo paranaense passou a ganhar poder de influência dentro da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Apesar de estarem distantes, e serem uma entidade independente, construíram um lugar de honra para o ex-combatente na comunidade nacional. É importante ressaltar que o grupo paranaense conseguiu, mesmo estando fora da associação nacional, realizar um Congresso Extraordinário no Paraná, com a participação das seções estaduais.

Durante os três dias do Congresso, contaram, inclusive, com a presença do “político amigo”, governador Bento Munhoz da Rocha.

⁴⁵ “Os políticos amigos eram companheiros nossos que estavam na época exercendo função parlamentar. Tinham sido eleitos para Câmara dos Deputados e aqui para nossa Assembléia Legislativa; esses eram os políticos amigos. E outros, ligados a eles, que se tornaram nossos amigos.” IWERSEN, Thomaz Walter. *Entrevista*. Curitiba, 21 de Jun. 1999.

⁴⁶ IWERSEN, Thomaz Walter. *Entrevista*. Curitiba, 26 maio, 1999.

No segundo governo dele diversos companheiros nossos trabalharam. Ele sempre esteve muito ligado a Legião. Em 1953, quando fizemos um congresso extraordinário, ele participou intensamente: Congresso Extraordinário dos Ex-Combatentes do Brasil. Reunimos companheiros de todo Brasil. A Legião independente trouxe companheiros de todo Brasil e fizemos um congresso muito grande, muito bonito. Em 1953, justamente quando do aniversário da Emancipação Política do Estado do Paraná, fizemos um congresso em homenagem ao Paraná, e o Bento [Munhoz da Rocha], como governador, participou nas três noites de sessões aqui na casa. Participou e deu sempre a sua mensagem. Era historiador, um homem extraordinário, de capacidade.⁴⁷

O governador do Paraná era peça importante, pois a vinda dos ex-combatentes para o congresso seria apadrinhada por ele.⁴⁸ Assim, não se tratava apenas de um congresso comum, mas de um evento que homenageava a Emancipação Política do Paraná, fato que justificava qualquer colaboração financeira por parte da administração pública. Esta disponibilidade do governador em colaborar com o Congresso Extraordinário de Ex- Combatentes do Brasil seria premiada, cabendo a ele o discurso de abertura desse evento. Há que se considerar que, em se tratando de um congresso febiano, outras opções existiam para o discurso de abertura, como, por exemplo, o Marechal Mascarenhas de Moraes, que também participou desse encontro. Essas gentilezas demonstram o bom relacionamento dos febianos paranaenses com o poder local.

Mas o congresso não se resumiu apenas a discursos em prol dos feitos febianos. As festas e “cantorias” também estiveram presentes; as lembranças não estavam ligadas apenas aos campos de batalhas, mas também ao que acontecia com os

⁴⁷ Id.

⁴⁸ Relatório da Diretoria da L.P.E 24/06/1953, publicado na Revista do Expedicionário o qual relata : Os primeiros passos para a organização do Congresso e propaganda em torno do mesmo já foram dados, tendo em vista ter esta diretoria conseguido da Comissão de Festejos do centenário uma verba de Cr\$ 200.000,00 para as despesas decorrentes com o Congresso, bem como o compromisso da referida Comissão em conseguir as acomodações necessárias às representações que se farão presentes.

expedicionários cotidianamente. Foi mais um momento para construir e estreitar laços de solidariedade e amizades.

Fora dessas ocasiões especiais, a Casa do Expedicionário constituía-se em um espaço para a recordação e a transmissão de experiências e lembranças. Aos poucos, a Casa, um espaço de convívio, adquiria aquele sentido desejado desde as primeiras reuniões do grupo: espaço para construir uma memória.

2.8 A TRANSFORMAÇÃO: O NASCIMENTO DO MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO

Em 1979, a minha diretoria apresentou uma proposta, em assembléia, para transformar toda sede em museu, porque chegamos a conclusão que a maioria de nossos companheiros já estavam assistidos de uma maneira ou outra. (Thomas Walter Iwersen)

Passados os anos, a questão assistencial já estava resolvida, os febianos carentes já não eram mais tão carentes; afinal, as leis e os políticos amigos foram colaborando para que isso ocorresse. É importante lembrar que o destino dado aos ex-combatentes foi a aposentadoria da função pública, estadual, municipal ou federal, ou foram reformados pela função exercida ou como pensionistas. *Então, como a maioria estava com a vida mais ou menos tranquila,*⁴⁹ outra campanha estava por vir: a transformação da Casa do Expedicionário em museu. Ou melhor, o museu foi ampliado, pois ele já

⁴⁹ Id.

existia desde a inauguração da Casa. Eram apenas duas salas na parte de cima da Casa, onde ficavam os quartos que recebiam os febianos que moravam no interior e que vinham para a capital a procura de ajuda. Esse pequeno museu havia recebido o nome de Max Wolff Filho, uma homenagem ao paranaense que morreu na guerra e que era, e é, considerado um herói.

Assim, em 1979, relata o sr. Iwersen, *achávamos que essa primeira fase da entidade, dar assistência aos companheiros carentes, já tinha sido ultrapassada, e que tínhamos de preservar a memória da participação do Brasil através da ampliação do nosso museu.*⁵⁰ Esse pensamento ganhou força entre os expedicionários paranaenses através de um projeto junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC⁵¹. Nessa nova empreitada do grupo, o caminho para conseguir fundos para a reforma não foi tão árduo.

Esse dinheiro nós conseguimos através da venda de duas quadras à COHAB-Curitiba.⁵² Isso feito através do prefeito que era muito amigo nosso e através do companheiro [Felipe Aristides] Simão. Saul Raiz era o prefeito na ocasião, em contato com ele nós conseguimos que a COHAB-Curitiba adquirisse, no valor do projeto do IPPUC, esses terrenos que nós tínhamos no Barigüi. Eram terrenos que tinham sido invadidos.⁵³

Os dois terrenos mencionados haviam sido doados pela prefeitura à Legião, para a construção de uma sede campestre que serviria para festividades, mas as condições do terreno não colaboraram para que isso fosse possível.

Tínhamos combinado com o secretário de segurança em nos ceder detentos da penitenciária para trabalhar lá, escavar, mas seria uma coisa muito demorada, muito

⁵⁰ IWERTSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba. 29 jul. 1998.

⁵¹ Órgão Público Municipal de Planejamento Urbano.

⁵² Companhia de Habitação de Curitiba

⁵³ Idem.

*difícil. Detentos, de repente, iam fugir e nós seríamos os responsáveis pela fuga”.*⁵⁴

Para os legionários era arriscar muito colocar detentos para trabalhar numa obra da Legião, mas o interessante é notar o seu poder de ação, a ponto de o secretário de segurança da época, Sr. Ítalo Conti, disponibilizar detentos em prol da causa febianana. Na realidade, como vimos acompanhando, essa disposição do secretário de Segurança, um ex-combatente, não é surpresa.

Com a colaboração do prefeito Saul Raiz e da COHAB-Curitiba, o projeto do IPPUC foi transformado em realidade. Os terrenos foram vendidos para a prefeitura exatamente pelo valor da reforma, foi um “toma lá, dá cá”. Mais uma vez, a rede de amizades possibilitou uma grande obra, a transformação da Casa do Expedicionário em um museu; os quartos e os consultórios perderam sua função, e a luta estava agora centrada num só objetivo: a memória do grupo.

A partir de 1979, ano em que foi iniciada a reforma da Casa, as reuniões da Legião Paranaense do Expedicionário continuaram a ocorrer em um anexo construído especialmente para a realização de suas comemorações. Com o término da reforma, era preciso inaugurar e abrir o novo museu para a sociedade paranaense. Do pequeno museu Max Wolff Filho, restou a placa do dia em que foi inaugurado.

O novo museu foi inaugurado em 19 de dezembro de 1980⁵⁵. Nessa ocasião, trouxemos a Curitiba o que fora comandante da Artilharia Divisionária na Itália, e aqui comandante da região, Osvaldo Cordeiro de Farias e a sua senhora. Vieram para a reinauguração do nosso museu. No dia eu convidei a esposa dele e o governador Ney Braga para descerrarem a fita de inauguração do novo museu. Foi uma festa muito grande, muito bonita, com muita gente. E aí então ficou o museu instalado onde está hoje.⁵⁶

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ A data escolhida para a inauguração do novo museu coincidia mais uma vez, com uma data oficial: a de comemoração da Emancipação Política do Paraná.

⁵⁶ IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba. 29 de abr. 1998

O grupo não poderia esquecer Osvaldo Cordeiro de Farias, um amigo e protetor dos primeiros tempos, foi ele que reconheceu e deu importância ao grupo. Mas a manutenção do grupo exigia novos laços, o que fica evidente com a presença do governador Ney Braga. Ao refletirmos sobre as relações políticas estabelecidas é possível percebermos que o grupo manteve-se muito próximo do poder local, o que o possibilitou levar adiante sucessivas e bem sucedidas campanhas. Essa característica fica explícita quando se visita outros redutos da FEB, onde se percebe que também se utilizaram das ligações com o poder, embora em menor escala.

Até hoje, ao freqüentar alguns dos eventos desse grupo, nota-se a presença de pessoas ligadas ao poder público e militar em detrimento da participação da população de um modo geral.

3 O LUGAR

3.1 AS COMEMORAÇÕES: AS DATAS CÍVICAS COMO MEIO DE INSERÇÃO SOCIAL

Comemorar as datas históricas dos feitos das Forças Brasileira na Segunda Guerra mundial, cultuando a memória dos que nela tombaram, bem como associar-se às comemorações das grandes datas nacionais. (Estatutos Da Associação Dos Ex-Combatentes do Brasil)

Nos capítulos anteriores, procuramos mostrar a trajetória do grupo expedicionário paranaense na busca de sua institucionalização, bem como apontamos os meios de que se utilizaram para construir um discurso que, baseado nas memórias de guerra de seus integrantes, possibilitasse seu reconhecimento junto a sociedade paranaense. A partir de agora passamos a discutir como o grupo procurou caminhos para se inserir em uma memória oficial.

A memória oficial da Segunda Guerra Mundial foi construída a partir dos relatos dos comandantes. Um dos primeiros livros publicados sobre a participação da FEB naquele conflito foi escrito pelo chefe do Estado Maior, João Baptista Mascarenhas de Moraes¹, que procurou descrever, de forma técnica, a participação do Brasil na guerra. Além dele, outros tantos oficiais também publicaram seus relatos de guerra com a ajuda da Editora do Exército. Mas, com o tempo, essas publicações

¹ MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB por seu comandante**. São Paulo: Progresso, 1947.

passaram a ser questionadas por memórias publicadas pelos comandados². Esse embate de visões sobre a Segunda Guerra vai caminhando junto à organização do grupo de ex-combatentes do Brasil, que passa a reivindicar o seu reconhecimento como uma entidade. A memória de grupo passa a compor uma imagem que os definisse como heróis para reivindicarem seu papel social na memória nacional.

Paralelamente a esse embate, os ex-combatentes também procuraram, através de sua mobilização, alcançar meios que garantissem uma estabilidade econômica para os desmobilizados, como ficou proposto nos estatutos da Associação Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, fundada em 12/10/1945: “defender e reivindicar direitos e interesses dos ex-combatentes, inclusive, pugnando pela concretização de toda a legislação que vise o benefício do ex-combatente e de sua família”. Para que esse “amparo” ocorresse, o grupo apostava num reconhecimento respaldado em suas experiências de guerra. A veiculação e valorização das memórias do grupo expedicionário tornou-se, então, um fator importante dentro de uma sociedade que se manteve distante do conflito bélico.

Ao analisarmos os Estatutos de 1945, já é possível percebermos a preocupação em cultuar a memória febianana, associando as suas comemorações às datas nacionais. “Na medida em que estabelece o que deve ser comemorado, o calendário nacional pode ser entendido como importante instrumento de manipulação da memória coletiva de uma sociedade; é através dele que os detentores do poder impõem uma memória que deve ser inserida no imaginário social”.³ As comemorações de uma memória nacional também são entendidas, como um momento de transmissão dessa memória às

² GARCIA, Clóvis. Depoimento dos oficiais da reserva sobre a FEB. Rio de Janeiro: Cobraci, [19--?].

³ Le GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas (S.P): Unicamp, 1996. p.485.

gerações mais jovens. É importante ressaltar que o que se “mantém não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas sim uma escolha do que deveria ser mantido e celebrado”.⁴

Essa definição nos aponta para o momento em que se estabelece o conflito entre uma *memória nacional* e a *memória de um grupo específico*. Ao definirem as datas e os personagens que devem ser lembrados, os “detentores do poder” negam outras possibilidades de memória. Esse procedimento estabelece uma fronteira que separa e submete a memória que não é socialmente reconhecida da memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.⁵ O sentimento de rejeição por parte dos grupos cujas memórias não são reconhecidas cria mecanismos para reivindicarem seu espaço na memória coletiva, procurando definir, assim, seu papel dentro de uma sociedade. A criação de um “calendário alternativo” pode ser entendido como a forma encontrada de inserir-se na memória nacional (como, por exemplo, o dia do carteiro, do médico etc, os quais não fazem parte do calendário oficial mas são divulgados pelos meios de comunicação para lembrar à sociedade a importância de seus papeis, mesmo que estas comemorações fiquem restritas ao grupo específico).

No caso em foco, é possível reconhecer que o trabalho dos ex-combatentes em elaborar e vincular a memória de seu grupo foi tarefa árdua e de longo curso. Tratou-se de uma ação que procurou valorizar datas, personagens e acontecimentos,

⁴ Ibid., p.486.

⁵ POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: APDE, v.2, n.3, p.9, 1989.

hierarquizando-os.⁶ Esse trabalho de estruturação de uma memória foi conduzido com maestria pelos expedicionários paranaenses, que souberam utilizar-se das datas existentes no calendário cívico-nacional e local para inserirem-se na memória oficial; afinal, é nela que se estabelecem os heróis e acontecimentos que não devem ser esquecidos.

Desde que retornou ao Paraná, o grupo se preocupou em comemorar e celebrar eventos relacionados à guerra junto à sociedade paranaense. No início, algumas comemorações eram realizadas em clubes de Curitiba, como comenta o sr. Iwersen: *rememorar em comemorações, trazer o povo para junto das assembléias, das sessões solenes que realizávamos [...]. Fizemos uma primeira sessão solene muito bonita que foi realizada na Sociedade Thalia. Isso logo no pós-guerra. [...] comemorávamos também no Circulo Militar.*⁷ Os eventos realizados nos clubes já tinham a intenção de trazer o “outro” para próximo do grupo.

A preocupação em preservar e rememorar sedimentava, no interior do grupo, o sentimento de impedir que suas memórias se perdessem no esquecimento. Porém, as tentativas de comemorar datas que apenas diziam respeito a uma memória particular não surtiam, de imediato, o efeito esperado; era difícil querer comemorar datas que lembrassem de uma guerra que não fora vivenciada pela sociedade paranaense como um todo, o que dificultava uma maior participação da população nos eventos realizados pelo grupo. Afinal eram datas de um “calendário particular”.

Neste calendário particular dos expedicionários as datas estão relacionadas ao embarque para a guerra, à tomada de Montese, ao fim da guerra e a algumas outras

⁶ LE GOFF, op.cit. p. 485

⁷ IWERSEN, Thomas Walter. *Entrevista*. Curitiba, 1999.

batalhas que marcaram a experiência do grupo. Para atrair a atenção da sociedade, eles desfilavam pelas ruas de Curitiba para lembrar a Tomada de Monte Castelo,⁸ por exemplo. Em 1949, a Legião Paranaense do Expedicionário, em colaboração com o Centro Inter-Americano, organizou uma sessão cívica, seguida de projeção de filmes documentários sobre a Segunda Guerra Mundial. A realização desse evento foi noticiada pelos jornais que convidavam os curitibanos a prestigiá-lo. Também foram organizados outros eventos, como o “torneio de futebol Monte Castelo”, o “baile Monte Castelo”, sempre procurando relacionar tais datas a eventos sociais. Uma forma de registrar a experiência de guerra na memória social.

Esse calendário ia, aos poucos, ocupando um espaço nos meios de comunicação. Todos os eventos organizados pelos pracinhas para lembrar a guerra passaram a ser divulgados pela imprensa. Isso possibilitou ao grupo de ex-combatentes paranaenses transmitir suas memórias a um maior número de pessoas. Mesmo quando a organização do grupo se estendeu para o interior, a orientação era seguir o estatuto, ou seja: [...] *eles também divulgavam, preservavam a memória e organizavam as festividades históricas e comemorar as datas históricas da FEB para não cair no esquecimento, como nós fazíamos aqui. O estatuto previa: preservar a memória, comemorar as datas dos feitos da FEB No estatuto isso já estava escrito.*⁹

Mas, não demorou muito para que os febianos paranaenses passassem a apropriar-se das datas cívicas existentes no calendário local e nacional. E, habilmente, esse grupo foi ocupando um espaço maior, entrando em cena como protagonistas já consagrados.

⁸ Monte Castelo foi uma batalha onde houve importante participação da FEB.

⁹ IWERSEN, Thomas Walter. **Entrevista**. Curitiba, 1 jul. 1998.

Ao apropriarem-se de comemorações já existentes nos calendários cívicos, os febianos passaram a imiscuir-se na memória oficial. Essa relação entre o que já existia e o que quer existir tornar-se um jogo de combinações complexas. Para que a memória de um grupo possa se enquadrar dentro de uma “memória oficial” ela se alimenta de material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las.¹⁰ Dessa maneira, o passado e o presente vão se entrelaçando dando um sentido de perpetuação das memórias febianas.

Um exemplo disso é o Sete de Setembro, data em que se comemora a Independência do Brasil. As comemorações ocorrem pelo país inteiro e a população se aglomera para ver os desfiles militares. Em meio aos soldados, jipes e tanques é possível avistar o grupo de ex-combatentes à paisana e com suas boinas características, desfilando e ocupando, na concepção deles, o lugar que lhes pertence, como “Salvadores da Pátria”; afinal, eles também teriam libertado o Brasil do jugo nazifascista. Para que a memória de grupo se beneficie da memória oficial é necessário que existam pontos de contato; no caso dos expedicionários, um destes pontos é a independência da Pátria.

O sentido da comemoração está intimamente ligado ao estabelecimento de marcas que, através de rituais diversos, as sociedades reafirmam seu passado. As comemorações públicas com participação de autoridades dos diversos escalões de poder, discursos, entrega de diplomas alusivos a serviços prestados, descerramento de

¹⁰ POLLACK, Michael. op.cit. p. 9.

placas, bustos, monumentos, inaugurações, constituem o universo no qual a história é reinventada ao fundar, aos olhos do presente, um passado sem tensões, contradições, disputas, lutas pelo poder.¹¹ As comemorações transferem para o presente um passado harmonioso. As discórdias existentes no interior do grupo de ex-combatentes tornam-se segredos bem guardados quando estes desfilam perante a população. A imagem de um grupo coeso e patriótico é o que deve permanecer na memória social. É essa imagem que o grupo procura transmitir.

Ao tomarem parte de um desfile militar, os expedicionários como que “teatralizam” parte de suas memórias para a população, apropriando-se das imagens suscitadas pelo aparato militar.

Ainda com relação à apropriação das datas cívicas, a inauguração da Casa do Expedicionário, realizada no dia de comemoração da Proclamação da República, iniciou com o desfile dos ex-combatentes: partiram da Praça General Osório, passaram pela rua XV de Novembro em direção a Casa do Expedicionário; lá, autoridades civis, militares e religiosas aguardavam para cortar a fita simbólica de inauguração. Escolher uma data significativa implicava contar com a presença de autoridades no evento, valorizando a Casa perante a população.

Esse tipo de procedimento vai se consolidando, na medida em que o grupo amplia suas relações com o poder municipal e/ou estadual. Essas relações possibilitam ao grupo um trânsito livre pelo calendário oficial e também colabora para celebrar as datas pertencentes ao seu calendário alternativo. Em cada cidade paranaense, um representante e uma tarefa a cumprir:

¹¹ FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Isso se transferiu para os companheiros do interior. Que mesmos os representantes organizassem comemorações referentes as datas, isso foi feito em muitos municípios em muitas cidades. Ainda hoje nós temos companheiros que realizam. Em Cascavel temos um companheiro que é muito ativo, está sempre com as autoridades militares e civis nessas datas históricas da FEB procurando com eles organizar comemorações. Inclusive agora Dia da Vitória houve uma comemoração grande bonita em Cascavel.¹²

A manutenção das comemorações foi e ainda é importante para este grupo. Apesar da idade avançada, eles continuam comparecendo aos desfiles e às celebrações. Ao desfilarem eles não estão apenas captando a atenção, mas também estão suscitando questões e, assim, pedindo uma melhor compreensão desse momento vivido pelos ex-combatentes. A insistência do grupo em desfilar, superando as dificuldades trazidas pela velhice, é entendida como um compromisso com as novas gerações, com o objetivo de transmitir-lhes as memórias de um passado recente e também dar-lhes um exemplo de patriotismo que, na concepção do grupo, está se extinguindo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que esses ex-combatentes preocupam-se em continuar existindo enquanto grupo e marcando presença nas comemorações nacionais, eles também ocupam-se da manutenção da imagem de herói que lhes possibilitou abrir um espaço nas comemorações de um calendário oficial.

¹² IWERSEN, Thomaz Walter. **Entrevista**. Curitiba, 26 maio 2000.

3.2 A MEMÓRIA E O HERÓI: A RESSIGNIFICAÇÃO DO HERÓI

Um cozinheiro na retaguarda pode ser ferido por uma granada de artilharia enquanto limpava panelas. Seria um herói? Há quem diga que sim. Mais correto seria chamá-lo de azarado”. O fato de terem participado de uma guerra de dimensões mundiais no entender dos pracinhas já os consagrava como heróis. (Ricardo Bonalume Neto)

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, restava aos expedicionários embarcar de volta ao Brasil. A guerra ficaria guardada na memória, e as relações estabelecidas nos campos de batalhas foram transferidas e modificadas na chegada ao país. As condições em que tais relações se estabeleceram estavam marcadas pelas dificuldades que todo soldado que participou de uma guerra tem: o medo, a solidão por estar longe da família e de amigos, além da preocupação em manter-se vivo. Enfim, o dia-a-dia do conflito bélico apresentou a cada soldado situações inusitadas. Se, por um lado, a guerra transforma o medo em violência, por outro, a solidariedade estabelecida entre os soldados é um meio de sobrevivência física e psicológica.

Conforme vimos mostrando, o sentimento de solidariedade construída nos campos de batalha e nos acampamentos vem solidificar os laços que organizam os grupos de ex-combates. Mas, até chegarem a um “teatro de operações” os soldados percorrem um longo caminho. A instrução militar está direcionada a defender a nação das ameaças que possam surgir: contra um “inimigo” interno ou externo, eles estão preparados para uma eventual guerra. Dentro da instituição militar o soldado recebe instruções sobre armamentos e adestramento físico e psicológico. Durante essa preparação, o sentimento de lealdade é reforçado, ao mesmo tempo em que o

nacionalismo é exaltado. Com o advento da guerra essa instrução defronta-se com inesperado.

O inesperado da guerra traz a necessidade de convocação de reservistas que, apesar de receberem treinamento militar por um determinado período, pertencem a uma realidade diferente do cotidiano militar. Dependendo da rapidez com que cada país arregimenta pessoal para enviar à guerra, os reservistas podem se envolver no conflito sem terem sido preparados adequadamente. Esse preparo também está relacionado a outros fatores, como a tradição bélica que um país possui e uma tecnologia desenvolvida a partir dela.

No caso da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o preparo dos soldados era bastante precário e desatualizado, frente a outros países envolvidos. Isso se tornava ainda mais evidente frente ao exército americano, ao qual ficou subordinado.¹³

A organização, os regulamentos e os processos de combate do exército brasileiro estavam baseados na chamada “escola francesa”, e foram criados entre o final do século XIX e início do XX. Essa defasagem dificultou o entrosamento com a organização americana, e implicou na criação de órgãos absolutamente novos e na revisão de princípios há muitos firmados nas Forças Armadas Brasileiras. Isso significou organizar uma Força Expedicionária que, treinada à francesa, deveria agir à

¹³ Sobre este assunto ver NEVES, Luis da Silva. **A força expedicionária brasileira: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1992.

americana.¹⁴ Enfim, todo soldado brasileiro de carreira ou reservista, partiu para a Segunda Guerra Mundial com um treinamento insuficiente.

Essas dificuldades, porém, teriam uma contra face: a tecnologia de guerra, empregada tanto pelo inimigo quanto pelos americanos, traria para os expedicionários brasileiros um sentimento maior de heroísmo. Na concepção febiana, a guerra teria sido mais difícil para o pracinha brasileiro pois, *num primeiro momento*, sentira-se inferiorizado pela tecnologia, pela diferença de treinamento recebido, e pelo próprio tratamento dispensado a eles pelo exército americano. Porém, num segundo momento, esse sentimento seria interpretado como heroísmo. Afinal, em meio a tantas dificuldades só restava a “bravura” do soldado brasileiro.

Ao partirem para a guerra, os expedicionários sentiam-se depositários de um sentimento de esperança, a de que só eles poderiam salvar o Brasil dos países do Eixo. Os expedicionários reuniam em torno de si a responsabilidade de, representando o Brasil, defender o mundo e libertá-lo do seu agressor. Isso representava um ato de coragem que só poderia ser incorporado por “heróis”. O herói tem a função de dar segurança e paz aos oprimidos, ele indica o caminho, torna-se um modelo a ser seguido pelos demais. Nesse sentido, possui uma finalidade moralizadora, servindo para avaliar e dirigir capacidades e condutas. Essa relação entre o herói e seus admiradores é passível de risco à sua condição, pois tão logo o grupo que se quis representado nele, fique impedido por qualquer motivo, de sustentar essa identificação, substituirá seu herói por outros que simbolizem a esperança que, *num determinado*

¹⁴ Sobre este assunto ver BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra Mundial: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

momento, encarnou. Assim, os heróis podem ser produzidos e desfeitos ao sabor de novos interesses e novas paixões.¹⁵

Na volta para o Brasil um novo confronto se colocou para os febianos: eles já não eram os mesmos do dia em que partiram para defender a pátria, e as experiências vivenciadas durante o conflito tornou-os diferentes do restante da população. Sentiam-se responsáveis pela libertação da humanidade das “garras cruéis do nazi-fascismo”, o que lhes inculcia um sentimento de superioridade em relação aos que aqui permaneceram. Esse sentimento foi sendo reforçado à medida em que eram recepcionados como “heróis” pela sociedade brasileira. Os meios de comunicação faziam alusão não apenas ao retorno de expedicionários, mas ao retorno de “heróis”; os jornais publicavam textos que abusavam dos elogios em relação à FEB: “o bravo regimento”, o “intrépido Batalhão”. Esse “entusiasmo” por parte da imprensa logo após o término da guerra seriam comentados por Rubem Braga:

Não, em 2.300 homens não há 2.300 heróis. Há muito poucos heróis, e vi alguns; e o que espanta neles é seu ar de homens comuns, e, mais do que o ar, é serem eles homens comuns. Numa hora em que outros hesitam, ou se deixam tomar pelo furor das coisas, o herói resiste, e vai, e repete dentro e fora de si mesmo o gesto melhor do homem comum, e insiste neste gesto com um surdo desespero. É um gesto de fraternidade com o destino mais duro e melhor, e ele existe dentro de qualquer um; o herói representa-o numa patética teimosia, ele é o homem comum que se desdobra em friso de minutos, horas e dias que então ficam eternos. Ele dá o lance, e o agüenta para sempre.¹⁶

Mas, a euforia do primeiro desembarque deu lugar à indiferença, o retorno dos soldados tornou-se algo corriqueiro. Já não despertavam tanta curiosidade e o expedicionário tornou-se mais um na multidão. Ele não fascinava mais, não mais

¹⁵ MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1994. p. 13

¹⁶ BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985. p. 272

simbolizava a nação guerreira; o conflito havia acabado e a nação não corria mais perigo.

Nessa situação, os ex-combatentes voltaram-se para a construção de uma nova imagem, mais condizente com os novos rumos da sociedade brasileira: sem abandonar as insígnias do herói, transitou do papel de “salvador da pátria” para o de “guardião da democracia”.

Contudo, o trabalho de construção da imagem do herói de guerra logo foi posto a prova pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelos expedicionários, que saíram em passeatas para protestar contra a vida que estavam levando no anonimato. Os protestos direcionados ao governo e à sociedade cobravam, insistentemente, uma mudança no tratamento que vinham recebendo desde que retornaram ao país. Ao governo, reservaram críticas relacionadas à desmobilização da FEB: eles ficaram sem seus uniformes, suas armas, foram descaracterizados; como é possível um herói não ter a sua arma de combate?

As críticas à sociedade em geral estavam relacionadas às dificuldades de serem reintegrados ao trabalho. Como é possível um herói passar fome? E não demorou para que simpatizantes da causa febianista passassem a escrever artigos em jornais apoiando essas passeatas.

Eles têm razão!...

A ingratidão é um defeito aviltante que mora nos corações dos indivíduos e dos povos sem moral, sem princípios e sem dignidade. Foi por ter consciência disso que o povo brasileiro vibrou de indignação quando soube que seus ex-combatentes, que derramaram seu sangue nos campos de batalha em defesa do Brasil, tinham sido esquecidos e abandonados à própria sorte. Nenhum brasileiro honesto e digno concordará - temos certeza - com o que fizeram a esse punhado de heróis que têm direito a exigir da Nação o respeito, a gratidão e o auxílio de que

estão necessitados. É preciso, é imperativo que amanhã, quando o Brasil de novo precisar do sangue e da vida dos seus filhos, não encontre a dúvida, a má vontade e a negativa de seus concidadãos, levados a isso pelo gregado exemplo de ingratidão de que estão sendo vítimas os pracinhas brasileiros. Não há desculpa para tão grande crime. O governo, que sempre encontrou meios e modos de premiar com viagens custosas ao estrangeiro os afilhados e protegidos que nada valem, que nada fazem e que nada merecem, tem dívida inadiável e inapelável para com os nossos heróis. É preciso que a passeata de protesto dos ex-pracinhas, que causou tão profundo abatimento na moral dos brasileiros de brio, não se reproduza. Os pracinhas têm razão. O que a eles se fez não tem desculpa.¹⁷

O artigo acima não deixa dúvidas quanto ao entendimento de que os “heróis” deveriam receber um tratamento especial, por parte do governo e da sociedade. A comparação feita entre os “protegidos” do governo que nada fizeram para justificar os privilégios e os heróis que defenderam a pátria acenava com a possibilidade, caso o Brasil precisasse novamente ser defendido, de abandono pelos heróis esquecidos. Estabelecia-se, assim, a justificativa da importância do reconhecimento e manutenção dos heróis para a nação.

A situação posta pela presença física dos ex-combatentes, reivindicando o papel de herói, era difícil de ser entendida pela sociedade, habituada a reverenciar os heróis mortos. A estes é reservada a consagração póstuma, com todo o aparato que um herói tem direito: desfile, coroas de flores etc. Ele não acusa e não reclama do que lhe é dado. Este herói “adormecido” só entra em cena quando requisitado; em datas específicas ele é lembrado e comemorado. E, por estar morto, sua moral e sua conduta são preservadas, ele não está exposto a julgamentos. Diferentemente do que ocorre com o herói vivo, que está exposto a julgamentos e condenado a manter sempre uma conduta inabalável. E, para não perder seu lugar no “panteão dos seres especiais”, ele

¹⁷ CARETA. Rio de Janeiro, 5 jul., p.2, 1947.

deve estar sempre à procura de perigo para justificar sua função social. “Antes de qualquer coisa o herói deve simbolizar a nação, em nome da qual se faz a guerra, joga-se futebol, mata-se e morre-se, chora-se e encanta-se, orgulha-se e envergonha-se”¹⁸.

A imprensa viria a ser uma forte aliada dos expedicionários para a construção da imagem de herói. Mas, ao mesmo tempo em que ela reverenciava os heróis, também noticiava alguns fatos que os colocavam em situação delicada: na ânsia de ajudar a resolver as dificuldades dos expedicionários muitas vezes veiculava a imagem do pracinha ligado a doenças, como a tuberculose, alcoolismo, neuroses, e até a suicídios, como foi o caso de Alceneo Alves de Gonçalves que suicidou-se ingerindo formicida:

Que teria determinado o gesto do 'ex-pracinha'? Estaria o treloucado desiludido de ver, neste século, o mundo melhor que foi a razão da sua luta? Tudo é caro, tudo é raro, a exploração campeia e a miséria domina. Talvez nisso resida a razão do gesto desesperado daquele nosso bravo patrício.¹⁹

Num primeiro momento, os ex-combatentes passaram a se preocupar em dar assistência a todo expedicionário que pudesse “arranhar” a imagem do grupo. No Paraná, os expedicionários recolhiam das ruas pracinhas que estivessem numa situação difícil, como comenta o sr. Ítalo Conti: [...] *nós tivemos expedicionários que, em virtude do trauma da guerra, se envolveram com bebida. Às vezes víamos no jornal “Expedicionário dorme na rua”, e nós não sabíamos. Aí corríamos, pegávamos o camarada, trazíamos para a Casa, procurávamos adaptá-lo, arranjar emprego.*²⁰

¹⁸ MICELI, Paulo. **O mito do Herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1994. p.13.

¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 1 fev. p.4, 1949.

²⁰ CONTI, Ítalo. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral** Curitiba, 15 jun. 2000. p. 6

A postura do grupo paranaense foi, desde o início, pautada em demonstrar à sociedade local a boa conduta de seus filiados:

Extraordinárias homenagens aos heróicos expedicionários paranaenses

A exaltação aos expedicionários que já regressaram a Curitiba constitui um notável acontecimento da cidade. A população integrou-se entusiasmada, para que o programa oficial fosse o mais completo possível. Estas 48 horas ficarão na história, como os dois dias mais felizes que vivemos. A sensação de alegria coletiva culminou com a belíssima festa realizada pela “Casa do Soldado”, no Círculo Militar do Paraná, que, pela sua extraordinária vibração, foi, na acepção verdadeira do termo, uma linda festa de soldados, na qual os pracinhas tiveram ensejo de divertir-se, dentro da mais absoluta ordem e distinção, revelando-se, deste modo, o cidadão completo que, a despeito das agruras da guerra, voltou ao Lar, para reviver a mesma existência de outros tempos, nos doces ritmos da paz.²¹

São nos ritmos da paz que o herói vai readequando seu papel na sociedade. De soldado a cidadão, ele é aquele que, apesar das agruras do conflito, é capaz de interagir entre dois tempos: o da guerra e o da paz.

²¹ SEMANA POLICIAL. Curitiba, 23 de ago., p.1, 1945.

3.3 A TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA: O MUSEU E A ESCOLA

Com a montagem do nosso museu, ainda modesto, restrito a duas salas, já convidávamos um ou outro colégio para nos visitar. Nós não tínhamos o museu aberto, naquela época a casa não era aberta a visita, a não ser quando a pessoa programava. Alguma autoridade que vinha de fora e programava a visita, nós vínhamos aqui receber. Nós todos trabalhávamos e mantínhamos aqui um zelador. Um ou outro companheiro já aposentado ou reformado vinha prestar serviço; esses, então, atendiam os visitantes. (Walter Thomaz Iwersen)

Se na antiga capital do Brasil fervilhavam manifestações expedicionárias exigindo um tratamento diferenciado, no Paraná o caminho seguido era outro. O grupo paranaense construía a imagem de um herói ordeiro que optou em não participar das agitações e das passeatas, mas que perambulava pelos bastidores dos gabinetes políticos. Esse era o local apropriado para reivindicações do grupo.

Essas relações sociais construídas pelos febianos paranaenses facilitou a interligação da imagem do herói com os acontecimentos cívicos e sociais, possibilitando assim a ampliação do seu poder de ação.

Toda a exaltação aos heróis passava primeiramente pela figura de Max Wolff Filho que, na concepção do grupo paranaense, era o representante maior do soldado brasileiro na Segunda Guerra Mundial:

[...] a Legião promoverá imponentes solenidades no sentido de reverenciar a memória daquele herói que simbolizava todos os paranaenses mortos em combate. Pela manhã, às dez horas, no altar-mor da Catedral será celebrada missa solene e à noite, à vinte e trinta horas, será realizada uma sessão solene nos salões da Sociedade Duque de Caxias.²²

²² SEMANA POLICIAL. Curitiba, 13 ago., p. 1, 1945.

Max Wolff Filho foi caracterizado como herói não apenas porque foi morto numa missão, mas pela personalidade que possuía; mesmo antes de morrer, já lhe atribuíam uma postura que o caracterizava como corajoso, destemido perante seus colegas. Antes de morrer, ele recebera uma condecoração do exército americano e várias menções do exército brasileiro por atos de heroísmo.²³ Sua figura tornou-se a representação acabada de como um herói deveria ser, tanto para os febianos paranaenses como para a sociedade. Afinal, todo herói morto possui um mausoléu, uma rua com seu nome, uma estátua que mantém a sua presença de alguma forma na sociedade.

Mas, quando se trata de heróis que não morreram, o que fazer para marcar essa presença? Para os febianos paranaenses não bastavam os desfiles e comemorações: a eles deveria ser reservado um lugar de honra. Dessa forma, a construção da Casa do Expedicionário seria a consagração para os heróis, eles inseririam suas memórias e seus feitos de guerra no espaço urbano. Movidos por tal interesse, o grupo paranaense constrói um monumento que, para eles era a condição necessária para a manutenção da comunicação com o meio social em que estão inseridos. O grupo, então, preocupou-se em estabelecer parâmetros do que deveria ser lembrado e do que deveria permanecer no silêncio. Era necessário que houvesse um consenso na construção de suas memórias, as quais deveriam compor um quadro lógico de identidade e aceitabilidade, o que proporcionaria elaborar um discurso que desse a eles credibilidade junto à

²³ Sobre esse assunto ver SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo. **A luta dos pracinhas – A FEB 50 anos depois: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

sociedade. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o grupo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.²⁴

Para os ex-combatentes paranaenses, de modo geral, terem participado da Segunda Guerra Mundial já os caracterizava como heróis, o que possibilitava pleitear e manter essa função na sociedade brasileira. Porém, a construção de uma memória foi fundamental para sustentar a imagem pública que queriam transmitir. Aliás, perceberam que o público a ser atingido deveria ser o mais amplo possível, especialmente as novas gerações.

Assim, buscaram uma aproximação com estudantes, o que possibilitaria não apenas transmissão de suas memórias, mas também do espírito patriótico tão valorizado pelo grupo (bem como a manutenção da imagem de herói). É no ambiente escolar que as datas cívicas, festejos e comemorações reforçam no intelecto das crianças a saga desses personagens especiais.²⁵

A escola passou ser uma peça importante para os ex-combatentes. Como afirma o Sr. Iwersen: *muitas vezes nós éramos convidados para participar das solenidades internas do colégio, eles queriam a presença de um ex-combatente para contar a sua participação na FEB, e então nós levávamos um companheiro ou outro.*²⁶

A escolha de um “companheiro” nos remete a refletir sobre o controle do que pode ser dito e o que deve ser transmitido. A preocupação com a imagem da FEB e as memórias que o grupo paranaense pretendia eternizar tornava imprescindível a escolha de testemunhos autorizados. Para POLLAK, “a escolha das testemunhas feita pelos

²⁴ POLLACK, Michael. op.cit. p.204-205

²⁵ MICELI, Paulo. op.cit. p.18

²⁶ IWERSSEN, Thomas. **Entrevista**. Curitiba, 29 abr., 2000.

responsáveis por uma associação é percebida como tanto mais importante quanto a inevitável diversidade de testemunhos que corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados”.²⁷

Essa relação entre o narrador e seus ouvintes vai sendo solidificada à medida que suas experiências vão sendo transmitidas e incorporadas à memória de seus ouvintes. “Quanto maior a naturalidade com que suas histórias são narradas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará a sua própria experiência e mais irresistivelmente ela cederá a inclinação de recontá-la um dia.”²⁸ Da fascinação que esse encontro provoca nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado. O que foi narrado deve ser reproduzido de geração para geração. Assim, os febianos vão aumentando as possibilidades de conservação de suas memórias.

Era necessário criar mecanismos que possibilitassem construir uma rede de receptores, mantenedores e transmissores contínuos dos feitos da FEB. Para que a memória do grupo fosse perpetuada era fundamental um forte apelo sentimental e, ao mesmo tempo, um poder de identificação com o grupo. O sofrimento de ter vivenciado a guerra e sobrevivido a ela consistia o grande argumento na sustentação da imagem do herói incorporada pelo grupo e, conseqüentemente, facilitava que o “outro” assim o percebesse e se identificasse. [...] *surgiu a idéia entre nós de criarmos o Museu, onde íamos colocar todas as recordações da FEB, armamento, bandeiras, medalhas, feitos*

²⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.11, 1989.

²⁸ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.204

*importantes da campanha da FEB; onde colocaríamos também o que a imprensa publicava, retratos daqueles heróis, principalmente Max Woff Filho.*²⁹

Para que o Museu funcionasse era preciso que existissem estudantes interessados em conhecê-lo. Os objetos de guerra tornavam-se um caminho importante para a transmissão da memória construída pelos febianos paranaenses. Se, num primeiro momento, era o herói quem freqüentava a escola, tornava-se imprescindível que a escola freqüentasse o Museu.

A memória transmitida deveria ser compreendida pelo visitante dentro de uma lógica estabelecida pelo grupo. Um roteiro assegurava o que era importante ser assimilado pelo visitante: [...] *não só manter a memória da FEB como as nossas visitas, as escolas que nos visitam, sempre têm um funcionário mostrando: esse foi o caminho que nós percorremos, aqui foram os grandes combates, aqui estão os mortos [...] Nós fizemos aquilo: uma casa de história e memória.*³⁰

Os objetos utilizados pelos soldados passariam a compor um espaço pedagogicamente concebido para transmitir o cotidiano da guerra, e que poderia desenvolver no visitante um fascínio pelo assunto. Cada visitante, por sua vez, tornaria-se um veículo de armazenamento e transmissão das memórias do grupo.

Os expedicionários produziram materiais que pudessem marcar a presença da Legião no cenário social; *bótons*, camisetas, flâmulas, canecas, chaveiros que eram vendidos para arrecadar fundos para a manutenção financeira da entidade. Eles também criaram uma revista semanal – “O Expedicionário” – na qual eram publicados as crônicas e poemas sobre a guerra, produzidos pelos próprios pracinhas, e tudo que

²⁹ CONTI, Ítalo. **Entrevista**. Curitiba, 15 jun. 2000.

³⁰ Id.

fosse relacionado ao grupo era informado através desta revista. Criada para ser porta-voz do grupo, a revista ficou restrita ao mundo febiano, e não produziu na sociedade o efeito esperado. Motivo pelo qual não foi possível manter sua publicação (foram lançadas apenas cinco edições).

Os ex-combatentes pertencentes à Legião Paranaense do Expedicionário, Assim, procuraram meios de se manterem em evidência; não apenas para que não caíssem no esquecimento, mas também para a transmissão de suas memórias. Esses febianos conseguiram montar uma rede de sociabilidades que lhes proporcionou visibilidade e reconhecimento. Apropriaram-se das datas cívicas nacionais e locais, publicaram livros e revistas, aproximando-se da escola, realizaram comemorações e celebrações, criaram um museu; atualmente estão na internet, tempos modernos, memória digitalizada.

Entretanto, sua principal obra foi a construção do Museu do Expedicionário, local de guarda e transmissão de suas memórias, local que serve para ancorar um discurso de inegável conteúdo pedagógico.

3.4 UM LUGAR DE MEMÓRIAS: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUERRA

O museu hoje é isso: é o complemento daquela idéia inicial de manter a memória da FEB; porque um povo só existe, só pode ser identificado, só tem cidadania quando mantém a sua memória. Isso que nós pretendemos manter com a Legião Paranaense do Expedicionário e com o Museu Paranaense do Expedicionário. Lá nós temos tudo que foi possível arrecadar, cada expedicionário deu ... um dava medalha, outro dava armamento, outro dava objetos - até pessoais - cantil. Quer dizer, fomos juntando e hoje temos o museu que realmente, dizem, o mais completo sobre a FEB no Brasil.
(Ítalo Conti)

De maneira geral, a Segunda Guerra Mundial ingressa no imaginário das gerações pós-1950 através das imagens veiculadas pela indústria do entretenimento. Não se desconhece, todavia, a existência de documentários que procuram fidelidade aos sons, cores, cheiros e horrores do conflito. Porém, quando adentramos o Museu do Expedicionário, a guerra se apresenta por intermédio de referenciais cuidadosamente dispostos ao nosso olhar: fotografias de acampamentos, uniformes (inclusive de inimigos), armas e munições, utensílios e objetos diversos.³¹ Essa exposição, contudo, não existe apenas para ser vista: ela propõe uma interação, é um estímulo à imaginação de alguns e à recordação de outros. Embora fazendo menção há um tempo ido, ela quer a interação com o presente – ela quer presentificar lembranças construir uma memória.

Essa musealização da memória do grupo paranaense se manifesta pelo desejo de contextualizar e valorizar sua vivência na guerra, ocupando um espaço que os possibilita expor os objetos que dela fazem parte. Ao contextualizarem a Segunda

³¹ A diretoria da LPE dispendeu esforços para reunião dos objetos para o Museu, foram as viagens empreendidas pela sra. Virginia Leite, enfermeira da FEB, que percorreu o país arrecadando objetos para o acervo do museu.

Guerra Mundial pelos objetos trazidos de outros museus (armas e uniformes pertencentes aos exércitos Aliados e do Eixo) eles ratificam seus objetos e a sua participação na guerra. Essa exposição de objetos se constitui como uma “reserva” de transmissão de conhecimento e das práticas, não apenas para o grupo, mas especialmente para a sociedade.

Na concepção do grupo, a eternização de suas memórias passaria, necessariamente pela edificação de um lugar que pudesse acomodar a materialização das memórias da guerra, assegurando sua permanência na memória coletiva. Os objetos guardados no Museu do Expedicionário tornaram-se, portanto, referência no espaço e no tempo, carregam um sentido simbólico e apontam sistemas mentais da época em que foram criados e utilizados.³² Como já indicado, para os expedicionários paranaenses, o Museu representa um referencial importante não apenas para seus visitantes, mas para o próprio grupo que o utiliza como suporte de suas lembranças, que cotidianamente são revisitadas e afirmam sua existência. Cada objeto ali colocado representa uma memória particular que se articula a outras, compondo um mosaico que reflete a memória do grupo.

³² FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1994. p.5

FIGURA 5 – VITRINE



Exposição de objetos e fotografias da II Guerra Mundial – Acervo Museu do Expedicionário

Essa disposição do grupo em “armazenar” objetos que estão relacionados às suas experiências não está apenas vinculada aos feitos da FEB, mas também à realização do próprio grupo que se entende como pioneiro na construção de um museu que se tornou referência no Brasil, conforme a opinião do sr. Mário Montanha Teixeira:

E hoje está lá um monumento que não há outro no Brasil. E não sei se no mundo existe uma coisa como está, porque ficou todo um conjunto: aquela fachada bonita, a praça bonita, a âncora de um lado, o tanque de outro, depois o avião e o canhão, as armas todas ali. A Marinha, o Exército, a Aviação representados naquele conjunto. Ficou um conjunto extraordinário que você não encontra em país nenhum, acho eu. Eu não viajei o mundo todo e não sou de viajar, mas nunca ninguém disse que há alguma coisa mais ou menos igual aquilo. Não há! Há associações da FEB, casas bonitas, mas não um conjunto como nós temos aqui. Graças a essa turminha.³³

³³ TEIXEIRA, Mario Montanha. **Entrevista**. Curitiba. 16 jun. 2000.

Todo o caminho trilhado pelos paranaenses para a construção do Museu foi registrado pelos meios de comunicação e faz parte do acervo do museu. Eles se concebem como sendo duplamente heróis, primeiro porque foram para a guerra, segundo porque conseguiram assegurar, com a edificação de um museu, as memórias da FEB; essa proeza é reconhecida pelos expedicionários de modo geral.

Com relação ao Museu propriamente dito, ele pode ser compreendido como um monumento, afinal foi assim concebido pelo grupo paranaense: um monumento aos heróis.

Os monumentos são criações marcadas social e historicamente, testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar. A utilização de materiais, os estilos de execução privilegiados são indícios do “espírito do tempo”.³⁴ A finalidade dos monumentos dentro de uma sociedade está relacionada à manutenção, à evocação e à transmissão de um passado a alguém. É importante ressaltar que o período do pós-guerra foi marcado pelo surgimento de construções que homenageavam personagens que poderiam representar os heróis da guerra ou as vítimas dela.

O Museu do Expedicionário possui esses dois sentidos, a obra comemorativa, referenciando a glória da FEB e seus representantes e, ao mesmo tempo, um monumento àqueles que tombaram nos campos de batalha; uma complexa relação entre o herói morto e o herói vivo que se alternam, ora incorporando uma função comemorativa, ora ritualística.

³⁴ FREIRE, Cristina. op.cit. p.95.

Em 1951, quando os ex-combatentes inauguraram a Casa do Expedicionário perceberam que o lugar construído por eles não era suficiente para perpetuar suas memórias, pois elas não poderiam encerrar-se na edificação da Casa. O que buscavam era um espaço que se constituísse em um suporte para a memória do grupo, facilitando a sua inserção na memória nacional.

O esforço constante do grupo febiano para fixar sua memória e assegurar-lhe estabilidade demonstra o caráter fluído e mutável que ela possui. Nesse sentido, o museu e os objetos que nele estão guardados fazem parte de uma estratégia de preservação e transmissão criadas pelo grupo febiano. Ao coletar objetos, prepará-los, reunir relatos e imagens que evocam aspectos da guerra, e a posterior mobilização pelo seu reconhecimento social, o grupo procura uma simbolização ativa e reprodutível que não se perca no tempo.

Ao construírem a Casa do Expedicionário como um monumento aos heróis, os febianos tinham a intenção de ocupar um lugar que enquadrasse³⁵ suas memórias e também um lugar que consagrasse a imagem do grupo. Dessa forma, o museu assumiria um papel importante no reconhecimento de uma identidade dentro da sociedade paranaense. Assim, valor e monumentalidade se interligam e o museu tornou-se um meio essencial de uma teatralização dos valores, uma vez que ele consagra as imagens da memória do grupo para além da temporalidade do cotidiano. Esse vínculo atemporal que ele expressa torna-se complexo quando se trata de um

³⁵ Sobre o enquadramento de memórias, ver POLLAK, op.cit.

patrimônio recente. O aspecto eterno da monumentalidade não é evidente, mesmo que a ideologia da conservação continue a fundamentar-se nele.³⁶

Talvez por falar de uma história recente como a Segunda Guerra Mundial, o Museu do Expedicionário não tenha sido apreendido pela sociedade como sendo um monumento aos heróis, como pretendia o grupo paranaense ao escolherem o projeto do engenheiro Euro Brandão. Ao construírem aquele monumento, os febianos desejaram a construção de suas memórias. Fundamentalmente dialético, o Museu serve tanto como uma câmara mortuária do passado, em honra aos que morreram na guerra com tudo que acarreta em termos de decadência, erosão e esquecimento, quanto um lugar de ressurreições, embora mediadas e contaminadas pelos olhos do espectador.³⁷ No Museu do Expedicionário o espectador tem a possibilidade de deparar-se com o próprio personagem da guerra; essa relação entre o visitante e o visitado é um encontro único, repleto de admiração e curiosidade que se traduz na iniciação do espectador na narrativa das memórias daquele grupo.

O Museu possui um privilegiado espaço de convívio, onde o espectador interage com o “herói”, o espectador fascinado por esse encontro se apropria dessas lembranças, tornando-as parte de sua vivência. É justamente esse encontro que diferencia este Museu dos demais que existem no país. Não se trata mais de saber por quê e como a memória se conserva, mas sim de apreender as funções sociais que ela exerce na concepção dos frequentadores do Museu. *Porque museu é cultura e é cultura da Força Expedicionária que lutou na Itália, nós desejamos que continue, que*

36 Id.

37 HUYSEN, Andreas. "Escapando da Amnésia: o museu como cultura de massa". In: **Revista do Patrimônio Histórico**. Brasília: IPHAN, n.23, p.36, 1994.

*continue o Museu da FEB para que as novas gerações saibam que houve a Segunda Guerra Mundial, que o Brasil tomou parte dele e representou com dignidade o País na Itália.*³⁸

A preocupação dos expedicionários não está mais em descobrir o que o tempo encobriu, mas em compreender a urgência do perigo da perda dos traços ainda atuais que comprovam um passado que não estaria verdadeiramente morto,³⁹ as transformações sociais e o envelhecimento trazidos pelo tempo coloca o expedicionário frente à perda dos referenciais culturais e dos conteúdos de suas memórias.⁴⁰

A musealização das memórias febianas empreenderam, desde o momento de sua idealização o sentido pedagógico organizado para a teatralização e conseqüentemente a transmissão da cultura febiana da Segunda Guerra. Os febianos paranaenses empenharam-se em reconstruir suas memórias, encaminhando-as a tornarem-se fonte inesgotável de uma estética da existência, determinando todos os modelos de percepção e de relação com as coisas inanimadas ou vivas.⁴¹ Na concepção de JEUDY, “o espírito museológico pode ir bem longe na educação do olhar e determinar para a maioria a expressão do conhecimento sensível”.⁴²

A construção e a organização desse museu monumento tornou-se, para o grupo, uma porta de entrada para sua existência social. Ao musealizarem suas memórias, ampliaram a possibilidade de lidar com as interpretações de suas “histórias de vidas”.

³⁸ CAMPOS, Geraldo *Entrevista*. Belo Horizonte; 27 de jan. 1999.

³⁹ NORA, Pierre. Op. cit. p. 13

⁴⁰ NORA, Pierre. op. cit. p.12

⁴¹ JEUDY, Henri Pierre. op. cit. p.165.

⁴² Id. p. 3

Para o grupo, preservar, significa antes de tudo a sua própria inserção dentro de uma história oficial, recuperando um sentido para a sua existência.

4 O LUGAR DE MEMÓRIA : CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos no início deste trabalho, a funcionalidade da memória sempre despertou o interesse do homem, pois ela representa a persistência do passado no presente. Segundo Henri BERGSON¹, existem duas memórias: a memória hábito e as lembranças. A primeira é de ordem mecânica, adquirida pelo esforço da atenção, pela repetição de gestos e palavras, como aprender a dançar. A segunda, refere-se às lembranças isoladas, independentes de hábitos, singulares, como se fossem autênticas ressurreições do passado. Essa visão vai se contrapor pelas concepções da escola sociológica francesa, inicialmente através de DURKHEIN, que apregoa ser o homem um produto do meio social. Seguindo nessa linha, HALBWACHS² define a memória como um fenômeno social que está sendo reelaborado a partir de um dado presente, ou seja, a memória é uma construção. Enquanto para Bérqson o passado inteiro está no inconsciente, para Halbwachs as indicações necessárias para reconstruir partes do passado encontram-se no cotidiano das sociedades. A memória, assim, é eminentemente social, e sobrevive no interior de uma coletividade.

Na concepção de HALBWACHS, a memória individual apresenta-se atrelada à memória coletiva. Portanto, ela tem um sentido aglutinador, que contribui para estabelecer uma relação de troca entre indivíduos e sociedade, corroborando o sentido de pertencimento a um grupo temporal e espacialmente

¹ Ver BERGSON, Henri. **Matéria e memória**

² HALBWACHS, Op.cit. para uma discussão entre a concepção de memória de Bérqson e Halbwachs, ver Bosi, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 5-24.

determinado. É nesse sentido que HALBWACHS fala do grupo social como a instância em que se desenvolve a memória, fazendo dela algo vivo e passível de transformação pelo desenrolar das mudanças sociais.

Assim, a manutenção de um determinado grupo só é possível pela experiência de vida que tem em comum, perpetuando-se através da dinâmica do lembrar e relembrar. Não são apenas os laços de amizade que mantêm o grupo, mas um sentimento de pertencimento, seja à natureza e aos objetos circundantes, seja a algum tema de mediação entre passado e presente, que se transforma em elemento estável do pensamento subsistente de um grupo. Segundo HALBWACHS, ao se demarcar os espaços das memórias coletivas, criamos uma espécie de meio artificial, exterior a todos os pensamentos individuais mas que, simultaneamente os engloba, formando um tempo e um espaço coletivo. Para ele, os fenômenos da memória são resultados desses temas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que ela os mantém ou os reconstitui. Sendo assim, o ato de rememorar pode ser entendido como um comportamento narrativo, que se caracteriza pela sua função social.

Rememorar é manter a memória ativa. Dessa forma, pressupõe-se que a permanência da memória está relacionada à existência de um grupo, e que sua extinção significa a morte social da memória. Devemos, então considerar o caráter dinâmico do grupo que forma uma identidade através de uma memória comum e, nesse sentido, é importante que as transformações não o desintegram, rompendo as relações fundamentais que constroem a essência da identidade do grupo.

Portanto, não é possível, elaborar uma auto-imagem sem que ocorram mudanças. A contribuição de POLLAK é incisiva a respeito desse assunto: “a construção da identidade é um fenômeno que se reproduz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.”³ Compreendemos a memória como algo que pode ser transmitida e dessa forma, é relevante percebermos não a memória em si mesma mas, como ela é construída pelo grupo. A ritualização da memória num grupo ou numa sociedade é necessária para a manutenção e a transmissão de experiências para as pessoas que não as vivenciaram.

Para LE GOFF,

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder, sendo assim, a apropriação da memória e do esquecimento tornou-se algo de inquietação por parte dos grupos e dos indivíduos que comandaram ou comandam as sociedades históricas, manipulando a memória oficial.⁴

Entretanto, a seleção de memórias nos permite lembrar e esquecer, e pode ser interpretada também como uma forma de defesa. Afinal, a memória tem que fazer sentido para o outro, ela se constrói na relação entre grupos (e indivíduos); e é no ato de rememorar que essa relação se estabelece.

A memória, como já mencionado, recorre a referenciais do tempo presente como datas, personagens e, especialmente espaços que estabelecem a mediação entre acontecimentos pretéritos e o desenrolar da vida cotidiana de um grupo ou de uma nação. Esses referenciais, a que Pierre NORA chama de “lugares de

³ POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p/ 204, 1992.

⁴ LE GOFF, Jaques. **Memória e História**. São Paulo, UNICAMP, p. 44, 1996.

memória”, nascem e vivem do sentimento de que não há “memória espontânea”, suscitando a necessidade de avivá-la através de instituições, de arquivos, de organizações de celebrações, solenidades, rituais.

Para NORA, o sentimento de aceleração da história fez com que os grupos passassem a criar “espaços de memória” procurando dessa forma bloquear o movimento do tempo e do esquecimento. Os lugares de memória pertencem a duas esferas complexas e contraditórias: elas podem ser simples ou ambíguas, naturais ou artificiais, imediatamente oferecidas à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

Se a intenção dos “lugares de memória” é perpetuar o tempo vivido e afastar o “perigo” do esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial, prendendo dessa forma o máximo de sentido no mínimo de sinais, devemos reconhecer que suas presenças entre nós são necessárias.

A memória torna-se uma experiência solitária encerrada em cada grupo, o que confere e multiplica as razões para que sejam construídos lugares de memória, uma vez que sua espontaneidade já não existe mais. E a história oficial apresenta-se como unificadora e integradora procurando harmonizar esse conflito entre o escolhido para ser eternizado e o que deve ser esquecido. Esse processo desencadeia a necessidade, por parte dos grupos que se sentem excluídos de uma história oficial, de criação de lugares de memória.⁵

O Museu do Expedicionário pode ser entendido como um desses lugares de memória construídos para afirmar-se dentro de uma história oficial, pois incorpora simultaneamente três sentidos: material, simbólico e funcional.

⁵ Id p.12.

O material é constituído pelo terreno sobre o qual se assentam a praça e o edifício. A praça é povoada por lembranças da Segunda Guerra Mundial, como um tanque, um canhão e um avião de guerra, que diferentemente de outras praças orientadas para o lazer e recreação, nos remete de imediato ao palco da guerra; e no lado oposto da praça, o olhar encontra o edifício de linhas neoclássicas, encimado por um imponente grupo de esculturas em bronze, que retrata uma típica ação bélica. Todo esse conjunto arquitetônico incita a adentrar o Museu, que complementa com a exposição de objetos e fotos a visão oferecida exteriormente.

O edifício e seu entorno também se prestam a cenário de encontros e comemorações do grupo expedicionário desde a data de sua inauguração em 1951. É nesse ambiente que os febianos ritualizam suas experiências, reconstroem e solidificam a memória que desejam ver perpetuada e lembrada. O Museu não se resume a ser um lugar de passagem como os seus congêneres, ele é, antes de tudo, um lugar de convivência.

Cada encontro é marcado por uma aura simbólica. Estar ali significa reviver um tempo, “manter e estreitar entre os ex-combatentes os laços de fraternidade, camaradagem e união nascidos durante a Segunda Guerra Mundial”.⁶ Essa relação de sociabilidades proporcionou ao ex-combatentes a segurança de continuar existindo como ex-combatente, e o encontro com o grupo o faz sentir pertencente a uma esfera social. O museu materializa essa possibilidade, é dentro dele que o grupo existe de fato.

⁶ ESTATUTOS da Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1946. p.4

A arquitetura do Museu revela que ele foi concebido com propósitos concretos, num lugar especial e visível para: perpetuar-se como um símbolo da participação do Brasil na Segunda Guerra; constituir-se como um monumento aos heróis e ganhar uma forma de enaltecer a ação do soldado brasileiro nos campos de batalha italianos. A presença física do Museu acompanhada de toda essa simbologia aliada à funcionalidade, permitiu que o grupo até hoje seja considerado e respeitado.

A funcionalidade do museu encontra-se colocada na forma como o grupo de expedicionários vai conduzindo a integração desse lugar com a sociedade. Nesse sentido, o museu passa a ser um suporte de comunicação entre o grupo e a população, ele interage como um referencial para aqueles que querem conhecer a história do grupo. O Museu como um lugar para as memórias de guerra não se destina apenas abrigar ou perpetuar os feitos da FEB.

Talvez, num primeiro momento, os expedicionários julgassem que a função armazenadora do Museu lhes bastasse para que não fossem esquecidos. Porém, a acelerada transformação da sociedade e o próprio envelhecimento do grupo, forçou-os a procurar uma função dinâmica para o Museu; disponibilizando seu acervo para exposições em escolas, bibliotecas ou outros espaços públicos. Esse olhar “além –muros” da organização, leva-os a perceber a dimensão de trabalhar como *transmissor de memória: viajam pelo Estado e fora dele, disseminando suas idéias e cativando um público cada vez maior, mais jovem e portanto, sempre renovado*. Monumentos e ruas ganham feições e nomes do grupo em várias cidades do Paraná. E as exposições itinerantes, mesmo

que temporárias, cumprem a função de “lugares de memória”. Na Itália, palco das ações dos pracinhas brasileiros, construiu-se um monumento em homenagem a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, o Museu propiciou e ampliou para o grupo de expedicionários a divulgação, transmissão e consagração de suas experiências.

Seu raio de ação ultrapassa os limites geográficos do conjunto arquitetônico: insere-se na sociedade com a marca do heroísmo e da defesa pela Pátria, deflagra a união de um grupo particular em torno da idéia de preservar a memória da FEB, uma memória que se quer entendida conforme a ótica desse mesmo grupo e que, por receio de que se perca essa memória tão bem cuidada, já está articulando a criação de uma Associação dos Amigos do Museu do Expedicionário, para assegurar a permanência tanto física quanto simbólica e funcional desse “lugar de memórias”.

FONTES

LIVROS

ANDRADE, Delmiro Pereira de **O 11º RI na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

ANDRADE, J. L. Pessoa de **A legislação do ex-combatente**. Rio de Janeiro: Argus, 1950.

BACK, Sylvio. **Rádio Auriverde (A FEB na Itália)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, [199-?].

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BORDESON, Altino. **Um pracinha Paulista no inferno de Hitler**. Curitiba: Guairá, [194-?].

BRAGA, Rubens. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BUARQUE, Mary. **O Pracinha José**. São Paulo: Editora do Brasil, 1945.

BRITO **Eu fui Capelão da FEB**. Sata Maria (RS):, Juventus, 1947.

CARVALHO, E. Leitão de **A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: A noite, 1952.

CARVALHO, Nelson Rodrigues de **Do Terço Velho ao Sampaio da FEB**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1953.

CYSNEIROS, Amador **Expedicionários na Itália**. São Paulo: Editora Empresa A Noite, 1945.

DEQUECH, José. **Nós estivemos lá**. Curitiba: LEP, 1985.

GARCIA, Clóvis. **Depoimentos de oficiais da reserva a FEB**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

MACHADO, Joaquim de Araujo **Eu vi o Front**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

MELLO, Newton C. De Andrade **A epopeya de Montese**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

_____. **Meu Diário de Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB por seu comandante**. São Paulo: Progresso, 1947.

RODRIGUES, Agostinho José **O Paraná na FEB**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1953.

_____. **35 anos depois da Guerra**. Curitiba: Secretaria de Estadp da Cultura e do Esporte, 1981.

SILVA, Eranani Ayrosa da **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da **Cruzes Brancas** (O diário de um Pracinha). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947.

_____. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SIMÕES, Raul matos. **A presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial: uma antologia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.

UZÊDA, Olívio Gondim **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

PERIÓDICOS

BRASILIDADE, 1946.

CARETA. Rio de Janeiro, 1947.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1955.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 1945.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 1945, 1947, 1949, 1951.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 1947.

O DIA. Rio de Janeiro, 1947.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1951.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 1946.

REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba: LPE, 1951- 1954.

SEMANA POLICIAL. Curitiba, 1945

VANGUARDA. Rio de Janeiro, 1946

ENTREVISTAS

CAMPOS, Geraldo. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral.**

Belo Horizonte. 27 jan. 1999.

CONTI, Ítalo. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral**

Curitiba. 23 maio 2000.

_____. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral.** Curitiba. 15

jun. 2000.

IWERSEN, Thomaz W. **Entrevista concedida à Maria do Carmo**

Amaral. Curitiba, 29 abr. 1998.

_____. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral.** Curitiba, 26

maio 1998.

_____. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral.** Curitiba, 07

jul. 1998.

_____. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral.** Curitiba, 29

jul.. 1998.

_____. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral.** Curitiba, 21

jun. 1999.

TEXEIRA, Mário Montanha. **Entrevista concedida à Maria do Carmo Amaral**. Curitiba, 16 jun. 2000.

DOCUMENTOS DIVERSOS

BALANCETE e relatórios dos dias 4 e 11 de setembro de 1949. Campanha Pró-Casa do Expedicionário.

ESTATUTOS Da Associação dos ex-combatentes do Brasil. Rio de Janeiro, 1946.

LEGIÃO paranaense do Expedicionário. Solicitação de doação para a construção da Casa. Curitiba, 31 Ago., 1950. 1f.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

AMARAL, Maria do Carmo; GOMES, Paulo Roberto. **A História de baixo de balas**. Monografia apresentada ao Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1994.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221

_____. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BERGSON, Henri. **Materia e memoria: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução de Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano da Segunda Guerra Mundial. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 22, n.107, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

BRAGA, Rubens. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COSTA, Gley P.(org.) **Guerra e morte**. Tradução de Hedy Lorraine Hofmann. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

COSTA, Octavio. **Trinta anos depois da volta**. O Brasil na II guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1976.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

GARCÍA BLANCO, Ángela. **Didáctica Del Museo El descubrimiento de los objetos**. Madrid: Ediciones de La Torre, 1994.

GOGGIOLA, Osvaldo, (org.) **A Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurente Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990

HUYSEN, Andréas. Escapando da amnésia. O Museu como cultura de massa. Tradução de Valéria Lamego. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília. IPHAN, n. 23, p. 36-54, 1994.

HENRIQUES, Eller de Mello **A FEB Doze Anos Depois**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

IPARDES – Fundação Édson Vieira. **O Paraná reinventado: Política e governo**. Curitiba, 1989.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques (Org.). **A nova história**. Rio de Janeiro: Edições 70, [19--].

_____. **História e Memória**. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MANDEL, Ernest. **O significado da Segunda Guerra Mundial**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

McCANN, Frank. **A Nação Armada**. Recife: Guararapes, 1982.

MENESES, Adélia de Bezerra. Memória e ficção. **Resgate**. (Revista de Cultura). Campinas (SP), n.3, p.9-15, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p. 9-24, 1992.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2. p. 9-42, jan./dez., 1994.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. 4. ed. São Paulo: Contexto, [19--?]

1945 – Hora zero de um novo tempo: cinquentenário do fim da II Guerra Mundial – Conferências e debates.

MONTENEGRO, Antonio Torres; FERNANDES, Tânia. Memórias revisitadas: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens. p. 11-15.

NEVES, Luis Felipe. **A força expedicionária brasileira: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 1992 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares". **Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ORAL HISTORY: Challenges for history. Conference. Rio de Janeiro: Proceedings, 1998. v.1-3

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Paranismo: cultura e imaginário no Paraná dos anos 20. In: DENIPOTI, C.; ARRUDA, G. (Org.). **Cultura e cidadania**, Londrina, v. 1, p. 273-292, 1996.

_____. **Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta. **Ética e história oral**. São Paulo: Projeto, 15; PUC, 1997.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 3-15, 1989.

REIS, Edgardo Moutinho dos **Hospital 32 – Memórias de um médico Expedicionário**. São Paulo: Fernando Camargo, 1947.

SANTOS, Antonio César Almeida. **Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1950-1990)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SEBE, José Carlos. **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O fenômeno das comemorações como objeto de análise histórica. **Cultura Universitária Sem Fronteiras**. Maringá, v. 3, n. 7, p. 19-20, mar., 2001.

SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo. **A luta dos Pracinhas – A FEB 50 anos depois: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WAACK, Willian. **As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

VANSINA, Jan. **La tradicion oral**. Barcelona: Labor, 1968.

VIRGILIO, Paul. **Guerra e cinema**. Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: Scripta, [1993].

ANEXOS

ANEXO 1 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	139
ANEXO 2 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	150
ANEXO 3 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	155
ANEXO 4 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	159
ANEXO 5 – ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN	163
ANEXO 6 – ENTREVISTA SR. MÁRIO MONTANHA TEXEIRA	171
ANEXO 7 – ENTREVISTA SR. ÍTALO CONTI	179
ANEXO 8 – ENTREVISTA SR. ÍTALO CONTI	181
ANEXO 9 – ENTREVISTA DOS VETERANOS DA FEB DE BELO HORIZONTE	188

ANEXO 1 - ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN

Data: 29 de abril de 1998

Local: Museu Paranaense do Expedicionário

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Entrevistado: Sr. Thomas Iwersen¹

Primeira entrevista

Lado - A

M.A.- A primeira pergunta para o sr. Iwersen é em relação a como ele vai se sentir com a desmobilização da F.E.B.², mesmo antes do retorno ao Brasil? O sr. estava nos explicando que tinha uma opinião diferente dos seus companheiros.

T.I.- A minha opinião era diferente em virtude de ter sido convocado como oficial da reserva para a campanha, para constituir uma unidade da F.E.B.. Na Itália já nos fora proposto pelo marechal - general na época - General Mascarenha de Moraes³, que os oficiais da reserva convocados teriam a oportunidade de, se o quisessem, voltar para Brasil desde que tivessem optado então pela volta a vida civil. Voltar por via aérea, antes da tropa embarcar de volta. E com isso, não senti o fato da desmobilização na Itália.

M.A.- O sr. não ficou perplexo?

T.I.- É, não fiquei perplexo. Mas depois a gente acompanhou aqui no Brasil. Na chegada ao Brasil nós fomos acompanhando que as nossas unidades do primeiro e segundo escalão chegaram organizadas ainda como unidades normais que haviam participado na Itália. Mas já do terceiro escalão em diante, no regresso, algumas unidades não existiam na realidade, como aconteceu com o 9º Batalhão de Engenharia. O 9º Batalhão de Engenharia, a caminho do Brasil, já deixou de existir. Você vê que o seu efetivo tinha sido desmobilizado e a unidade já tinha sido cancelada.

M.A.- Mas estando na Itália no período dessa desmobilização, como o sr. mesmo colocou que preferiu voltar com a tropa, o que sentiu em relação às pessoas que ficaram lá? Não deu para perceber muita perplexidade ou já houve comentários a respeito dessa desmobilização? Que não era justa, alguma coisa assim.

T.I.- Não, ainda não ...

M.A.- Nesse período que o sr. esteve lá não teve ...

T.I.- Nesse período não, porque eu voltei com o primeiro escalão. O primeiro escalão embarcou de volta em julho de 1945. Dia 4 de julho nós embarcamos de volta, então não tivemos muito contato com o grosso da tropa, só com o pessoal do primeiro escalão: a unidade do 6º Regimento de Infantaria e a nossa unidade. Agora, sentimos que de fato a

¹ Presidente da Legião Paranaense do Expedicionário

² Força Expedicionária Brasileira.

³ Mascarenha de Moraes general que comandou a Força Expedicionária brasileira na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

apreensão do soldado, de modo geral, ao regressar era a sua situação no pós-guerra. Como ele iria voltar para a vida civil, em que condições? Se bem que o presidente Getúlio Vargas, antes do embarque da F.E.B., garantia a todos os participantes que fossem, que ia [inaudível, que eles teriam todas as garantias no regresso. Mas ficou a dúvida, porque o governo Getúlio era um governo ...

M.A.- Ditadura.

T.I.- Era uma ditadura e, possivelmente, com o regresso da F.E.B ele pudesse ser derrubado. Como de fato aconteceu. Inclusive, na própria Itália houve manifestações de oficiais. Mandaram de lá para a Liga da Defesa Nacional um pronunciamento longo⁴ ao povo brasileiro, sobre a situação em que se encontrava o país, e a situação de que uma tropa que foi lutar contra as ditaduras, contra o nazi-facismo, voltaria para enfrentar aqui no país um regime ditatorial. Então, esse pronunciamento muitos oficiais assinaram, eu também fui um dos que assinou, também assinei a proclamação.

M.A.- Eram oficiais, então? Acima de sargento?

T.I.- É. Oficiais: coronéis, capitães, tenentes. Um número muito grande.

M.A.- De várias partes do Brasil ou da F.E.B. do Paraná só?

T.I.- Não, de todas as unidades da F.E.B. na Itália. Muitas das unidades, a maioria das unidades. Eu tenho guardado comigo lá, um [inaudível] pequeno.

M.A.- O sr. tem esse texto ainda?

T.I.- Tenho.

M.A.- Eu gostaria de ver. O sr. pode me emprestar? Porque às vezes até essa própria ...

T.I.- Era uma manifestação dos oficiais contra o regime que acontecia aqui no Brasil na época. Então isso foi uma das, um dos ...

M.A.- Desmobilização, causas da desmobilização.

T.I.- Uma das causas, por exemplo, da pressa do governo de Getúlio - o Eurico Gaspar Dutra, na época era do Ministério da Guerra - em desmobilizar a tropa assim que chegassem ao Brasil. Como de fato aconteceu, a tropa ... As nossas unidades que vieram no primeiro escalão logo em seguida foram desmobilizadas.

M.A.- E o que era essa desmobilização? Tiravam tudo de vocês?

T.I.- Não, era voltar para vida civil. Entregavam as medalhas, faziam solenidades rápidas, entregavam as medalhas, os diplomas e

M.A.- Ia para casa, não quero saber mais de você.

T.I.- Pronto, você agora está entregue à vida civil e vai se virar, vai voltar ao seu trabalho. Havia também a obrigatoriedade das firmas receberem de volta os seus funcionários que foram convocados; e também o governo de Getúlio prometeu terra, inclusive, para os agricultores, mas eles não receberam. Então os que trabalhavam no interior, no campo, eles ficaram desorientados; desorientados porque trabalhavam, não eram proprietários. Alguns tinham, talvez, propriedades de herança dos pais. Estes estavam melhores, mas os que trabalhavam como bóia-fria ou contratados, voltaram para o interior, mas voltaram para onde? Então foram ficando pelas cidades, pelas capitais, etc. E quando voltavam para o interior, de lá em seguida voltavam para as cidades a procura de recursos. Motivo pelo qual ... daí o surgimento das entidades, em todo Brasil, de ex-combatentes, associações de ex-combatentes; como a nossa aqui no Paraná, para atender ... não só preservar a memória da participação, relembrando as vitórias da campanha da Itália, mas principalmente dando assistência aos companheiros carentes.

M.A.- Como foi a chegada? Vocês chegaram no Rio de Janeiro?

⁴ Documento assinado por diversos oficiais que estavam na Itália durante a guerra, inclusive o entrevistado que na época era tenente, criticando a ditadura Vargas.

T.I.- É, todos os escalões chegaram no Rio de Janeiro. A chegada foi triunfal, o povo recebeu de braços abertos, o povo foi extraordinário. Foi uma manifestação jamais vista no Brasil. Nunca aconteceu antes e nem depois. Até hoje não aconteceu uma manifestação tão espetacular, tão festiva, como foi a chegada do primeiro escalão. Depois os outros escalões também receberam.

M.A.- Foram bem recebidos?

T.I.- Todos eles foram bem recebidos, o povo sempre na rua, aplaudindo e recebendo com aclamações. Mas o primeiro escalão, por ter sido o primeiro a chegar, foi o que teve a maior recepção⁵. A recepção foi estupenda, fantástica, indescritível. Jamais havia acontecido antes como também nunca mais aconteceu. As avenidas principais: Getúlio Vargas, Rio Branco todas ocupadas pelo povo. Aquilo lotado por toda a extensão, até a esplanada do Castelo, a região da praça Paris, tudo tomado pelo povo. E por ali passou a tropa, desembarcou na praça Mauá e ali se preparou para o desfile. As autoridades ... o palanque armado na [Avenida] Getúlio Vargas, na confluência da [Avenida] Getúlio Vargas com a [Avenida] Rio Branco. O desfile foi pela [Avenida] Rio Branco e ali o povo [ficou] aglomerado. Foi uma manifestação extraordinária. A tropa formada em desfile, chegou um certo ponto que não conseguia mais desfilar, porque o povo avançou e... carregando os pracinhas nos braços. O povo então invadiu a formatura. Depois que passou o palanque oficial, o povo chegou a invadir e a carregar os pracinhas, correram atrás. O nosso secretário daqui, ex-secretário Vermon⁶, sempre recordava conosco, que na época ele tinha, me parece que quinze anos, e assistiu a chegada ao Rio de Janeiro; nessa época ele estava lá com os pais. Assistiu a chegada e naquela vibração de rapaz, de moço, ele saiu correndo, acompanhando desde a praça Mauá até a praça Paris. Acompanhando e correndo junto com a tropa.

M.A.- E aqui no Paraná?

T.I.- Aqui no Paraná também repetiu-se. Em Curitiba foi recebido o primeiro escalão. Chegou aqui a Curitiba no dia 9 de agosto de 1945 e também houve uma das grandes manifestações. Acho que dificilmente ocorreu alguma manifestação tão grande, porque toda a rua Barão do Rio Branco e toda a [rua] Quinze de Novembro até a praça Osório, até o 15º B.C., tudo foi tomado pelo povo. O desfile começou na estrada de ferro, na estação.

M.A.- Vocês chegaram de trem?

T.I.- De trem, o pessoal chegou de trem. Eu vim por via aérea, mas a tropa veio de trem. Dia nove eu já estava aqui e vi o desfile militar do palanque montado na Boca Maldita hoje, na época era avenida João Pessoa. Ali montaram o palanque oficial e desfilaram com aclamação do povo todo debruçado nas sacadas e janelas de todos os prédios de Curitiba. Prédios naquela época eram de dois, três, quatro andares. E aí desfilaram pela [rua] Barão do Rio Branco, na esquina fizeram a conversão pela [rua] Quinze de Novembro indo até o quartel do 15º B.C., do pessoal de Infantaria. Dali a Artilharia foi para o seu quartel e a Infantaria ficou ali.

M.A.- O que acontece depois da euforia? Depois que passa ...

T.I.- Depois que passou o povo ainda continuou durante muito tempo e ... Ainda hoje o povo brasileiro reverencia e aplaude o ex-combatente. O governo e os políticos é que esqueceram.

M.A.- Não teve assistência nenhuma do governo?

T.I.- Do governo quase nenhuma. Depois, com muita luta e muito custo, o próprio ex-combatente foi conquistando alguma coisa, algum espaço. Quando conseguiu eleger algum companheiro expedicionário para a câmara federal, para as câmaras estaduais, para as câmaras de vereadores foi conquistando algum lugarzinho, e conseguindo algumas vantagens

⁵ Ao comentar a respeito de sua chegada o entrevistado se manifesta de forma eufórica

⁶ Secretário de Educação do Paraná em 1996. Do governo

com essas leis que hoje existem . Mas houve também um grupo de companheiros que foram para um lado político, mas ... um lado assim meio difícil. E prejudicaram um pouco também.

M.A.- Difícil como, sr. Iwersen?

T.I.- Devido a causa política adotada por eles, contrária a causa democrática.

M.A.- Era esquerda, então?

T.I.- Isso. Era uma esquerda ativa dentro do Exército e que se posicionou contra o governo e com isso contra o próprio Exército, que era nomeado pelo governo. Isso dificultou um pouco até que fomos conseguindo depois, com bastante dificuldade, resolver o problema desses companheiros carentes, que necessitavam de um atendimento médico-hospitalar. Conseguimos uma reforma, uma pensão, aposentadoria condigna. E aí depois com o tempo o governo foi ...

M.A.- Depois, quando isso? Logo depois da guerra?

T.I.- Uns dez anos depois, lá por sessenta e poucos, 1963 foi que começou. Houve a aprovação de uma lei concedendo uma pensão especial para o ex-combatente. Aí foi que passou melhorar a situação do ex-combatente, através dessa pensão. O projeto foi apresentado por um companheiro nosso, deputado federal, eleito pelo Rio de Janeiro. Ele recebeu a força e o apoio dos demais companheiros que participavam da câmara dos deputados, e com isso o projeto passou. Aí também os políticos da época aceitaram.

M.A.- E aqui no Paraná?

T.I.- Aqui no Paraná nos tivemos no começo também ...

M.A.- Logo depois da guerra já teve alguma preocupação em ocupar cargos políticos para que vocês pudessem se *organizar enquanto instituição*, e que fossem reconhecidos enquanto grupos que participaram da guerra ou não?

T.I.- Não. A entidade passou a existir logo após a guerra em 1946, mas em 1945 os ex-combatentes já estavam se reuniam aqui no Paraná, como em todo o Brasil.

M.A.- E aonde vocês se reuniam?

T.I.- A primeira reunião foi num quarto de pensão de um companheiro nosso.

M.A.- O sr. lembra o nome dessa pensão?

T.I.- Não, não lembro, ficava na rua Riachuelo. Depois a reunião mais importante de seis companheiros, os fundadores da entidade, foi no Brithania na [rua] Marechal Deodoro.

M.A.- O que era o Brithania?

T.I.- Brithania Esporte Clube, na [rua] Monsenhor Celso com a [rua] Marechal Deodoro. Dentre esses seis um tinha vindo do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a entidade já estava se organizando, com o nome de Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Esse cidadão veio de lá para conosco organizá-la aqui. [A associação] estava procurando se estender por todo o Brasil, em todas as capitais, pelo interior também, com seções estaduais, seções municipais. E aqui no estado ele veio para, junto com o nosso grupo, organizar uma seção estadual dessa associação. Então foi organizada, inicialmente, uma Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção do Paraná. Em 1945, ainda, houve uma convenção nacional no Rio de Janeiro, com o intuito de ampliar e ramificar cada vez mais essa associação, torná-la cada vez mais forte. Durante a convenção, nossos representantes do Paraná estiveram presente, mas nessa ocasião se percebeu que estavam usando, a central associação, que seria o Conselho Nacional da Associação dos Ex-Combatentes, para fins políticos. Motivo pelo qual nosso pessoal, nosso grupo, eram três daqui e eu ...

M.A.- Quem eram os companheiros, o sr. pode dizer o nome?

T.I.- Daqui de Curitiba: Felipe Aristides Simão, Mário Montanha Teixeira, João Borges do Amaral, e eu que estava no Rio [de Janeiro] e me agreguei depois a eles. Então, na convenção principal, no momento da discussão, percebendo a influência política que estavam querendo dar a associação, nós ...

M.A.- Mas que tipo de influência política?

T.I.- Justamente ...

M.A.- Comunista. Socialista.

T.I.- É, socialista.

M.A.- De esquerda.

T.I.- De esquerda.

M.A.- Isso lá no Rio de Janeiro.

T.I.- Lá no Rio de Janeiro, já com o pessoal de muitos estados ali presentes. Muitos estados já tinham fundado suas seções estaduais, como nós aqui já tínhamos fundado a nossa e fomos para essa convenção. Nessa convenção percebendo esse movimento, nós nos afastamos, nos retiramos definitivamente da associação. E mais três ou quatro estados também se retiraram.

M.A.- Lembra quais eram os estados?

T.I.- Não lembro. [Estados] do centro e do nordeste, que acompanharam o nosso movimento. Então nós fomos para os jornais. Temos jornais em que aparece nossa entrevista: o pessoal dizendo que nos retiramos por motivos políticos, porque vimos que estavam usando a associação para fins políticos, para usufruir politicamente. Nos afastamos, porque a nossa intenção era ter uma entidade totalmente apolítica, para tratar dos interesses dos companheiros necessitados e preservar a memória. Com isso voltamos a Curitiba e em novembro de ... já durante o ano 1946, nos reuníamos em diversas ocasiões no Círculo de Estudos Bandeirantes.

M.A.- Vocês se reuniam ali?

T.I.- Também. Ali fizemos uma assembléia muito grande, onde foi fundada ... a legião, praticamente, foi fundada ali.

M.A.- Mas eu fiquei sabendo em *off*, por baixo do pano que vocês também se reuniam na Confeitaria Cometa.

T.I.- Na [Confeitaria] Cometa era depois. Depois das reuniões nós íamos a Confeitaria Cometa tomar uma cervejinha.

M.A.- [Riso] Não houve nenhuma reunião lá?

T.I.- A fundação, praticamente, da Legião foi realizada no Círculo de Estudos Bandeirantes. Dali saíram os projetos dos nossos estatutos e o nome Legião Paranaense do Expedicionário. Tivemos algumas propostas com nomes diferentes, mas a que venceu foi essa. E com isso, nós passamos a ser uma entidade totalmente independente, sem nenhum vínculo com a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Permanecemos durante muitos anos desvinculados totalmente da associação.

M.A.- Que ano foi a fundação?

T.I.- Durante esse período, 1946, até voltarmos, novamente, para o seio, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil foi muito tempo. Durante todo esse tempo nós tivemos sedes alugadas, fizemos eventos extraordinários, *avant-premiere*, arrecadando dinheiro para atender o companheiro carente, alugar uma sede, e depois a campanha pró-construção da Casa do Expedicionário. Quando nós estávamos com todo esse patrimônio, tudo isso montado, a associação viu o potencial da nossa entidade e nos convidou para voltar, para formar com a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Na convenção de Minas Gerais ...

M.A.- Isso em que ano?

T.I.- Em mil novecentos e setenta e ...

M.A.- Nossa! Levou todos esses anos? De quarenta e seis até ..

T.I.- Não, desculpe. Foi antes mil novecentos e sessenta e ... 1960, mais ou menos.

M.A.- Foram anos. Uns quinze anos.

T.I.- Quinze anos. Em 1960 nós fomos convidados a participar da convenção nacional da Associação Nacional dos Ex-Combatentes, realizada em Belo Horizonte. O nosso presidente

era Eugênio Araújo dos Santos, fizemos uma reunião prévia e dissemos a ele: "nós podemos voltar, (eles já expunham a idéia de nos aceitar de volta) mas desde que aceitem nossos estatutos, sem nenhuma transformação." Então nos aceitaram com o nome da Legião e com os estatutos tal qual eram na ocasião. Não houve nenhuma modificação, nós hoje fazemos parte, somos filiados a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Mas não como seção, é Legião Paranaense do Expedicionário filiada a Associação dos ...

M.A.- E nesse período da formação da associação, depois Legião Paranaense, vocês mantêm uma relação com o Exército aqui no Paraná? Vocês mantêm uma relação com a política paranaense, com governadores? Como vocês fazem esse arranjo?

T.I.- Nós mantemos. Isso nós mantivemos, desde o começo a entidade manteve assim um contato muito ...

M.A.- Afinado.

T.I.- É, um [contato], bastante proveitoso para a entidade, junto ao governo do estado e junto ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica também. Mantivemos durante todo esse tempo ... porque naquela época, inclusive, quando voltamos do Rio de Janeiro, o então governador interino não quis receber o nosso pessoal, porque nos taxavam também de ...

M.A.- Comunista. Mas, que interessante! Quando vocês estavam voltando da guerra?

T.I.- Não, não. Isso depois, na organização da entidade. Lá no Rio de Janeiro, quando nos exploraram com essa intenção ...

M.A.- E aqui no Paraná ...

T.I.- Aqui também refletiu e sofremos no início. Mas logo depois, veio servir aqui, comandar a 5ª Região Militar o mesmo general que comandou a Artilharia de Divisão de Área na Itália: General Osvaldo Cordeiro de Farias. Ele compareceu a uma reunião nossa, numa antiga sede que nós tínhamos, velhos barracões do Tiro de Guerra Dezenove, onde hoje está o Teatro Guaíra. Ali era um terreno que pertencia ao Tiro de Guerra Dezenove, Tiro de Guerra Rio Branco e eles nos cederam uns pavilhões para nós nos reunirmos. Toda terça-feira à noite nós fazíamos nossas reuniões. Como hoje fazemos às terças-feiras à tarde, fazíamos à noite, às vinte horas.

M.A.- Desde que ano? Desde 1946?

T.I.- Desde 1946. Logo depois de fundada no Círculo de Estudos Bandeirantes, nós conseguimos então, por empréstimo, por sessão. O presidente da Associação Tiro Rio Branco era amigo nosso, conhecido nosso; ele então nos cedeu para essa ... Ali era usado para o ensaio da banda do Tiro Rio Branco. A banda sempre desfilava. No Sete de Setembro ela desfilava, participava com antigos elementos que serviram, Tiro Rio Branco, Tiro Dezenove. Então ele nos cedeu o pavilhão e ali fazíamos a reunião todas as terças-feiras. E numa dessas terças-feiras, de repente, à noite ... Era um barracão meio escuro, com uma lâmpada como uma vela, só clareava a mesa da diretoria, os outros sentavam nas cadeiras ... De repente à noite, uma noite até chuvosa, adentrou o salão, o general comandante da região, que era o General Cordeiro de Farias, que fora o comandante da [inaudível] na Itália. Como comandante da região ele era a maior autoridade militar do Paraná e Santa Catarina e foi lá para dar todo o apoio a entidade. Entrou a paisana, pois era noite, todo mundo levantou e ele: "não, podem sentar. Eu vim aqui para preencher a minha ficha como sócio da entidade". Ele participou da reunião nossa, ouviu as dificuldades todas do nosso pessoal, e pôs o gabinete dele, do comando do Quartel General - na época onde hoje é a casa do Barão - à nossa disposição. Se nós quiséssemos nos reunir devíamos usar o gabinete dele às terças-feiras à noite. Mas não fomos, não aceitamos porque era um gabinete muito fino. Então isso refletiu, essa visita dele e o apoio dele refletiram dentro do governo e junto aos políticos. Com isso a entidade começou a ter cada vez mais aceitação.

M.A.- Quais os políticos que apoiaram vocês? Ou vocês conseguiram eleger ex-combatentes?

T.I.- Nós elegemos. Nós temos um companheiro que frequenta aqui ainda hoje, o José Machuca, que foi o primeiro deputado, deputado constituinte, inclusive. Foi o primeiro deputado expedicionário eleito pelos ex-combatentes, também por familiares e amigos. Ele foi um batalhador da causa da F.E.B. aqui no Paraná durante o período que exerceu o seu mandato. Frequenta, está sempre aqui. Então conseguimos eleger depois Tadeu ****Sucursinski**** e outros companheiros. Não tivemos muitos políticos. Depois para vereador também elegemos o Felipe Aristides Simão, que foi nosso primeiro presidente e um dos fundadores da legião. Brilhante vereador, foi prefeito interino diversas vezes. O prefeito na época era Ney Braga e nós afinávamos muito com ele. Havíamos servido com Ney Braga na época em que ele serviu como primeiro tenente [inaudível]. Então a gente tinha muita amizade com ele. E o Simão foi convidado por ele para se candidatar e depois, inclusive, foi presidente da Câmara de Vereadores.

M.A.- Isso em que ano?

T.I. - Isso lá pelos anos de mil novecentos e ... me falha a memória.

M.A.- 1948, 1950.

T.I.- É. Pouco tempo depois, 1950, cinquenta e poucos.

M.A. - O sr. fala que vocês se organizaram para prestar assistência aos pracinhas, aos ex-combatentes, e, por outro lado, preservar a memória. Em que sentido vocês gostariam de preservar a memória?

T.I.- Preservar e rememorar os fatos e feitos da F.E.B. e da F.A.B. na campanha da Itália.

M.A.- Rememorar. Porque rememorar?

T.I. - Rememorar em comemorações, trazer o povo para junto das assembleias, das sessões solenes que realizávamos.

M.A.- Mesmo quando vocês estavam em outras sedes sem ser o museu?

T.I.- Então nós fazíamos na Sociedade Thalia. Fizemos uma primeira sessão solene muito bonita, que foi realizada na Sociedade Thalia. Isso logo no pós-guerra. Já no ano de 1946, na época em que nós estávamos fundando a legião se fez uma sessão solene muito bonita sobre Montese. Depois comemorávamos também no Círculo Militar.

Final da Fita - Lado A

Continuação da primeira entrevista

Lado B

Data: 29 de abril de 1998 - Quarta-feira

Local: Museu Paranaense do Expedicionário

Entrevistado: Sr. Thomas Iwersen

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Lado B

M.A.- Vocês se sentiram jogados no esquecimento com essa desmobilização? Para que vocês se organizassem dessa forma tão forte?

T.I.- No começo não. No começo o ex-combatente era sempre requisitado, lembrado e procurado para transmitir suas experiências de guerra ... pelo civil.

M.A.- Quando é esse começo? 1947, 1948.

T.I.- Nos primeiros anos, 1947, 1948 até 1950 mais ou menos. Depois a coisa foi ficando cada vez mais esquecida. O pessoal da ativa - os companheiros que ficaram dentro do Exército, que já tinham feito carreira, como sargentos antigos, e estavam cumprindo tempo de serviço dentro do Exército - e os oficiais, esses foram transferidos, com o regresso da

F.E.B., para unidades cada vez mais distantes. O governo, o Ministério da Guerra, procurou afastá-los do convívio mais próximo dos centros maiores, e então foram transferidos para unidades distantes. Motivo pelo qual muitos pediram a passagem para reserva. Mas outros foram de fato seguir, e nessas unidades onde passaram a servir, muitas vezes, eles sofriam ... não perseguição, mas descrédito. Eram desacreditados. Eles queriam transferir sua experiência para a tropa, para os colegas que tinham ficado aqui, contar fatos e eles não aceitavam. Não aceitavam. Então, os que aqui ficaram ...

M.A.- E como o sr. interpreta essa transferência desses militares que tinham carreira dentro do Exército: foram para a guerra, voltaram, continuaram na carreira?

T.I.- No meu entender, o governo deveria dar a preferência na escolha das unidades que quisesse servir. As próprias unidades da F.E.B. deveriam ter sido mantidas, como não foram, houve unidades que foram transformadas. O 9º Batalhão de Engenharia, por exemplo, foi extinto quando ainda estava a caminho do Brasil. Muitos anos depois por interferência e muito esforço também do nosso ex-presidente da casa, que era oficial da ativa, foi o comandante do 9º Batalhão de Engenharia na Itália, depois general e chegou a marechal na reserva ... Ele trabalhou no sentido de que se desse, novamente, uma formação ao 9º Batalhão. Então foi de novo organizado o 9º Batalhão de Engenharia de Combate, que hoje existe em Aquidauana. É o repositório das tradições do 9º Batalhão de Engenharia de Combate na Itália.

M.A.- E aqui no Paraná? O que aconteceu com os pracinhas paranaenses, com esses ex-combatentes? Como foi a vida civil? Foram discriminados, ficaram sem emprego, voltaram à atividade normal?

T.I.- Alguns voltaram às suas atividades normais e outros não conseguiram voltar para o emprego, ficaram em dificuldades. Aí porque a entidade passou a existir: para dar atendimento a eles. Principalmente o pessoal do interior, procurava muito a entidade, procuravam recursos. A Legião se [inaudível] e procurava sempre dar uma cesta básica a eles, para que voltassem para seus familiares e levassem alimentos.

M.A.- Vinham muitos do interior para pedir ajuda?

T.I.- Vinham muitos, permanentemente.

M.A.- A maior parte do Paraná era do interior ou da capital?

T.I.- O efetivo maior foi de Curitiba, depois Ponta Grossa, Malet. O Paraná foi com mil quinhentos e quarenta e dois expedicionários para a Itália. Agora, os do interior procuravam muito aqui a cidade para ver se conseguiam junto ao Exército, junto a entidade, um emprego. A Legião procurava por todos os meios conseguir uma vaga junto ao Estado, através de políticos nossos, amigos nossos. O nosso deputado [José] Machuca encaminhava o companheiro para conseguir uma vaga junto a uma secretaria, e junto ao Exército para que fossem fazer uma inspeção de saúde, para conseguir uma reforma. Enquanto isso, o Exército, através de um companheiro nosso que ainda servia na ativa no Quartel General, dava atendimento. Também através de amigos nossos, oficiais amigos da entidade que comandavam pequenas unidades davam abrigo para os nossos companheiros, davam poso. Ainda não tínhamos a sede aqui. Davam poso, alimentação para que depois eles voltassem para casa. Iam para o Hospital Militar, conseguíamos internamento no Hospital Militar para tratamento de saúde.

M.A.- Mas isso acontecia com quem tivesse postura de esquerda também?

T.I.- Com todos, não tinha problema.

M.A.- Mas vocês sabiam os que eram de esquerda e os que não eram?

T.I.- Não.

M.A.- Aqui no Paraná não tinha isso.

T.I.- Não, aqui não havia ...

M.A.- Nenhum movimento de esquerda.

T.I.- Todos eram assistidos democraticamente, independente de cor, raça, credo. Não tinha problema nenhum.

M.A.- Eu escutei uma conversa que o maior ponto de mobilização, por parte dos pracinhas paranaenses, seria em evitar comunismo aqui no Brasil.

T.I.- A convocação ... das entidades.

M.A.- É. A formação das entidades passava pela preocupação com o comunismo que estava se infiltrando no Brasil.

T.I.- As entidades se organizaram ... Tiveram alguns elementos de esquerda aqui também, de direita, de esquerda, todos os credos políticos, mas a nossa entidade achou que, naquela ocasião, estavam usando para fins políticos. Queriam se aproveitar do ex-combatente para fins políticos, para eleger, etc. Quando seria diferente, seria se proporem a candidatos e depois passar pelo crivo da entidade. Apuramos uma denúncia. Todos que se candidataram aqui, em todas as ocasiões, e apelaram para a Legião, ela deu apoio total e integral. Independentemente de partido deu apoio integral. Temos uma revista da época convocando os companheiros a votarem com os fulanos, com partidos diferentes do governo. Tinha o Mário Montanha Teixeira que era candidato a deputado federal, o [José] Machuca a [deputado] estadual, Tadeu **Subuchinski** a [deputado] estadual, Hermínio Alves Cabral também a [deputado] estadual.

M.A.- O que interessava era colocar ... Seria um proveito maior para a instituição.

T.I.- Colocar o maior número possível de companheiros. Tirava proveito, depois, através deles, independentemente de partido.

M. A.- Então, o que eu posso concluir é que a primeira questão de vocês se organizarem, enquanto associação, foi para dar assistência?

T.I.- Comemorar as datas ...

M.A.- Então vem primeiro a memória e depois a assistência?

T.I.- A memória e a assistência ao mesmo tempo. As duas vêm ao mesmo tempo: a memória e a assistência. Isso até hoje nós preservamos. Não damos mais assistência porque os companheiros já foram atendidos por nós, ainda damos orientação, acompanhamos. Mas, por isso nós transformamos toda a sede em museu. Antigamente tínhamos quartos em cima, onde alojávamos companheiros que vinham.

M.A.- Na mesma sede. A partir de que ano?

T.I.- Em 1980 nós inauguramos como museu. Em 1979, na minha gestão, a diretoria propôs transformar toda a casa em museu.

M.A.- Não tinha o museu lá.

T.I.- Nós tínhamos um museu restrito a duas salas na frente.

M.A.- Mas era aqui nesse lugar.

T.I.- Não, o museu era lá na frente.

M.A.- Mas, nessa região aqui. Nesse terreno onde tem a praça, onde está o museu agora.

T.I.- Nessa casa.

M.A.- Desde quando vocês montaram aqui?

T.I.- A casa foi inaugurada em 15 de novembro de 1951.

M.A.- Aqui está desde 1951, só que vocês foram reformando, ampliando.

T.I.- A única reforma que nós fizemos foi em 1979, para em 1980 inaugurar o novo museu, o novo Museu da Legião Paranaense do Expedicionário. Transformamos toda a casa em museu. Foi uma proposta da minha diretoria em 1979, em assembléia geral aprovada por unanimidade: transformar toda a Casa do Expedicionário em museu, construindo um anexo e eliminando os quartos, o apartamento do zelador. Antes era museu, com biblioteca separada,

sala de lazer, salão; tínhamos departamento de assistência, tesouraria. Hoje temos a sala geral, onde atendemos o pessoal todo.

M.A.- O que mais me intriga, sr. Iwersen, a arquitetura desse museu. Porque é assim, quem idealizou essa arquitetura? De quem vocês receberam influência?

T.I.- Não foi influência, nós fizemos um concurso de projetos para a construção do museu. Foram apresentados cinco projetos.

M.A.- Especificamente para gente daqui ou foi aberto à comunidade?

T.I.- Foi aberto à comunidade, saiu no jornal edital convocando.

M.A.- Em que ano?

T.I.- Em 1949. Foram apresentados cinco projetos, sendo que dois com frente para a [rua] Ubaldino do Amaral, posição diferente.

M.A.- O sr. tem esses projetos guardados?

T.I.- Tenho. Eram dois com frente para lá, um com um tipo de posto de gasolina, na época nós rejeitamos na hora; esse aqui e mais um outro. Foi feita a abertura, a votação para os projetos e foi decidido por esse aqui. O autor é o Euro Brandão.

M.A.- Reitor da PUC.

T.I.- Na época era engenheiro da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina

M.A.- Porque vocês aprovaram esse?

T.I.- Porque achamos que a linha neoclássica ... e o monumento, porque os outros não previam nenhum monumento. Ele propunha um monumento, mostrando uma patrulha em ação e dava um espaço na frente para a realização de solenidades cívico-militares. A praça também faz parte do conjunto todo. Aprovamos em virtude do projeto ser o mais de acordo com o gosto dos companheiros reunidos.

M.A.- E essas reformas que vocês iam fazendo, de onde vocês tiravam dinheiro?

T.I.- Essa geral de 1979, foi a maior reforma que nós fizemos. Para essa nós usamos as despesas da própria entidade.

M.A.- Só uma coisa que eu não estou entendendo, sr. Iwersen. O sr. disse que em 1949 houve um concurso ...

T.I. - 1979.

M.A.- 1979. Em 1949 vocês já estavam aqui?

T.I.- Não, em 1949 nós não tínhamos nem começado.

M.A.- Foi em 1950? Em 1951 vocês estavam aqui, mas era uma casinha ...

T.I.- Dia 15 de novembro de 1951 inauguramos esta casa que está aqui.

M.A.- Com aquela frente?

T.I.- Tudo como está.

M.A.- Ah! Tudo assim já.

T.I. - Só não estava o avião, não estava o tanque. Ali onde está o avião era o mastro onde asteávamos o pavilhão nacional. A praça era diferente.

M.A.- Em 1979 vocês fizeram uma reforma para tirar os quartos.

T.I.- Fizemos uma campanha para angariar fundos para a construção da casa. Em 1951 inauguramos. E em 1979 a diretoria fez uma proposta: em virtude dos companheiros todos já assistidos, ou reformados, ou pensionistas, ou aposentados; a maioria, praticamente noventa e nove por cento, assistidos de uma maneira ou outra. Um ou outro com alguma dificuldade que a Legião resolvia: um remédio para comprar, a Legião financiava. Então, nós resolvemos propor a mudança: transformar tudo em museu, porque o nosso acervo estava crescendo, não tínhamos mais onde colocar ... Os quartos estavam ocupados, os companheiros vinham e se alojavam durante o período que passavam aqui. Então, com essa proposta aprovada nós, primeiro tentamos, junto ao ex-prefeito Saul Raiz, vender umas áreas. Nós tínhamos umas áreas, duas quadras na região da Vila Carmela Dutra, que foram invadidas. Duas áreas que a

prefeitura nos cedeu, mas elas foram invadidas. Ali nós queríamos construir uma sede campestre, mas as áreas foram invadidas. Os terrenos eram banhados, muito difícil de se aproveitar, mas as pessoas foram invadindo; tomaram conta e nós não conseguimos desalojá-los. Então, com a proposta de transformar tudo em museu, surgiu a idéia de vendermos essas áreas para a prefeitura. Através do prefeito Saul Raiz e do diretor da COHAB de Curitiba, foi feito um projeto pela URBES de transformação de toda a casa em museu. Feito a avaliação da reforma toda que nós efetuamos, deu um valor x, e por esse valor nós vendemos a área para a COHAB-Curitiba. Temos aí a fotografia de quando eles entregam o cheque. E com esse dinheiro nós fizemos toda a reforma do museu, com as despesas da própria legião. O novo museu foi inaugurado em 19 de dezembro de 1980. Nessa ocasião trouxemos a Curitiba o que fora comandante da Artilharia Divisionária na Itália, e aqui comandante da região, Osvaldo Cordeiro de Farias e a sua senhora. Vieram para a reinauguração do nosso museu. No dia eu convidei a esposa dele e o governador Ney Braga para descerrarem a fita de inauguração do novo museu. Foi uma festa muito grande, muito bonita, com muita gente. E aí então ficou o museu instalado onde está hoje.

Final da fita - Lado B

ANEXO 2 - ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN

Data: 26 de maio de 1998

Local: Museu do Expedicionário do Paraná

Entrevistado: Sr. Thomas Iwersen

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Segunda entrevista

Lado B

M.A.- Como os ex-combatentes se organizaram para a construção do museu? Como se dá esse processo?

T.I.- A questão do museu, da sede da Legião Paranaense do Expedicionário - Casa do Expedicionário - era um acalentado sonho que nós vínhamos acumulando há alguns anos, desde a fundação da Legião. A intenção era ter uma sede própria.

M.A.- Que ano foi a fundação da Legião?

T.I.- A Legião foi fundada em 20 de novembro de 1946. Legião Paranaense do Expedicionário.

M.A.- Um ano depois do fim da guerra, quando vocês retornaram.

T.I.- Um ano após. Mas, antes disso já tínhamos organizado a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção do Paraná. Fomos a um primeiro congresso da associação, organizado no Rio de Janeiro, para decidir sobre a ampliação e o estatuto final dessa associação. A comissão do Paraná que esteve presente, percebeu que estavam usando a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil com fins políticos. A nossa entidade do Paraná, totalmente apolítica, afastou-se da convenção nacional, realizada no Rio de Janeiro, e nos desligamos da associação. Voltamos a Curitiba e aqui fundamos, em 1946, a Legião Paranaense do Expedicionário para dar atendimento aos companheiros carentes e promover as lembranças da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através de solenidades, sessões solenes. E desde o início a nossa intenção era ter uma sede própria, nessa ocasião vivíamos em sedes de outras entidades, salas emprestadas.

M.A.- Que outras entidades eram?

T.I.- Inicialmente o Esporte Clube Brithania nos acolheu; a Legião Brasileira de Assistência, na praça Tiradentes em frente a catedral, também nos assistiu e nos deu guarida. Depois a Sociedade Tiro Rio Branco, que se reunia em barracões onde hoje está o Teatro Guaíra. E a entidade ... o Círculo de Estudos Bandeirantes, onde nós fizemos as reuniões principais para organizar o nosso estatuto, a proposta de um nome que emíamos registrar a entidade. Houve diversas propostas e venceu a de Legião Paranaense do Expedicionário. Com o registro pronto, passamos a nos interessar em conseguir uma sede própria, trabalhar no sentido de construir uma sede própria. Passamos depois do Círculo de Estudo Bandeirantes e da [Sociedade] Tiro Rio Branco, para uma sala alugada na rua José Bonifácio, após a realização de uma *avant premier*, na qual a legião conseguiu um arrecadação maior. Tivemos o apoio do comandante da região, General Cordeiro de Farias, a esposa dele foi a nossa patronesse para essa *avant premiere*. Um filme foi cedido pela Metro Goldwin Mayer especialmente, para esse evento em Curitiba: "Os melhores anos de nossas vidas". Com essa arrecadação nós pudemos dar uma melhor assistência aos companheiros carentes, e sonhar já um pouco mais alto, com a sede própria. Alugamos uma sede própria, mas alugada, na rua

José Bonifácio. Dali partimos para ações maiores de construir uma sede própria. Veio para Curitiba na ocasião, o diretor da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, companheiro nosso na F.E.B, que comandou o 9º Batalhão de Engenharia, Coronel José Machado Lopes. A diretoria achou por bem, como estávamos em fase de reeleição, de novas eleições, fazer um convite para que ele aceitasse a candidatura a presidência da Legião. Fomos ao seu gabinete no Palácio Moreira Garcez, na Boca Maldita, e ali nos apresentamos, conversamos com ele. A diretoria foi em número razoável fazer a visita a ele, foi em comissão para convidá-lo a se candidatar a presidência. Ele aceitou de muito bom grado, mas dizendo que não teria tempo suficiente para se dedicar inteiramente, porque ele, como diretor da rede, tinha uma incumbência ... Na época, o diretor da rede aqui no Paraná era uma personalidade, tinha um poder bastante grande. Então ele aceitou, foi eleito presidente. E na mesma ocasião levamos a idéia de que pretendíamos construir uma sede própria. Marcar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através dessa sede própria. Um logradouro público em algum lugar que a gente conseguisse.

M.A.- Ele era um ex-combatente.

T.I.- Ex-combatente, ele comandou o 9º Batalhão de Engenharia na campanha da Itália. Ele concordou, achou a idéia extraordinária, e disse que de imediato iria arregaçar as mangas junto conosco para levar avante a idéia. Em reuniões com ele chegamos a conclusão que faríamos, em diversos municípios, festividades para arrecadar fundos. Fizemos aqui um jogo de futebol entre um time de Joinville (Santa Catarina), que veio fazer uma apresentação. Também [fizemos] alguns bingos.

M.A.- Vocês chegaram a anunciar em jornais? Quais os jornais?

T.I.- "Gazeta do Povo" e "O" Dia faziam campanha no sentido de ajudar: "Auxiliem a Legião". O objeto principal da campanha seria um automóvel, a idéia era comprarmos um carro para sorteio em benefício da construção da Casa do Expedicionário. Em torno desse carro que foi comprado ...

M.A.- Em que ano?

T.I.- Em 1949. Esse carro foi comprado da agência Ford, na época a revendedora em Curitiba era a firma Rocha e Cia. O coronel Machado Lopes garantiu a compra dando um cheque dele para Rocha e Cia, que seria descontado posteriormente pela Legião, quando tivesse terminado a sua campanha pró-construção da Casa do Expedicionário. Com esse carro nós levantamos um fundo importante. Foi a peça principal de arrecadação para a construção da casa.

M.A.- Que carro era?

T.I.- Um Ford zero quilômetro, quatro portas; na época, último modelo, recém importado. Com esse carro passamos a rodar por Curitiba, em pontos distintos, principalmente na Boca Maldita, na rua Quinze [de Novembro], na saída dos cinemas. Nós mesmos estávamos ali vendendo a rifa e recolhendo o dinheiro, depositando no banco esse dinheiro. O carro também fez viagens ao interior, percorrendo principalmente o Norte Novo, que na época fervilhava em dinheiro; lá vendeu-se muito bilhete. O [inaudível] já estava próximo da extração, foi sorteado pela loteria federal e o bilhete sorteado não tinha sido vendido. Com isso nós publicamos a relação dos bilhetes que não tinham sido vendidos em edital em frente a "Gazeta do Povo". Na época a sede da "Gazeta do Povo" era na rua Quinze [de Novembro], logo depois da [rua] Monsenhor Celso, num antigo prédio. Ali na frente nós pusemos um cartaz com os números não vendidos, e o carro também ficou ali na frente. Quando houve o sorteio, um elemento estranho que descobriu: "o número não foi vendido, está em poder da Legião". Então, como outros não fizeram, nós fizemos. Passamos a fazer um novo sorteio, informando que os bilhetes vendidos continuariam concorrendo. Nós apenas iríamos vender os que haviam ficado em poder da entidade. Com isso vendemos; praticamente todos os

bilhetes. Essa atitude da Legião teve uma repercussão excelente junto a população, e no interior mandavam correspondência, perguntando ... E nós: "olha, se rasgou, lembrou do número, anote numa carta, mande para a Legião." Nós temos essas cartas arquivadas. Isso, então teve uma repercussão excelente. Outros sorteios, quando o bilhete revertia em favor da entidade, eles apenas faziam novo sorteio não concorrendo ... Faziam uma extração totalmente nova. E nós não, nós continuamos com os mesmos bilhetes concorrendo ao prêmio.

* interferência*

T.I.- O bilhete premiado foi vendido em Blumenau a um sargento do Batalhão de Blumenau. Ele veio a Curitiba receber aqui na praça do Expedicionário. Nessa ocasião nós já tínhamos, junto a prefeitura, feito a escritura de doação da área para a Legião.

M.A.- Deste terreno.

T.I.- Dessa área onde está o museu hoje até a praça.

M.A.- Já existia essa praça?

T.I.- Não existia a praça, era um terreno baldio. Só existiam essas duas propriedades que já haviam sido construídas aqui do lado, essas duas casas. E de lá para cá era um terreno baldio, jogavam lixo. Escolhemos a área ...

M.A.- Vocês que escolheram esse terreno?

T.I.- Nós escolhemos, um outro companheiro e eu.

M.A.- Quem era o outro companheiro?

T.I.- Ítalo Anderson. Ítalo Anderson e eu fomos a prefeitura, percorremos todo o arquivo de terrenos da prefeitura em Curitiba para localizar uma área que fosse interessante para a gente construir a casa. Inicialmente, a idéia era fazer onde hoje está o Centro Cívico, mas como já havia o projeto para o Centro Cívico, o terreno talvez seria desapropriado. Procuramos por outras áreas e chegamos a essa aqui. Esta como estava com problema de ... Isso aqui pertencera a família Scott More, era uma fazenda, uma chácara. A família morava aqui embaixo, descendo em direção a estrada de ferro. Como eles estavam loteando, eles doaram essa área para que a prefeitura organizasse uma praça ou então construísse um [inaudível] da prefeitura. Porém, houve alguns problemas na prefeitura. Se não me engano essas duas áreas aqui também pertenciam a esse mesmo lote, como foram negociadas a família que havia doado embargou a doação a prefeitura. Então, quando nós escolhemos o terreno, ele estava em poder da prefeitura, mas embargado pela família. Fomos ao prefeito, que na época também era amigo nosso: Dr. Lineu Ferreira do Amaral, engenheiro da rede, trabalhava com o coronel Machado Lopes e que fora indicado pelo governador para prefeito de Curitiba.

M.A.- Mas, não era ex-combatente? Só tinha uma relação com vocês.

T.I.- Não, não era ex-combatente. Ele tinha relação com o Coronel Machado Lopes, porque era também engenheiro da rede. Como o terreno estava embargado e a diretoria aprovou essa área para a construção da sede, nós então fizemos um ofício a família Scott More, que nessa época morava em Londres. O Mário Montanha Teixeira, professor de oratória, advogado, secretário da Legião na época, fez um belíssimo ofício para a família dizendo do que se tratava, qual a finalidade, qual a intenção. A família de imediato telegrafou, informando que se fosse para a finalidade indicada eles levantariam o embargo. E de fato levantaram o embargo e com isso a prefeitura fez a doação. Assinamos com o prefeito, temos a foto da assinatura da doação.

M.A.- Porque o sr. escolheu justamente um terreno aqui dentre tantos?

T.I.- Nós fomos vendo pela cidade e achamos, o Ítalo e eu, que a colocação era privilegiada, no alto. Em Curitiba ainda não existiam os prédios em volta, tinha o belvedere, uma vista sobre a cidade. Achamos que seria um ponto ideal. Então se fez a doação, e

terminada a campanha, com o dinheiro arrecado, passamos para os editais de convocação de interessados em apresentar projetos e orçamentos.

M.A.- Em que ano isso?

T.I.- Isso foi tudo em 1949. Nós fizemos de imediato. Com o projeto aprovado, em seguida nós passamos a construção, porque nós estávamos com dinheiro em caixa. Foi tudo pago nas etapas indicadas pela construtora que venceu a concorrência, a firma Copara S.A.. Terminada a concorrência, contratamos a firma e em seguida ela começou a trabalhar. Já as primeiras determinações da firma nós pagamos. Recebiam pontualmente. Quando chegava na época do pagamento da primeira fase, segunda fase de construção, íamos a casa do diretor, Dr. Ruy Carnasciali, ou a sede deles que era na [rua] Marechal Deodoro, onde hoje está o correio novo.

M.A.- Esse dinheiro vocês tinham conseguido com a rifa do carro, a *avant premiere* ...

T.I.- Não, a *avant premiere* foi para a assistência inicial, em anos anteriores: 1947, 1946. Para essa campanha muitos municípios do interior participaram com importâncias, nada de importante, pequenas doações. Porém com muitos municípios doando fizemos um volume bom. Alguns municípios fizeram eventos muitos bonitos, inclusive, Cornélio Procópio fez um evento muito bonito, uma arrecadação muito boa. Ponta Grossa também fez diversos eventos. Tudo isso foi sendo reunido. O jogo de futebol também rendeu, o América contra o ...

M.A.- Quem ganhou esse jogo de futebol, o torneio de futebol?

T.I.- Não foi torneio, foi um jogo só. Um torneio de futebol ocorreu na chegada da F.E.B.

M.A.- Torneio de Montese.

T.I.- Não, Monte Castelo. Houve até uma taça, o vencedor foi o Cinco de Maio. Ela está conosco na casa. Do conjunto de jogadores faziam parte ex-combatentes.

M.A.- Esse torneio tem alguma coisa a ver com a arrecadação de dinheiro ou não?

T.I.- Não, foi só uma comemoração em homenagem a F.E.B..

M.A.- Quem organizou isso?

T.I.- Não lembro, foi logo na chegada do primeiro escalão em Curitiba, agosto de 1945.

M.A.- O sr. comentou que vocês arrecadaram dinheiro através da rifa do carro, e com esse dinheiro deram início a construção da sede.

T.I.- Primeiramente nós aprovamos um projeto e quem venceu foi o Professor Euro Brandão.

M.A.- Vocês chegaram a colocar isso em jornais?

T.I.- Sim, editais foram publicados.

M.A.- Estava aberto ao público?

T.I.- Aberto ao público. E as firmas se apresentaram, como a Copara, quatro ou cinco firmas se apresentaram. (p.15/16)

M.A.- O Euro Brandão trabalhava em uma dessas firmas?

T.I.- Não, ele apresentou projeto. Houve primeiro apresentação de projetos.

M.A.- Depois houve a concorrência para a construção. Eu quero saber dos projetos.

T.I.- Houve um engenheiro que trabalhava com a firma ... o dono da construtora era Arno Müller, ele tinha um arquiteto que fez um projeto. Em outra firma também um arquiteto apresentou um projeto. E Euro Brandão apresentou um projeto, a pedido do Coronel Machado Lopes; como engenheiro da rede, sugeriu que ele apresentasse. Nós escolhemos o de preferência. Optamos pelo de Euro Brandão, não por ele ser engenheiro da rede, mas pela proposição de uma praça. Outros projetos previam a frente para a rua Ubaldino do Amaral, com pouca praça para as solenidades. Já o projeto dele previa toda a praça, o terreno da frente seria praça e os fundos a construção da Casa do Expedicionário.

M.A.- A arquitetura do museu muito me intrigou, sempre me chamou a atenção. A frente dele ...

T.I.- É um neoclássico.

M.A.- E as outras tinham esse característica?

T.I.- As outras eram mais ... modernas para a época. Uma delas lembrava um posto de gasolina, então achamos que não era compatível com a idéia que nós tínhamos. E a dele com um monumento, chamou a atenção. Um monumento encimando a casa que nos chamou a atenção e despertou o interesse da maioria dos companheiros.

M.A.- Foi votado?

T.I.- Foi. Temos a ata de quando foram apresentados os projetos, com o vencedor registrado em ata, também depois a concorrência pública.

M.A.- Os projetos estão até hoje com vocês?

T.I.- Temos guardados. Encontrar é meio difícil. A arrumação está meio difícil.

M.A.- O sr. deve preservar.

T.I.- Sim, está tudo guardado. Depois de construída a sede nós inauguramos. Fizemos uma inauguração em 15 de novembro de 1951.

M.A.- Quando ficou pronta essa estrutura aqui.

T.I.- Ficou toda a casa pronta, a praça pronta. A praça era diferente da que está aí hoje, o mastro era no centro, não tinha o avião, em volta diversas colunas onde colocávamos bandeiras - ao redor de toda a praça. E a casa, a frente como está, foi inaugurada em 1951. Na ocasião trouxemos o, então já, General Machado Lopes, que veio especialmente do Rio [de Janeiro]. Inauguramos com novidades, o povo aqui presente, a praça lotada. A casa ficou cheio de autoridades civis e militares, o governador estava presente.

M.A.- Que governador era?

T.I.- Bento Munhoz da Rocha. Muito amigo nosso, ele participava, a todo momento estava aqui na casa, visitando, acompanhando a construção da casa. Passando por aqui ele desembarcava e entrava, interessado.

M.A.- Teve alguém que trabalhou com ele na Casa Civil, não teve?

T.I.- O Eli trabalhou com ele. No segundo governo dele diversos companheiros nossos trabalharam. Ele sempre esteve muito ligado a Legião. Em 1953, quando fizemos um congresso extraordinário, ele participou intensamente: Congresso Extraordinário dos Ex-Combatentes do Brasil. Reunimos companheiros de todo Brasil, a Legião independente trouxe companheiros de todo Brasil e fizemos um congresso muito grande, muito bonito. Em 1953 justamente quando do aniversário da Emancipação Política do Estado do Paraná, fizemos um congresso em homenagem ao Paraná, e o Bento [Munhoz da Rocha] como governador participou nas três noites de sessões aqui na casa. Participou e deu sempre a sua mensagem. Era historiador, um homem extraordinário, de capacidade.

Fim da fita - Lado B

ANEXO 3 - ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN

Data: 1º de julho de 1998

Local: Museu Paranaense do Expedicionário

Entrevistado: Sr. Thomas Iwersen

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Terceira entrevista

Lado A

M.A.- Todos os ex-combatentes participaram da organização do museu? Participam das reuniões ou é um grupo fechado?

T.I.- A Legião é uma entidade que abrange o ex-combatente de todo o Paraná e também do o Brasil. Todos que vêm morar aqui no Paraná, em Curitiba se filiam a entidade. A entidade é abrangente, ela quer o maior número possível de elementos participantes.

M.A.- Se filia a entidade aqui do Paraná?

T.I.- Sim, aqui do Paraná.

M.A.- Se você é um ex-combatente do Rio de Janeiro, se mudou para Curitiba ...

T.I.- Quer participar da legião, se filia e pronto.

M.A.- Paga alguma taxa?

T.I.- Bom, nós estamos cobrando uma anuidade de cento e vinte reais, atualmente, ou dez reais por mês. Mas isso não é obrigatório. Nós insistimos na cobrança, porque a Legião tem uma despesa, mas não são muitos que pagam. A maioria dos associados hoje não comparece em virtude da idade, eles estão avançados na idade.

M.A.- Qual é a média de idade?

T.I.- A média de idade é de setenta e cinco anos. Em virtude da idade já avançada, muitos com mais de oitenta anos, o número diminuiu bastante. As nossas reuniões hoje, quando dá um número maior, chega a quarenta pessoas. A não ser que se convoque um assembléia para decidir algum assunto importante a respeito da entidade, aí há possibilidade de se conseguir um número maior. Normalmente trinta, quarenta. Ultimamente em virtude do inverno cai bastante o número, são uns vinte que comparecem. Esse pessoal que comparece é um pessoal antigo, são os fundadores e companheiros que desde o início estão filiados a entidade. Participam das reuniões e vem desde aquela ocasião, desde 1945, participando das atividades da entidade. A maioria dos que comparecem hoje são oriundos da época da fundação da Legião e dos primeiros passos da entidade em 1945.

M.A.- Quantos participantes pelo Paraná na Segunda Guerra Mundial?

T.I.- O número que consta oficialmente é de mil quinhentos e quarenta e dois. Há uma variação em torno do número, mas consta mil quinhentos e quarenta e dois, de todo o Paraná, que participaram da Segunda Guerra Mundial. Aqui de Curitiba, também como número oficial consta trezentos e dois. Também não é bem exato, por que muitas vezes o cidadão que não constava como do agrupamento que saiu aqui do Paraná. Muitos paranaenses estavam estudando, trabalhando fora, em outro estado. Então eles participaram do contingente daquele estado, constavam como oriundos daquele estado. O meu caso por exemplo, eu estava no Rio de Janeiro, não saí aqui de Curitiba. Estava servindo em Mato Grosso, depois fui para o Rio de Janeiro, transferido para a unidade da F.E.B, e de lá eu segui para a Itália. O grosso do nosso contingente do Paraná saiu diretamente daqui para ir

constituir as unidades da F.E.B.. Primeiramente foram para São Paulo, Caçapava, Pindamonhangaba, e de lá para o Rio de Janeiro; para a concentração no morro do Capistrano, onde ficaram aguardando o embarque. Os que foram com o 6º R.I. já ficaram em São Paulo, constituindo o 6º Regimento de Infantaria; outros foram para o Segundo Grupo de Artilharia e embarcaram no primeiro escalão. Os demais ficaram no morro do Capistrano, nesse aquartelamento, aguardando o embarque, que se deu em setembro, do segundo e terceiro escalão.

M.A.- Foram trezentos e doze aqui de Curitiba?

T.I.- Trezentos e doze nós temos anotados, mas é muito variável.

M.A.- Quantos associados a Legião tem?

T.I.- A Legião tem hoje registrado uns três mil associados, aproximadamente, em todo o Paraná, não só em Curitiba. A Legião abrangia todo o Estado, depois nós fomos enxugando, encerrando algumas seções municipais; mas de qualquer maneira nós temos hoje fichados na Legião aproximadamente três mil companheiros ex-combatentes. Não só paranaenses, mas de outros estados que vieram morar no interior do Paraná: Londrina, Maringá, para região norte, veio muita gente de fora, de Minas [Gerais], por exemplo. Para a região sudoeste veio gente do Rio de Grande do Sul e de Santa Catarina: Cascavel, Pato Branco, Marechal Cândido Rondon têm muitos gaúchos residentes. Todos eles são filiados à Legião. Então daí, esse contingente da Legião ser maior do que o contingente paranaense que esteve na F.E.B.. Isso devido ao pessoal que veio residir aqui e se associou a entidade.

M.A.- Vocês têm essa entidade aqui em Curitiba e pequenas associações no interior, em outras cidades?

T.I.- Hoje, não temos mais. Antigamente nós tínhamos as seções municipais em diversos municípios, na época de maior número de ex-combatentes. Mas com o tempo a gente foi percebendo a dificuldade em se reunir para discutir os assuntos e registrar em ata. Então nós fomos desativando, hoje existe só no estatuto a seção municipal, mas nenhuma está funcionando.

M.A.- Quando vocês organizaram enquanto associação, Legião, em outras cidades isso também aconteceu. Vocês administravam isso, iam para essas reuniões ou elegiam alguém que fosse o coordenador?

T.I.- Não. Nós íamos a cidade e elegíamos uma diretoria. Fazíamos contato antecipado, apresentavam-se candidatos. Elegíamos uma diretoria provisória que ficava organizando e aumentando o número de associados.

M.A.- Onde eram realizadas essas reuniões no interior? Aqui vocês tinham a Casa do Expedicionário.

T.I.- Aqui, inicialmente, nós não tínhamos a casa, tínhamos sedes cedidas a Legião. No interior acontecia a mesma coisa, em Ponta Grossa por exemplo, a Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército cedeu a sede deles, a rua Tenente João Silva, para a sessão municipal fazer suas reuniões. Mais tarde alugaram uma pequena sala, no centro da cidade, onde passaram a fazer suas reuniões. Em Rio Negro as reuniões eram feitas no quartel. Já em Paranaguá a prefeitura havia cedido uma sala onde eles se reuniam.

M.A.- Em que período? Junto com essa movimentação em 1945, 1946, 1947 ou depois?

T.I.- Depois que estruturaram a entidade. Logo que a Legião foi fundada em 1946, houve a fundação de uma entidade, a Associação dos Ex-combatentes do Brasil - Seção do Paraná, que existe até hoje, e com a qual nós rompemos. Esclareci já para você, que por motivos políticos nós nos afastamos, porque a Legião sempre foi totalmente apolítica. Então em Curitiba nós fundamos a Legião Paranaense do Expedicionário, cuja a data de fundação é 20 de novembro de 1946. Logo em seguida fizemos, aqui em Curitiba, uma primeira convenção estadual de ex-combatentes, reunindo um número muito grande de companheiros do interior.

Vieram de todos os municípios do sul e até mais distantes. Fomos, inclusive, ao governador, na época, Moisés Lupion. Fomos recebidos por ele no Palácio do Governo, que ficava no alto São Francisco, expusemos as dificuldades. Naquela época nossos companheiros estavam passando dificuldades, principalmente o pessoal do interior, não tinham emprego, não tinham mais as suas terras. Então pedimos a ele apoio no sentido de dar condições de sobrevivência a esses companheiros.

M.A.- Getúlio Vargas saiu do governo em 1945.

T.I.- Em outubro de 1945. Nessa época [1946] estávamos em eleições para novo presidente, quando Eurico Gaspar Dutra concorreu com Eduardo Gomes. Então, nós fizemos essa convenção. E com o nosso estatuto todo aprovado, transferimos a esses companheiros do interior de diferentes cidades que vieram a Curitiba, que eles deveriam se agrupar em associações e fundar nas suas respectivas cidades uma entidade ligada a Legião. Seria uma seção municipal da Legião Paranaense do Expedicionário. Mas isso foi feito em poucas cidades, não deu tempo de se fazer. Em Paranaguá, Ponta Grossa, depois Rio Negro, Antonina. Acho que parou por aí. Nas demais cidades nós tínhamos representantes, companheiros nossos mais ligados ao comércio a indústria e as autoridades lá. Eram nossos representantes. Como temos até hoje em diversas cidades, companheiros que são nossos representantes junto às autoridades municipais.

M.A.- Ao poder local.

T.I.- Ao poder local. Em Cascavel, Bandeirantes, Londrina, Maringá temos nossos contatos, quando há necessidade. Mas como as soluções dos problemas do ex-combatente sempre foi em Curitiba. Em virtude da sede da 5ª Região Militar ser aqui, todos os assuntos militares serem resolvidos aqui, os companheiros vinham a Curitiba para tratar dos assuntos. Então, praticamente, as associações perderam a sua finalidade. O pessoal vinha, independentemente de entrar em contato com as associações do interior, eles vinham diretamente a Curitiba e procuravam a Legião.

M.A.- Vocês tinham essas associações no sentido de ajudar o ex-combatente.

T.I.- De ajudar, orientar, encaminhar, para não evitar a sobre carga aqui na Legião.

M.A.- Além da assistência ao ex-combatente, o que mais era feito no interior?

T.I.- Não, era também para divulgar, preservar a memória, organizar as festividades históricas e comemorar as datas históricas da F.E.B., para não deixar no esquecimento. Como nós fazíamos aqui, também a orientação era a mesma. O estatuto previa: preservar a memória, comemorar as datas históricas dos feitos gloriosos da Força Expedicionária Brasileira e da Força Aérea Brasileira.

M.A.- Isso constava no estatuto.

T.I.- No estatuto já estava escrito.

M.A.- Foi em ...?

T.I.- Em 1946. Isso se transferiu para os companheiros do interior: que os representantes organizassem comemorações referentes as datas. Foi feito em muitos municípios, em muitas cidades e ainda hoje temos companheiros que realizam. Em Cascavel temos um companheiro que é muito ativo, está sempre com as autoridades militares e civis nessas datas históricas da F.E.B., procurando com eles organizar comemorações. Agora, recentemente, no Dia da Vitória houve uma comemoração grande, bonita em Cascavel. Um dos principais elementos da organização foi, justamente, esse companheiro nosso que lá reside.

M.A.- Eu percebo que há uma aproximação, talvez eu esteja enganada, entre vocês e as crianças. Vocês e os jovens. Porque isso?

Interrupção da entrevista

ANEXO 4 - ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN

Data: 29 de julho de 1998

Local: Museu Paranaense do Expedicionário

Entrevistado: Sr. Thomas Iwersen

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Quarta entrevista

Lado A

T.I.- Terminada a guerra, os companheiros que tinham sido convocados voltaram a Curitiba, para a sua vida civil. Alguns ainda continuaram no Exército, mas por pouco tempo, logo passariam a vida civil. Outros companheiros nossos aqui do Paraná, do serviço ativo, que tinham feito academia, vieram servir em Curitiba e fizeram contato. Se conheceram na Itália, trabalharam juntos na Itália, serviram na mesma unidade muitas vezes, ou conheceram-se no pós-guerra aqui em Curitiba. Esses passaram a se reunir e fizeram as primeiras tentativas de comemorar datas históricas da F.E.B.. Foi quando houve a primeira sessão solene, na Sociedade Thalia, em homenagem, justamente, a Max Wolff Filho. Uma solenidade muito bonita na Sociedade Thalia. Foram convidadas autoridades civis e militares para participar e o povo também, o salão ficou super lotado. Nessa ocasião quem presidiu a solenidade foi um companheiro nosso, Felipe Aristides Simão, que nessa época era oficial da reserva convocado. Veio para Curitiba ainda servindo na ativa, estava trabalhando, nessa ocasião, na fábrica de Curitiba. Ele reuniu um grupo de companheiros e organizaram essa primeira sessão solene. E dessa reunião primeira é que ... Eles já vinham acalentando um sonho, surgido na Itália, de quando voltassem ao Brasil se reunissem num clube, numa liga, numa sociedade. Então desenvolveram essa idéia. Após essa cerimônia na Sociedade Thalia - já antes vinham desenvolvendo - então com mais força ainda. Veio um elemento do Rio de Janeiro para dar força à organização, em Curitiba, da Associação dos Ex-combatentes do Brasil - seção do Paraná. A qual deu origem a Legião Paranaense do Expedicionário, após companheiros terem participado de um congresso, no Rio de Janeiro, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Em consequência da associação estar enveredando pelo lado político, os companheiros daqui romperam, se afastaram, e no regresso com os outros companheiros daqui, organizaram e fundaram a Legião Paranaense do Expedicionário. Cuja data de fundação é 20 de novembro de 1946. Antes disso, existiu em Curitiba a Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Na primeira convenção nacional da associação, quando ia-se eleger o conselho nacional, que iria agrupar todas as associações que iam sendo fundadas, houve o rompimento e ela deixou de existir no Paraná.

M.A.- O sr. comentou que vocês se reuniam, às vezes no quarto de pensão de um colega logo que vocês voltaram da guerra.

T.I.- Foi o primeiro grupo que fazia essa reunião.

M.A.- Esse primeiro grupo que se reunia no quarto de pensão e depois conseguiu fazer a primeira homenagem na Sociedade Thalia. Mas essas idéias partiram da Itália.

T.I.- Isso já veio da Itália. Não só do pessoal de Curitiba e do Paraná, como de outros estados, principalmente do Rio de Janeiro, onde tinha um número maior de ex-combatentes.

Essa idéia veio da Itália, continuar se reunindo já que haviam se conhecido num momento difícil. Então, montaram uma entidade para preservar a memória da sua participação, da amizade surgida nos campos de batalha.

M.A.- E em relação a desmobilização da F.E.B.? A preocupação de continuarem a relação que vocês desenvolveram durante a guerra, ficou mais forte aqui no Brasil. Tem alguma relação com a desmobilização ou não tem nada a ver?

T.I.- Tem. Tem a ver, em partes, pelo seguinte: em virtude da desmobilização muitos dos companheiros - soldado principalmente, que veio do interior para participar e foi convocado ou sorteado por que estava servindo - quando terminou a guerra, voltou para o interior e não tinha suas terras. Eram empregados, não conseguiam seu emprego de volta, não conseguiam voltar para a sua área que, talvez tivesse sido alugada ou cedida para plantar. Então surgiu o companheiro carente. A desmobilização levou, também, os companheiros que estavam em condições melhores, que tinham seus empregos fixos ou continuaram na ativa, a se reunirem para dar assistência a esses companheiros carentes.

M.A.- Eu tenho uma curiosidade, logo que vocês voltam e começam a se mobilizar, como fica o Exército em relação a isso? Ele apoia a organização dos ex-combatentes?

T.I.- A organização das associações?

M.A.- Isso. Se o Exército apoia num primeiro momento?

T.I.- Houve as fundações das entidades, mas sem a presença do Exército. Sem o apoio imediato do Exército, nem da Aeronáutica, nem da Marinha. Isso foi tudo trabalho do próprio ex-combatente, com o apoio de muitos ex-combatentes que continuaram na ativa, mas não apoio direto do Exército. Mais tarde, quando o Exército, Marinha e Aeronáutica perceberam que os nossos propósitos eram sérios, no bom sentido, foi que passaram a dar apoio. No começo não, porque como eu já havia dito, no primeiro congresso, na primeira convenção no Rio de Janeiro para eleger o conselho nacional houve uma orientação diferente, orientação política. Em virtude disso, talvez o Exército não tenha tomado nenhuma atitude em dar apoio imediato. Veio a dar apoio mais tarde. Hoje, por exemplo, temos o apoio total. Mesmo no Paraná, junto ao governo, o ex-combatente era tido como um elemento de esquerda, de orientação diferente, contrária. Muitas vezes, no começo houve certas dificuldades da Legião junto ao governo. Mas com o trabalho contínuo no sentido de dar amparo e comemorar as datas históricas da F.E.B., o governo foi sentindo que não havia nenhuma conotação política da Legião e então passou a apoiar, em dar cada vez mais apoio. O Governo Estadual e o Exército, a 5ª Região Militar, passaram a dar apoio até a chegada do comandante da região, que foi um companheiro nosso da F.E.B, General Cordeiro de Farias, que deu apoio total e integral a Legião. Ofereceu seu próprio gabinete para que instalássemos a nossa sede. Isso são fases interessantes dessa vivência que, de fato, não aconteceu de imediato.

M.A.- Esse anexo foi construído em ...?

T.I.- Foi construído em 1979.

M.A.- A função desse anexo é fazer as reuniões?

T.I.- Reuniões. Quer dizer, começou em 1979. Em 1979 a minha diretoria apresentou uma proposta, em assembléia, para transformar toda sede em museu, porque chegamos a conclusão que a maioria de nossos companheiros já estavam assistidos de uma maneira ou outra. Ou aposentados da função pública, estadual, municipal ou federal, ou reformados pelo Exército, ou pensionistas pelo Exército, Marinha ou Aeronáutica. Então, como a maioria estava com a vida mais ou menos tranqüila, nós resolvemos - a minha diretoria - estudando o assunto, apresentar uma proposta a assembléia de transformar toda sede em museu. A parte de cima da casa nós ocupávamos com quartos, onde recebíamos companheiros carentes como hóspedes.

M.A.- Embaixo funcionava o museu?

T.I.- Não, o museu funcionava em cima, em duas salas apenas. Embaixo nós tínhamos departamentos de atendimento: gabinete odontológico, gabinete médico; tínhamos a secretaria, a tesouraria que funcionavam em baixo, e o salão nobre que ainda continua. Então em 1979 achávamos que essa primeira fase da entidade, dar assistência aos companheiros carentes, já tinha sido ultrapassada, e que tínhamos de preservar a memória da participação do Brasil através da ampliação do nosso museu. Fizemos essa proposta, foi aprovada por unanimidade e aí passamos, com recursos próprios, a reformar a casa com um projeto apresentado pelo IPUC. Conseguimos que o IPUC apresentasse um projeto de reforma da casa, um orçamento da reforma toda, e com recursos próprios da Legião - com autorização da assembléia que nos deu plenos poderes - ampliamos o museu. Enquanto estávamos reformando a casa, construímos, também dentro do projeto do IPUC, esse anexo, para que continuássemos as reuniões. A casa estava sendo modificada, o próprio salão, e não tínhamos onde nos reunir, então foi construído primeiramente o anexo.

M.A.- Antes do anexo, assim que vocês conseguiram consolidar, em 1951, a construção desta casa-museu, vocês se reuniam aqui?

T.I.- Nos reuníamos aqui.

M.A.- Quando ficou pronto o anexo, onde estamos agora, vocês passaram a se reunir aqui.

T.I.- Passamos a fazer as reuniões aqui, até que terminassem as reformas da casa.

M.A.- Não interromperam nunca as reuniões desde 1946.

T.I.- Não, desde 1946 tem reunião de diretoria todas as terças-feiras, sem interrupção. E também convenções, reuniões, viagens ao interior, exposições.

M.A.- O sr. comentou que vocês construíram esse anexo e reformaram o museu com dinheiro próprio, correto? Como que vocês conseguiram esse dinheiro?

T.I.- Esse dinheiro nós conseguimos através da venda de duas quadras à COHAB-Curitiba. Isso feito através do prefeito que era muito amigo nosso, e através do companheiro [Felipe Arditides] Simão. Saul Raiz era o prefeito na ocasião, em contato com ele, nós conseguimos que a COHAB-Curitiba adquirisse, no valor do projeto do IPUC, esses terrenos que nós tínhamos no Barigüi. Eram terrenos que tinham sido invadidos. Terrenos num alagadiço que nós não tivemos condições de aproveitamento e que depois foram invadidos. Nós não tínhamos condições de liberar as áreas, tirar de lá os intrusos. Então fizemos esse negócio, através do prefeito, com a COHAB-Curitiba, dentro do valor do projeto do IPUC para a reforma de toda casa e a construção do anexo. Nós fomos receber, numa solenidade na COHAB-Curitiba, o cheque no valor de toda a construção e reforma da casa.

M.A.- Mas e esses terrenos como vocês conseguiram?

T.I.- Esses terrenos foram doados a Legião pela prefeitura. Foi feita a doação dessas áreas pela prefeitura, há muitos anos atrás. Nós não pudemos aproveitar porque era um terreno baixo, o rio não tinha sido retificado. Um alagadiço permanente, deveriam ser feitas canaletas e a Legião não teria condições de fazer isso. Como surgiu essa proposta de transformar o museu, a única solução era vender. Como também não tínhamos condições de retirar o pessoal, a COHAB nos prometera que construiria casas populares ali, e as primeiras cinquenta casas seriam vendidas para ex-combatentes a preços especiais. Mas a COHAB comprou a área e também não conseguiu tirar de lá os invasores até hoje. Eu não sei como a COHAB acertou com as pessoas que invadiram as áreas. Se a COHAB não conseguiu, nós jamais iríamos conseguir.

M.A.- Por que a prefeitura de Curitiba doou esses terrenos?

T.I.- Doou a área para que nós construíssemos uma sede campestre. Naquela época fizemos, inclusive, uma solenidade com lançamento da pedra fundamental. Houve o projeto de um barraco de madeira para nós passarmos o fim de semana, com churrasco, reunir o pessoal em

festividades após os desfiles de Sete de Setembro. Mas nós não pudemos realizar porque o terreno não ajudava, teríamos de fazer uma infra-estrutura no terreno. Tínhamos combinado com o secretário de segurança de nos ceder detentos da penitenciária para trabalhar lá, escavar, mas seria uma coisa muito demorada, muito difícil. Detentos, de repente, iam fugir e nós seríamos os responsáveis pela fuga.

M.A.- Há quanto tempo o sr. administra a Legião, é presidente da Legião?

T.I.- Desde a fundação faço parte da Legião: como secretário de finanças um período, depois como diretor da casa. Quando da construção da casa eu era diretor da Casa do Expedicionário.

M.A.- Desde 1946, então?

T.I.- Não, em 1946 eu era secretário de finanças.

M.A.- Desde esse período o sr. está envolvido.

T.I.- Desde de 1946 estou envolvido. Quando da inauguração da casa eu era diretor da Casa do Expedicionário e fiquei durante algum tempo. Depois da primeira e segunda gestões do Jaime, fui eleito presidente da Legião por duas ou três eleições consecutivas. Entrou outro companheiro e eu continuei, sempre continuei em todas as diretorias. Participei de todas elas. Participei da diretoria do [Felipe Aristides] Simão, do Machado Lopes. Quando construímos a casa, na campanha pró-construção eu era o vice-presidente. Depois da gestão do Jaime, já construída a casa, dois anos depois eu fui eleito [presidente] e tive duas ou três gestões seguidas. Então passei para outro, trabalhava não tinha tempo sempre. Fui eleito novamente por dois anos, passei para outro, assumi novamente. E agora eu venho já há uns vinte anos consecutivos.

M.A.- Vocês fazem eleições? Existem outros que concorrem?

T.I.- Sim. Mas, ultimamente não tem havido. Nessas últimas três ou quatro eleições tem sido por aclamação. Em outras ocasiões apareciam outros candidatos também, sempre houve outras chapas, e vencia aquela que tinha mais adeptos.

R.A.- O sr. consegue lembrar quantos freqüentam a casa?

T.I.- Diariamente o número não é muito grande, só uns quatro, cinco ou seis. Mas às terças-feiras - toda terça-feira nós temos reunião - de vinte a trinta pessoas estão conosco. Uma média de vinte e cinco companheiros comparecem semanalmente às reuniões de terça-feira.

M.A.- Mas existe um grupo que desde o final da guerra vem sempre?

T.I.- Tem um grupo que freqüenta permanentemente. Quando não estão, estão em contato com a gente. Não vem, de repente estão aqui de novo. O Mário Montanha Teixeira que foi fundador da Legião esteve ontem aqui conosco, passou uns dias viajando, mas esteve ontem conosco. Nem sempre estão podendo vir.

Fim da entrevista

ANEXO 5 - ENTREVISTA SR. THOMAS IWERSEN

Data: 21 de junho de 1999

Local: Museu Paranaense do Expedicionário

Entrevistado: Sr. Thomas Iwersen

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Quinta entrevista

Assunto: Tirar algumas dúvidas das entrevistas anteriores.

Lado A

M.A.- Gostaria de saber onde ficava o Círculo de Estudos Bandeirantes?.

T.I.- Na rua Quinze de Novembro, próximo ao Teatro Guaíra, uma quadra abaixo.

M.A.- Nessa época ele já existia onde está hoje?

T.I.- Já estava onde está hoje. A sede dele foi reconstituída, foi reformada. Mantiveram o mesmo padrão só que melhoraram bastante as instalações. Hoje ele está muito bom.

M.A.- Na época eram só vocês que ocupavam ou já existia?

T.I.- Não. O Círculo já funcionava, permanentemente, com muitos sócios. Faziam reuniões periódicas, mas nos cediam os salões em ocasiões que eles não usavam.

M.A.- Eu gostaria de saber o que significa "políticos amigos"⁷. O sr. diz, em entrevistas anteriores, que haviam "políticos amigos" que ajudaram a estruturar o museu.

T.I.- Os políticos amigos eram companheiros nossos que estavam na época exercendo função parlamentar. Tinham sido eleitos para a Câmara dos Deputados e aqui para nossa Assembléia Legislativa, esses eram os políticos amigos. E outros ligados a eles que se tornaram nossos amigos. Tínhamos diversos políticos que eram amigos da Legião e trabalhavam em benefício da Legião. Davam total apoio a Casa do Expedicionário. Políticos amigos ex-governadores, como o Bento Munhoz da Rocha. O governador Moisés Lupion, nos deu muito apoio logo no início da nossa entidade. Nas primeiras reuniões, de âmbito estadual, que nós fizemos, ele nos recebeu no Palácio. Nos deu muita atenção, participou dos nossos eventos e de solenidades que organizamos. De sessões solenes participou diversas vezes. E depois Bento Munhoz da Rocha, que nos deu um apoio muito grande, participando inteiramente de todos os nossos eventos. Principalmente, quando nós inauguramos a casa e realizamos o primeiro congresso de âmbito nacional, trazendo companheiros de todo Brasil para um congresso extraordinário⁸. Ele veio aqui, esteve conosco e participou as três noites de sessões especiais, sessões solenes, e sempre fazendo pronunciamentos de grande profundidade. Extraordinário. Deu um apoio muito grande. E durante a construção da casa⁹ ele também nos deu apoio, participando e acompanhando, nos visitando. Temos fotografias de quando ele nos visita. Por diversas vezes veio aqui com seu estafe, para ver como estava andando a obra. Se bem que era uma obra particular, mas ele vinha aqui, tinha interesse total em torno da Força Expedicionária Brasileira.

M.A.- Mas de onde vinha esse interesse por parte do ex-governador Moisés Lupion?

⁷ Expressão utilizada nas entrevistas anteriores.

⁸ Ao comentar sobre esse congresso nacional o entrevistado se entusiasma.

⁹ Antes de se transformar em Museu o local era conhecido como Casa do Expedicionário Paranaenses

T.I.- Justamente na época, nós tínhamos companheiros nossos já candidatos. O nosso primeiro deputado estadual que nós elegemos - não só expedicionários como diversos amigos e colegas dele o elegeram - foi o José Machuca. Através do José Machuca, justamente da amizade política dele com o governador, ocorreu essa aproximação. Na ocasião também realizamos alguns eventos para os quais fomos convidar a esposa do governador para patronesse, Da. Erminia Lupion. E com isso houve esse interesse, esse apoio decidido [de Moisés Lupion]nos recebendo em palácio. Quando organizamos a primeira convenção estadual, trazendo companheiros de todo o interior do estado, reunindo uns duzentos companheiros, nós fomos recebidos no palácio - o antigo palácio do governo, lá no alto São Francisco¹⁰, onde hoje é o Museu de Arte do Paraná. Ele nos recebeu no salão nobre e fez um pronunciamento muito bonito, homenageando a Força Expedicionária Brasileira e o expedicionário e os paranaenses que participaram [da guerra]. Daí em diante passou a nos dar total apoio. O Bento Munhoz da Rocha, quando governador, também nos recebeu no palácio. O Centro Cívico ainda estava sendo construído na época e ele também nos recebeu naquele palácio no Alto São Francisco. Também nos dando total apoio. Como cidadão dedicado a cultura, muito culto, extraordinário, fez pronunciamentos extraordinários durante nossas reuniões aqui na Legião. Ele deu total e constante apoio. Procurava saber do andamento da nossa campanha. Porque na ocasião nós tínhamos como diretor da rede um companheiro nosso José Machado Lopes. Coronel Machado Lopes foi diretor da Rede de Viação e na época a direção da rede era um posto chave, um posto importante dentro da hierarquia política. Depois, ele foi nosso presidente, nós o elegemos. Convidamos e ele concordou. Fez uma gestão extraordinária, permanentemente conosco, apesar de seus grandes encargos na rede. Quando diretor ele eletrificou a rede até Paranaguá¹¹ e para o interior, região de Ponta Grossa¹². Mesmo com todo esse trabalho, ele se dedicava a Legião. Às terças-feiras ele comparecia às nossas reuniões. Quando lançamos a campanha pró-construção da Casa do Expedicionário, ele concordou em patrocinar conosco. Quando levamos a intenção de termos uma sede própria, ele aceitou de braços abertos a nossa sugestão e se envolveu na campanha de imediato, e deu apoio total. Com isso, dado a função dele, nós conseguimos muita penetração, conseguimos vender a totalidade dos bilhetes e adquirimos dinheiro para construir a sede própria.

M.A.- O sr. lembra quem foi que votou pelo projeto do Euro Brandão para a construção do museu? Existe alguma lista, alguma ata?

T.I.- Houve diversas propostas. Quando nós abrimos a concorrência pública para a construção da Casa do Expedicionário, alguns engenheiros apresentaram propostas. Inclusive o Euro Brandão, também que era engenheiro na época, engenheiro da Rede. Nessa ocasião a abertura das propostas foi feita perante a diretoria, e nós optamos pela proposta dele porque previa a praça. A casa com estilo neoclássico, um monumento encimando, e a praça, um local onde se realizassem as solenidades cívico-militares - que hoje realizamos aqui na praça. Os outros projetos eram de frente para a rua Ubaldino do Amaral. Eram diferenciados, uns projetos de estilo um pouco avançado demais para nossa época. Nós, então, optamos pelo estilo neoclássico. Foi aprovado por unanimidade em sessão da diretoria.

M.A.- Foi o grupo de diretores que aprovou?

T.I.- O grupo de diretores da Legião aprovou, e depois levado também ao conhecimento das nossas sessões plenárias, quando foi aprovado por todos os companheiros.

M.A.- Porque as pessoas se filiaram a entidade?

¹⁰ nome de um bairro central da cidade de Curitiba.

¹¹ Cidade vizinha a Curitiba - 100 Km.

¹² Cidade vizinha a Curitiba - 120 Km.

T.I.- Bom, logo de início os primeiros filiados éramos nós aqui da capital e das cidades próximas, que vínhamos desde a Itália, lembrando de organizar-se num clube, numa entidade que congrega-se, para ficarmos reunidos. Nós fizemos novas amizades. Fomos para a Itália com alguns amigos daqui, colegas de faculdade, de escola, de unidades militares. Mas lá conhecemos outros, também daqui da região de Curitiba, então tornou-se ... A idéia veio a se realizar em virtude de ter nascido já na Itália: a sugestão de se reunir, de se encontrar. Os primeiros encontros, talvez, em bares e botequins, esquinas de ruas e nas ruas, em praças conversando. E daí surgiu a idéia de se organizar uma entidade, um clube, uma associação, uma legião. Isso se propagou depois pelo estado todo e, principalmente, pelo interior em virtude da situação difícil que muitos companheiros se encontravam. Ao voltar da Itália muitos companheiros passaram privações e dificuldades para se reintegrar, voltar ao emprego. Muitas vezes não foram aceitos nos empregos que deixaram alguns anos atrás; e voltar para a terra: a terra já não era deles, estavam com terra emprestada. Então, eles procuraram a entidade. Vieram se associar a entidade para ver se conseguiam uma assistência, um amparo, uma lei estadual, um benefício para resolver o problema que os angustiou.

M.A.- Nesse primeiro momento, quando vocês ainda estavam na Itália, a idéia era se reunirem pelos laços de amizade?

T.I.- Laços de amizade que se criaram na Itália. Travamos novas amizades, novos conhecimentos.

M.A.- Essa era a idéia inicial.

T.I.- Idéia inicial não só nossa, aqui no Paraná, como em todo o Brasil e no Rio de Janeiro, principalmente. O Rio de Janeiro teve maior participação na campanha da Itália, porque foi de onde saiu o maior número de unidades. Então, o carioca já lembrava de se organizar em uma entidade, se manter unido e continuar a amizade surgida na Itália.

M.A.- Pelo que já observei aqui no museu, eu percebo uma aproximação muito grande entre o museu e as crianças, o museu e a escola. Isso sempre aconteceu ou passou a acontecer mais tarde? Como é a relação entre o Museu do Expedicionário e os colegiais?

T.I.- Isso surgiu após a inauguração da Casa do Expedicionário. Com a montagem do nosso museu, ainda modesto, restrito a duas salas, já convidávamos um ou outro colégio para nos visitar. Nós não tínhamos o museu aberto, naquela época a casa não era aberta a visitação, a não ser quando a pessoa programava. Alguma autoridade que vinha de fora e programava a visita, nós vínhamos aqui receber. Nós todos trabalhávamos e mantínhamos aqui um zelador. Um ou outro companheiro já aposentado ou reformado vinha prestar serviço; esses, então, atendiam os visitantes.

M.A.- Não era aberto ao público como é hoje?

T.I.- Era mais aberto ao próprio ex-combatente, quando vinha para ser atendido. Dávamos poso a ele, tínhamos quarto aqui em cima. Então, dar poso ao companheiro, atendê-lo, encaminhá-lo ao hospital para tratamento, dar assistência. O contato com os colegiais surgiu a partir da inauguração da Casa do Expedicionário em 1951, aos poucos foi surgindo. Porém, era programado. Quando avisavam com antecedência que viria um colégio que gostaria de conhecer, fazíamos a programação, vinha a diretoria receber. Mas, a casa era mantida fechada, só era aberta a secretaria para atendimento aos companheiros. Com a transformação da casa em museu, em 1979 ... Houve a proposta da diretoria de transformar a casa em museu, em virtude da maioria dos companheiros já assistidos, reformados, aposentados, pensionistas. Com a inauguração do museu já em toda a casa, passamos junto aos colégios, programar a visitação.

M.A.- Antes de 1979 os colégios que procuravam para marcar uma visita?

T.I.- Na terça-feira à noite eles marcavam uma visita.

M.A.- Mas, como eles sabiam da existência dessas duas salas que eram museu?

T.I.- Nós, através da mídia, em jornais publicávamos constantemente nossos convites para solenidades cívicas, para visitas ao museu, visita a Casa do Expedicionário, e participação nas nossas solenidades cívico-militares que desde o início fazíamos aqui na praça. A divulgação durante a inauguração da casa foi bastante grande, com uma solenidade muito bonita. A praça ficou totalmente tomada pelo povo, e então o povo tomou conhecimento. Com isso despertou curiosidade de conhecer e agendavam [visitas]. Mas, aos poucos. Cresceu muito após a transformação em museu da totalidade da Casa do Expedicionário. Quando reformamos a casa e com a ampliação do nosso museu, do nosso acervo, foi que chamou-se a atenção. E com isso nós passamos a ter a visita, quase que permanente de colegiais. Nós convidávamos ou os colégios mesmo agendavam.

M.A.- Então, ou o colégio agendava ou vocês convidavam.

T.I.- Ou nos convidávamos os colégios para virem aqui.

M.A.- Como era esse convidar os colégios? Vocês ligavam para a escola?

T.I.- Não, eles nos convidavam para solenidades em homenagem a F.E.B., nas datas históricas da F.E.B. nos participávamos, e aí convidávamos o colégio para nos visitar.

M.A.- Isso acontecia no colégio?

T.I.- Muitas vezes nós éramos convidados para participar das solenidades internas do colégio, eles queriam a presença de um ex-combatente para contar a sua participação na F.E.B., e então nós levávamos um companheiro ou outro. Virgínia [Leite] ia, outros companheiros iam fazer uma preleção rápida. Depois eram convidados para nos visitar e já agendavam conosco. Mas visita, antes do museu todo completo, era feita ligeiramente. Com as autoridades era a mesma coisa, percorriam a casa e depois vinham visitar o museu. O presidente da República Getúlio Vargas quando aqui esteve, percorreu a casa toda e depois foi visitar o museu, que ficava em cima.

M.A.- Em que ano?

T.I.- Em 1953. Esteve aqui e passou uma tarde toda conosco.

M.A.- O sr. tem fotografia?

T.I.- Temos. Temos fotografia dele visitando o museu e entrando no salão. Na época [José] Machuca era nosso deputado estadual do PTB - partido do presidente também - e insistiu que o governo programasse a visita dele a casa. Esperamos por ele e ele veio com todo seu estafe.

M.A.- Em relação a Sociedade Thalia: a primeira homenagem na Sociedade Thalia foi antes de 20 de novembro de 1946? O sr. comenta em uma entrevista anterior ...

T.I.- Foi antes, foi em 1945.

M.A.- Em 1945.

T.I.- Não, foi em 1946. Foi justamente na data da tomada de Montese que houve a homenagem na Sociedade Thalia.

M.A.- O sr. tem alguma lista das pessoas que concorriam para a presidência da Legião?

T.I.- Nós organizávamos as diretorias entre nós. A primeira diretoria foi organizada no Círculo de Estudos Bandeirantes. Houve a reunião que elegeu a primeira diretoria em 18 de março de 1947. A Legião já existia, mas estávamos organizando os estatutos, nossa bandeira, nosso distintivo, as propostas todas. Eram reuniões semanais, foi demorando. Foi aumentando o número de freqüentadores, combinávamos a assembléia para decidir sobre diversos pontos dos estatutos que estavam sendo elaborados pelo [José] Machuca, pelo [Mário] Montanha, pelo [Felipe Aristides] Simão.

M.A.- Esse mesmo grupo que começou a organizar a diretoria.

T.I.- Sim.

M.A.- Partia sempre desse grupo a presidência.

T.I.- Para a primeira diretoria nós elegemos o [Felipe Aristides] Simão. O [Felipe Aristides] Simão, o *****, o Ítalo Conti foram praticamente os cabeças da organização da associação, que depois se transformou em Legião. Para primeiro presidente nós elegemos a ele, porque os outros dois: o **** e o Ítalo Conti ainda estavam no serviço militar, na ativa. Estavam sujeitos a serem transferidos de um momento para o outro, e em consequência disso elegemos o [Felipe Aristides] Simão como presidente.

interferência -

T.I.- As chapas eram escolhidas pacificamente e democraticamente entre esse grupo. De vez em quando aparecia um ...

M.A.- Um concorrente.

T.I.- Não um concorrente. Dentro do mesmo grupo uma chapa diferenciada, mas normalmente a chapa era já preparada a priori.

M.A.- Mas chegava a ir para a votação fora do grupo?

T.I.- Não, sempre dentro do grupo. Houve uma ocasião em que nós da diretoria fomos convidar o [José] Machado Lopes para presidente, para fazer parte da chapa oficial como candidato a presidência da Legião. Ele aceitou de imediato. Fomos a rede - ao Palácio Garcez - e o convidamos. Estabelecemos a chapa, decidida pela diretoria: ele como presidente, eu como vice. Mas apareceu uma outra chapa do mesmo grupo, do mesmo bloco, só que para presidência era outro.

M.A.- Dentro desse grupo, outro grupo apresentou outro presidente.

T.I.- No mesmo grupo eles queriam apresentar outro candidato, justamente eu. Sem o meu conhecimento, puseram o meu nome como presidente. Eu tinha ido convidar o [José] Machado Lopes, quando chegou no dia disse: "cancela essa chapa, porque ela não vai vingar. Eu fui com o grupo convidar o Machado Lopes e agora aparece o meu nome. Isso é um contra-senso". Puseram em votação, mas na hora retiraram. Então acontecia, mas normalmente as eleições da Legião ... Em um momento houve uma questão política: um companheiro que fazia parte da entidade, mas não estava muito ligado, depois ligou-se mais a entidade, mas a intenção dele era se candidatar. Se candidatou, houve uma disputa rápida, mas o nosso candidato - daquele grupo - que era o Dequechi*** foi eleito presidente.

M.A.- Quem era esse outro?

T.I.- Esse outro... nome dele ... Ele trabalhou conosco, prestou bons serviços num período curto. Hoje é presidente de uma associação no interior de São Paulo. Esqueço o nome. Está nesta revista que nós publicamos. Não me lembro de imediato o nome dele.

M.A.- Agora é presidente de uma associação de ex-combatentes no interior de São Paulo.

T.I.- Está morando lá e é presidente de uma associação.

M.A.- Outra questão que não ficou clara para mim nas outras entrevistas: por que a doação do terreno aos pracinhas? Antes da construção, antes de ter esse terreno aqui vocês tinham outro terreno que receberam de doação?

T.I.- Não. Nós não tínhamos nada, estávamos na sede que nos cedeu [José] Machado Lopes, na praça Osório. De lá viemos para cá. Numa propriedade que pertencia a rede, ele nos cedeu uma sala e lá ficamos por dois anos, mais ou menos.

M.A.- [inaudível]

T.I.- Não, do outro lado, onde está ... nem sei o que tem ali. Era um estacionamento, depois foi da Caixa Econômica [Federal]. Acho que pertence à Caixa Econômica hoje. Ali era da rede e depois nós tivemos a sede. Era uma porta com um salão grande, depois fizemos um mezanino, onde nós reuníamos permanentemente. Temos fotografias tiradas lá, inclusive quando assinávamos o contrato com o autor da escritura: Humberto ****, na nossa sede na praça Osório, assinando na mesa conosco o contrato. Nós não tínhamos nenhum outro

terreno, este terreno foi o primeiro. Mais tarde tivemos através de doação, duas quadras no Jardim Santa Quitéria. A primeira doação foi este terreno aqui.

M.A.- Mas qual o motivo da doação?

T.I.- Não foi praticamente doação, nós escolhemos o terreno. Outro companheiro e eu fazíamos parte da comissão para a escolha do terreno, fomos, então, a prefeitura. O prefeito na época era ... Dr. Amaral - esqueço o primeiro nome dele, daqui a pouco me lembro - também engenheiro da rede. O coronel Machado Lopes o indicou ao governador, naquela época o prefeito era nomeado. Então, ele foi nomeado pelo governador, por indicação do coronel Machado Lopes. [Lineu Ferreira do Amaral] era de Curitiba, paranaense, engenheiro da rede, foi colocado a disposição do governo do estado e nomeado prefeito municipal. Fizemos contato com ele. A comissão, Ítalo Anderson e eu - a conselho do Coronel Machado Lopes - pedimos a ele para que nos deixasse aberto o registro das propriedades que a prefeitura eventualmente tivesse e pudesse doar para a Legião, fazer a transferência para a Legião. Então, nós corremos todo o arquivo e fomos encontrando uma série de propriedades: uma mais distante, outra mais próxima. Algumas na região do Centro-Cívico, as quais interessavam, mas não muito, porque sabíamos que a qualquer momento seria desapropriada. Iríamos escolher uma área que seria desapropriada e depois teríamos que escolher outra. Desistimos daquela parte central e procuramos outra, de repente caímos justamente neste terreno. Nós dois achamos interessante e levamos o caso à reunião. Os companheiros concordaram também, em virtude do ponto ser alto, da vista sobre a cidade. A idéia de construir uma sede com vista panorâmica sobre a cidade [agradou]. Naquela época havia a possibilidade da vista panorâmica sobre a cidade. Hoje não há mais, está cheio de prédios em volta.

M.A.- Tem fotografias de antes?

T.I.- Tem. Então, o pessoal todo concordou. Acontece que o departamento responsável não estava muito interessado que a doação fosse feita a Legião, porque a família que doou a área para a prefeitura ... essa área foi doada pela família ... A memória está meio ... Essa família tinha uma série de propriedades, era praticamente uma fazenda, e em virtude do loteamento que ela fez, teve que doar uma parte do terreno para a prefeitura. Doou para que fosse construído um [inaudível] da prefeitura ou fosse transformado em praça. Porém o terreno estava abandonado e a prefeitura estava fazendo manipulações com o terreno. Inclusive, essas duas áreas aqui faziam parte também da doação e já tinham sido transferidas para terceiros, em troca de terrenos que a prefeitura necessitou para passagem de rua ou para transformar em praça. Então, como a família havia embargado essa transferência, essa doação à prefeitura, eles não quiseram liberar. Só se nós conseguíssemos a liberação da família, e no momento ela estava morando em Londres. Então fizemos um ofício, quem redigiu foi Mário Montanha, que escrevia muito bem. Feita a redação do ofício, mandamos para Londres. A família leu, de imediato telegrafou para a Legião, dizendo que se era pela uma causa nobre de construir uma sede, ela abria mão do embargo. Com isso o prefeito teve que transferir o terreno. Fizemos uma solenidade na prefeitura quando houve a transferência. Lineu Ferreira do Amaral era o prefeito, engenheiro da rede que foi colocado a disposição do governo do estado e depois nomeado prefeito da capital. Lineu Ferreira do Amaral participava muito das nossas reuniões, das sessões solenes. E a família ...

M.A.- Já tem gravado, o sr. já me falou o nome dela. A última pergunta: havia uma preocupação muito grande de diferenciar da Associação, depois do rompimento que houve no Rio de Janeiro vocês procuraram se organizar e eu percebo que há uma diferença entre as outras associações. Por que essa diferença? Até mesmo o nome, por que Legião?

T.I.- Naquela primeira convenção nacional, como eu já falei, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1945, estava se organizando a Associação dos Ex-combatentes do Brasil que

deveria se ramificar por todos os estados. Em Curitiba nós fundamos a Associação dos Ex-combatentes do Brasil - Seção do Paraná e fomos a primeira convenção, que se realizou para estabelecer os estatutos definitivos da associação em âmbito nacional. Nossa delegação participou. Eu não fazia parte da delegação, mas estive presente porque estava morando no Rio de Janeiro na época. João Borges do Amaral, Felipe Aristides Simão e Mário Montanha eram da delegação, eu participei depois. E, justamente, nós sentimos a derivação para o lado político da associação que estava se organizando, e para uma esquerda até meio perigosa na ocasião. Se fosse uma direção democrática, independente, mas estávamos sentindo que o interessado em se eleger presidente da associação era um político de esquerda, etc.

M.A.- Quem era? O sr. lembra o nome?

T.I.- Um ex-funcionário do Banco do Brasil. Ele foi para a Itália como funcionário do Banco do Brasil. No momento não lembro o nome. Foi o primeiro presidente.

M.A.- Ele não foi combatente?

T.I.- Funcionário do Banco do Brasil. Mas, tido como ex-combatente: receberam a farda, tinham patente.

M.A.- Ficava dentro do banco?

T.I.- Ficou dentro do banco, não participou das atividades bélicas. Ele se elegeu e quis levar a associação para um sentido político. Tinha interesse em se candidatar e se eleger vereador, deputado; não sei qual era a intenção. Nós sentimos isso e, assim como outras sessões, rompemos com a associação nacional. Voltamos a Curitiba e aqui montamos a Legião. Passamos a organizar uma entidade totalmente independente, com um nome também diferenciado, aí surgiu a idéia de Legião Paranaense do Expedicionário. Demorou para chegar até ...

M.A.- Por que Legião?

T.I.- O legionário, o expedicionário, o que saiu para uma missão. Aí fundou-se a Legião Paranaense do Expedicionário com as mesmas intenções: dar assistência, manter viva a chama surgida na Itália e comemorar as datas históricas da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra. Manter viva a participação do Brasil. A intenção sempre foi a mesma, o nosso estatuto é praticamente igual ao estatuto da Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Hoje nós mantemos contato, somos filiados novamente [a associação]. Depois de alguns anos eles solicitaram que voltássemos ao convívio deles como associados, então a legião se associou novamente a Associação dos Ex-combatentes do Brasil, mas mantendo o nome e sem alterar os seus estatutos.

M.A.- Tem seus estatutos particulares.

T.I.- Os nossos estatutos são independentes, não são iguais aos da Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Trabalhamos em conjunto com eles, mas temos nosso estatuto independente. Nossas atividades também são totalmente independentes, mas mantemos contato permanente.

M.A.- Vocês têm três momentos: quando estão na Itália, quando estão na Itália e ocorre a desmobilização - Getúlio Vargas desmobiliza a F.E.B.- e depois, um terceiro momento, aqui no Brasil. Qual dos três momentos é a semente da organização de vocês. Eu posso considerar que são os laços de amizade ou posso considerar que isso só vai acontecer devido uma desmobilização?

T.I.- Os laços de amizade. Os laços de amizade foram fundamentais.

M.A.- Antes de vocês serem desmobilizados já tinham a idéia?

T.I.- Já existia a idéia de, no regresso, estar encontrando em clubes, em rodadas de cerveja. Como nós fazíamos no Rio de Janeiro, no começo nos reuníamos na Cinelândia, tomando um chope, conversando, trocando idéias. Como faziam aqui em Curitiba. Eu vim para cá duas ou três vezes, mas voltei para o Rio [de Janeiro] e mantínhamos contato.

M.A.- Era um grupo específico.

T.I.- Quer dizer, brotou daquela amizade surgida na Itália. Os demais, os carentes vieram em consequência da desmobilização, feita sem nenhuma medida prévia do governo. A F.E.B. foi desativada ainda na Itália. Nosso comandante Mascarenhas de Moraes não tinha mais autoridade de chefe da Força Expedicionária Brasileira já na Itália. Ainda na Itália a F.E.B. passou, por decreto do governo, ao Comando Geral da 1ª Região Militar do Rio de Janeiro. Quando deveria continuar: vir a F.E.B., a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, e aqui, aos poucos ser desmobilizada, transferida para as unidades militares que ainda existiam. Mas, não como foi feito. Foi feito drasticamente e sem conhecimento. Na Itália ele [Mascarenhas de Moraes], praticamente, já tinha sido destituído do seu posto de chefe da Força Expedicionária Brasileira. Veio para o Brasil por via aérea, aqui recebeu o primeiro escalão com todas as honrarias. Tanto é que o posto de marechal foi dado em vida a ele, ainda na ativa. Não pelo governo, não pelo ministério, e sim pela câmara. A câmara deu o título de marechal ao Mascarenha de Moraes. Isso é importante, porque não foi o governo.

M.A.- Não deveria ser o Exército? Não foi promoção do Exército?

T.I.- Não. Foi uma promoção, praticamente honorífica, concedida pela Câmara dos Deputados. Ainda na ativa, promovendo-o a marechal.

M.A.- Mascarenhas de Moraes.

T.I.- O Exército teve que aceitar e acatar a resolução do legislativo. No Exército não existe marechal na ativa, só em tempo de guerra, em tempo de paz não. Ele, em tempo de paz, foi ao posto de marechal, cinco estrelas. Depois o governo ...

M.A.- O governo Getúlio Vargas.

T.I.- O governo Getúlio Vargas ainda estava no poder. Então ele foi para uma série de representações externas, comando não tinha mais.

Fim da entrevista

ANEXO 6 - ENTREVISTA SR. MARIO MONTANHA TEIXEIRA

Data: 16 de junho de 2000

Local: Rua Roberto Barroso, 1124

Entrevistado: Sr. Mario Montanha Teixeira

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Primeira Entrevista

Lado A

M.A.- O que levou vocês a terem a idéia de construir a Casa do Expedicionário?

M.T.- Vou falar tudo de modo rápido para terminarmos ... Muito embora a sua companhia me seja muito simpática, eu sou um homem de muitos afazeres, porque tenho uma vivacidade tremenda. Quero agitar, quero fazer, quero escrever. Tenho uma porção de coisas para fazer hoje estou, como diz aquela novela, "estou assoberbado". [Risos] E você quer saber histórias minhas, então vou ser rápido e sintético ... Quando viemos da guerra procuramos reunir os paranaenses e os daqui de Curitiba que nos conhecíamos. Conhecemos aqui ou nos conhecemos lá ... Então vamos fazer, precisamos fazer uma organização, vamos reunirmos, tratar de interesses nossos. O que vai ser da vida nossa? Porque agora somos paisanos, há muitos desempregados, gente humilde que está por aí enfrentando dificuldades, problemas sérios de saúde, alguns que se deixaram levar pelo álcool - vida miserável! Sentíamos isso, procurávamos, tínhamos lá ... Organizamos uma Legião, um órgão. Fazíamos primeiro, não sei se no Tiro Rio Branco, não sei se também no Círculo de Estudos Bandeirantes, não me ocorre, não ... Mas, os poucos ex-combatentes que estavam aqui em Curitiba: o [José Aristides] Simão, o [Thomas] Iwersen, eu, o Ítalo Conti, o Rocha Loures, os dois Rocha Loures, Antônio Alves da Rocha Loures - falecido já, o outro também já é falecido. Um outro Rocha Loures. Parente não, eram irmãos, o outro faleceu há pouco tempo no norte do estado. Esse outro a que me refiro Antônio Alves da Rocha Loures foi um grande militar, também da reserva, era mais ou menos da minha idade, um pouco mais velho do que eu, casado, pai de família. A despedida dele em Ponta Grossa, quando fomos para a F.E.B., para a organização da F.E.B., foi uma cena impressionante, o desespero dos filhos porque o pai ia para a guerra, a mulher, os filhos ... Uma grande figura, um combatente extraordinário, oficial da reserva ...

interrupção

M.A.- Posso desligar?

M.T.- Não sabe. Eu estava me encantando agora. Só sei pensar com música. [Risos]

M.A.- Mas eu não conseguia escutar.

M.T.- Bom, nós nos reuníamos aqui e fomos formar a Legião, uma entidade nossa, com o esse nome: Legião Paranaense do Expedicionário.

M.A.- Aonde vocês se reuniam?

M.T.- Parece que no Tiro de Guerra, ali na rua Quinze, Tiro Rio Branco. Tinha uns barracões de madeira, nós nos reuníamos lá. Depois, mais tarde, já não me lembro bem para onde fomos. Para a associação também, não tínhamos sede. Só tínhamos aquela vontade, precisava organizarmos. Dificuldades tremendas, aquelas reuniões semanais que fazíamos, a abertura da reunião era o cântico "Deus salve a América"[cantando]: *Deus salve a América* - como é mesmo? - *nã, nã, nã*. Que cantávamos lá na Europa. Começava e terminava entoando esse hino "Deus salve a América". Acontece que no Rio de Janeiro também criou-se um órgão

para defender os interesses dos ex-combatentes, dos pracinhas; a Associação dos Ex-Combatentes organizou-se primeiro lá. Nós aqui tínhamos esse [inaudível], esse pequeno número de curitibanos, de paranaenses que moravam aqui e nos reuníamos. Não sei se já tínhamos dado o nome, não sei quando surgiu esse nome. Não posso precisar quando surgiu, de fato, a Legião Paranaense do Expedicionário. Quando ela se consolidou ou ganhou personalidade jurídica. Não sei ao certo, mas o começo foi ... Era já uma sociedade, mas uma sociedade muito íntima. E no Rio de Janeiro criou-se a Associação dos Ex-Combatentes. Veio o emissário para cá, querendo organizar, querendo ditar normas para que organizássemos aqui uma entidade também, que seria filiada àquela associação, me parece que Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Acontece que aquela associação foi organizada e presidida por um elemento da F.E.B., foi também da F.E.B., mas *saco b*.

M.A.- Como assim *saco b* ?

M.T.- Você sabe o que é *saco*?

M.A.- Sei.

M.T.- Saco de gente, mas *saco de saco* mesmo. Costuma-se dizer até bobagem, o *saco a* e *saco b*, porque todos nós levávamos dois sacos: um, [para] as coisas de uso imediato; outro podia ficar na retaguarda. Outros objetos que pudesse levar ficavam no *saco b*. Esses que não fossem utilizados na frente.

M.A.- De imediato.

M.T.- De imediato. Então, quem ficava na retaguarda era tido como *saco b*. Por exemplo, o que você falou, esses elementos da ... [Riso] ... Agora me falta o nome, veja aí. Você falou, eu disse não, não é isso, que fica na retaguarda.

M.A.- A artilharia, infantaria.

M.T.- Não, que organiza os serviços todos e o material todo. É ... não importa, eu já esqueci. Ficam na retaguarda, não vão nem ... ficam nas cidades. O comando, por exemplo, fica bem na retaguarda. Ali ficou o Banco do Brasil. O Banco do Brasil também foi, porque lá a gente tinha que receber dinheiro, essa coisa toda. Eu nem me lembro mais se era em lira que recebíamos, se não me engano era em lira. Uma lira garantida pelo 5º Exército, que era o exército americano. E eram comunistas, todos eles eram comunistas e naquele tempo isso estava muito vivo. O comunismo começou a querer projetar-se no Brasil todo. O Sampaio era o comunista que nem ... só usava farda de combatente, mas era bancário, trabalhou no banco lá. Havia a turma dos ...

M.A.- Não foi para o fronte?

M.T.- Nada. Não, porque não conhecia nada de guerra, só conhecia de dinheiro. Interesse político. E queria que nós o acompanhássemos, ingressássemos lá. Nós fomos convidados para o primeiro congresso da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, a primeira reunião. Isso foi logo, a guerra terminou em 1945, deve ter sido em 1946, não me lembro mais de data. Chegamos em 1945 ou 1946, não me lembro. Enfim, a primeira reunião. Nós fomos ao governo pedir uma ajuda, tínhamos que ir em uma comissão representar. Fomos ao governo e ele nem nos recebeu, porque a influência era daquilo lá: "não, isso é coisa comunista".

M.A.- O governo aqui do Paraná?

M.T.- Aqui do Paraná. [Fomos pedir] uma ajudazinha para custear a viagem de avião, essa coisa toda. E já então começamos a sentir ...

M.A.- O senhor lembra quem era o governador na época?

M.T.- Não sei era o [Moisés] Lupion. Isso você que veja. Olhe, você já sabe a idade que eu tenho, você não quer que eu tenha memória boa como você tem. Eu esqueci, esqueci não, eu *tenho dificuldade mesmo*. [Riso] Nem me lembro que sou casado. [Riso] Acho que foi o [Moisés] Lupion sim. Nem nos recebeu, porque já estávamos sendo acoimados de comunistas. Isso é coisa de comunismo, são os ex-combatentes. Sentimos isso. Muito embora pudesse

aqui no Paraná ... As convicções políticas e doutrinárias das pessoas não podem influir nisso aí, mas partidário, partido não. Partido querer tomar conta de uma entidade, de uma organização, isso não fica bem. Agora lá pode ter o comunismo, pode ter o fascismo, pode ter ... Desde que respeite os princípios das coisas, guarde as suas idéias. Isso é em outro setor que trabalha. Mas aqui não, aqui os interesses dos ex-combatentes. E lá estava sendo ao contrário, lá os interesses do PC, do Partido Comunista. Você é comunista também?

M.A.- Não.

M.T.- Eu sou. [Risos] Os interesses do Partido Comunista, bem isso. Não dá, temos que dizer ... Porque logo de começo aceitamos esta filiação, depois percebemos que o que vinha de lá estava, de fato, chegando a comuna. Depois ficamos sabendo que a turma toda era comunista, e o presidente Sampaio, depois soubemos que era do Banco do Brasil. Tudo *saco b*. Nem sentiu a guerra, atravessou o oceano, correu esse risco, mas não sentiu a guerra. Então, vamos fazer a força para remediar, nós temos que ... convém que vamos. Fomos, era o [José Aristides] Simão, eu e era também um ex-combatente, não me lembro o nome agora ... O Iwersen tem muito boa memória. O Iwersen ... Fomos o Simão, eu e um que era funcionário público federal aqui do Ministério de Renda ou da Receita. Borges não sei do que, não me lembro o nome. Fomos os três. Mas, não sei porque, acharam que eu deveria ser, porque eu era ... o Simão também era da mesma idade, mas eu advogado já, com uma certa tarimba, então eu comandava. Fomos a reunião, e sei que quando eu comecei a falar na reunião veio um expedicionário, um rapazinho: "Montanha, telefonema urgente para você". Só para me distrair, eu ia falar e não falei. Fui atender e depois vi que era malandragem dele. Eles acharam. Alguém começou a falar comigo, enrolando e a sessão transcorrendo; aí eu senti que era manha. Depois eu soube que esse ex-combatente, que era da turma deles, andou tentando até agredir-me. Mas, depois falamos: eu falei, o Simão falou. Esse outro carioca, ele era carioca, também falou, fez uma barbudia lá. No fim declaramos: não participamos mais da associação. Rompemos os laços.

M.A.- Nesse congresso?

M.T.- Nessa reunião rompemos. Aí fomos acompanhados por outras cinco ou seis associações, que também sentiram os mesmos problemas. Ex-combatentes que não queriam, e com justeza, que a política entrasse nisso. Era interesse nosso, dos ex-combatentes, não vamos fazer política. Seja de que partido for, não tem nada político. Então, nós fomos acompanhados por São Paulo e mais três ou quatro do nordeste. Cinco ou seis subseções.

M.A.- Mas quem liderou foram vocês?

M.T.- Nós iniciamos, não lideramos. Nós iniciamos, o início foi nosso, e rompemos. Quando voltamos para cá, estávamos rompidos com a associação dos ex-combatentes, montamos uma entidade nova. Mudamos para Legião Paranaense do Expedicionário, assim se constituiu a Legião, com uma cisão. Não chegamos a ligar-nos, como se diz, oficialmente a Legião. Outros também, as cinco ou seis, outras seções... Você reparou que sou meio gago?

M.A.- Não.

M.T.- Não? Que inocente! [Riso] A Legião Paranaense do Expedicionário assim se criou. Depois fomos começando, com outro nome, essa coisa toda. O governo tomou conhecimento disso. Já melhorou a nossa situação.

M.A.- Aqui no Paraná.

M.T.- Aqui no Paraná. Ao menos aqui não tem nada de comunista, essa turma aí ... pode haver aquele outro comunista, mas a associação não é comunista. Fomos indo. E o [José Aristides] Simão, principalmente, teve a idéia: temos que construir uma casa. Você é maluco, num *mires*, como é que vamos ... Não, nós vamos fazer. Com a idéia fixa, ele foi o grande mentor da construção da casa. Acontece que mais tarde a Legião criada, aí ficamos com uma sede, não me lembro mais onde foi a nossa sede. O Simão sabe. O Iwersen tem muito boa

memória. Eu já não sei. Até que não sei se o Simão ou algum outro... Eu não, porque eu não tinha muita iniciativa para essas coisas, não tenho muito espírito prático, não sou um realizador, eu sou mais acomodado. Sou mais como a senhorita, vida mansa. [Riso] Então, o Simão ... Organizamos, eu também estava no meio, mas aí eu já não conduzia, eu com os outros fazia parte do bloco. Não era presidente, o presidente era o Simão. Fui secretário. Aí, não sei se foi o Simão, disse "vamos fazer uma rifa", "mas rifar o que?", "um automóvel". Não sei como é que se fez, me parece que compramos um automóvel ... e condições de pagar. Havia o ... uma figura de poder econômico não havia, mas compramos um automóvel. Vamos fazer, levantamos essa bandeira "construção da Casa do Expedicionário". Fomos aos jornais, aquela coisa toda, precisamos construir uma casa, mais isso e mais aquilo. Conseguimos, aí já ganhamos a confiança do governo, da população também. O povo viu que aquilo não era nada de comunista, aquilo era de ex-combatente mesmo. Conseguimos exibição de filme no Cine Palácio. Isso contaram a você? Então acabou-se, eles contaram muito melhor do que eu. [Risos] Organizamos o cinema, tiramos ... Fomos colhendo dinheiro. Mas também coisa séria, o dinheiro é para isso. O povo começou a sentir, principalmente quando houve - já lhe disseram isso certamente - houve o sorteio do carro e não tinha sido vendido o bilhete premiado. Poderíamos fazer um atrapalho, como muita gente faz. Não, declaramos que haveria novo sorteio, valendo aqueles mesmos bilhetes. Isso reforçou aquela confiança. Não era o povo, éramos nós ex-combatentes conduzindo isso. Calhou que para sorte nossa, o comandante da região que venho para cá foi um ex-combatente, o General [Oswaldo] Cordeiro de Farias. Ao mesmo tempo foi para a chefia da estrada de ferro, cargo importante, o Coronel ... nosso patrono ... foi o chefe ...

M.A.- José Machado Lopes.

M.T.- O Machado Lopes.

M.A.- Ele era coronel? Não era ex-combatente?

M.T.- Ex-combatente, outro ex-combatente. De modo que, foi ... a mosca no mel. Para nós facilitou tudo. Ele se interessou, o coronel veio, ligou-se a nós e como presidia a Legião, aquilo oficializou tudo. Ele era figura importante da administração, era o tempo ... não sei nem se era o Getúlio, não sei quem era. Aqui no Paraná também era um ... Essas coisas todas de nome, não me lembro mais nada. Acontece que o prefeito de Curitiba naquela ocasião, ou naquele tempo em que se passa essa história toda, era engenheiro da estrada de ferro, era o doutor ... Prefeito de Curitiba e engenheiro da estrada de ferro, de modo que, muito ligado ao Machado Lopes. Lá na estrada de ferro subordinado ele era um dos chefes, mas subordinado ao Machado Lopes. Filho do ... Lineu Ferreira do Amaral! Filho do Vítor Ferreira do Amaral. Lineu Ferreira do Amaral, já lhe disseram isso, não é?

M.A.- Não. Ele era o prefeito, era engenheiro, amigo e subordinado ao Coronel José Machado Lopes, que naquela época era diretor da rede.

M.T.- Ele era engenheiro da rede e o Machado Lopes era diretor da rede na ocasião. De modo que caiu a mosca no mel. O coronel então falou com o ... prefeito, que não era ex-combatente, era prefeito. [Falou] quem sabe a prefeitura pode ceder um terreno para a Legião. O prefeito e o Machado Lopes eram autoridades, aquela coisa toda. O Lineu era engenheiro da rede e sendo uma coisa justa ... Inclusive, todos eles já estavam confiando em nós, aquela rapaziada: Simão, Iwersen, Ítalo, Adélio, o ... Rocha Loures, Machuca, essa turma toda. E passaram a acreditar em nós. O Lineu, o Machado Lopes nos deu mão forte, o governo também acreditou nisso. Aquela manifestação que ... se traduziu ... ou aquele episódio do automóvel, aquela coisa toda. E depois, de vez em quando publicávamos o balanço, tudo certinho, quer dizer, já tinha um dinheirinho para começar a casa. Então o Machado Lopes falou com o Dr. Lineu e ele conseguiu. Desapropriou aquela praça toda e deu o terreno para a Legião.

M.A.- O senhor lembra de quem era a parte que foi desapropriada?

M.T.- Não me lembro. Parece que pertencia a alguém e desapropriaram para construir a casa. E também para a construção da casa, quem é que vai construir a casa? Aí eu me lembrei : muito meu amigo, uma grande figura, jovem, mocinho ele era ainda - não sei se já era professor da Faculdade de Engenharia - o Euro Brandão.

M.A.- Era engenheiro.

M.T.- Engenheiro.

M.A.- Foi reitor da PUC.

M.T.- Foi ministro da educação, uma figura extraordinária. O Euro também concordou, fez o projeto ... Ah! E o Euro também ... Até não fui, era muito amigo, continuo sendo muito amigo e pediria para ele. Mas, não foi preciso eu pedir, porque o Euro também era engenheiro da rede. Então, o Machado Lopes, o Euro e o Lineu foram fundamentais, com a nossa cooperação. Porque nós já estávamos cooperando, a iniciativa estava mais alta, já havia grandes figuras tomando conta disso. O Euro fez o projeto e construímos a casa, assim foi. Ponto final.

M.A.- Não. O Euro Brandão foi convidado por vocês para ...

M.T.- Fazer o projeto da casa.

M.A.- Por que daquela forma? Por que aquela arquitetura?

M.T.- Não se pensava em museu.

M.A.- Mas e a casa?

M.T.- A casa tinha sido feita de tal modo e depois nós fomos modificar tudo. A situação difícil em que se encontravam os ex-combatentes, na sua maioria do interior. Principalmente, que vinham do interior e ficavam ... O Exército, naturalmente, acolhia, ficavam no Hospital Militar ou em quartel. Mas o importante era a liberdade e o fulano a paisana, era ruim. Então, a construção no começo, depois houve alteração. Em cima eram os quartos para hospedar os ex-combatentes.

M.A.- Era uma casa.

M.T.- A fachada, a parte da frente era a mesma coisa

M.A.- Dentro a repartição era diferente. O senhor pode me dizer: a idéia da construção da Casa do Expedicionário, qual era a função dela? Vocês pensaram: vamos construir uma Casa do Expedicionário, com que função?

M.T.- Nós pensamos principalmente na assistência, assistência ao ex-combatente. Defender os ex-combatentes desvalidos, assistência. Inclusive, o pessoal vinha do interior e ficava hospedado, alguns iam lá para dar café, aquela coisa toda. Havia os quartos. Como depois tudo ficou muito bonito, depois o estado se interessou, a prefeitura também. E hoje está lá um monumento que não há outro no Brasil. E não sei se no mundo existe uma coisa como está, porque ficou todo um conjunto: aquela fachada bonita, a praça bonita, a âncora de um lado, o tanque de outro, depois o avião e o canhão, as armas todas ali. A Marinha, o Exército, a Aviação representados naquele conjunto. Ficou um conjunto extraordinário que você não encontra em país nenhum, acho eu. Eu não viajei o mundo todo e não sou de viajar, mas nunca ninguém disse que há alguma coisa mais ou menos igual aquilo. Não há! Há associações da F.E.B., casas bonitas, mas não um conjunto como nós temos aqui. Graças a essa turminha. Um bloco muito bom, do qual o único que destoava um pouco era eu, o resto era gente muito boa.

M.A.- Por que?

M.T.- Só de raiva. [Risos]

M.A.- O senhor não concordava com todas as coordenadas do grupo. Sempre protestava, eu não vou concordar.

M.T.- [Risos] Eu sou comunista.

M.A.- Assim que a casa ficou pronta e foi inaugurada tinha os quartos, mas vocês chegaram a fazer um espaço específico como museu?

M.T.- Não, não estava previsto. Só muito mais tarde, não sei se foi idéia do Iwersen. Você conversou com o Iwersen, ele não falou nada? Por que não falou?

M.A.- [Riso] Ele falou que tinha um quarto com algumas coisas, mas não chegava a ser um museu.

M.T.- Pois não era. A idéia foi dele e do ... que eu disse o nome, já morreu ... Rubens ***Kristanóvski ***.

M.A.- O senhor chegou a participar da escolha do espaço onde foi construído o museu? Teve algum significado aquela região?

M.T.- Não. Eu fui presidente da Legião e depois ... eu sou ligado ainda a Legião e fui muito, porque a Legião me estragou a vida profissional também.

M.A.- Por que?

M.T.- Os ex-combatentes me estragaram a vida, porque eu sou advogado. Aí inventaram o advogado dos ex-combatentes era eu, eu e o [José] Machuca, mas principalmente eu. Vinham aqui os ex-combatentes, lá tinha eu que fazer, era casa de família, casa disso, casa daquilo. Quer dizer, eu advogado deles sem receber nenhum tostão, tudo de graça. O mais grave era isso. Gente humilde, moravam aqui nos arredores, num bairro distante, precisava de advogado diziam "vamos lá no seu Mário, ele é muito bom, faz tudo de graça".

M.A.- Mas o senhor não era comunista? [Risos]

M.T.- Sempre fui tremendamente anticomunista. Mas, de modo que me estragou a vida.

M.A.- O senhor ficou muito em função da Legião?

M.T.- Não. Eles não me pagavam e eu não cobrava. Até uma enfermeira que se casou com um americano, fiz o divórcio dela, o desquite, uma coisa trabalhosa, não me deu um tostão. Eu não pedi e ela também não me ofereceu. Algum tempo depois morre a irmã dela, que deixou uma grande fortuna, soube que o inventário foi para outro advogado que cobrava, porque eu não cobrava.

M.A.- Desagradável. Ingratidão, aliás.

M.T.- Ingratidão. E outro que veio também, já era a terceira ou quarta vez, era uma coisa de interesse grande, eu disse agora está certo, você é ex-combatente, mas agora eu vou ter que cobrar, ele desapareceu. Estava mal habituado já. Como o []**Decheshi **, o Decheshi era uma grande figura também, ex-combatente. Já ouviu falar?

M.A.- Já ouvi falar.

M.T.- O Decheshi não foi dos primeiros, [inaudível] mas depois, um elemento nosso da parte social. Uma grande figura! Aí eu já estava meio ... eu cansei também e comecei a me afastar um pouco, fui para o magistério, dei aula. O [José] Machuca também trabalhou. Tinha muitos problemas, havia uma enormidade, todo mundo precisando de advogado, principalmente desquite, essas coisas de família, marido e mulher, de filhos.

M.A.- Não tinha nada a ver com a pensão, era particular.

M.T.- Além dessa outra parte. E o [] Decheshi [tinha um] irmão Jonas Decheshi - também falecido, muito bom advogado. Chegou até a brigar com o irmão, porque também começou ... mandavam para o Jonas, para o irmão. Então ele disse agora vou cobrar um pouco, foram se queixar para o Decheshi, o Decheshi brigou com o irmão. Aí eu tive que dizer para ele: Decheshi do céu, veja você, o Jonas é casado, tem família, a profissão dele é advogado, você ... pode pensar, como é que o Mário faz, mas eu tenho recursos. Realmente não precisava. Tinha escritório de advocacia também, com um colega, um grande advogado, mas eu podia me manter. Viesse ou não viesse, eu podia me manter. Naquele tempo eu tinha fazenda de café, era fazendeiro. [Risos] A minha mulher diz até hoje, no tempo que tínhamos fazenda

vivíamos num *miseré*. Todo mês até crescer o pé, quando ia colher vinha uma geada. Tudo a custa de banco, mas depois tinha que pagar o banco. No fim tive que vender a fazenda.

M.A.- O senhor tem terra?

M.T.- Fiquei sem terra. [Risos] Aí ele compreendeu, o Jonas precisa ganhar alguma coisa. A turma vai lá, toma o tempo dele, e como ele vai viver? Você não vai sustentar? Aí ele compreendeu: você tem razão. Mas ele era muito voltado para os pobres: o Decheshi. Uma grande alma.

M.A.- A profissão dos ex-combatentes, por exemplo os que eram advogados, os ajudou em algumas situações. As relações dos ex-combatentes, da Casa do Expedicionário, com os políticos da época também trouxeram benefícios para vocês?

M.T.- Sim, houve. Tivemos o Ítalo Conti que foi deputado federal, o [José] Machuca foi deputado estadual, tivemos outros. Claro que sim, eram ex-combatentes, isso ajudou muito.

M.A.- A entrada deles no cenário da política paranaense colaborou ...

M.T.- Sim, isso é justo. Para uma coisa ou para outra não há dúvida nenhuma.

M.A.- O senhor desfila todos os anos?

M.T.- Não. Desfilei uma ou duas vezes. Não gosto. Eu sou muito tímido. [Risos]

M.A.- Vocês começaram a se reunir no momento em que vocês pensaram em construir a casa, em dar assistência aos menos favorecidos do grupo. Com o tempo isso foi resolvido?

M.T.- Não, acabaram-se os problemas depois, mas muito mais tarde. Não sei quando, faz uns cinco, seis ou sete anos conseguimos, por influência nossa, e também da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - no plano federal - uma lei dando pensão a todo o ex-combatente. De modo que, hoje todo o ex-combatente tem uma pensão correspondente ao soldo de segundo tenente.

M.A.- Quanto vale isso?

M.T.- Uns novecentos ou mil reais. Hoje não há problema.

M.A.- Hoje já está resolvido.

M.T.- Tanto é que não houve mais necessidade de ficar [a casa] como hospedagem, tomou outro aspecto. Então veio a idéia de criação do museu.

M.A.- Por que o museu?

M.T.- Porque muita gente queria fazer um salão de baile também. Eu também era a favor. [Riso]

M.A.- Poderia ter sido outra coisa.

M.T.- Um lupanar, um motel. [Risos] Motel do ex-combatente!

M.A.- O senhor começou a entrevista falando da necessidade de recuperar a imagem do ex-combatente junto a população. O senhor falou do comunismo, depois do alcoolismo ...

M.T.- Não. Eu disse a você que quando chegou-se ao ponto que nós nos desligamos, criamos uma outra associação. Aí já o governo e o povo aqui do Paraná ficaram sabendo que ... essa separação e essa formação era justamente por causa do comunismo. De forma que limpou a barra.

M.A.- E a dificuldade que vocês tiveram para serem atendidos pelo governo antes do desligamento da associação nacional, o povo fazia algum comentário a respeito? Havia discriminação? Por parte dos meios de comunicação existiu alguma discriminação?

M.T.- Houve um pouco, pouca coisa, havia uma certa ... Primeiro ... A maioria estava entre os soldados, havia uns borrachos, diziam: é a bebida. E para outros havia uma certa preferência, uma certa distinção, só porque era ex-combatente conseguia isso, conseguia aquilo. Uma certa inveja. É interessante que isso até no próprio exército aconteceu. No próprio exército havia os oficiais da ativa: os que foram e os que não foram. Os que não foram conseguiram depois - usando naturalmente de influências oriundas do legislativo, quer dizer, de deputados - fazer com que na ... regulamentação do dispositivo constitucional - que dá destaque ao ex-

combatente ... Então, precisava depois o ex-combatente tem tais e tais direitos, são direitos do ex-combatente tal e tal ... Você não é jurista? Nem Jurema? [Risos]

M.A.- Juraci talvez.

M.T.- O dispositivo é este, então precisa aplicação, precisa uma lei para isso ... Precisa uma lei para regulamentar isso: afinal quem é ex-combatente? Então, veio o ... nós tínhamos, mas acabou, só de brincadeira nós dizíamos *saco b* e *saco a* . Depois tem o ... como é ... o ex-combatente só de fim. Bom, essa regulamentação incluiu também os que nunca foram para a Itália, não atravessaram o oceano, não lutaram, não brigaram, não se expuseram ... Porque o perigo era atravessar o oceano e sair para onde iria ... era só vigilante do litoral. Eu também fiz essa vigilância do litoral. Antes de ir para o fronte eu fiz vigilância do litoral. Essa turma toda teve vantagem iguais às nossas. Tinham inveja. Era o que eu estava dizendo, até no exército houve uma certa ...

M.A.- Por isso existe uma associação e mais um ... Em Minas Gerais havia uma divisão entre os expedicionários que foram para a Itália e aqueles que não foram e tinham outro museu.

M.T.- Não sei, só sei daqui. [inaudível] [Risos]

M.A.- Adorei.

Fim da entrevista

ANEXO 7 - ENTREVISTA SR. ÍTALO CONTI

Data: 23 de maio de 2000

Local: Rua da Cidadania - Regional Portão

Entrevistado: General Ítalo Conti

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Primeira entrevista

Lado B

M.A.- Como foi a realização do sonho de construir o museu?

I.C.- Quando nós regressamos da Itália, sob os aplausos da população porque tínhamos cumprido o nosso dever, nos reunimos ... [inaudível] ... os perigos que corremos e, naturalmente, a consciência do dever cumprido. Isso nos uniu muito. Nós achávamos que havíamos sido convocados para cumprir um dever perante a pátria ultrajada, ofendida. Então, sempre mantivemos entre nós uma união muito estreita. Nós nos reuníamos inicialmente no bar, na [Confeitaria] Cometa de quinze em quinze dias. Éramos em trinta ou quarenta, mais ou menos. Tomávamos um chopinho, ficávamos batendo papo, dávamos risada, contávamos piada, essa coisa toda. Um determinado grupo, o grupo com mais responsabilidade, que eram mais oficiais, eles ... Nós oficiais achamos que devíamos materializar [sic] para que a memória da Força Expedicionária Brasileira se mantivesse na história do Brasil. Inicialmente surgiu [a idéia] de construir uma sede. Nós nos reuníamos, inicialmente, num galpão onde hoje está o Teatro Guaíra. Havia um galpão de madeira naquela época, e nós nos reuníamos ali. A idéia foi crescendo, foi crescendo. Inicialmente [a idéia] era construir uma sede, mas onde iríamos buscar recursos? Era difícil. Então fizemos uma rifa de um automóvel, essa rifa nós oficiais vendíamos como se fosse ambulante na rua; ficávamos na saída dos cinemas. O pessoal quando via que era expedicionário que estava fazendo [isso] para construir uma sede - que nós chamamos de Casa do Expedicionário ... A receptividade foi enorme da população curitibana, do Paraná e até de Santa Catarina. Vendemos tudo e isso nos deu um grande recurso. Foi sorteado, naquele tempo me parece que um fuque, não sei ... foi entregue para um sargento que morava em Blumenau. O recurso foi entregue ao Marechal Machado Lopes, que naquele tempo era diretor da Rede aqui no Paraná. Ele, então, fez um concurso de projetos. O prefeito, que naquela época era Lineu do Amaral, nos cedeu aquele terreno que era da prefeitura. Com esses recursos e com auxílio de empreiteiros, auxílio que nós pedíamos, um pedia uma coisa, outro pedia outra ... [inaudível] ... A casa, inicialmente, era para dar atendimento aos expedicionários mais necessitados, porque naquela época ainda não havia a lei que protege o expedicionário. Hoje o soldado expedicionário, basta o fato de ter ido para a Itália, para ter direito a uma pensão de mil e trezentos reais. Mas naquele tempo não existia isso e eles estavam em penúria.

- interferência -

I.C.- Nós nos reuníamos e fazíamos coleta para ajudar os companheiros que voltavam da guerra doentes, a família ... No sentido mais social. Mas veio também a idéia, que vou fazer justiça, foi do Major *Dequeshi*. Foi ele quem primeiro levantou a idéia: "por que não reunimos o material que nós temos?" Cada um tinha alguma coisa. Então, eu dei armamento, outro deu capacete, o outro deu ...

Fim do Lado B

ANEXO 8 - ENTREVISTA SR. ÍTALO CONTI

Data: 15 de junho de 2000

Local: Rua da Cidadania - Regional Portão

Entrevistado: General Ítalo Conti

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

Segunda Entrevista

Lado A

M.A.- Como foi a criação do museu e qual a idéia que vocês tinham no início?

I.C.- A idéia da criação do Museu Paranaense do Expedicionário surgiu um pouco mais tarde, depois da criação da Legião Paranaense do Expedicionário. Logo que chegamos da guerra nós fazíamos sempre muitas reuniões. Naquele tempo tinha muito expedicionário vivo, hoje tem muito pouco. De qualquer maneira, nós fazíamos reuniões e surgiu a idéia de criar uma casa de ... para abrigar o expedicionário e manter a memória da F.E.B.. Conseqüentemente dessa idéia nós tivemos uma campanha onde arrecadamos recursos [junto] a comunidade, a população. O prefeito nos cedeu o terreno onde até hoje se encontra a Casa do Expedicionário. O prefeito naquele tempo era Lineu do Amaral, ele nos cedeu o terreno. O General Machado Lopes, hoje falecido, era diretor da Rede, e encampou a idéia - como era expedicionário. Face a essa movimentação nós conseguimos criar, conseguimos construir a Casa do Expedicionário e posteriormente, dois ou três anos depois, surgiu a idéia entre nós de criarmos o museu, onde íamos colocar todas as recordações da F.E.B., armamento, bandeiras, medalhas, feitos importantes da campanha da F.E.B.; onde colocaríamos também o que a imprensa publicava, retratos daqueles heróis, principalmente [Tenente] Max Wolff Filho. Então, o museu hoje é isso: é o complemento daquela idéia inicial de manter a memória da F.E.B.; porque um povo só existe, só pode ser identificado, só tem cidadania quando mantém a sua memória. Isso que nós pretendemos manter com a Legião Paranaense do Expedicionário e com o Museu Paranaense do Expedicionário. Lá nós temos tudo que foi possível arrecadar, cada expedicionário deu ... um dava medalha, outro dava armamento, outro dava objetos - até pessoais - cantil. Quer dizer, fomos juntando e hoje temos o museu que realmente, dizem, o mais completo sobre a F.E.B. no Brasil. É isso que nós temos lá hoje, Carminha.

M.A.- Por que se chama Legião?

I.C.- Chama-se Legião pelo seguinte, houve ... é interessante essa parte, Carminha. Logo que - em 1946, aliás 1945 - nós voltamos da F.E.B., em seguida, em outubro, houve a queda de Getúlio Vargas. Dizem até que a volta da F.E.B. foi que [o] derrubou, porque nós queríamos a reconstitucionalização do país, que houvesse uma Constituição. E realmente o Getúlio [Vargas] atendeu, só que ele era candidato depois e houve um problema. De qualquer maneira o que houve na verdade foi uma infiltração ideológica no pessoal da F.E.B. e nós tivemos que romper com a Associação dos Ex-Combatentes [do Brasil] em Minas Gerais. Nós nos reunimos e vimos uma infiltração ideológica de esquerda. Nós não éramos nem de direita, nem de esquerda, nós éramos idealistas. Nós tínhamos combatido o Nazismo, como também não queríamos o Comunismo. Éramos inimigos tanto de um como de outro, todos esses regimes que não condiziam com a democracia que nós queríamos. Aí surgiu a Legião Paranaense do Expedicionário rompendo este acordo com a associação do Brasil. A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil tinha sessões em todos os estados, então era

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção São Paulo, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção Rio Grande do Sul. Nós rompemos e criamos a Legião Paranaense do Expedicionário. Isso nos ajudou muito porque serviu para que nós tomássemos uma posição, perante a opinião pública, que muito nos ajudou. Conquistamos a opinião pública, porque todos viram no expedicionário do Paraná homens que lutaram pela democracia, queriam a democracia, e eram afastados igualmente do Nazismo como do Comunismo. Aí surgiu a Legião Paranaense do Expedicionário.

M.A.- Essa postura colaborou para vocês receberem ajuda para a construção do museu?

I.C.- A imprensa toda aplaudiu a nossa posição, todos aplaudiram, rádios, televisão***. Nós tivemos o apoio total. Isso criou uma simpatia muito grande para nós, tanto é que nossa campanha para arrecadar recurso para construirmos a casa foi muito fácil. E construímos a casa num tempo recorde, em um ano e pouco de construção estava lá a casa. E hoje é um orgulho para nós todos.

M.A.- Os expedicionários, os ex-combatentes se envolveram com a política para conseguir alguma lei?

I.C.- Não, não se envolveram propriamente com a política. Havia uma simpatia geral, tanto é que houve uma lei de um deputado que todos os militares que tinham participado da Força Expedicionária - como o meu caso, que era coronel - quando passasse para a reserva teria um posto acima. Era um benefício para todos nós. Depois houve uma lei que realmente protegia todos os expedicionários, os mais humildes hoje recebem como segundo tenente. Todo expedicionário recebe como segundo tenente. Então, essas são leis que foram aprovadas pelo Congresso, mas não houve um movimento político ... que nós entrássemos na política para conseguir benefícios, isso não houve absolutamente.

M.A.- Como se formou esse grupo de seis ou sete combatentes no sentido de construir o museu? Havia eleições? Como vocês administravam o museu, a Casa do Expedicionário?

I.C.- A Legião Paranaense do Expedicionário tinha personalidade jurídica, nós tínhamos uma diretoria eleita em assembléia. Nós nos estruturamos como uma entidade de personalidade jurídica. Nós tínhamos existência jurídica, porque nós tínhamos estatuto registrado, CPF. Nós tínhamos tudo que uma entidade registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, no Estado, na Prefeitura. Nós tínhamos registro total. É uma entidade de finalidades assistenciais.

M.A.- O senhor disse que quando se retiraram daquele congresso no Rio de Janeiro, por questões ideológicas que estavam se infiltrando na F.E.B., vocês foram aplaudidos pela imprensa. Eu gostaria de saber se foi a imprensa local, se foi a imprensa do nacional?

I.C.- Não. Como foi o primeiro rompimento e o primeiro alerta nacional houve repercussão, porque ... não foi no Rio de Janeiro, foi em Belo Horizonte. Nesse congresso de Belo Horizonte, realmente, o rompimento com a declaração pública do porque estávamos rompendo: denunciando infiltração ideológica, [que] queriam explorar o nome da Força Expedicionária Brasileira no intuito de angariar simpatia perante a opinião pública. Queriam usar o nome da F.E.B. para seus objetivos políticos. Nós rompemos e isso caiu muito bem na opinião pública nacional. Toda a imprensa publicou: "expedicionários do Paraná rompem com a associação, denunciam infiltração comunista na associação do Brasil". E isso teve um choque geral que muito nos beneficiou.

M.A.- Eu pergunto isso porque quando eu entrevistei o Sr. Iwersen ele disse que teria sido no congresso no Rio de Janeiro.

I.C.- Não, foi em Belo Horizonte. Ele se enganou.

M.A.- Foi em Belo Horizonte.

I.C.- Foi em 1946.

M.A.- Quando vocês estão na guerra, no final da guerra já tinham a intenção de manter contato ou isso surgiu quando retornaram ao Brasil?

I.C.- Não. Na Itália nunca pensamos nisso. Começamos a pensar nas rodas de chope que nós tínhamos uma vez por semana, uma vez por mês, ali na ... no café, lanchonete do ...

M.A.- Na Confeitaria Cometa.

I.C.- Na [Confeitaria] Cometa, exatamente. Ali nós tínhamos nossas reuniões e surgiu a idéia. Mas, lá na Itália nem pensávamos nisso. Na Itália nós só pensávamos em voltar, loucos para voltar para o Brasil. [Riso]

M.A.- E sobre as reuniões: desde aquele momento vocês continuaram se vendo, o mesmo grupo que foi para a Itália? Porque pelo que eu saiba até os nossos dias vocês têm encontros todas as terças-feiras. Qual o motivo?

I.C.- Hoje nós temos as reuniões todas as terças-feiras à tarde para reunião da diretoria. [Para falar] sobre os problemas que surgem, programar festividades, comemorações das datas importantes da F.E.B., é mais para isso que temos reunião.

M.A.- E no início?

I.C.- No início também, era essa a finalidade também. Lógico, também aí surgiu a idéia, no Rio de Janeiro tem um canhão alemão que está a disposição, então nós nos movimentávamos. O meu irmão foi presidente da Legião Paranaense do Expedicionário. Aquele avião que esteve na guerra, do Tenente Torres, o meu irmão conseguiu na Aeronáutica trazer esse avião que hoje está exposto lá. Aquele avião pertenceu ao Tenente Torres e foi o avião que teve mais missões na Itália, noventa e nove missões de bombardeio. Tudo isso é muito característico e muito importante para nós lembrarmos de um feito histórico do Brasil.

M.A.- Então eu posso pensar que o museu seria um espaço criado para rememorar ...

I.C.- Para manter a memória. Para manter a memória e outra coisa, Carminha, não só manter a memória da F.E.B. como as nossas visitas, as escolas que nos visitam, sempre têm um funcionário mostrando: esse foi o caminho que nós percorremos, aqui foram os grandes combates, aqui estão os mortos, aqui está o retrato do nosso ... do Cemitério de **** onde os brasileiros foram enterrados e depois vieram para o Rio de Janeiro para o mausoléu, aquele monumento da F.E.B.. Tudo isso. Nós fizemos aquilo, uma casa de história e memória.

M.A.- Como o senhor vê hoje em dia o museu?

I.C.- Eu vejo o museu cumprindo a sua finalidade, pelas visitas que nós recebemos, pelo livro de presença das pessoas que dão a sua impressão sobre o nosso museu. Eu vejo isso como altamente positivo e que realmente nós cumprimos a missão que nos propomos. Até agora tem sido mantido, vamos ver se daqui para frente, depois que fomos embora como vai ser.

M.A.- O museu é privado, é particular?

I.C.- O museu pertence hoje à Legião Paranaense do Expedicionário. O destino dele é a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná.

M.A.- Mas ele foi criado pelo grupo de ex-combatentes?

I.C.- Ele foi criado só por nós. Mas sabemos que chegou um determinado instante nós temos que entregar aquilo a alguém, porque nós estamos envelhecendo, estamos morrendo, está diminuindo, cada vez tem menos gente. Então num determinado instante nós vamos entregar todo aquele acervo para a Fundação Cultural do Estado do Paraná cuidar daquilo.

M.A.- E como foi a relação desse grupo paranaense, depois do distanciamento da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, com o resto do país?

I.C.- Houve um afastamento, porque nós nos fechamos e esperamos que eles viessem. Tanto é que depois nós fomos procurados, dez anos depois ... Nós ficamos só nós. Aí eles foram caindo na realidade e dez anos depois nos procuraram e pediram que nós voltássemos. Então dissemos nós podemos nos filiar novamente a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, só que queremos manter o nosso nome, porque já está firmada a nossa tradição. Realmente houve um afastamento, por dez anos nós não tivemos ligação. Lógico, expedicionários

passavam aqui iam visitar [o museu]. Em termos pessoais continuamos mantendo ligação, mas em termos de associação nós nos afastamos durante dez ou doze anos.

M.A.- Vocês chegaram a convidá-los para conhecer o museu?

I.C.- Não, não havia sentido. Naturalmente, nós fazíamos as nossas convenções estaduais e convidávamos expedicionários do Brasil inteiro, eles vinham aqui. Mas em termos de Associação dos Ex-Combatentes houve um distanciamento de dez anos. Até que derrubaram os esquerdistas de lá ...

M.A.- Quem eram os esquerdistas?

I.C.- Eu me lembro do Leandro, o *Hesten*

M.A.- O senhor lembra o sobrenome?

I.C.- Haroldo *Hesten *, Leandro Figueiredo, o Carlos Kliar, que até é um desenhista. Os nomes que eu me lembro são esses. O Pelágio, qual era outro ... Esses eram os mais proeminentes.

M.A.- Vocês se retiraram, vieram ao Paraná e começaram a fazer movimentos para arrecadar fundos para a construção da casa?

I.C.- Exatamente. Os fundos nós conseguimos por intermédio do falecido General Machado Lopes. Conseguimos um fuque, um carrinho, fizemos o sorteio, vendemos as rifas. Com essa arrecadação nós conseguimos fundos para - pagamos o carro - fazer a casa.

M.A.- Os civis e os que permaneceram na vida militar?

I.C.- Todos nós. Lá não houve diferença.

M.A.- Era um grupo só.

I.C.- Um grupo só: civil e militar, sendo ex-combatente era um grupo só. Não havia distinção entre civil e militar.

M.A.- Por que o museu está no lugar onde é hoje?

I.C.- O questão da localização foi, realmente, o que estava disponível. Nós escolhemos vários locais e sugerimos ao prefeito Lineu do Amaral aquele local. Um pedaço daquele local era da prefeitura, a parte de trás pertencia àquela fábrica de fitas e ele nos doou aquela parte ... A fábrica de fitas, não me lembro o nome dele ... Onde está a parte de trás do museu - não sei quantos metros eram - era particular e ele doou para fazermos a Casa do Expedicionário ali. Não foi uma questão de escolha de local.

M.A.- Então era uma indústria de fitas ...

I.C.- Não, uma parte. Um triângulo era da prefeitura e foi doado, mas nós precisávamos de mais um espaço. [A outra parte] era um terreno particular. O dono da fábrica de fitas tinha comprado aquilo, quando fomos falar com ele nos disse: "não, não vou vender não, vou doar para vocês". Nos deu e nós ficamos com toda aquela área.

M.A.- Essa área vocês ganharam?

I.C.- Exatamente, [era] uma parte da prefeitura e uma parte particular.

M.A.- Quer dizer que podia ter sido no Bacacheri?

I.C.- Tinha que ser aquilo que estava disponível. E nós achamos que o local era muito bom também, porque era alto, uma praça, local movimentado.

M.A.- Por que era movimentada?

I.C.- Tinha a rua Ubaldino do Amaral que era movimentada.

M.A.- Na época já era movimentada?

I.C.- Já era movimentada. O Alto da Rua Quinze era uma zona, de certa forma, privilegiada de Curitiba. Então por isso o local que nós escolhemos.

M.A.- Vocês acharam que a localização valorizaria a casa?

I.C.- A localização valorizava, porque se fosse num local muito distante haveria dificuldade de acesso. Ali é muito fácil, tem passagem de ônibus, tem tudo. Nós fomos muito felizes nessa escolha do local.

M.A.- E a arquitetura?

I.C.- A arquitetura foi um concurso. Houve um concurso e quem ganhou foi o arquiteto Euro Brandão, que posteriormente foi reitor da Universidade. O projeto de arquitetura é dele.

M.A.- E porque o projeto dele foi escolhido?

I.C.- Se apresentaram quatro ou cinco projetos, uns projetos mais futuristas outro ... Nós resolvemos escolher um projeto mais clássico. Havia quatro projetos, um com um tipo [semelhante] a Oscar Niemeyer, um "troço" meio torto e uma torre. Mas, que eu me lembre, dos quatro esse era o mais clássico, mais tradicional.

M.A.- Mais tradicional. Isso poderia representar alguma coisa sobre o museu?

I.C.- Não, porque nós queríamos que fosse uma arquitetura que ... resistisse aos tempos. Vocês sabe que houve muita arquitetura Niemeyer, tipo Niemeyer, que foi muito bonita por dois ou três anos e depois perdeu a característica, e há arquiteturas que se mantêm até hoje. Por exemplo, a romana, a barroca se mantêm.

M.A.- Através da arquitetura perpetuar o museu.

I.C.- Perpetuar e ... Linhas clássicas que resistissem ao tempo. Por isso nós escolhemos aquele.

M.A.- E aquela escultura do museu?

I.C.- Aquilo foi o ... o escultor, que não me lembro o nome ... Aquilo veio do Rio de Janeiro, ele fez no Rio de Janeiro e doou para a casa. Nós trouxemos aos pedaços e montamos lá.

M.A.- Ele fez uma doação.

I.C.- Doação. Toda aquela escultura lá em cima foi doação do ... como era o nome dele ... me parece que *Kose*, uma coisa assim. Não me lembro o nome dele. Foi doação, vieram os pedaços do Rio de Janeiro e nós montamos aqui.

M.A.- Quando ficou pronto o museu, o senhor lembra? A Casa do Expedicionário?

I.C.- Ficou totalmente pronto em 1953, com museu e tudo. Quando o Marechal Mascarenhas veio inaugurar. O nosso comandante veio inaugurar a casa.

M.A.- E o Getúlio Vargas chegou a conhecer a casa?

I.C.- Não, quem conheceu foi o Bento Munhoz da Rocha, nosso governador. Todos os governadores já passaram lá, de um modo geral quase todos visitaram. Aproveitavam nossas solenidades para nos visitar.

M.A.- Quando eu falei sobre as relações políticas não foi no sentido de privilégios, mas de ajuda, de solidariedade por parte dos políticos. O prefeito colaborou ...

I.C.- Nós tínhamos simpatia geral, tínhamos simpatia. A população nos recebia muito bem. Essas leis, por exemplo, que protegem os expedicionários foram iniciativa dos parlamentares. Poderiam estar querendo agradecer, até aí eu não discuto. Mas, de qualquer maneira foi espelhando o sentimento da nação em relação ao reconhecimento, à gratidão ao expedicionário. Naquela época nós tínhamos simpatia geral, porque vínhamos de uma campanha de um ano e tanto na Itália, quase dois anos.

M.A.- Quando vocês voltaram como foram recebidos?

I.C.- Muito bem! Aplausos, lágrimas, abraços, choro. [Riso] Tudo isso.

M.A.- Não aconteceu nenhuma discriminação?

I.C.- Nada. Absolutamente. Você precisava ver como fomos recebidos. Foi a maior concentração de povo até hoje no Rio de Janeiro.

M.A.- O senhor estava em qual batalhão?

I.C.- Eu estava no Primeiro Grupo de Artilharia.

M.A.- O senhor tinha posto de coronel?

I.C.- Capitão.

M.A.- Era capitão e depois se tornou general.

I.C.- Eu cheguei no Exército até coronel, quando fui para a reserva - como falei para você - de acordo com a lei, recebi um posto a mais, por isso sou general.

M.A.- O senhor foi convocado para a guerra ou foi voluntário?

I.C.- Fui voluntário.

M.A.- Voluntário, mas o senhor era militar na época?

I.C.- Eu sou militar de carreira. Em 1937 eu me tornei oficial, 1937, 1938. Quando abriu o voluntariado para a F.E.B. eu me inscrevi. Nós tínhamos que assinar um documento que aceitava ser incorporado na Força Expedicionária Brasileira. Nós assinávamos o documento o Ministério do Exército analisava e nos transferia para unidades da F.E.B.. Fazíamos o treinamento, uns três meses, outros quatro meses, outros seis meses. Aí saiu o primeiro escalão, depois o segundo, depois o terceiro.

M.A.- O senhor disse que vocês foram bem recebidos ...

I.C.- Muito bem recebidos! Foi aplauso.

M.A.- Quando o primeiro escalão chegou vocês foram muito bem recebidos. E quando chegaram o segundo e o terceiro e já havia a desmobilização da F.E.B.?

I.C.- O primeiro escalão que chegou em julho - está no jornal, você vai ver - praticamente, trouxe oitenta por cento da F.E.B.. Foram dois grandes navios americanos. Depois veio mais ... o pessoal que tinha que desmontar o canteiro de obras - vamos dizer assim -, desmontar os acampamentos, encaixotar o material, juntar o armamento ... Sempre tem uma retaguarda que prepara as últimas saídas, esse pessoal veio mais tarde. Mas o grosso veio em julho.

M.A.- Como foi a adaptação retornando da guerra?

I.C.- Para mim não houve adaptação.

M.A.- É que o senhor era militar.

I.C.- Mas houve problemas, porque não foi fácil se adaptar. Primeiro o trauma, alguns com trauma; outros eram empregados de uma firma, foram para a guerra, quando voltaram encontraram seu lugar ocupado. Então houve um período de adaptação que foi um pouco complicado. Não foi fácil se adaptar. Inclusive, o que eles viveram lá trouxe consequências psíquicas para eles. Já não sabiam fazer aquilo que faziam. Houve muitos casos de falta de adaptação, gente que tivemos que colocar nos hospitais. Houve problemas de adaptação, mas que com o tempo foi se corrigindo.

M.A.- E como a população via vocês com o passar do tempo? Num primeiro momento vocês voltam e são bem recebidos, depois a euforia vai diminuindo.

I.C.- Não, mas o negócio é o seguinte: nós tivemos expedicionários que, em virtude do trauma da guerra, se envolveram com bebida. Às vezes víamos no jornal "Expedicionário dorme na rua", e nós não sabíamos. Aí corríamos, pegávamos o camarada, trazíamos para a casa, procurávamos adaptá-lo, arranjar emprego. Tudo isso ...

M.A.- Quem fazia isso?

I.C.- Nós fazíamos. O grupo dos expedicionários, da Legião Parananense do Expedicionário. Quando ouvíamos essas notícias ... Porque aconteceu isso, parecia que a nação do Brasil tinha abandonado aqueles filhos dela, que tinham sofrido tanto. Nós não queríamos isso, mas tivemos esses problemas. Aparecia às vezes "expedicionário dorme na rua", "mendigo", "expedicionário pede esmola no Rio[de Janeiro], em São Paulo". Houve esse problema. A imprensa colocava em cheque as autoridades que tinham que dar apoio. Aí surgiu aquela lei que todo o expedicionário, soldado mesmo, recebia como segundo tenente, todos eles. Mais ou menos cópia do americano. O americano amparou todos, mais ou menos como cópia, houve isso. Então foi melhorando, começaram a receber. Antigamente perdia o emprego, não sabia trabalhar em mais nada, passou um ano na guerra, não sabia fazer mais nada. Então ficou mais ou menos assim.

Fim da entrevista

ANEXO 9 - ENTREVISTA ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DA F.E.B. DE BELO HORIZONTE

Data: 27 de janeiro de 1999

Local: Museu do Expedicionário de Belo Horizonte

Associação dos Veteranos da F.E.B.- Seção Regional de Belo Horizonte

Entrevistados: Joel

Geraldo

Murilo

Carlota

Entrevistadora: Maria do Carmo Amaral

P.R.- presidente

V.P.- vice-presidente

C.C.- Carlota

Lado A

M.A.- Como os mineiros se organizam após a Segunda Guerra Mundial?

P.R.- Eu como presidente atual da Associação dos Veteranos da F.E.B. em Belo Horizonte, não iniciei os trabalhos que deram início à nossa regional aqui de Belo Horizonte. Porque sendo militar da ativa estava sempre ausente de Minas Gerais. Nessa ocasião eu estava em Manaus, de Manaus eu fui para o Rio Grande do Sul, do Rio Grande eu fui para ... tive a satisfação de servir em Curitiba também. De modo que, eu vou pedir ao nosso amigo ?Taitson?, nosso vice-presidente, que faça algumas considerações sobre o início da nossa sessão regional em Belo Horizonte. O que eu posso dizer é que a nossa associação tem uma central no Rio de Janeiro, e essa central tem sessões regionais em todo Brasil. Aqui em Minas [Gerais] nós temos cinco sessões regionais: a nossa aqui de Belo Horizonte, a associação de Juiz de Fora, a associação de São João Del Rey - que é a sede do regimento mineiro que lutou na Itália - a associação de Divinópolis e a de Lavras. De modo que o ?Taitson?, nosso vice-presidente vai tecer algumas considerações sobre o início e a organização da nossa regional aqui de Belo Horizonte. Muito obrigado.

V.P.- O início da Associação dos Veteranos da F.E.B. partiu de 1973, mas antes já existia a Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Essa Associação dos Ex-combatentes de Belo Horizonte foi fundada em 20 de janeiro de 1946, portanto ... quatro meses depois que regressamos ao Brasil, depois do término da guerra. Nós chegamos .. pelo menos o 11º Regimento ao qual eu pertencia, chegou no Rio de Janeiro em setembro de 1945. Desde a Itália nós tínhamos intenção de fundar aqui em Belo Horizonte uma associação dos ex-combatentes, e fundamos no dia 20 de janeiro de 1946. Fez agora no dia vinte e cinco e três anos. Essa associação funcionou congregando todos os veteranos, todos aqueles que lutaram na Itália. Com o advento da Lei 5315 de 1967 considerou-se ex-combatentes aqueles que guarneceram o litoral no período da guerra. Então, quando a associação passou a admitir nos seus quadros os elementos que guarneceram o litoral e as ilhas oceânicas, os ex-combatentes que haviam lutado na Itália resolveram se separar da Associação dos Ex-Combatentes e fundar a Associação dos Veteranos da F.E.B. ...

M.A.- Mas era um grupo? Essas idéias ...

V.P.- Era um grupo. Essas idéias surgiram na Itália e foram concretizadas no Brasil.

M.A.- Essas idéias que surgem na Itália são de grupos heterogêneos?

V.P.- Não, só os militares.

M.A.- Sim, mas os militares mineiros, os militares paranaenses, cada um pensando dessa forma. Ou o grupo brasileiro?

V.P.- Não. Esse pensamento eu creio que surgiu na Itália abrangendo toda a Força Expedicionária. Mas, quando chegou no Rio de Janeiro cada um tomou seu rumo, os mineiros vieram para Minas, os paranaenses foram para o Paraná, os nordestinos foram para o nordeste. E lá fundaram essa associação, mas sempre com o objetivo de perpetuar as amizades nascidas no fronte, na guerra, nas trincheiras da Itália. Então surgiram naquela época as várias sessões: Associação dos Ex-Combatentes de Belo Horizonte, Associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora, do Rio de Janeiro, de São de Paulo, de Sorocaba, de Piracicaba, de todas as cidades. Essa idéia nasceu na Itália depois que a guerra acabou, porque nós queríamos que se perpetuasse aquela amizade, como acabei de dizer, nascida no fronte, aquela solidariedade dos ex-combatentes. Porque a gente sabia que quando terminasse a guerra cada um ia tomar seu rumo, então precisava haver uma associação para congregar os febianos.

M.A.- E a desmobilização, como foi recebida na F.E.B. na Itália? Getúlio Vargas desmobilizou a F.E.B., isso não influenciou nesse movimento de ...?

V.P.- Não. O que ocorreu foi o seguinte: logo que a guerra acabou ... Como todos nós sabemos Getúlio Vargas era um ditador e ele mandou a Força Expedicionária lutar contra o nazi-fascismo na Itália. Não seria justo que a F.E.B. regressasse ao país e encontrasse uma ditadura implantada aqui. Se a F.E.B. lutou para acabar com a ditadura do Mussolini, do Hitler, não seria justo chegarmos aqui e encontrarmos uma ditadura dentro do nosso próprio país. Tanto que o último escalão da F.E.B. chegou ao Brasil em setembro de 1945 e em outubro Getúlio Vargas foi deposto. Falam até que foi influência dos oficiais, generais e coronéis da F.E.B.. Nós saímos da Itália e antes de chegar no Brasil já não existia mais a F.E.B..

M.A.- Será que não foi essa desmobilização que vocês não esperavam de forma tão ...

V.P. - Exatamente. Tanto é que nós fomos desmobilizados não no Brasil, e sim na Itália. E aqui cada um tomou seu rumo. Separou-se todos os expedicionários, e separando, naturalmente, o Getúlio Vargas tinha a pretensão de desagregar a Força Expedicionária. Acontece que o grosso da F.E.B. era da capital da República, Rio de Janeiro. De lá saíram os três batalhões da artilharia, tinha um regimento, o Sampaio. Então o grosso da F.E.B. era realmente do Rio de Janeiro. Sendo de lá, naturalmente, os oficiais que tinham lutado na Itália e pressionaram Getúlio Vargas a renunciar. E foi o que aconteceu: ele renunciou.

P.R.- Tem um fator muito importante, é o seguinte: o governo se omitiu completamente na desmobilização da Força Expedicionária Brasileira. É verdade que o soldado que estava no fronte, estava louco para chegar ao Brasil para ser desmobilizado. Ele queria chegar, sair e ir embora, porque não estava preparado para isso.

M.A.- O senhor fala dos militares ou dos voluntários?

P.R.- Não, os que foram convocados. Os que eram elementos do serviço ativo tinham que continuar. Mas aqueles elementos que eram o grosso, a tropa que foi convocada, estava loucos para retornar ao Brasil e dar baixa. Mas havia aquela euforia, porque o indivíduo que estava na Itália recebia três vencimentos: recebia um vencimento lá, outro vencimento era depositado para ele aqui no Banco do Brasil e o outro vencimento ele poderia optar, ou era depositado junto ou era entregue para a família. Então vamos dizer, na gíria de hoje, ele estava nadando em dinheiro, então queria sair. Mas ele não foi amparado como o nosso presidente havia se comprometido. Eles chegaram e foram abandonados. Terminado aquele dinheiro que tinham pensando que não acabava, mas acabou, eles passaram grandes necessidades. Daí foi que surgiu aquele problema de neurose de guerra mais avançado ainda. Surgiu aquele problema que até chegaram a taxar o veterano da F.E.B. de criador de caso, de comunista, de agitador.

Porque o indivíduo estava desamparado, saiu do interior, da sua rocinha, e então acostumar com a vida que ele teve lá. Vida de sofrimento, de perigo, mas também uma vida em que ele tinha tudo, tinha alimentação, cigarro, tinha tudo que ... Já acostumado com aquilo não iria se ambientar novamente àquela ... E mais aqueles bolsões de indivíduos desocupados e que não estavam sabendo para quem apelar. Os oficiais ... eu digo isso por mim, eu era tenente na ocasião, mas fui servir em determinados locais que não onde estavam os meus companheiros. Os meus companheiros estavam todos dispersados, então não havia ... Quando estava no regimento eu procurava atendê-lo da melhor maneira possível, mas nem sempre eu estava ... hoje eu estava em Manaus, estava no Rio de Janeiro, estava em Curitiba, estava no Rio Grande do Sul. Eu servi duas vezes no Rio Grande do Sul, em Pelotas e em Santa Maria. Então havia esse problema: a desmobilização não foi bem organizada. O que veio realmente sanar isso, depois de vários e vários inconvenientes, depois de vários colegas nossos, amigos morrerem por necessidade de alimentação, de tratamento de saúde foi quando saiu a Constituição, que deu um salário de segundo tenente para todos os veteranos.

M.A.- Em que ano isso?

P.R.- Isso foi em 1988.

M.A.- Só em 1988?

P.R.- Só em 1988. Porque antes o veterano para ter uma aposentadoria, para ter uma reforma, ele passava por uma burocracia tremenda. Ele tinha que provar por a mais b, por juntas de saúde que estava inabilitado para o serviço, que não tinha meios de sustentação, para poder receber uma aposentadoria de segundo sargento. Depois então ... Hoje não, hoje graças a Deus, todo veterano tem no mínimo uma pensão de segundo tenente, que deve estar na ordem de mil e oitocentos reais, por aí. De modo que houve esse fator: o governo foi omissos nessa parte, mas também houve essa parte que, vamos dizer assim, do militar ... Isso que eu queria complementar

? - [inaudível]

M.A.- Vocês comentaram que assim que chegaram em 1946 já começaram a se organizar. Vocês se organizam, num primeiro momento, pelo fato do governo ter se omitido em relação ao ex-combatente. Há também a discriminação por parte da sociedade ...

V.P.- Isso é coisa de brasileiro, na hora da festa todo mundo quer dar isso, dar aquilo. Quando eu cheguei no Rio de Janeiro, eu estava no primeiro escalão, nós nos pudemos nem desfilar, porque estava assim ... o povo invadiu não deixava desfilar. Mas isso foi arrefecendo, arrefecendo, de modo que depois de uma determinada eles passaram a ser vistos como inconvenientes. Nós temos um elemento aqui que foi secretário ... eu não vou dar o nome aos bois porque ... Quando um veterano foi procurá-lo "ih, esse cara está me chateando, já estou cheio de pedido de veterano da F.E.B.". E outra coisa, nós temos um coronel aqui - muito meu amigo, porque ele foi meu tenente - eu era major ele era tenente. Depois foi coronel, comandante militar daqui e foi ser adido militar na Itália. Uma autoridade foi a Itália, quando chegou lá ele disse "vamos passar no monumento do ex-pracinha". E ela: "ih, já estou saturado de ver monumento para ex-pracinha, quero ver outras coisas aqui na Itália". Uma autoridade militar nossa.

P.R.- Mas o que aconteceu foi o seguinte: quando fomos demobilizados pelo Exército, cada um tomou seu rumo, precisa-se considerar que o convocado - foi o meu caso - estava completamente desambientado da vida civil. Eu fiquei três anos no Exército, uma ano e meio aqui e um ano na Itália. Quase três anos. Então, naquela idade eu era estudante, tive que deixar meus estudos, fui convocado, fui para a Itália. A adaptação depois da guerra foi muito difícil, não só para mim como para todo mundo. Eu tenho um colega que era estudante, estava no segundo ano de medicina, foi convocado e depois não se adaptou mais a vida civil. Teve que fazer um curso qualquer, não conseguiu continuar o curso de medicina. E muitos outros

aconteceu ... Eu sei que perdeu contato com o colégio, com a faculdade. Tudo isso atrapalhou a vida do expedicionário.

M.A.- Alguns tiveram dificuldade de se ambientar novamente na sociedade civil, e a própria sociedade teve dificuldade de aceitá-los.

P.R.- Não. A sociedade durante muitos anos nos ignorou. A verdade foi essa. E por muito que se pleiteava perante o governo, veio aquela lei de 1962 ou 1963, não me lembro bem. Lei que dava uma pensão de segundo sargento, mas sei que precisava ser mendigo para ter direito a essa pensão.

V.P.- ... tinha que provar que era pobre, senão não davam.

P.R.- Não. Se ele tivesse na casa um aparelho de telefone diziam, não você tem telefone em casa, você não é carente. Então não tem direito a pensão, não tem direito a nada. Agora, a Constituição de 1988 ... que também não foi dado pelo governo, foi dado pelos deputados. Foi da Constituição, Artigo 53 no Ato das Disposições Transitórias ...

M.A.- Os deputados eram ex-combatentes?

P.R.- Não. Quando eles elaboraram já havia muitos pedidos ao Congresso. Então eles baixaram esse artigo nas Disposições Transitórias, dando essa pensão correspondente ao soldo de um segundo tenente.

V.P.- De um modo geral essas associações regionais foram criadas e se mantiveram, dependendo do esforço de muitos veteranos da F.E.B..

P.R.- Eu não vou salientar ninguém, mas aqui na nossa reunião nós temos elementos que foram, realmente pé de boi. A associação é o que é hoje graças a esses elementos. Nós temos aqui a relação com as fotografias dos ex-presidentes. [Apontando] Aquele primeiro lá o General Moraes de Barros, o outro em seguida o Coronel Viotti, o terceiro é o Coronel Ferreira Lopes, Coronel [inaudível], esse outro é um médico, foi deputado federal, esse outro o Coronel Pitanga Maia estava aí, o Major Ladeira, esse que está aí é o [inaudível], e o veterano que está ali é o Belizario. E falta o que passou para mim que não está aí ainda. Então esses elementos e mais alguns que não estão aí, que não foram presidentes, mas que agiram de uma maneira ou ... Vou citar por questão de justiça. Um deles é o [inaudível], não estava aí hoje, porque está na Bahia, mora na Bahia. Esse elemento não só lutou muito pela instalação da nossa sessão regional, como também auxiliou muita gente. Ele tinha uma situação financeira razoável, não é [inaudível]?

V.P.- É. Ele foi gravemente ferido na guerra e foi reformado. ... [inaudível] ... cada um estava cuidando da sua vida ... [inaudível] ...

M.A.- Isso logo depois da guerra? Em 1946 vocês começam .. Nós podemos considerar que o ? Medra ? seria um dos cabeças da organização da associação?

V.P.- Não há dúvida. Foi o primeiro em 1946, ...[inaudível] ...

P.R.- Foi o primeiro da outra associação, não era esta associação, eram as duas juntas. De modo que a regional deve muito ao ?Medra?, ao ?Taitson? que [inaudível] Essa figurinha nós descobrimos agora[inaudível] O museu foi instalado aqui por um museólogo competente, formado e tudo. Mas ele chegou olhou aqui, coronel isso não pode ficar melhor aqui, não pode ser para lá, para cá. Então foi ele quem organizou. Outra coisa que nós desejamos salientar é que nós tínhamos um veterano que era vereador aqui em Belo Horizonte. Por intermédio dele e do Coronel Ferreira Lopes nós conseguimos a-sede ... A nossa sede era na Avenida Augusto de Lima, num porão de um edifício que tem ali.

? - Municipal.

P.R.- Então, nós estávamos instalados lá no porão desse edifício. Mal ou bem estávamos lá. Ai a prefeitura achou por bem tomar todo o edifício, fazer uma reforma para instalar ali o Centro Cultural. Nós apelamos, se é um Centro Cultural maior razão para que nós permaneçamos aqui. Porque museu é cultura, e é a cultura da Força Expedicionária Brasileira

que lutou na Itália. Ah, não, mas não está previsto. Então nós podemos sair daqui, mas desde nos ofereçam um local, que seja um local central e que esteja em condições de receber toda essa instalação da F.E.B.. A secretária de cultura do momento batalhou e conseguiu esse imóvel aqui. Um imóvel particular, mas que a prefeitura alugou. E tem uma lei que nos autoriza a ocupar esse imóvel, e essa lei diz que a prefeitura é obrigada a pagar o aluguel e se amanhã tivermos que sair daqui, ela é terá que dar um local competente para nós continuarmos. Porque o nosso objetivo não é o veterano propriamente dito, pois amanhã ou depois nós estamos indo. Nós batalhamos é para que exista esse conagraçamento entre o veterano e seus familiares e perpetuar a memória da F.E.B.. Por isso fazemos questão de trazer grupos escolares, não só aqui de Belo Horizonte, como do interior. Vêm aqui, passam o dia conosco. Vocês estão nos dando a honra da visita, e vão difundir ... Não só em Curitiba, onde há uma obra já consolidada, que tem sua sede própria ... Mas nós também, às vezes ficamos pensando: nós não poderíamos comprar, conseguir um imóvel próprio? Mas eu sou mineiro, vou falar isso porque sou mineiro: aí vem aquela nossa dúvida, mas e se nós amanhã cerrarmos os olhos, esse nosso museu será administrado como nós desejamos? Será que haverá interesse do estado ou da prefeitura em manter isso? Ou será que cada um não quer tirar um [inaudível] levar para sua casa e depois desaparece o Museu da F.E.B.? O que nós estamos no momento raciocinando é o destino que vamos dar ao nosso grupo. O nosso destino nós já temos, não há dúvida nasceu tem que morrer. Não é, Carlota? Agora a F.E.B. nós desejamos que continue, que continue o Museu da F.E.B. para que as novas gerações saibam que houve a Segunda Guerra Mundial, que o Brasil tomou parte dela e representou com dignidade o Brasil na Itália. A nossa dúvida no momento é essa, o que nós vamos fazer, como nós vamos fazer? Nós tivemos um vereador que batalhou muito para que nós conseguíssemos aqui ... para que fosse aprovada a lei nos autorizando a permanecer aqui. Ele foi eleito agora deputado, de modo que vamos ver o que se pode fazer se tem um [inaudível] nacional. Porque a idéia é colocar num [inaudível] nacional. Eles falam assim, mas coronel por que o senhor que é relacionado com estes generais que estão hoje no comando, foram seus tenentes, seus capitães ... Eu sou antigo, viu. Por que o senhor não arranja para ir para o quartel? Não arranho por dois motivos: primeiro, porque se estivesse lá, ficava sempre fechado; segundo, que o civil não tem acesso direto para visitar o Museu da F.E.B. dentro do quartel. Você chega ao quartel, para entrar o cabra vai querer lhe identificar, pega a identidade, mais aquilo e aquele outro. Então, dentro do quartel não estaria o local apropriado para o Museu da F.E.B.. Teria que ser de preferência onde existisse outro museu, uma outra coisa qualquer para que esse museu ficasse. Nós estamos estudando esse projeto ainda. Já surgiram até idéias de levar o museu daqui para São João Del Rey. Porque o museu de São João Del Rey não está dentro do quartel, mas é um imóvel do quartel. Então a guarda é do quartel, soldado toma conta. Se unisse os dois museus tanto enriqueceria o deles como o nosso permaneceria lá. É uma idéia que está ainda sobre estudos para se chegar a ver o que vamos fazer.

V.P.- Nós queremos nos aproximar mais de um deputado de São Paulo ...

P.R.- Ah! É isso que nós pretendemos.

V.P.- ... para ver se algum deputado consegue um imóvel permanente para nós, porque dependemos da prefeitura.

P.R.- Exato. Isso que nós vamos fazer.

M.A.- Dentro dessa perspectiva de preservar a memória da Segunda Guerra, eu gostaria de saber se vocês fazem um exercício de relembrar o que passou? Por exemplo, no Museu Paranaense eles se reúnem todas as terças-feiras para conversar sobre a guerra ou qualquer outra coisa que acontece no Brasil. Vocês fazem esse tipo de reunião?

P.R. - Fazemos, só que não uma vez por semana e sim diariamente. Porque nós abrimos aqui todos os dias, de uma às cinco horas o museu fica aberto. Temos dois veteranos da F.E.B.

além do ?Taitson? e do Murilo que estão aqui todos os dias. Reunimo-nos aqui, eles vêm para cá, tem um joguinho de buraco, uma coisa qualquer. As nossas esposas vêm aqui todas as quartas-feiras para fazer trabalhos manuais, bordado, pintura. E no fim do ano fazem um bazar, vendem isso e é revertido para uma associação de caridade qualquer. E esse trabalho é feito. Nós fazemos questão de trazer aqui no nosso museu não só colégios ... Qual foi o dia que esse colégio veio aqui?

? - [inaudível]

P.R.- Não.

V.P.- Foi em novembro.

P.R.- Foi em novembro. Foi uma data nossa aqui.

V.P.- ... da bandeira.

P.R.- Foram seiscentos alunos. Interrompemos isso aí, houve uma palestra ...

V.P.- Tivemos que interditar a rua ...

M.A.- Seiscentos alunos na casa?

P.R.- Não, lá na rua.

V.P.- fizemos

P.R.- E freqüentemente vêm alunos aqui. Nós pedimos que tragam no máximo quarenta por turma. Eles chegam e começam a contar ... Quando não é a programação especial, só ficam esses dois veteranos. Agora quando é programação especial vem o ?Taitson?, vem o Murilo, vem um outro elemento que é muito conhecedor.

M.A.- E as mulheres como ficam nessa história, Carlota? Eu só vejo os homens aqui ...

P.R.- Mas elas participam.

M.A.- Vocês contam a participação das mulheres?

P.R.- Contam.

C.C.- [inaudível]

P.R.- Estamos ouvindo a palavra da nossa querida enfermeira Carlota.

C.C.- ... É aconchegante a associação, é bem organizada. O museu ... ali quem manda no museu, quem organizou. [inaudível] O nosso trabalho filantrópico começado na gestão do Coronel Joel há muitos anos, que já foi presidente. Acho que é a quarta vez que ele é presidente. É um trabalho eficiente, tão bom e tão eficiente como foi o meu trabalho na guerra. Há muitos anos eu pensava, porque é tão falado, tão comentado, todo mudo fala do que fizemos na guerra? Eu achava necessário que se falasse o que o ex-pracinha está fazendo no Brasil, porque naquela época era um sofrimento ...

Fim do lado A

Lado B

M.A.- E essa separação entre a associação daqui e a outra associação? Como está a outra associação em relação a organização econômica, estruturação?

V.P.- Está muito bem. Eu sou vice-presidente lá. O prefeito de Belo Horizonte, Souza Lima, doou um lote para a outra associação que naquele tempo era uma só. Elas se aglutinaram. Depois separamos e fundamos a dos veteranos aqui. Nós temos um lote [inaudível] ...

M.A.- Vocês conseguiram através de doação ...

V.P.- Cada ex-combatente doou uma importância ... um ex-combatente da F.E.B. que é engenheiro, fez a planta ... ajudou na construção Agora, lá tem alguns veteranos como eu, eu sou sócio desta e sou sócio de lá. E tem outros ...

M.A.- Quando eles conseguiram concretizar a associação?

V.P.- Faz uns sete anos ... [inaudível]

M.A.- Não faziam festas para arrecadar dinheiro como aconteceu no Paraná?

V.P.- Não ... [inaudível] quando algum ex-combatente quer fazer uma festa, bodas de ouro, casamento nós alugamos a sede ...

M.A.- Mas para construir a sede? Foi doação de cada um?

V.P.- De cada um.

M.A. E a doação do terreno foi da prefeitura.

V.P.- Sim da prefeitura, tanto que a lei que fez a doação desses lotes tem uma cláusula: quando morrer o último ex-combatente o imóvel voltará para ...

M.A.- Tem essa cláusula?

P.R.- O poder público não dá nada a ninguém, principalmente o mineiro. Eu servi todo esse Brasil ...

Fim da entrevista